



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO

JOSIANE DOS SANTOS

**OS DISCURSOS SOBRE AMAZÔNIA A PARTIR DO *PORTAL AMAZÔNIA* E DA
*AGÊNCIA AMAZÔNIA REAL***

**CAMPINAS,
2017**

JOSIANE DOS SANTOS

**OS DISCURSOS *SOBRE* AMAZÔNIA A PARTIR DO *PORTAL* AMAZÔNIA E DA
AGÊNCIA *AMAZÔNIA REAL***

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Divulgação Científica e Cultural, na área de Divulgação Científica e Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bastos Cunha

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação/ defendida pela aluna Josiane dos Santos e orientada pelo Prof. Dr. Rodrigo Bastos Cunha

**CAMPINAS,
2017**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPEAM, 254/2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crislene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

Sa59d Santos, Josiane dos, 1983-
Os discursos sobre Amazônia a partir do *Portal Amazônia e Amazônia Real* / Josiane dos Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Rodrigo Bastos Cunha.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Portais da Web - Manaus (AM). 2. Imaginário - Amazônia. 3. Análise do discurso. 4. Jornalismo eletrônico. 5. Agências de notícias. 6. Significação (Linguística). 7. Amazônia. I. Cunha, Rodrigo Bastos, 1972-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The discourses about the Amazon from the *Portal Amazônia and Amazônia Real*

Palavras-chave em inglês:

Web portals - Manaus (Brazil)

Imaginary - Amazonia

Discourse analysis

Online journalism

New agencies

Meaning (Linguistics)

Amazonia

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestra em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora:

Rodrigo Bastos Cunha [Orientador]

Cristiane Pereira Dias

Ricardo Alexino Ferreira

Data de defesa: 29-08-2017

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural



BANCA EXAMINADORA

Rodrigo Bastos Cunha

Cristiane Pereira Dias

Ricardo Alexino Ferreira

**IEL/UNICAMP
2017**

Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica.

A minha mãe, Jarina, me deu ensinamentos para vida.

Agradecimentos

Agradecimento a Deus por trilhar e guiar meus caminhos.

Agradeço a minha mãe, Jarina Aires, pelas palavras encorajadoras, pelos bens imateriais e estes fazem a pessoa que sou.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo financiamento dos meus estudos, por meio da bolsa, possibilitando recursos financeiros para minha estadia na cidade de Campinas bem como investimentos na minha pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, Rodrigo Bastos Cunha, pela confiança neste trabalho me ajudando e orientando na realização desta pesquisa.

Agradeço a Tatiana Lima, minha eterna professora, chefe e sempre amiga, pela positividade e confiança depositada em mim.

Agradeço ao Carlos Fábio pelas dicas quando esta pesquisa ainda era um rabisco mental do meu projeto de pesquisa.

Agradeço aos meus amigos de minha cidade natal, Manaus, pelas conversas se fazendo presentes, mesmo que não de forma física, diminuindo as saudades.

Agradeço a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), lugar que me senti parte quando ainda era uma candidata ao mestrado e toda estrutura disponível para desenvolvimento da pesquisa. Agradecimento especial ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) em possibilitar adquirir novos conhecimentos e desenvolver minha pesquisa.

Agradeço pela sempre atenção, disponibilidade, ajuda e esclarecimentos da secretária do Labjor.

Agradeço aos funcionários das bibliotecas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e do Instituto de Estudo da Linguagem (IEL) pela sempre atenção e disponibilidade quando precisei.

Agradeço aos que estiveram comigo nessa caminhada em Campinas: Edvan Lessa, meu conterrâneo Juan Matheus e Viviane de Freitas. Em especial, Luana Campos, Fabiana Silva e Ádria Siqueira. Ter vocês como amigas compartilhando os nossos bons e os não tão bons momentos tornaram o meu caminhar mais leve e divertido. Vinhemos, vimos e vencemos.

Não poderia deixar de mencionar agradecimentos a minha família por sempre terem acreditado em mim e que de alguma forma se fez presente, apesar da distância geográfica.

Agradeço a coordenadora e repórter do Portal Amazônia, Izabel Santos e Diego Oliveira, e as idealizadoras da Amazônia Real, Elaíze Farias e Kátia Brasil, por me disponibilizarem informações me ajudando na elaboração da pesquisa.

Agradeço a prof^a. Dr^a. Cristiane Dias e prof^a. Dr^a. Graça Caldas pelas contribuições e sugestões na banca de qualificação.

RESUMO

Parte do imaginário sobre a Amazônia foi construído baseado nas narrativas das viagens expedicionárias e científicas no período do ‘descobrimento’ e colonial; a própria identidade do brasileiro foi construída nesse processo. Amazônia é palavra que provoca diferentes efeitos de sentidos. Seja no discurso do descobrimento, no jornalístico, no cinematográfico, no publicitário e no ambiental, há sempre sentidos distintos que circulam, e cada área faz uso desses sentidos para atender suas necessidades. Esses diferentes discursos foram constituindo a Amazônia tal como se conhece hoje. Por isso, Dutra (2009) caracteriza Amazônia como uma palavra caleidoscópica, pela sua constituição de múltiplos discursos. O objetivo desta pesquisa é compreendermos os sentidos de Amazônia pelos discursos da *Amazônia Real* e do *Portal Amazônia*, veículos de comunicação sediados em Manaus (AM) cuja proposta é informar sobre a Amazônia. Percorremos diferentes discursos *sobre* Amazônia (do descobrir, da imprensa nacional, da publicidade e do cinema) para compreendermos os sentidos que circulam sobre a região, que significou antes mesmo de ser ‘descoberta’. Como resultado de nossa pesquisa, a Amazônia apresentada pelo *Portal Amazônia* é aquela falada pelo discurso científico. Este é legitimado pelo portal como conhecedor da região. Já *Amazônia Real* prioriza em seus discursos as personagens que denominou de “invisíveis”, principalmente indígenas. São essas personagens mais presentes nos discursos *sobre* a região.

Palavras-chave: imaginário amazônico, Amazônia, análise do discurso, discurso jornalístico, efeito de sentidos

Abstract

Part of the imaginary about the Amazon was constructed based on the narratives of expeditionary and scientific journeys in the period of 'discovery' and colonial; the very identity of the Brazilian was built in this process. Amazon is a word that causes different effects of senses. Whether it is in the discourse of discovery, journalism, cinematography, advertising and environmental, there are always different meanings that circulate, and each area makes use of these senses to meet their needs. These different discourses constituted the Amazon as we know it today. For this reason, Dutra (2009) characterizes Amazon as a kaleidoscopic word, for its constitution of multiple discourses. The objective of this research is to understand the meanings of Amazonia by the discourses of the *Amazônia Real* and the *Portal Amazônia*, media based in Manaus (AM) whose proposal is to inform about the Amazon. We went through different discourses about Amazon (from discovery, the national press, advertising and cinema) to understand the meanings that circulate about the region, which meant before it was even 'discovered'. As a result of our research, the Amazon presented by the *Portal Amazônia* is the one spoken by the scientific discourse. This is legitimized by the portal as an expert in the region. Already *Amazônia Real* prioritizes in its speeches the personages that denominated of "invisible", mainly indigenous. They are the most present characters in the speeches about the region.

Keywords: Amazonian imaginary; Amazon; discourse analysis; journalistic discourse; effect of senses; Portal Amazônia; Amazônia Real

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da região Norte, da Amazônia Brasileira e da Amazônia Internacional.....	30
Figura 2 - Mapa da Bacia Hidrográfica da Amazônia e das microbacias brasileiras.....	32
Figura 3 - Municípios com as maiores populações indígenas do Brasil, por domicílio, na Região Norte.....	35
Figura 4 - Mapa de terras protegidas no Brasil.....	37
Figura 5 - Atividades econômicas com registro de trabalho escravo.....	40
Figura 6 - Municípios amazônicos com maiores registros de trabalho escravo.....	40
Figura 7 - Produtos da Linha Ekos da Natura.....	65
Figura 8 - Identidade visual do evento Amazonia Live Rock in Rio.....	67
Figura 9 - Identidade visual da agência Amazônia Real.....	76
Figura 10 - Identidade visual do Portal Amazônia.....	83
Figura 11 - Editorias principais do Portal Amazônia.....	84
Figura 12 - Subeditorias de Notícias do Portal Amazônia.....	85
Figura 13 - Subeditorias Entretenimento do Portal Amazônia.....	86
Figura 14 - Seção Amazônia de A a Z do Portal Amazônia.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA - Agência Nacional de Água

APA - Área de Proteção Ambiental

BEA - Batalhão de Emergências Ambientais

CPRM - Serviço Geológico do Brasil

FLONAS - Área de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IPCC - Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

MPF- Ministério Público Federal

MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi

NR - Núcleo de Rede

OMN - Organização Meteorológica Mundial

ONG - Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX - Reservas Extrativistas

SGB - Serviço Geológico do Brasil

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

UC - Unidade de Conservação

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Íntegra da reportagem A festa da menina-moça Tejuvi Juma-Uru Eu Wau Wau publicada na *Amazônia Real*

ANEXO B – Íntegra da reportagem Bienal revela o olhar de cineastas indígenas brasileiros publicada na *Amazônia Real*

ANEXO C – Íntegra da reportagem Vendas de camisetas com desenho da etnia Tukano ajudam no estudo de indígenas publicada na *Amazônia Real*

ANEXO D – Íntegra da reportagem “A brincadeira e a descoberta fazem parte da formação das crianças indígenas”, explica pesquisadora publicada no *Portal Amazônia*

ANEXO E – Íntegra da reportagem Ribeirinhos da RDS do Uatumã celebram primeira edição da Olimpíada na Floresta publicada no *Portal Amazônia*

ANEXO F – Íntegra da reportagem Às margens do rio Madeira, Porto Velho enfrentou insegurança hídrica na seca publicada na *Amazônia Real*

ANEXO G – Íntegra da reportagem Países da bacia amazônica formam rede para monitorar secas e enchentes publicada na *Amazônia Real*

ANEXO H – Íntegra da reportagem Queimadas aumentam 15% em toda a Amazônia Legal, aponta INPE publicada no *Portal Amazônia*

ANEXO I – Íntegra da reportagem Porto Velho lidera queimadas na Amazônia em agosto e setembro publicada no *Portal Amazônia*

ANEXO J – Íntegra da notícia Rio Juruá começa a subir após vazante histórica publicada no *Portal Amazônia*

ANEXO K – Íntegra da notícia Pesquisador cria sistema de telefonia acessível e barato para comunidades ribeirinhas da Amazônia publicada no *Portal Amazônia*

ANEXO L – Íntegra da reportagem PMDB e DEM do Acre indicam o índio Sebastião Manchineri à Presidência da Funai publicada na *Amazônia Real*

ANEXO M – Íntegra da reportagem Temendo ocupações, ministro revoga a municipalização de saúde indígena publicada na *Amazônia Real*

ANEXO N - Íntegra da reportagem Corte de verbas no orçamento de Temer ameaça índios isolados da Amazônia publicada na *Amazônia Real*

ANEXO O – Íntegra da reportagem Vazamento de óleo no rio Teles Pires poluiu água e matou boto no Mato Grosso publicada na *Amazônia Real*

Sumário

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – O QUE É AMAZÔNIA?.....	29
1.1. Dimensões superlativas.....	29
1.2. Região hidrográfica.....	31
1.3. Tipos de solos e florestas	32
1.4. Ocupação na Amazônia	33
1.5. Áreas protegidas	36
1.6. Preocupações	37
CAPÍTULO II - O DISCURSO JORNALÍSTICO.....	42
2.1. Ideologia	43
2.2. Formação discursiva do jornalismo	44
2.3. Condições de produção do discurso jornalístico	45
2.4. Imaginário e os pré-construídos	49
CAPÍTULO III – AMAZÔNIA QUE O MUNDO VÊ.....	52
3.1. A Amazônia construída pelos discursos do descobrimento	53
3.2. Olhar exógeno: discursos sobre a Amazônia na mídia nacional	56
3.2.1. Mais do mesmo?.....	58
3.3. Outros usos e sentidos para Amazônia	64
CAPÍTULO IV – AMAZÔNIA(S) NA PERSPECTIVA DE CADA VEÍCULO	72
4.1. Visibilidade da região pela <i>Amazônia Real</i>	72
4.1.1 Estrutura e financiamento.....	77
4.1.2. Quem fala e o que fala?.....	79
4.2. “Tudo que você quer saber...” no <i>Portal Amazônia</i>	82
4.2.1. O que se caracteriza como “tudo” sobre Amazônia?	84
4.2.2. Quem fala sobre Amazônia?.....	89
CAPÍTULO V - AMAZÔNIA PARA O MUNDO VER.....	92
5.1. Populações na Amazônia.....	92
5.1.1 Cultura indígena para a <i>Amazônia Real</i>	94
5.1.2. Cultura indígena para o <i>Portal Amazônia</i>	103
5.1.3. Demais “povos” da Amazônia, os ribeirinhos.....	107
5.2. Meio ambiente amazônico.....	109
5.2.1. Os rios comandam a vida	110
5.2.2. <i>Amazônia Real</i> : cooperação científica internacional.....	113

5.2.3. <i>Amazônia Real</i> : negatividade de empreendimentos na Amazônia.....	115
5.2.4. <i>Portal Amazônia</i> : para além de informes, necessidade de contextualização	117
5.2.5. <i>Portal Amazônia</i> : região isolada, sinônimo de atraso	121
5.3. <i>Amazônia Real</i> : atenção especial aos povos indígenas	123
5.3.2. Funcionalidade do órgão representativo dos indígenas	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

INTRODUÇÃO

A palavra Amazônia tem um envolto de sentidos que mistura fantasia, curiosidade, beleza, grandiosidade. Uma floresta com vasta dimensão, animais ferozes representados, principalmente, pela onça-pintada, o encontro de dois grandes rios, Negro e Solimões, um teatro no meio desse cenário e um mercado com diversidade de frutas, verduras e plantas medicinais. A narrativa dessa cena é a Amazônia apresentada ao público nos meios de comunicação (jornais, revistas, documentários, TV e sites).

O imenso tapete verde, rios de águas abundantes, pulmão do mundo, solos férteis apropriados para agricultura e vazio demográfico são algumas das representações veiculadas que predominam na mídia.

A Amazônia e as diferentes interpretações e sentidos sobre ela estão presentes em diversas narrativas: livros, cinema, novelas, mídia impressa e digital, pintura, propagandas etc. Dos primeiros registros da região no século XV até hoje, esses sentidos continuam circulando. Como disse Orlandi (2008d), trata-se de uma região de incomensuráveis sentidos.

Quando lemos sobre a história da região, vemos que o imaginário foi cultivado nas mentes de viajantes, colonizadores, cientistas e missionários e se propagava entre os habitantes do Velho Mundo e entre os próprios autores dessas narrativas. Desse modo, muitos construíram seus discursos com base nesses imaginários, mas nem todos presenciaram de perto o que suas narrativas descreviam.

“Às vezes, a ficção inventa o passado, a história retificando os aportes lendários. Outras vezes é a história que constrói o mito, o discurso político, reforçando-o, dando origem a um ‘passado’ que se afunda em distâncias fabulosas” (ROBIN, 2016, p.65, grifo da autora). Assim é a significação da lenda do Oeste Americano, que segundo a autora, foi representada em diferentes materiais: escrito, filmado. Suas representações criaram a imagem do homem do velho oeste, dos aventureiros construindo a identidade do povo americano. De igual modo, o Eldorado representou a lenda europeia sobre uma cidade feita de ouro na região amazônica.

O Eldorado conseguiu despertar o desejo e a curiosidade de europeus em busca do ouro e a vinda deles para a Amazônia. A descoberta de ouro e prata na cidade de Potosí na Bolívia (GALEANO, 2015) motivou ainda mais os europeus em busca dessas riquezas.

Os europeus tinham como referência o Velho Mundo e, ao se depararem com uma região de características físicas, geográficas e modo de vida diferentes do seu referencial (seu mundo), criaram e sustentaram imaginários, despertados pelas lendas do Eldorado e das mulheres guerreiras montadas a cavalo (algumas narrativas contam como verdadeira a

existência da tribo das mulheres guerreiras). As primeiras crônicas de Frei Gaspar de Carvajal contavam sobre as Amazonas e alguns estudiosos acreditam na existência das tribos das mulheres, mas não nos modelos e padrões europeus idealizados nas pinturas europeias renascentistas (PIZARRO, 2012), despertando ainda mais a curiosidade dos que se aventuravam a explorar a região. As duas lendas – do Eldorado e das Amazonas – criaram imaginários, que por sua vez, organizam a relação com o real e com os sentidos de Amazônia (ORLANDI, 2008d).

Tal como a lenda do Oeste Americano, a lenda das Amazonas transita entre o imaginário e o real, um influenciando o outro. As Amazonas inspiraram o nome do rio, do estado, de uma região, emprestando da lenda suas fantasias, sentidos e significações para nomear tantos outros lugares, objetos, produtos, etc.

O primeiro europeu a pisar em terras amazônicas foi Vicente Yanes Pinzon, denominando o rio Amazonas, primeiramente, de Santa Maria de La Mar Dulce em 1499. A expedição de Francisco Orellana foi a primeira a navegar no rio Amazonas em toda a sua extensão, chegando à região em 1540. O cronista desta viagem, Frei Gaspar de Carvajal, renomeou o rio, batizando-o de Amazonas. Outros europeus (franceses, holandeses, irlandeses) se aventuraram em busca do Eldorado.

Esses textos dos cronistas de viagem criaram histórias fantasiosas sobre a Amazônia em torno de sua diversificada biodiversidade¹, de seus moradores e das mulheres guerreiras, e até hoje a região cria um fascínio aos visitantes. Esse imaginário é tão presente que apesar do longo tempo dos escritos dos viajantes, algumas descrições atuais feitas em diferentes meios de comunicação sobre a região amazônica ainda retratam a região da mesma maneira que os viajantes, navegadores, naturalistas e cientistas a descreveram, fascinados pelo que presenciaram ou ouviram dela.

Pizarro (2012) caracterizou três formas de discursos sobre a Amazônia baseado nas narrativas escritas por viajantes, colonizadores, cientistas, missionários e intelectuais: no século XV e início dos séculos XVI e XVII, o discurso dos descobridores (ocupantes) e dos missionários; no final do século XVIII e século XIX, o discurso dos cientistas viajantes; e no início do século XX, o discurso plural (dos escritores, de intelectuais, do regime militar).

¹ Para entendermos a abrangência do termo biodiversidade, fazemos uso do conceito definido por Higuchi e Higuchi (2012, p. 30): “Biodiversidade é definida como conjunto de todas as espécies da fauna e da flora, incluindo os microorganismos e também as suas constituições genéticas e os ecossistemas dos quais fazem parte”.

Os discursos dos descobridores – fundamentados nos relatos das viagens de Francisco de Orellana, escritos pelo Frei Gaspar Carvajal, da expedição de Pedro Úrzua e Lope de Aguirre e nas crônicas da viagem de Pedro Teixeira escritas pelo jesuíta Cristóbal de Acunã – são carregados de fantasia e olhar quase místico para a natureza.

Esses textos, segundo Pizarro (2012), instalam três figuras básicas do imaginário: as Amazonas, o Eldorado e o Maligno – criação influenciada pelas narrativas produzidas majoritariamente por religiosos.

Os discursos *sobre* a Amazônia nos séculos XVIII e XIX ganharam um caráter racional, produzidos por cientistas e naturalistas de diferentes nacionalidades num período em que o conhecimento era poder e era adquirido por meio da observação, descrição e classificação da natureza, mas não se distanciava do olhar discriminador.

No século XX, “imaginários naufragam e os preconceitos da modernidade se tornam porosos”, assim classifica Pizarro (2012), em decorrência dos discursos se concentrarem na extração da borracha, seus modos exploratórios de funcionamento e o que esta atividade trouxe para região. São discursos de várias vozes: do caucheiro (responsável por extrair o látex), do seringueiro (dedica-se à extração do látex e prepara a borracha), o aviador ou regatão (comerciante ambulante dos rios e às vezes uma espécie de agiota), discursos dos intelectuais (como Euclides da Cunha, por exemplo) e o discurso da modernização da Amazônia (dos militares).

“O discurso construído pelo viajante, que descobre a Amazônia aos olhos dos europeus, é, assim, enquadrado num imaginário que provém, por uma parte, da Idade Média e do obscurantismo inquisitorial, e, por outra, de conteúdos místicos que o Renascimento resgatava das fantasias da Antiguidade greco-latina. Seu discurso é o da experiência direta, do testemunho, porém a realidade que enxerga e que acredita enxergar, ou está certo de que alguém próximo a ele enxerga, está enquadrada nos ecos da bagagem transportada por sua cultura” (PIZARRO, 2012, p. 68).

Consideramos os discursos analisados por Pizarro na categoria “discurso *sobre*”, pois estão na intermediação entre o discurso “de” (“discurso origem”) e o interlocutor e, em geral, transmitem algum tipo de conhecimento, porque “*falar sobre* transita na correlação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já conhecido pelo interlocutor” (MARIANI, 1998, p.60, grifo da autora). Essa intermediação, resulta de uma interpretação, intervindo na construção imaginária do interlocutor, do sujeito do discurso e do dizer (COSTA, 2014). Orlandi explica que

“É no discurso que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o ‘discurso sobre’ é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos *de*). Assim o discurso *sobre* o samba, o discurso *sobre* o cinema são parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos dos discursos *do* samba, *do* cinema etc.” (ORLANDI, 2008c, p.44, grifos da autora).

Portanto, os discursos da *Amazônia Real* e do *Portal Amazônia* narram acontecimentos previsíveis (aqueles que têm semelhança com ocorridos anteriormente) e inesperados (ainda não estão na memória) *sobre* a Amazônia; falam a partir de certos lugares, jornalistas residentes na região, descrevendo-a, caracterizando-a, significando-a, atribuindo sentidos *sobre* ela.

Os discursos jornalísticos institucionalizam sentidos, constituem o imaginário social e cristalizam a memória do passado (memória discursiva) e a memória do futuro (MARIANI, 1999). Desse modo, esses imaginários são apropriados pelo público, que passa a considerá-los realidade e a supor o mais próximo da Amazônia que eles podem chegar é pela mídia.

No período em que os primeiros europeus chegaram à América, coube aos religiosos, principalmente jesuítas, narrar o que viam no Novo Mundo, tendo o discurso religioso forte influência em suas narrativas.

Alguns autores (religiosos ou não) baseavam seus registros em narrativas anteriores contadas por outros viajantes. Sendo assim, se havia algo místico, imaginário e fantasioso, isso era repassado para outros e por estes sustentado. A curiosidade era despertada em relação ao Novo Mundo, em parte por influência dos primeiros viajantes exploradores da região, os quais, posteriormente, foram alimentando a imaginação dos europeus por meio dessas narratividades. Isso “permite a recomposição interna dos discursos [pela memória discursiva] em função das variações e mudanças históricas” (MARIANI, 1998, p.230).

Foi assim, em busca de riquezas e de aventuras, que chegaram à América do Sul os europeus, tomaram posse das terras onde já havia habitantes, exploraram e destruíram a riqueza que aqui havia. Perderam a oportunidade de conhecer avançados sistemas de engenharia, agricultura, astronomia que havia nas sociedades locais e que a Europa ainda estava longe de se alcançar.

Alimentando imaginários de europeus, as narrativas sobre o Brasil e sobre a Amazônia escritas no período entre os séculos XV e XIX carregavam sentidos que ajudaram na construção da identidade brasileira. Identidade entendida como movimento contínuo/descontínuo entre eu (sujeito do discurso) e o outro, em que os sentidos são trabalhados (historicidade) por meio da memória (ORLANDI, 2008c; SCHMIDT, 2006).

Considerando que essa identidade foi construída a partir do olhar do europeu, como e quais os discursos difundidos por residentes na região falam atualmente da Amazônia? Esse

questionamento inicial nos impulsionou a analisar os discursos *sobre* a Amazônia produzidos pela agência *Amazônia Real* e pelo *Portal Amazônia*. Por meio desse olhar endógeno, analisamos como são os discursos atuais produzidos por quem está lá, os sentidos que circulam nesses discursos sobre a Amazônia Brasileira e se os discursos do descobrimento – como denominou Orlandi (2008c) – e os discursos produzidos pelas grandes mídias sobre a Amazônia se diferem dos difundidos por quem se propõe a mostrar a região a partir do ponto de vista de quem lá vive.

Para contextualizar e ajudar na compreensão dos sentidos produzidos sobre a Amazônia, organizamos as discussões da seguinte maneira:

Apesar da familiaridade do nome Amazônia, alguns aspectos geográficos, ambientais e sociais que constituem essa região cheia de significados são desconhecidos ou superficialmente conhecido. Por isso, primeiramente, no capítulo I intitulado *O que é Amazônia?* falamos sobre a região, as várias classificações quanto a floresta, divisão política-administrativa, a população, o bioma, alguns problemas e preocupações que comprometem a conservação do bioma Amazônia.

No segundo capítulo, discutimos sobre o discurso jornalístico e suas condições de produção. Os objetos simbólicos não são somente a transmissão da informação, eles são carregados de significações que produzem sentidos. Por isso, discutimos alguns dispositivos analíticos da Análise de Discurso que entendemos ser importantes na formulação e compreensão dos discursos *sobre* a Amazônia como: ideologia, formação discursiva, imaginários, pré-construídos e acontecimento jornalístico *versus* acontecimento discursivo.

Os europeus chegam à região desconhecida não só geograficamente também com modos de vida e cultura diferentes dos seus referenciais de mundo. Por isso, no terceiro capítulo, *Amazônia que o mundo vê*, por meio da exposição de alguns estudos que analisaram as narrativas dos viajantes europeus sobre a Amazônia, podemos identificar imaginários e interpretar alguns sentidos por eles atribuídos à região e que contribuíram para construção da imagem da região para os habitantes do Velho Mundo, percorrendo, dessa forma, uma trajetória discursiva do que foi dito sobre a Amazônia pelo “outro”.

A aproximação nacional com a região aconteceu de forma mais lenta e só ganhou espaço nos meios de comunicação quando os debates mundiais sobre meio ambiente e sustentabilidade foram intensificados. A partir de estudos acadêmicos feitos por outros pesquisadores, buscamos conhecer as temáticas amazônicas mais recorrentes, os imaginários e sentidos numa perspectiva nacional e pela visão exógena nos diferentes meios de comunicação (TV, revista, jornal e internet).

A Amazônia também recebe destaque em outros modos de comunicação. A publicidade, aliada ao jornalismo, faz uso do nome da região e de todo o imaginário já construído em torno dela. São enfatizadas as origens dos produtos e espetáculos, tradições culturais dos povos locais, frutos e árvores (fazem parte da biodiversidade amazônica) selando com a marca Amazônia, ressignificando-a e certificando-os, como se essa associação fosse garantia de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável. Incluímos também exemplos de Amazônia segundo a perspectiva do olhar do cinema estrangeiro.

Discutimos esses outros sentidos atribuídos à região por entendermos que existem diferentes significados e sentidos para Amazônia e é necessário expor alguns exemplos que enfatizam ainda mais o imaginário sobre a região; a associação da marca Amazônia a qualquer coisa (produto, eventos, etc.) representa uma certificação de conservação do meio ambiente.

Consideramos importante discutirmos e mostrarmos algumas constituições de Amazônia pela ótica do cinema estrangeiro porque ele exerce grande poder na produção de sentidos e, também pelo funcionamento do interdiscurso (o que se falou antes) nos discursos dos europeus, de historiadores, de cientistas e de escritores, sentidos pré-construídos para Amazônia circulam no cinema, como lugar exótico, exuberante e folclórico.

Por ser uma temática abrangente e que desperta interesses diversos, sabemos que o percurso é longo, e por mais estudos e levantamentos feitos nas literaturas existentes, sabemos que é difícil expormos em nossas discussões todos os estudos já realizados com essa temática. Mesmo assim, esforços foram feitos para que alcançássemos o máximo possível das narrativas sobre a Amazônia para agora, no tempo presente, verificar como e quem fala dela, as vozes ouvidas ou silenciadas, o lugar da Amazônia no imaginário do brasileiro. Dessa forma, a análise dos discursos produzidos pelos veículos locais nos ajudará na discussão e compreensão, de modo que nos possibilite entender por que esses discursos se constituem de certo modo.

No quarto capítulo intitulado *Amazônia(s) na perspectiva de cada veículo*, falamos sobre os objetos desta pesquisa, *Amazônia Real* e *Portal Amazônia*, e o processo de produção de seus discursos. Contamos a história e a rotina jornalística de cada veículo, a partir das entrevistas realizadas com coordenadores, repórteres e idealizadores dos portais.

O capítulo final dessa dissertação, intitulado *Amazônia para o mundo ver*, é destinado às análises das reportagens produzidas pelos veículos de comunicação regionais, por meio da Análise de Discurso, afim de identificarmos como a região amazônica é significada e por quem é falada, para analisar seus efeitos de sentidos e significações acerca da Amazônia.

Objetivo geral

Conhecer os efeitos de sentidos e o lugar da Amazônia Brasileira no imaginário por meio dos discursos em forma de notícias e reportagens de dois portais de notícias sediados na região e cujos conteúdos são produzidos por indivíduos residentes no local.

Objetivos Específicos

- a) Contextualizar a construção dos imaginários e sentidos amazônicos pelo discurso do descobridor;
- b) Descrever as temáticas comuns e sentidos atribuídos à Amazônia produzidos em diferentes discursos jornalísticos, publicitários e cinematográficos;
- c) Discutir os efeitos de sentidos dos discursos jornalísticos da *Amazônia Real* e *Portal Amazônia sobre a Amazônia*;
- d) Analisar se esses discursos se diferem dos veículos nacionais;
- e) Identificar quem fala e quem é silenciado nos discursos produzidos pelos portais regionais;

Justificativa

O nome Amazônia é utilizado como marca, símbolo de conservação/preservação, paraíso, turismo de aventura. Utiliza-se o nome, principalmente, para comercializar algo proveniente ou não da região ou para promoção de eventos.

Gondim (1994) afirma que as narrativas sobre a Amazônia produzidas por viajantes, cientistas, naturalistas, colonizadores ajudaram a inventar uma Amazônia tendo como referencial o Velho Mundo para a construção de imaginários.

Os imaginários alcançaram diversos níveis. Crescemos aprendendo e construindo imagens impressionistas da região amazônica, e não diferente, a maioria dos veículos de comunicação segue persistindo na repetição desses imaginários.

Desde a colonização, a história da Amazônia era contada pelo olhar exógeno, e isso não é diferente da atualidade. Como afirma Magali Bueno (2002), os discursos sobre a Amazônia são construídos baseados em outros discursos sobre a Amazônia, América, Novo Mundo e sobre as Índias.

Assim como há vários brasis, como afirma Schwartz (2009), há também várias Amazônias. Mesmo antes dos europeus chegarem na região, já havia povos com diferentes modos de viver, diversas culturas, além da biodiversidade local. Após a chegada dos europeus, a implantação de vários projetos de ocupação e de desenvolvimento econômico para a região

contribuiu ainda mais para a construção de amazônias, principalmente, na diversidade populacional.

A imaginação alimentada pela literatura dos viajantes despertou e motivou outras viagens de exploradores para presenciar e conhecer de perto o que liam nos escritos da época, achando que iriam encontrar o paraíso.

França (2011) aponta a falta de originalidade e uma certa repetibilidade no modo de como os relatos eram feitos desde a época de Américo Vespúcio até os relatos na época da chegada de D. João VI. Alguns viajantes escreviam seus relatos baseados nos relatos anteriores e, por isso, seus temas e formas continuavam os mesmos.

Há muitas pesquisas sobre e na Amazônia, mas como alguns cientistas afirmam, ainda precisa de mais estudos devido ao alto grau de complexidade do bioma. Os estudos disponíveis hoje permitem maior aprofundamento sobre as multiplicidades amazônicas em comparação ao conhecimento que se tinha sobre a região nos séculos passados. No entanto, todo esse conhecimento ainda não foi suficiente para desvincular imaginários sobre a Amazônia que foram construídos e circularam no período da colonização – alguns até surgiram nas narrativas escritas por cientistas –, e se repetem nos discursos atuais, inclusive nos veículos de comunicação.

Estudos feitos por Carvalho (2013, p. 4) apontaram os temas mais recorrentes nos meios de comunicação no que se refere à Amazônia: “desmatamento, extração ilegal de madeira, demarcação das terras indígenas, conflito de terra, potencial biotecnológico da região, construção de grandes obras de infraestrutura (rodovias e hidrelétricas)”.

De fato, essas temáticas, infelizmente, são problemas antigos na região, mas os meios de comunicação apresentam apenas um modo de olhar para eles, e como a própria autora descreveu em seu estudo, são coberturas fragmentadas e superficiais, pois não consultam a comunidade local, não se aprofundam para entender as causas e se baseiam somente em fontes oficiais. Mesmo sendo verdadeiros, para ganharem atenção na mídia, esses acontecimentos dependem de novos fatos, ou seja, se há novos dados, mudança na legislação, etc.

O presente estudo pretende, por meio da Análise de Discurso de notícias e reportagens produzidas por portais locais de notícias, a partir desse olhar endógeno, conhecer quais amazônias são apresentadas ao público e os sentidos produzidos.

Metodologia

Os estudos de Michael Pêcheux e Eni Orlandi sobre Análise de Discurso, a partir de seus instrumentos teóricos-conceituais, são usados para compreensão do funcionamento dos discursos e dos processos discursivos sobre a Amazônia. Nosso objeto de estudo são os discursos atuais materializados nos gêneros informativos do jornalismo (notícia e reportagem) produzidos pela *Amazônia Real* e pelo *Portal Amazônia*.

Antes de chegarmos até os discursos atuais sobre a Amazônia, que selecionamos em nossa pesquisa entre as notícias e reportagens de dois veículos de comunicação na região amazônica, optamos por fazer uma trajetória discursiva sobre a Amazônia que começa no discurso dos descobrimentos, passando pelos discursos nos meios de comunicação nacional até chegarmos nos discursos atuais.

Nos discursos do descobrimento, tem-se as impressões dos europeus ao chegarem à Amazônia e, a partir delas, foram se constituindo imaginários e sentidos sobre essa parte do Novo Mundo que atraía a curiosidade e cobiça de estrangeiros. Essas impressões, registradas nas narrativas e crônicas, carregavam uma mistura de místico, literário e fantasioso sob influência dos textos de outros navegadores como Marco Polo e Cristóvão Colombo.

É nos discursos dos descobrimentos que buscamos conhecer os imaginários e sentidos construídos e transmitidos pelo olhar estrangeiro, que o tempo e o conhecimento não apagaram, e ao contrário, ainda vemos presentes em diferentes discursos. Isso se dará por meio de revisão bibliográfica de autores que estudaram as narrativas dos europeus ao chegarem na Amazônia.

Ao trazermos para discussão os já ditos a respeito da Amazônia nos meios de comunicação nacionais, esperamos identificar as temáticas comuns nos textos jornalísticos sobre a Amazônia e assim conhecer imaginários, significações e sentidos nesses discursos. Isso se dará por meio da pesquisa bibliográfica de estudos acadêmicos sobre a cobertura da Amazônia pela imprensa nacional num recorte temporal a partir da década de 1970.

Na década anterior (1960), debates e discussões ambientais mundiais somados aos relatórios que apresentavam os problemas no meio ambiente consequentes das ações humanas propiciaram essas discussões ambientais ganhassem mais atenção na mídia. No Brasil, as ações e planos do governo militar para a região Amazônica, somados a esses debates internacionais, foram pontos iniciais para despertar o interesse da mídia para a Amazônia.

Concentramos essa revisão bibliográfica nos estudos que trabalharam a cobertura jornalística *sobre* a Amazônia nos seguintes veículos de comunicação: TV Globo (programas *Globo Ecologia*, *Globo Repórter*, *Jornal Nacional* e *Jornal da Record*), revistas (*Veja*,

Cruzeiro, Realidade), jornais impressos (*O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo*) e internet (*Globo Natureza e Globo Amazônia, O Eco Amazônia, Amazônia.org*).

Para Orlandi (2015a), na Análise de Discurso, o questionamento a ser feito é: “como o texto significa?” Justamente para compreender como esses textos significam, ressignificam e produzem sentidos sobre a Amazônia, faremos uso da Análise de Discurso para compreender os processos discursivos.

Entrevistamos os representantes de cada veículo estudado para conhecermos os seus meios de produção, estrutura física e pessoal, público ao qual é direcionado e a seleção das temáticas da região.

Recorte do material

Analisamos 15 textos entre notícias e reportagens produzidas pela *Amazônia Real* e pelo *Portal Amazônia*, sediados na cidade de Manaus (AM), no período de publicação entre outubro e até primeira quinzena de novembro de 2016.

Tal período se justifica pelo fato das publicações serem mais atuais e, após a reformulação do *Portal Amazônia*, ocorrida em setembro de 2016, algumas publicações anteriores a esse período não estarem mais disponíveis no portal.

Corpus específico para análise

O material específico para análise corresponde à seleção que obedece aos seguintes critérios: conteúdo de produção própria², gênero jornalístico reportagem e notícia, assuntos que envolvam a Amazônia Brasileira direta ou indiretamente. Desta maneira, poderemos conhecer como uma temática específica é trabalhada em cada portal e quais sentidos se produzem em seus discursos sobre ela.

Os critérios para a escolha dos portais mencionados são os seguintes: ambos se identificam como divulgadores de informações da região amazônica; são veículos de comunicação sediados na região e produzidos por indivíduos que lá residem e, portanto, seus materiais jornalísticos possuem visão endógena a respeito da região; e a divulgação de seus conteúdos não fica restrita ao local.

Pela internet, qualquer pessoa pode ter acesso aos seus conteúdos, ao contrário de outros meios como rádio, TV ou revistas, cujo conteúdo poderia ficar restrito à localidade em que se situam. Alguns meios de comunicação já migram seus conteúdos para a plataforma web,

² Não inclusos conteúdos oriundos de *releases* que passaram apenas pela edição dos portais.

entretanto, esse ainda não é um recurso de uso comum entre os meios de comunicação e, por vezes, esse conteúdo é restrito a assinantes ou tem acesso limitado. Dessa forma, busca-se identificar, por meio dos discursos, como e quais amazônias são mostradas.

O *Portal Amazônia* é um dos meios do Grupo Amazônia Cabo, pertencente ao Grupo Rede Amazônica de Rádio e Televisão repetidor do sinal da Rede Globo para cinco estados da região Norte. A *Amazônia Real* é uma agência de notícias independente. Ambos os veículos de comunicação estabelecem na sua cobertura notícias relacionadas à Amazônia.

Fazemos aqui algumas observações em relação à disposição das editorias dos dois veículos de comunicação: ambos veículos possuem editoria de *Meio Ambiente, Cultura e Economia* (que no *Amazônia Real* corresponde à de *Economia & Negócios*). As editorias *Povos Indígenas e Questão Agrária*, existentes na *Amazônia Real*, não estão claramente explícitas no *Portal Amazônia*, embora supomos que este veículo aborde essas temáticas de alguma forma. Os dois possuem a editoria *Cultura*, o que também nos ajudará a compreender a significação de cultura *na* e *da* região para cada portal. Os nomes das editorias talvez se assemelhem com as temáticas nacionais sobre a Amazônia. O desenvolvimento dos capítulos IV e V exigiu nossa atenção, no momento da análise, para saber como essas temáticas são abordadas no discurso local.

Resultados esperados

Floresta, região pouco povoada, selvagem, muita água, tapete verde, índios, desmatamento são algumas expressões utilizadas para descrever a região amazônica. Analisamos como essas e tantas outras expressões (que vemos ao longo da nossa pesquisa) se constituem no discurso, não esquecendo de observar que algumas expressões fazem parte da realidade da região. No entanto, o modo como essa realidade é mostrada revela as formações ideológicas que influenciam seus discursos.

“Palavras refletem sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis” (ORLANDI, 2015a, p. 65). Quando descrevem a Amazônia, vemos que os discursos atuais repetem os já ditos sobre a região. E para entendermos como esses discursos atravessam o tempo e estão presentes nos discursos atuais, a Análise de Discurso (AD) nos dará ferramentas e meios para compreensão dos processos discursivos nos textos produzidos pelos portais analisados, que constituem nosso *corpus*, afim de identificarmos os sentidos produzidos sobre a Amazônia Brasileira ou seja, o que se fala, para quem e como se fala sobre o território.

Para Dutra (2009), a Amazônia é um conceito aberto, pois historicamente recebeu os mais variados sentidos e, portanto, são inúmeros os discursos *sobre* ela. Segundo esse autor, "a

Amazônia apresenta-se como um conceito aberto, sobre o qual se fabricam os mais variados tipos de discurso com todas as suas formas de ambiguidades, a-historicidade e analogias espontâneas" (DUTRA, 2009, p.16-17).

Ao falarmos de discursos, precisamos entender que há discurso em qualquer objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música, crônicas, etc.) e a função do analista de discurso é compreender como esses objetos simbólicos funcionam e produzem sentidos (ORLANDI, 2015a).

Ao expormos os discursos exógeno (externo a região, vindo de fora) e endógeno (origem no interior) sobre a Amazônia, nossa intenção apresentar ao leitor os efeitos de sentidos em cada discurso e fazer referência entre eles, pois os discursos se atravessam e ajudam a formular outros discursos por suas formações discursivas e são nelas que a Amazônia recebe seus sentidos.

Segundo Orlandi (2008b), a concepção de mundo, os valores, as crenças de todos os indivíduos são regidas pelos aparelhos ideológicos do Estado – política, cultura, escola, família, etc. Por isso, afirma: “A ideologia é, pois, constitutiva da relação do mundo com a linguagem, ou melhor, ela é condição para essa relação” (idem, p.56).

Quando assujeitado pela ideologia, o sujeito se inscreve em uma Formação Discursiva (FD) representando no discurso as formações ideológicas. Toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas, as quais apontamos acima, e que são identificáveis a partir do que Pêcheux (2014a) designa como Formação Ideológica. Acrescentemos o que Brandão (2012) relata sobre as Formações Discursivas, quando destaca que elas se constituem de um conjunto de enunciados regidos pelas mesmas regras, ou seja, pela formação ideológica.

Sentidos para Amazônia mudam quando se inserem em diferentes formações discursivas. Assim, quando o europeu, a imprensa nacional, a imprensa local e os moradores da região falam da Amazônia, os discursos são diferentes e seus efeitos também, justamente porque as formações ideológicas afetam diretamente o imaginário inserido em diversas formações discursivas, que determinam o que dizer, e se materializam nos discursos.

Além disso, outros ditos sobre a Amazônia se produziram em diferentes lugares (interdiscurso) e, estes são recortados pelas diversas formações discursivas. Mesmo o que se falou de Amazônia nas crônicas e relatos dos viajantes ultrapassou o tempo, pois está na nossa memória discursiva, sobre a qual não temos controle, embora sempre achamos ser os primeiros a dizer a respeito.

Explicando melhor, quando descrevemos a região como selvagem ou tapete verde em algum discurso, outros dizeres já foram ditos a respeito, ou seja, essa descrição não se iniciou no sujeito do discurso, mas foi atravessada por outros dizeres já ditos e repetidos.

Fala-se do índio, mas não se dá voz para ele. Silencia-se quando se fala de povos amazônicos caracterizando-os como homogêneos, quando na verdade há vários povos (populações miscigenadas e diversas etnias indígenas); silencia-se quando se relata os problemas característicos ou sofridos na região e não se contextualiza suas causas, suas consequências, quando só uma voz é ouvida, e geralmente de uma classe dominante.

E esse silenciamento se fez presente em diferentes meios de se comunicar, como aborda Dutra (2009, p. 61):

“A manipulação da história por meio de textos presentes em livros escolares e nos meios de comunicação, como as histórias em quadrinho, a mídia eletrônica e o cinema, pode mesmo inverter o significado de fatos passados, que se refletem no presente e que por isso mesmo não interessa, aos tradicionais sistemas de poder, reavivar-lhes a memória. Dessa forma, grupos humanos continuam como que tendo um passado anônimo, como os ameríndios, os negros escravizados, anonimato que, nos discursos hegemônicos contemporâneos, tende a estender-se aos remanescentes daqueles grupos, a despeito de tentativas crescentes de denunciar aquele passado de silenciamento”.

Interessante notar que, enquanto fazíamos a delimitação da pesquisa, observamos que as nomações das seções/editoriais dos dois portais de notícias são temáticas presentes na mídia nacional, como *“Povos Indígenas”*, *“Meio Ambiente”*, *“Questão Agrária”*, *“Política”*, *“Cultura”*, *“Economia & Negócios”*, *“Ciência e Tecnologia”*, *“Saúde”*. O que talvez diferencie seja a ideologia e as formações discursivas atuando nos discursos de cada veículo. Quais sentidos essas temáticas produzem em cada discurso dentro de cada ideologia e linha editorial de cada veículo estudado? Afinal, “palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra, pois muda a sua relação ideológica” (ORLANDI, 2008a, p. 23). Pela Análise de Discurso, compreendemos qual(is) o(s) sentido(s) que cada palavra representa nos discursos de cada veículo.

Vale ressaltar que as condições de produção – meios de produção do discurso dentro de um contexto sócio-histórico e ideológico – dos discursos da descoberta são totalmente diferentes das condições de produção dos discursos atuais (da imprensa nacional e da imprensa local). O europeu, quando chega ao Novo Mundo com seu referencial do Velho Mundo, nomeia e renomeia o “outro” – a natureza, seus habitantes e a cultura.

“O europeu nos constrói como seu ‘outro’ mas, ao mesmo tempo, nos apaga. Somos o ‘outro’, mas o outro ‘excluído’, sem semelhança interna. Por sua vez, eles nunca se colocam na posição de serem nosso ‘outro’. Eles são sempre o ‘centro’, dado o discurso das des-cobertas, que é um discurso sem reversibilidade. Nós é que os temos como nossos ‘outros’ absolutos (ORLANDI, 2008c, p.54-55, grifos da autora).

A identidade da Amazônia se constituiu baseada nas histórias dos cronistas. Aliás, a própria identidade do brasileiro foi construída pelo europeu. E quando este nomeou o que encontrou, sua intenção era tomar posse, governar (ORLANDI, 2008c). De acordo com essa autora,

"não temos o controle de como os sentidos se formam em nós, sujeitos. Assim, todo dizer se acompanha de um dizer já dito e esquecido que o constitui em sua memória. A esse conjunto de enunciações já ditas e esquecidas e que são irrepresentáveis é que damos o nome de interdiscurso" (ORLANDI, 2006, p.22).

Isso nos leva a questionar se esse “outro” parte ou partiu somente dos europeus em relação à Amazônia ou se o brasileiro de outros lugares também olha para a região como algo distante e diferente. Enfim, o brasileiro que não é da região não reconhece o “outro” (Amazônia) – e tudo que nela consta – como parte do Brasil?

E como a imprensa contribui para o conhecimento, institui verdades postas em circulação por ela mesmo (MARIANI, 1998), analisamos nesse estudo sentidos atribuídos para a Amazônia Brasileira por meio dos discursos jornalísticos. Não esperamos nesse estudo apontar o discurso que melhor represente a realidade da Amazônia, porque a realidade, enquanto significações de mundo para o sujeito, é resultado de concretizações práticas cotidianas de “construção/rememorialização” no sujeito (idem, ibidem). Mesmo que os discursos sejam ditos por sujeitos moradores locais, não são discurso origem; a ilusão discursiva do sujeito (esquece que as palavras já significaram nele), pelo trabalho da ideologia, traz o efeito de evidência, de transparência e significação das palavras (PÊCHEUX e FUCHS, 2014a).

CAPÍTULO I – O QUE É AMAZÔNIA?

O que a Amazônia significa para cada pessoa depende do ponto de vista e de como se dá a interação de cada indivíduo com a região. Para os europeus dos séculos XVI e XVII, ela representava o paraíso, o mistério, a riqueza. Para nós, pode representar floresta, água, riqueza biológica, biodiversidade, entre outros sentidos. No nosso entendimento, existem várias amazônias, seja pelo aspecto do seu bioma (diversidade de plantas, de solos, de animais), seja pela diversidade populacional (a região tem um grande número de etnias), seja pela complexidade do funcionamento dos ecossistemas amazônicos, muitos ainda não conhecidos dos pesquisadores, seja pelas diferenças culturais e econômicas.

Dentro desta unidade territorial, Amazônia, há diversidade. Acerca dessa diversidade, iremos apresentar neste capítulo as amazônias que fazem parte da noção mais ampla de Amazônia. Por isso, apresentaremos alguns aspectos que julgamos importantes para o conhecimento dessa região tão conhecida e ao mesmo tempo desconhecida da maioria da população.

1.1. Dimensões superlativas

Eduardo Neves (2006) afirma que o meio físico da Amazônia é cheio de superlativos. Quando nos referimos às dimensões superlativas, trata-se dos números expressivos de sua área florestal, de seu volume de água e de sua biodiversidade (variedade de animais e plantas).

Em números, a biodiversidade da região amazônica impressiona: na flora, são cerca de 30 mil espécies; na fauna, 1.800 espécies de borboletas conhecidas, 3 mil espécies de formigas, cerca de 3 mil espécies de abelhas, estima-se 1.300 espécies de peixes, 240 espécies de répteis, 163 registros de espécies de anfíbios, mil espécies de aves e 311 espécies de mamíferos registrados³.

A grande dimensão territorial da Amazônia equivale a mais da metade do território brasileiro e abrange nove países da América do Sul. Aqui já há uma diferenciação a ser feita entre Amazônia Brasileira e Amazônia Internacional. Diante dessa dimensão, é compreensível a confusão em identificar as várias amazônias existentes dentro da Amazônia.

³ Museu Paraense Emílio Goeldi. Biodiversidade da Amazônia. Disponível em: <http://marte.museu-goeldi.br/marcioayres/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=11>. Acesso em: 18 jun. 2017.

A Amazônia Internacional é a região de abrangência do bioma amazônico – alcança todo o complexo de ecossistemas florestais existentes na Bacia Amazônica. Além do Brasil, alcança a Bolívia, o Peru, o Equador, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana, a Guiana Francesa e o Suriname.

“O Bioma Amazônico é a região de maior biodiversidade do planeta. Calcula-se que contenha quase 30% de todas as espécies existentes [...] As explicações para essa formidável multiplicidade de espécies e ecossistemas apontam para as variações climáticas (atuais e passadas), geológicas, geográficas, das formas de ocupação e uso dos recursos naturais existentes no bioma” (CARNEIRO FILHO e SOUZA, 2009, p. 8).

Na parte brasileira, tem-se a Amazônia Legal, também chamada de Amazônia Brasileira, que abrange os estados da região Norte (Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará e Tocantins) além dos estados do Mato Grosso e parte do Maranhão, totalizando uma área de aproximadamente 5.020.000 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Amazônia Legal foi instituída na lei nº. 1.806/1953 no governo de Getúlio Vargas. A população da Amazônia Legal é de 25.474.365 habitantes (IBGE, 2010).



Figura 1 - Mapa da região Norte, da Amazônia Brasileira e da Amazônia Internacional

Disponível em: <http://portalparamazonia.blogspot.com.br/2016/01/amazonia-legal-e-internacional.html>.

Acesso em 03 de mar 2017

1.2. Região hidrográfica

Foi pelas águas que o primeiro europeu, Vicente Yañez Pinzón, chegou a região amazônica pela foz do rio, então conhecido como Santa Maria del Mar La Dulce (rio Amazonas), pela Ilha de Marajó (PA). Rota de navegadores, no período da colonização, o rio era caminho para levar especiarias e ouro para a Europa. Na atualidade, o rio Amazonas, assim como outros rios amazônicos, continua com a funcionalidade de transportar pessoas, alimentos, e fazer interligação entre cidades, funcionando como hidrovias.

A região Hidrográfica Amazônica é constituída pela bacia hidrográfica do rio Amazonas, pelas bacias hidrográficas dos rios da Ilha do Marajó, no Pará, e pelas bacias dos rios do Amapá que desaguam no Atlântico Norte.

A bacia hidrográfica do rio Amazonas se estende por vários países da América do Sul (Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana) numa área de 6.110.000 km², a mais extensa do mundo. Os principais rios são: Javari, Purus, Madeira, Tapajós e Xingú e Iça, Japurá, Negro, Trombetas, Paru e o Jarí (ver as microbacias da bacia amazônica na Figura 2).

O rio Amazonas nasce nos Andes peruanos, onde recebe o nome de Marañon. No Brasil, recebe o nome de Solimões. No encontro com o rio Negro, forma um dos cartões portais do Estado do Amazonas, o Encontro das Águas.

O rio Amazonas tem mais de mil afluentes, tornando o Brasil o maior país em disponibilidade de água doce do mundo (FERREIRA, 2012, p. 126). Segundo o autor, “é uma região com grande quantidade de chuva que, pelas características geográficas, contribuem para a formação de inúmeros igarapés, que por sua vez formam os grandes rios como o Negro, Madeira, Tapajós, Xingu, Juruá e Purus”.

Os rios Negro e Solimões são exemplos dos tipos de águas dos rios da Amazônia. As águas dos rios amazônicos possuem três tipos de tonalidades: os de águas brancas, como o Juruá e o Amazonas, são ricos em minerais dissolvidos e de ph neutro (entre 6 a 7); os rios de água preta, como os rio Negro e Urubu, como o próprio nome sugere, têm coloração escura e ph variando de 3 a 5, e apesar da coloração, suas águas são transparentes; e os rios de águas claras, como o Trombetas e o Tapajós, têm tonalidades verdes e ph variando de 4 a 7 (FERREIRA, 2012).

A região amazônica brasileira tem clima quente e úmido, resultado do conjunto envolvendo floresta, atmosfera e rios. “A floresta não é simples consequência do clima. Ao contrário, a floresta amazônica tem papel fundamental na ciclagem da água e conseqüentemente no clima da região” (FERREIRA, 2012, p. 147). Há duas estações no ano: o período chuvoso e

o verão. O período de chuvoso (em que ocorre a cheia dos rios amazônicos) é entre os meses de dezembro a maio e o verão (quando acontece a vazante dos rios) é de junho a novembro.



Figura 2 - Mapa da Bacia Hidrográfica da Amazônia e das microbacias brasileiras

Fonte: Atlas de pressões e ameaças às Terras Indígenas na Amazônia brasileira (2010)

Santos *et al.* (2012, p.23) observam dois fatores importantes em relação à bacia amazônica: primeiro, em função da sua extensão, a periodicidade das cheias e vazantes é distinta em diferentes locais, influenciando o volume de águas de seus afluentes; segundo, a bacia está localizada numa área de planície, por isso tem pouca declividade, com pouca eficiência para produção de energia.

1.3. Tipos de solos e florestas

Devido à imensa diversidade de espécies florestais, a Amazônia pode ser equivocadamente associada a fertilidade do solo. Ao contrário do que se imagina, os solos da região amazônica não são ricos, e isso se explica porque eles são antigos, sem muita oferta de nutrientes.

Segundo Ferraz *et al* (2012, p. 101-102), a manutenção da floresta e da biodiversidade se dá porque as partes mortas (frutos, flores, folhas, galhos e troncos) das plantas caem no solo,

são decompostas e liberam nutrientes que são absorvidos pelas raízes das árvores, ajudando em seu crescimento. Esse processo (morte, decomposição e liberação de nutrientes) é chamado de ciclagem de nutrientes.

“Por isso, é comum que, em áreas desmatadas, a floresta demore muito a se recompor: o desmatamento interrompe a ciclagem de nutrientes, empobrecendo os solos, além de torná-los expostos à chuva o que favorece a erosão e a perda adicional dos eventuais nutrientes que ainda restavam” (NEVES, 2006, p. 16).

A bacia amazônica tem vários tipos florestais e não florestais, variedade associada aos rios, solos e topografia (forma do terreno, tamanho e inclinação). Tem-se as florestas inundáveis (várzea e igapó) e de terra firme. Incluem-se ainda os buritizais, as campinaranas, as savanas amazônicas, os manguezais, entre outras. Como citamos, a vegetação amazônica não é homogênea.

Nas florestas de várzea, os solos são férteis e mais utilizados para agricultura, pela proximidade com os rios. Estão presentes nas margens dos rios Solimões, Amazonas e Madeira. As florestas de igapó são periodicamente inundáveis e possuem baixa diversidade de flora e fauna. As florestas de terra firme se caracterizam por solos pobres em nutrientes e incluem todas as florestas que não estão nas áreas inundadas.

Há também a chamada *terra preta de índio*, solo antrópico presente em áreas ocupadas por índios pré-colombianos (FERRAZ *et al*, 2012). “As terras pretas talvez sejam o melhor indicador de que os ambientes amazônicos foram modificados pelas populações indígenas que ocupavam a região antes da conquista” (NEVES, 2006, p. 52).

Os pesquisadores não conhecem o processo de formação dos solos de terras pretas, mas há a hipótese de que eles “resultem do acúmulo contínuo de restos orgânicos – ossos de peixes e de outros animais, cascas de frutas e raízes, fezes, urina, carvão, etc. – em aldeias sedentárias ocupadas durante muitos anos ou décadas” (NEVES, 2006, p.53).

1.4. Ocupação na Amazônia

A ocupação da Amazônia ocorreu há pelo menos 11.000 anos, segundo Neves (2006). Esse autor faz importante crítica sobre alguns padrões estimados para o modo de vida das populações pré-coloniais na Amazônia. Idealizar um único modo de organização política e social para essas populações é pensamento errôneo, segundo Neves, pois alguns povos eram voltados para guerra, outros eram agricultores, outros nômades, outros com sociedades hierarquizadas. De acordo com ele,

“o mundo da natureza, para as populações indígenas da Amazônia, representa não somente um grande estoque de recursos materiais a ser utilizado de diferentes formas – para a alimentação, construção de habitações, transporte, divertimento –, mas também uma verdadeira biblioteca de referências, a partir da qual indivíduos e sociedades constroem narrativas sobre si mesmas e seus papéis no universo” (NEVES, 2006, p.20).

No período da colonização da Amazônia, grandes conflitos entre os povos indígenas e os europeus resultaram no assassinato de indígenas e na extinção de etnias. Apesar de ter ocorrido grande povoamento de indígenas na região amazônica, colonizadores e governo negaram a existência desses povos e implantaram medidas para que pudessem povoar a região.

O grande ciclo econômico na Amazônia foi o período da borracha (com apogeu entre 1879 e 1912). Além de mudanças econômicas, trouxe também mudanças sociais e grande fluxo de migração de nordestinos para trabalho na extração da borracha. A população de Manaus (principal centro da borracha), por exemplo, passou de 10 mil habitantes em 1890 para 50 mil habitantes em 1900. Outros grupos contribuíram para a diversidade populacional da Amazônia: judeus, marroquinos, sírio-libaneses, japoneses (SOUZA, 2001).

Além de atividades econômicas que impulsionaram a migração para a Amazônia, a construção de rodovias (Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho-Manaus) possibilitaram a “integração” com o restante do país. Outras estratégias para ocupação e desenvolvimento da Amazônia foram projetadas no período do regime militar. Citaremos algumas, de acordo com resumos de Becker (1990) e Ianni (1979):

- Criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953: com objetivo de elaborar projetos para valorização da Amazônia;
- Em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) substituiu a SPVEA, para elaboração e coordenação de programas e planos voltados para ocupação das terras e redistribuição de incentivos fiscais;
- A Superintendência da Zona Franca de Manaus é criada em 1967, com o objetivo de formar um polo industrial e agropecuário com isenção fiscal;
- O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é criado em 1970 para promover a colonização e executar projetos de distribuição controlada de terras;

Essa ideia de ligar a região amazônica ao restante do país já era antiga, desde o período imperial, quando houve no governo de Pedro II a primeira tentativa de construção de uma ferrovia, somente concretizada em 1912, ao custo de vidas de vários trabalhadores, em função dos rigores da floresta tropical e dos trabalhos desumanos a que foram submetidos (SOUZA,

2001). Assim como os programas e obras mencionados anteriormente, outros projetos e ações foram criados no regime militar com o propósito de povoar a Amazônia e integrar a região ao restante do país.

A Amazônia, em 2010, respondeu por 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e tinha 13,4% da população brasileira. Suas principais atividades econômicas na atualidade são: indústria, extrativismo, pecuária, extração de madeira, mineração. Essas atividades, juntamente com obras do passado e atuais, como a construção de hidrelétricas, agredem os ecossistemas amazônicos, o que é assunto de embates entre cientistas e políticos.

A população autodeclarada indígena na Amazônia é de 305.873, segundo censo de 2010 do IBGE. Dos 10 municípios com maior população indígena declarada (ver Figura 4), sete são do Amazonas, os demais do estado de Roraima. O município de São Gabriel da Cachoeira (AM) tem a maior população indígena do Brasil, correspondendo a 95% de sua população total, e possui 23 etnias. No município, a Lei nº. 145, de 2002, regulamentada em 2006, co-oficializou as três línguas mais usadas na região do Rio Negro, além do português: tukano, baniwa e o nheegatu (SILVA, 2013).

Total			
	Código	Município	POP
1	1303809	São Gabriel da Cachoeira	29.017
2	1303908	São Paulo de Olivença	14.974
3	1304062	Tabatinga	14.855
4	1303601	Santa Isabel do Rio Negro	10.749
5	1300607	Benjamin Constant	9.833
6	1400100	Boa Vista	8.550
7	1300409	Barcelos	8.367
8	1400050	Alto Alegre	7.544
9	1400704	Uiramutã	7.382
10	1300300	Autazes	6.877

Figura 3 - Municípios com as maiores populações indígenas do Brasil, por domicílio, na Região Norte.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

1.5. Áreas protegidas

Na Amazônia Legal, pouco mais de 43% de seu território é ocupado por áreas protegidas: são Unidades de Conservação (22% do território) e terras indígenas (aproximadamente 21% do território) (CARNEIRO e SOUZA, 2009).

As Unidades de Conservação (UC), instituídas pela Lei Federal 9.985 de 2000, são de uso sustentável – permitem coleta e uso dos recursos naturais – ou de proteção total – permitem apenas uso indireto (atividades que não envolvam consumo, coleta ou dano) dos recursos naturais. “A UC é uma parte do território sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias especiais de proteção por possuir característica naturais relevantes” (CARNEIRO E SOUZA, 2009, p.10).

Incluem-se nas UCs de uso sustentável: Reservas Extrativistas (Resex), Área de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais (Flonas), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Estações Ecológicas, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Área de Proteção Ambiental (APA). As UCs de proteção total abrangem: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

A criação das áreas de proteção tem como finalidade principal conservar os ecossistemas naturais. Porém, o objetivo da conservação se contrapõe ao que acontece na prática. Um levantamento feito pela Organização Não Governamental (ONG) Imazon listou as 50 UCs na Amazônia Brasileira com maiores registros de desmatamento entre 2012 e 2015⁴. No ranking das 10 UCs mais desmatadas, cinco são APAs, três Resex e duas Flonas.

A recente aprovação no Senado Federal de duas Medidas Provisórias (756 e 758), vetadas pelo presidente Michel Temer, autorizava a redução de 586 mil hectares de áreas protegidas no estado do Pará, localizadas na área do Jamanxim, onde há intensa atividade de madeireiros e da agropecuária⁵.

A Constituição Federal assegura aos povos indígenas o direito originário e uso exclusivo sobre as terras tradicionalmente por eles ocupadas. São 562 terras indígenas no Brasil, nas seguintes situações: terra delimitada (estudos aprovados pela FUNAI aguardando análise e

⁴ ARAÚJO, E. *et al.* “Unidades de Conservação mais desmatadas da Amazônia Legal (2012-2015)” (p. 89). Belém: Imazon, 2017. Disponível em: <http://imazon.org.br/publicacoes/unidades-de-conservacao-mais-desmatadas-da-amazonia-legal-2012-2015/>. Acesso em 18 Jun 2017. As taxas de desmatamentos em áreas protegidas e em terras indígenas estão disponíveis no site do INPE no link <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesuc.php>

⁵ FÁBIO, A. C. “Como o Congresso caminha para reduzir a proteção de 600 mil hectares de terras”. *Nexo*. 10 Mai 2017. Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/05/19/Como-o-Congresso-caminha-para-reduzir-a-prote%C3%A7%C3%A3o-de-600-mil-hectares-de-terras>. Acesso em 18 Jun 2017.

expedição da portaria pelo Ministério da Justiça), terra declarada (autorizada para demarcação física), terra homologada (com limites já definidos e demarcação homologada por decreto da Presidência) e terra regularizada (registrada em cartório em nome da União)⁶.

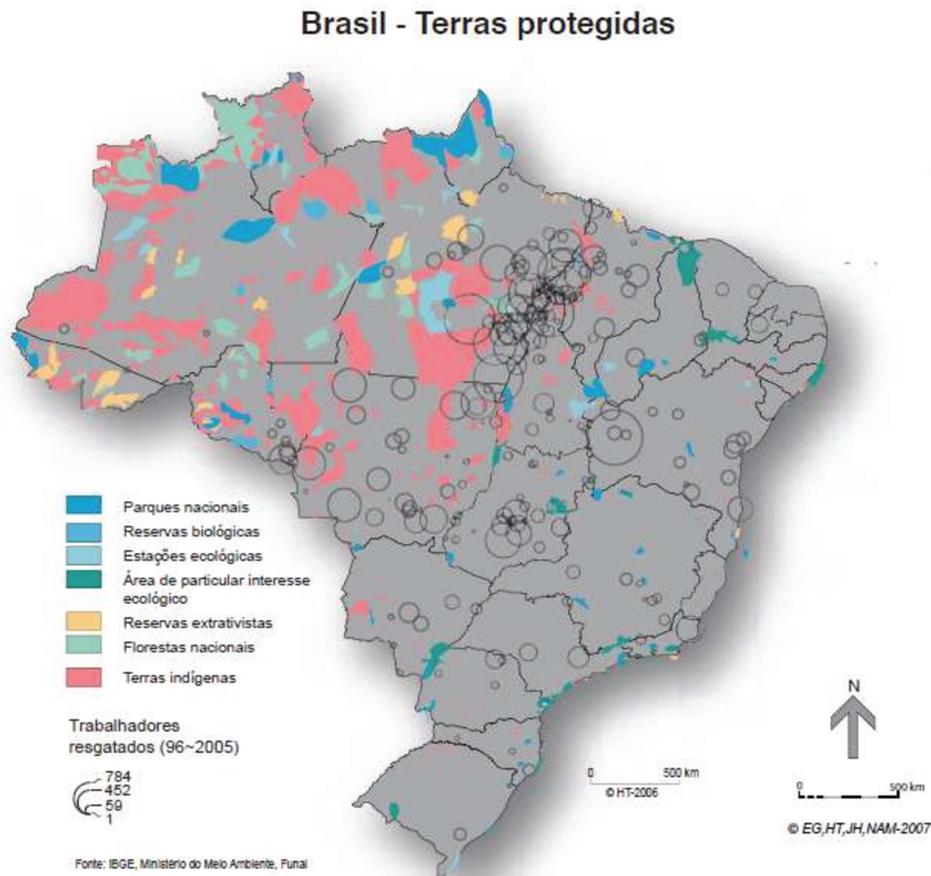


Figura 4 - Mapa de terras protegidas no Brasil

Fonte: Amigos da Terra, Atlas do Trabalho Escravo, 2009

1.6. Preocupações

Na Amazônia, as cinco maiores hidrelétricas são: Tucuruí (PA), Balbina (PA), Samuel (RO), Santo Antônio (RO) e Jirau (RO). Há outras em construção ou em planejamento. O cientista Philip Fearnside (2015, p.10) aponta vários impactos dessas construções para a Amazônia: reassentamento de povos indígenas e de residentes de áreas urbanas e rurais, perda das atividades de subsistência dos moradores adjacentes, impactos na saúde com proliferação de mosquitos e a metilação do mercúrio (transformação do metal em material tóxico), perda da

⁶ Informações obtidas no site da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O site não informa de qual ano é o dado do total de terras indígenas. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>

vegetação por inundação direta ou por desmatamento antrópicos (construção de estradas até as barragens, moradores deslocados, imigrantes) e emissão de gases de efeito estufa.

Estudo recente publicado na revista científica *Nature* aponta a existência de 140 barragens (funcionando ou em construção) e outras 428 planejadas comprometem o curso do rio Amazonas e a retenção de seus sedimentos, importantes para a nutrição da planície e para variedade dos ecossistemas amazônicos⁷.

Outra atividade que causa transtornos para os ecossistemas da Amazônia Brasileira é a mineração. Os principais minerais encontrados nos garimpos são: ouro, diamante, cassiterita, wolframita, gemas, pedras preciosas, cobre e nióbio (ENRÍQUEZ, 2015).

O estado do Pará tem intensa atividade mineradora. No estado, tem-se reservas de cobre, bauxita metalúrgica, caulim, manganês, bauxita refratária, ouro, gipsita e ferro, etc. Em Rondônia, há reservas de estanho, manganês e nióbio.

O estado do Mato Grosso possui reservas de manganês, ouro, chumbo, cobre, estanho, calcário e pedras preciosas. No Amazonas, tem-se reservas de fluorita, zircônio, estanho, tungstênio, gás natural, petróleo, ferro, nióbio. O Maranhão possui reservas de ouro, gipsita, calcário e granito. No Tocantins, há estanho, ouro, calcário, gipsita, mica e potássio. Nos estados do Acre e Roraima não há reservas comprovadas (ENRÍQUEZ, 2015; ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO: PRINCIPAIS SUBSTÂNCIAS METÁLICAS, 2016).

As críticas as atividade mineradora na Amazônia são em função dos impactos no meio ambiente, principalmente nos rios, por causa de novos métodos de extração utilizados nos garimpos. Os garimpos utilizam escavadeiras hidráulicas, flutuantes (dragas, balsas chupadeiras e balsinhas).

“A retirada da mata ciliar e as escavações nas margens dos rios provocam assoreamento e geram um verdadeiro mar de lama O meio hídrico certamente tem sido um dos mais impactados, ao ponto de a maioria dos estados imporem restrições ao garimpo com uso de equipamentos com alto potencial de devastação, a exemplo do Amazonas e Rondônia e mais recentemente o Pará” (ENRÍQUEZ, 2015, p. 163-164).

Dados preocupantes em relação à Amazônia são o aumento da área desmatada. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) monitora por satélite os registros de desmatamentos na Amazônia Legal. As origens do desmatamento na região são a extração

⁷ CRIADO, M. A. “500 barragens ameaçam sufocar o Amazonas”. *El País Brasil*, 15 jun 2017. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/14/economia/1497430161_506854.html Acesso 15 jun 2017.

ilegal de madeira, a produção de soja e a agropecuária. Em 2016, o INPE⁸ registrou 7.989 km² de área desmatada. O Pará é o estado com maior área desmatada com 3.025 km².

Uma área crítica na região é o chamado Arco do Desmatamento, que vai do leste do estado do Pará, passa por Mato Grosso, até o oeste de Rondônia. Essa área apresenta os maiores registros de trabalho escravo no Brasil (ver Figura 6), principalmente na pecuária e no desmatamento (REPÓRTER BRASIL, 2015).

Vários estudos constataam os danos do desmatamento ao bioma amazônico, como os seguintes: aumento na temperatura do solo, redução da evapotranspiração, alteração na qualidade da água, mudança na qualidade do ar, redução da biodiversidade, etc. (FERREIRA, 2012). Esses impactos, e tantos outros, causam problemas não somente para a região amazônica, mas para outros biomas.

Embora seja consideravelmente grande o conhecimento científico sobre a Amazônia, ainda há muito o que se pesquisar nessa região tão grande. O Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), formado por pesquisadores de diversos países, divulga, em seus relatórios, cenários de como determinados biomas se comportariam submetidos a certos tipos de situações. E, segundo relatório do IPCC, se as ações humanas continuarem como estão, as projeções para a Amazônia não são nada animadoras.

Como visto, certas atividades econômicas praticadas de maneira ilegal ocasionam danos ambientais e também para suas populações. Infelizmente, dados que não podemos deixar de apresentar neste capítulo são os altos registros de trabalho escravo na região. Um levantamento da ONG Repórter Brasil (figuras 5 e 6) apresentou as atividades econômicas e os municípios onde há mais registros de trabalhos escravos. Nove municípios do Pará estão entre os dez municípios de maiores casos de trabalho escravo, sendo a pecuária a atividade responsável por grande parte desses registros.

⁸ O INPE disponibilizou as taxas anuais de desmatamento de 1988 até 2016. Os dados estão disponíveis em http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2016n.htm. Acesso 14 jun 2017.

DISTRIBUIÇÃO DE CASOS DE TRABALHO ESCRAVO NA AMAZÔNIA EM ATIVIDADES ECONÔMICAS (2003-2014)

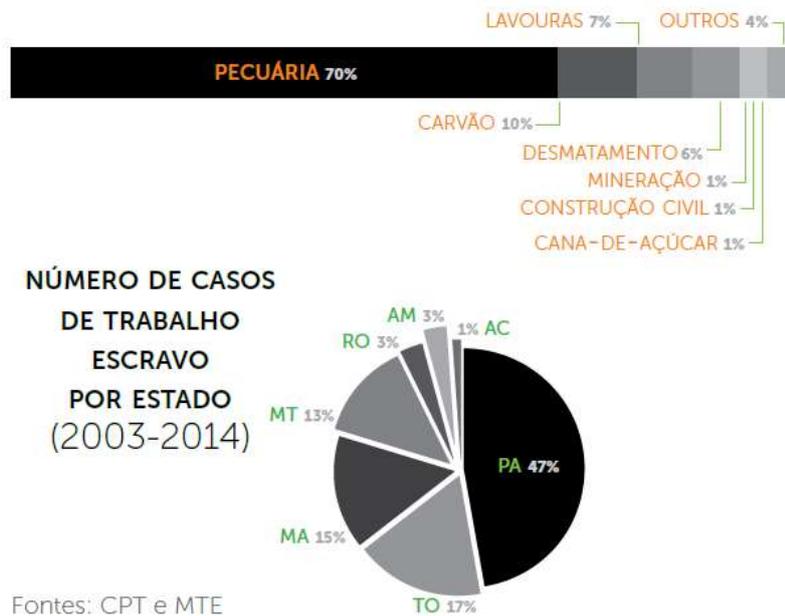


Figura 5 - Atividades econômicas com registro de trabalho escravo

OS DEZ MUNICÍPIOS COM MAIOR NÚMERO DE CASOS DE TRABALHO ESCRAVO DO BRASIL ESTÃO NA AMAZÔNIA (2003-2014)

MUNICÍPIO	NÚMERO DE CASOS	NÚMERO DE TRABALHADORES
1. São Félix do Xingu (PA)	129	882
2. Marabá (PA)	86	575
3. Açailândia (MA)	75	366
4. Rondon do Pará (PA)	66	530
5. Novo Repartimento (PA)	46	185
6. Goianésia (PA)	44	554
7. Dom Eliseu (PA)	43	380
8. Itupiranga (PA)	43	342
9. Pacajá (PA)	41	604
10. São Geraldo do Araguaia (PA)	38	131

Fontes: CPT e MTE

Figura 6 - Municípios amazônicos com maiores registros de trabalho escravo

Como visto, a complexidade da Amazônia se estende além do funcionamento dos seus ecossistemas. Há questões e problemáticas que demandam grandes estudos e discussões, além, claro, de políticas públicas. Os pontos abordados neste capítulo foram para situar o leitor quanto à diversidade da região amazônica. Nosso objetivo é mostrar as várias amazônias existentes dentro desta região, que a tornam tão diversificada e de tamanha dimensão que os estudos existentes ainda não foram suficientes para descrevê-la em sua totalidade.

CAPÍTULO II - O DISCURSO JORNALÍSTICO

Mariani (1998) considera que o discurso jornalístico está na modalidade de discurso *sobre* porque transforma em objeto o que se fala, produz efeito de distanciamento e institucionaliza sentidos. Por isso, os discursos da *Amazônia Real* e do *Portal Amazônia* são discursos *sobre* porque organizam diferentes dizeres *sobre* a Amazônia, e “*dizer sobre* aciona um *discurso* que faz falar (os) discurso(s) (dos) outro(s)” (COSTA, 2014, p. 35, grifo da autora).

Informações sobre a Amazônia podem estar contidas em vários materiais: livros, revistas, meios de comunicação, folders, cinema, etc. É possível utilizarmos esses meios e tantos outros para nos ajudar a adquirir novos conhecimentos ou ampliar os já existentes sobre ela. Nesse tempo atual, por conta da velocidade de circulação da informação proporcionada pelo avanço da internet e intensificada pelas mídias sociais, recebemos diariamente várias informações.

A discussão neste capítulo se concentra na produção do discurso jornalístico e na transformação do acontecimento em notícia ou reportagem, que implicam em como e quais informações chegam ao público, nas condições de produção do discurso jornalístico, além das normas e padrões jornalísticos presentes desde a seleção do acontecimento até a veiculação da informação projetada em algum gênero jornalístico.

O gênero informativo notícia se caracteriza, segundo Lustosa (1996, p. 19), como “o relato de um fenômeno social, presumivelmente de interesse coletivo ou de um grupo expressivo de pessoas”. Complementando o conceito, Lage (2006, p. 17) afirma que

“do ponto de vista da estrutura, a notícia se define, no jornalismo moderno, como o relato de uma série de fatos, a partir do fato mais importante ou interessante; e, de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante [...] não se trata de narrar os fatos, mas de expô-los”.

A reportagem se caracteriza por expor assuntos de forma mais aprofundada e crítica, contendo análise dos fatos. Reportagem seria gênero híbrido por transitar entre os outros gêneros do jornalismo e, segundo Dittrich (2003, p.32-33),

“apresenta características argumentativas do ensaio e do comentário; apresenta o caráter informativo da notícia, mas não se restringe a ele [...] a reportagem aponta para uma categoria jornalística que se preocupa em ir além da mera descrição dos fatos, desdobrando-os em suas causas e consequências”.

2.1. Ideologia

Althusser (1974) traz a noção de ideologia praticada por meio dos aparelhos ideológicos do Estado (escola, família, governo, religião, etc.). Para o autor, a ideologia está sempre inserida em um aparelho ideológico e se dá através de práticas. Pêcheux vai além dos aparelhos ideológicos como meios de realização da ideologia. Para Pêcheux (2014b), a ideologia é histórica e sua materialidade se dá por meio do discurso.

“Ideologia fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão ou um enunciado que queiram dizer o que realmente dizem e que mascaram, assim, sob a transparência da linguagem, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras do enunciado” (PÊCHEUX, 2014b, p.146, grifo autor)

É a ideologia que direciona os sentidos para certa direção produzindo cristalizações, sustentando os sentidos institucionalizados, o sempre já lá, como se fossem “naturais”.

“A ideologia, então é, um mecanismo imaginário através do qual coloca-se para o sujeito, conforme as posições sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe aparece como evidente, natural, para ele enunciar daquele lugar” (MARIANI, 1998, p.27).

A ideologia interpela o indivíduo em sujeito. Essa interpelação se realiza por meio das formações ideológicas, fornecendo para cada sujeito a sua realidade, resultado da identificação do sujeito com a formação discursiva (dominante) que o constitui (PÊCHEUX, 2014b).

O sujeito esquece – esquecimento ideológico e da ordem da enunciação – de outros discursos anteriores que ajudam a constituir seu discurso. O esquecimento ideológico diz respeito ao modo como a ideologia nos afeta; acreditamos ser a origem do nosso dizer, mas na realidade, retornamos a sentidos pré-existentes. No segundo esquecimento, da ordem da enunciação, o sujeito vai construindo dizeres, acreditando que o que diz só pode ser dito daquela forma, e esquece que há outros sentidos possíveis (PÊCHEUX, 2014b).

O discurso ideológico da suposta objetividade jornalística defende a fidelidade à narração dos fatos, devendo o jornalista contar a realidade, “evitando-se a interferência da instituição jornalística na sua configuração para ‘criar’ notícias” (MELO, 2006, p. 42). Entretanto, isso não passa de teoria, pois na prática se entrecruzam vários interesses, inclusive do interlocutor (público), já que no material jornalístico “se encontram, entrecruzando-se, os interesses ideológicos e econômicos do jornal, do repórter, dos anunciantes bem como, ainda que indiretamente, dos leitores” (MARIANI, 1999, p. 102).

Nos gêneros informativos do jornalismo (reportagem, notícia, entrevista, nota), têm-se a impressão dos textos serem isentos, distintos de ideologia e de opinião, apenas relatariam os fatos. Mas todo sujeito do discurso é interpelado pela ideologia e, pode ocupar diferentes posições-sujeito de acordo com a formação discursiva. O jornalista, por assumir diferentes posições-sujeitos no discurso, passa-se por porta-voz da população, defensor, fiscal, entre outros, ocupando diferentes espaços na sociedade. Como observam Zamin e Schwaab (2007, p. 37), "formações imaginárias e ideológicas autorizam o jornalista a ocupar determinado espaço na sociedade".

2.2. Formação discursiva do jornalismo

A formação discursiva determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 2014b) e reflete no discurso as formações ideológicas. Ao dizer, o sujeito se filia a uma formação discursiva. De igual modo, o sujeito jornalista se filia à formação discursiva que o domina e, assim, dissimula a realidade e os seus sentidos.

No jornalismo, várias formações discursivas se entrecruzam: os valores notícias⁹, as formações discursivas das fontes de informação, os padrões e normas jornalísticas de produção, as formações discursivas do jornalista, etc.

As palavras adquirem novos sentidos em diferentes formações discursivas. O próprio sentido de índios adquiriu diversos sentidos: no primeiro contato, foram caracterizados como comedidos e maravilhados, depois domésticos e bobos, sutis e engenhosos, bárbaros, soberbos e hostis e, por último, as índias foram descritas como mulheres guerreiras, como observaram Bentes *et al.* (2000).

O índio, no discurso dos viajantes, adquire um sentido diferente do sentido de índio no discurso dos cientistas, dos militares, dos historiadores, da *Amazônia Real* e do *Portal Amazônia*. Pois “palavras iguais podem significar diferentes sentidos porque se inscrevem em formações discursivas diferentes” (ORLANDI, 2015a, p. 42).

Por isso, temas gerais sobre a Amazônia podem ter perspectivas diferentes de acordo com o veículo de comunicação. O discurso sobre as temáticas meio ambiente, desenvolvimento sustentável, floresta ou qualquer outra temática relacionada à Amazônia publicado no veículo A pode ser diferente do discurso publicado nos veículos B, C, etc. Isso depende em quais

⁹ Valores notícias são critérios para orientar a seleção dos acontecimentos. Segundo definiu Wolf (2003, p. 202), “valores-notícia são critérios de relevância difundidos ao longo de todo o processo de produção e estão presentes tanto na seleção das notícias como também permeiam os procedimentos posteriores, porém com importância diferente”.

formações discursivas estão inscritos os discursos de cada veículo de comunicação. A formação ideológica – interpretação de mundo de certa classe social – determina a formação discursiva (FIORIN, 2007).

O jornalista, enquanto sujeito, se desloca, assumindo diferentes sujeitos inscritos em diferentes formações discursivas (onde se constituem sujeitos e sentidos) no mesmo discurso. No entanto, como observa Orlandi (2008a, p. 57), as diferentes formações discursivas no texto podem ser muitas e de diferentes naturezas: “de confronto, de sustentação mútua, de exclusão, de neutralidade aparente, de gradação, etc.”.

Os padrões e normas jornalísticas ensinados na academia são os mesmos, mas as formas de interpretação de mundo não se encaixam em um molde que padronize o fato de modo que ele seja publicado da mesma forma. E quando isso acontece é porque coincide dos veículos de comunicação possuírem a mesma formação ideológica em relação ao fato. Mas mesmo essa semelhança não caracteriza discurso igual, uma vez que há vários modos de dizer, e não dizer também é discurso.

“Ambos seguem as mesmas normas, aceitas ao longo da história do jornalismo como ‘corretas’, ou ‘adequadas’, ou ‘inquestionáveis. Ambos podem ter buscado as mesmas fontes, ambos podem ter começado o discurso pelo mesmo raciocínio, ambos podem seguir linhas editoriais que sirvam ao mesmo interesse político ou econômico e enunciar sob a mesma perspectiva ideológica” (BENETTI e JACKS, 2001, grifos das autoras).

Os critérios de noticiabilidade servem de parâmetros para qualificar se um fato merece ser noticiado. Traquina (2005, p. 63) conceitua os critérios de noticiabilidade do jornalismo como um “conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia”. Os valores-notícia servem para orientar na seleção e estrutura hierárquica dos fatos.

2.3. Condições de produção do discurso jornalístico

O dizer de todo indivíduo é afetado pelo sistema – formado pela língua, ideologia e imaginário – de significação em que se inscreve o sujeito. Assim, seu dizer é interpretação afetada por esse sistema de significações (BENETTI, 2010). De igual maneira, o discurso jornalístico é também interpretações. A atividade jornalística, pelas suas várias intervenções ao longo do seu processo de produção, diante dos fatos, vai construindo sentidos sobre a realidade.

Discursos são sempre pronunciados a partir de certas condições de produção (PÊCHEUX, 2014a). As condições de produção do discurso envolvem o sujeito e a situação –

contexto sócio histórico, contexto ideológico e as circunstâncias da enunciação, do imediato (ORLANDI, 2006, p.17).

Até que chegue ao produto final (notícia, reportagem, editorial, nota, etc.), a linha de produção jornalística percorre vários caminhos, conduzidos pelas formações ideológicas, que vão configurando o discurso jornalístico, produzindo, como denominou Mariani (1999), leituras de mundo.

O contexto sócio histórico das condições de produção do jornalismo é o da ideologia e das relações sociais. No contexto imediato (no momento do dizer), fazem parte das condições de produção do discurso jornalístico a linha editorial, a ideologia, as políticas comerciais, a valorização da notícia na construção do *lead* – primeiro parágrafo dos gêneros informativos que responde a seis perguntas (que, quem, quando, como, onde e por que) –, o *deadline*, a pauta, as diferentes posições-sujeitos (jornalista, editor, chefe de redação, público, dono da empresa, da fonte entrevistada).

Além dos critérios de noticialibilidade, discutidos anteriormente, outros procedimentos acontecem até a finalização de uma matéria. As diferentes interpretações para o acontecimento, o espaço de destaque (nota, primeira página, reportagem, entrevista, etc.) no veículo, a escolha da editoria onde se irá noticiar, os interesses financeiros e políticos. Isso, se na redação, os atores envolvidos na seleção do fato (jornalista, editores, chefe de redação, diretor de redação e até mesmo o proprietário da empresa) considerarem que o acontecimento merece cobertura jornalística.

A linha editorial e o sujeito editor, inscritos em suas formações discursivas, limitam, padronizam e silenciam o uso de certas palavras, e expressões. No não dizer, ocultar e silenciar, há também discurso. Sujeito e sentido se constituem mutuamente pelas múltiplas formações discursivas, estas refletem as diferenças ideológicas, as posições-sujeitos do discurso, seus lugares sociais (ORLANDI, 2007a). Como bem lembra Fonseca (2010, n.p),

“As formações discursivas, em suas regularidades, em seus rituais da palavra e do palavrear, necessariamente trabalham silêncios e interdições, deixando de lado saberes que poderiam ameaçar sua coerência e unidade, saberes que poderiam ser sintagmatizados, linearizados, formulados, mas não o são”.

Sendo assim, no dizer acontece o silenciamento de ideias, de ideologias, porque o sentido do silêncio não está nas palavras, ele significa (ORLANDI, 2007a). Quando certas fontes de informação são vetadas, quando se escolhe diferentes fontes – enquanto sujeito de seus discursos –, as quais se inscrevem na mesma formação discursiva do veículo; quando

alguns acontecimentos não ganham notoriedade no veículo de comunicação, quando certos assuntos não podem ser publicados no veículo (e se for assunto de grande repercussão ou importância, terá que ser publicado de outra maneira), quando a menção ao acontecimento apaga outros sentidos possíveis, essas práticas são exemplos de situações em que o sujeito jornalista silencia.

Fonseca (2010, n.p) afirma que a formação discursiva não é o único elemento a indicar o que pode e não pode ser dito. O autor atenta para a necessidade de pensar nas pressões das condições de produção do discurso, desse modo, sendo possível observar a dupla coerção: “a pressão das relações de força sobre a enunciação e a pressão das relações de sentido sobre o discurso”. Trazendo para as rotinas jornalísticas, nas circunstâncias da enunciação do discurso jornalístico, o jornalista está inserido num ambiente empresarial (de ordem hierárquica) e de pressões para publicar acerca de um fato, um ambiente de confronto da sua ideologia com a ideologia do veículo.

Na relação hierárquica pela qual nossa sociedade é constituída, dependendo do lugar social do sujeito, seu dizer qualifica o discurso perante a sociedade. Assim, se o sujeito se pronuncia a partir de uma instituição específica (institutos de pesquisa, meios de comunicação, organizações governamentais e não-governamentais, universidade, comunidade, etc.) e de determinada localização (regional, nacional e internacional), também terá diferentes modos discursivos e status diferenciado perante o interlocutor.

O lugar social do jornalista legitima seu discurso perante a sociedade. É comum ouvirmos cidadãos afirmarem: “é verdade, saiu até no jornal...”. Essa afirmação representa as formações imaginárias da população sobre o jornalista, a ideia de que ele fala a verdade. É importante mencionar de onde o jornalista fala, pois se ele fala do veículo de comunicação X, Y, Z, pode, para o público, ter mais legitimidade do que o discurso publicado em outros veículos de comunicação.

O que se diz de um modo também pode ser dito de outro, principalmente se envolve patrocinadores ou grupos políticos ligados à empresa jornalística, ou pelo discurso dominante atribuído a determinado grupo social, o próprio silêncio do jornalista se exime do uso de certos termos para seguir regras e padrões jornalísticos.

Um outro item importante na produção do discurso jornalístico é o *deadline*. A cobrança de apuração, produção e finalização dos acontecimentos pressiona diariamente o jornalista para que o produto final (material jornalístico) esteja disponível ao público o mais rápido possível. Os reflexos desse ritmo da linha de produção incansável são, por vezes, “barrigada” (jargão

jornalístico para notícia falsa), visão única (ou oficial) do fato, informações superficiais sem aprofundamento e debates.

“O ritmo veloz de produção gera ainda outras consequências importantes: obriga o repórter a divulgar informações sobre as quais não tem certeza; reduz, quando não anula, a possibilidade de reflexão no processo de produção de notícia, o que não apenas aumenta a probabilidade de erro como, principalmente e mais grave, limita a possibilidade de matérias com ângulos diferenciados de abordagem, capazes de provocar questionamentos no leitor; e, talvez mais importante, praticamente impossibilita a ampliação do repertório de fontes, que poderiam proporcionar diversidade (MORETZSOHN, 2002, p. 70).

A pauta contém orientações para direcionar o jornalista na produção do texto. Esta atua na forma de apresentação do fato que ganhará atenção do veículo de comunicação. Quando a pauta é algo relacionado à Amazônia, antes do jornalista iniciar seu trabalho, o imaginário sobre a região já está influenciando o modo de construção do seu discurso, por meio da seleção das fontes. A Amazônia chega até nós pelos já ditos (interdiscurso) que nos ajudam a construir outros discursos. Este discurso não é novo, pois nenhum discurso é, se constituiu de outros discursos já existentes.

É no interdiscurso que o sujeito designa sentidos já existentes sobre a Amazônia por meio de formulações já ditas e esquecidas, determinando o que dizemos (intradiscurso, a atualidade), fazendo-nos acreditar termos discursos originais (esquecimentos), quando na verdade eles se concretizaram a partir de dizeres já ditos em outros momentos, resgatados em forma de imaginários e pré-construídos. Assim, conforme diz Orlandi (2012), para as palavras fazerem sentido, é preciso que já signifiquem. Segundo ela,

"não temos o controle de como os sentidos se formam em nós, sujeitos. Assim, todo dizer se acompanha de um dizer já dito e esquecido que o constitui em sua memória. A esse conjunto de enunciações já ditas e esquecidas e que são irrepresentáveis é que damos o nome de interdiscurso" (ORLANDI, 2006, p.22).

De acordo com Courtine,

“O interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciador se apropria para deles fazer objetos de seu discurso” (COURTINE, 2009, p.74).

A memória a qual nos referimos não é de lembranças, de impressões adquiridas no passado e guardadas. Nos referimos à memória discursiva que possibilita fazer circular enunciados anteriores, tornando possível circular esses enunciados na formação discursiva. A

memória discursiva é constituída pelo esquecimento (ORLANDI, 2006). “Toda formação discursiva é associada a uma memória discursiva, constituída de formulações que repetem, recursam e transformam outras formulações” (MAINGUENEAU, 1997, p. 115).

Esquecemos de quando e como certos sentidos significaram em nós, mas que continuamos a dizer. Ao se mencionar a Amazônia, independente do gênero textual, não se trata de um discurso novo sobre a região, mas algo já dito antes (e apagado). Já se formam na memória (memória discursiva) as imagens que se têm sobre a região. É na memória discursiva que se guardam os já ditos e internalizados em nós sobre a região em forma de pré-construídos.

2.4. Imaginário e os pré-construídos

O mundo e a linguagem não se relacionam diretamente. O imaginário é importante para a produção de sentidos. É a ideologia que realiza o processo de produção do imaginário sobre seu objeto discursivo a partir de evidências (pré-construídos) anteriores e exteriores que circulam por meio do interdiscurso, lugar de constituição dos pré-construídos, determinando as formações discursivas (ORLANDI, 2007a, 2008b; COURTINE, 2009).

Nas reportagens sobre a Amazônia, não é difícil encontrarmos discursos fantasiosos e espetaculares. Essa descrição não está muito distante de como os colonizadores narravam a região em suas crônicas e cartas. E nesse processo em que os discursos são atravessados por outros discursos, os sentidos se enraízam de forma tão intensa em nossos imaginários que pensamos serem naturais; “quanto mais naturalizada a ideologia, mais as formações discursivas que dela derivam carregam sentidos que parecem literais” (BENETTI, 2010, p.108).

O pré-construído (termo introduzido por Paul Henry) é um efeito de evidência sobre o objeto de seu discurso, “o que cada um sabe” e o “o que cada um pode ver” (COURTINE, 2009). É o efeito de evidência que formulamos sobre a floresta amazônica como homogênea, de vazio demográfico, constituindo em nós, imaginários vistos e pronunciáveis.

O discurso jornalístico se constrói por diversas mãos (jornalista, editor, dono da empresa), com formações ideológicas interligadas por uma ou várias formações discursivas, materializando as posições ideológicas no discurso. Portanto, o discurso jornalístico projeta interpretações dos acontecimentos e contribui na construção dos imaginários.

Pêcheux (2014a) denomina mecanismo de antecipação as imagens antecipadas que temos dos objetos discursivos. Sendo assim, o jornalista, enquanto sujeito do seu discurso, tem a imagem que faz de si mesmo (quem sou eu para lhe falar assim?); a imagem que faz do seu interlocutor, o público leitor (a quem eu imagino que estou falando?); a imagem que o jornalista

constrói do seu objeto discursivo (por exemplo, o índio); e ainda a imagem que o público leitor (interlocutor) tem de si mesmo.

Os veículos de comunicação imaginam quem é seu interlocutor, e algumas vezes, para conhecer seu público, encomendam pesquisas. Há também meios de comunicação direcionados para determinados tipos de públicos. Assim, por mecanismo de antecipação, as empresas jornalísticas e também os jornalistas deduzem o que seu público leitor deseja encontrar em tais veículos de comunicação.

Ao supor quem é o seu público, pelas formações imaginárias, o jornalista (na posição de interlocutor) antecipa o que seu público leitor deseja ler. Isto é visto no uso de certas expressões, na escolha de determinada variedade de linguagem e estilos jornalísticos (por exemplo, o jornalismo literário).

Como visto acima, o discurso jornalístico é recortado por diversos discursos, ora afetado pelo esquecimento ideológico, ora pela impressão de que seu modo de dizer é único. Somado a isso, é atravessado por várias formações discursivas interferindo na elaboração do discurso.

Mariani (2003, p.33) fala das várias dimensões temporais da prática social do jornalismo. Essa prática é uma leitura do presente, porque “capta, transforma e divulga” o acontecimento, ideias, opiniões, e simultaneamente, organiza um futuro por meio das possíveis consequências do que foi publicado no presente, legitimando na memória (o já dito) a leitura desses mesmo fatos no presente e no futuro. Ou seja, o discurso jornalístico contribui para a constituição da memória.

2.5. Acontecimento jornalístico e acontecimento discursivo, duas percepções diferentes

Em meio a tantos fatos no mundo, alguns se destacam e ganham espaço nas páginas dos jornais. Na seleção dos acontecimentos que merecem cobertura jornalística, as empresas jornalísticas e o jornalista seguem critérios que auxiliam nessa escolha, desde que se enquadrem na ideologia da empresa.

Acontecimento jornalístico, segundo Pêcheux (1990), remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo transparente e opaco. O acontecimento, para o jornalismo, é da ordem do fato, de algo que interfere no modo de vida de um grupo social. Sobre esse aspecto, se certo veículo de comunicação noticia sobre o aumento do desmatamento na Amazônia no último ano, isto caracteriza um acontecimento para o jornalismo, que o transforma em algum gênero jornalístico seguindo normas próprias da atividade jornalística. Cada meio de comunicação formata o acontecimento configurando os materiais jornalísticos de acordo com seu público e

seus recursos. Sendo assim, a TV tem como principal recurso a imagem; o jornal e a revista, as palavras escritas e a fotografia; o rádio, a voz.

Já o acontecimento discursivo rompe com a repetibilidade, reordena o que pode ser dito, provoca mudança no processo de significação (INDURSKY, 2003) estabelecendo encontro entre a memória (discursiva) e a atualidade (acontecimento) (PÊCHEUX, 1990).

Tomando o exemplo anterior, ações projetadas pela ditadura militar para a região amazônica provocaram desmatamento; usava-se como justificativa para essas ações a necessidade de abrir estradas, desenvolver a região e ligá-la ao restante do país. Devido às pressões internacionais e de ambientalistas, em décadas posteriores ao regime, esse processo foi interrompido. O sentido de progresso e desenvolvimento se rompeu, emergindo novos sentidos (destruição) e dizeres (desenvolvimento sustentável, preservação da Amazônia, contribuição para as mudanças climáticas) o que gerou novas discursividades, novas formações discursivas.

“O acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado (GUILHAUMOUR e MALDIDIER, 2014, p. 172)

CAPÍTULO III – AMAZÔNIA QUE O MUNDO VÊ

A Amazônia é descrita como: fabricada pela historiografia greco-romana pelos relatos dos viajantes, missionários, navegadores e cientistas (GONDIM, 1994); um conceito, uma construção social (BUENO, 2002); palavra caleidoscópica, por proporcionar múltiplos discursos e sentidos (DUTRA, 2009); construção discursiva (PIZARRO, 2012). Como se pode ver, entre os estudiosos, existem vários conceitos para definir Amazônia.

Não buscamos apontar ou definir a descrição mais adequada, mas apresentamos as opiniões dos autores para dimensionar como o tema bastante estudado permeia na base dos vários discursos que se atravessam e formulam a Amazônia tal como é hoje e a descrevem em diferentes meios de se comunicar.

A Amazônia é construção discursiva porque se constituiu dos discursos dos viajantes, dos cientistas, dos religiosos e dos naturalistas, dos historiadores – que constituíram seus discursos de outros dizeres já ditos na história, na mitologia, na religião – e de tantos outros discursos mais contemporâneos.

Por conseguinte, a construção discursiva da Amazônia pelo discurso jornalístico não se desvinculou dos dizeres já ditos sobre a região no aspecto fantasioso, na referência ao “outro” e na caracterização homogênea da região, conforme pesquisas de Dutra (2009) e Bueno (2002).

Como discutiremos adiante, embora grande parte do território amazônico esteja localizado no Brasil, mesmo dentro do país se lança um olhar sobre a região pelo discurso jornalístico como se ainda fosse o daqueles colonizadores que descobriram a região.

Se foi a “fantástica” natureza que chamou a atenção dos exploradores, também foi por meio desta que a Amazônia foi intensificada nos meios de comunicação, mas em outro contexto. As preocupações em relação ao meio ambiente e a finitude dos recursos naturais eram discutidas mundialmente, e os planos de governo para o desenvolvimento da região iam contra o discurso ambiental da época, ocasionando atração da mídia para a região.

Outras duas áreas da comunicação, a publicidade e o cinema, fizeram uso dos múltiplos imaginários, sentidos e discursos construindo suas amazônias. A publicidade transformou a região em marca (linha Ekos da empresa Natura, a venda nacional do pirarucu, peixe típico da região amazônica, mas comercializado como Bacalhau da Amazônia, etc.) e, desse modo, utilizou suas ferramentas para criar e promover produtos e eventos transfigurados no discurso ecológico e sustentável que o termo Amazônia possui.

No cinema, a construção discursiva sobre a Amazônia se projetou ao estilo das narrativas das descobertas, agregando mitologia e fantasias. A Amazônia que se construiu no

cinema estrangeiro era representação da dicotomia que sempre acompanhou a região: paraíso e inferno. Mais adiante apresentaremos exemplos dessa dicotomia.

Trazemos para a discussão as amazônias na perspectiva da publicidade e do cinema por consideramos que na trajetória discursiva da constituição da Amazônia não é possível excluir a contribuição dessas duas áreas da comunicação. Uma vez que, por meio delas, se transmitem significações para Amazônia constituídas por formulações ideológicas e discursivas e, estas significações, se materializam nos dizeres (discursos), e seus efeitos de sentidos estão de algum modo na memória dos brasileiros como é a Amazônia, pois é a memória discursiva dos sujeitos que “torna possível a toda formação discursiva anterior fazer circular formulações anteriores, já anunciadas” (BRANDÃO, 2012, p.95).

Os vários sujeitos desses discursos se posicionaram de acordo com o lugar de onde falavam, e as relações de força entre as diferentes posições-sujeito ajudam a compreender o modo como se constituíram os discursos. Pelos processos discursivos, é possível chegar a imaginários e sentidos que construíram e definiram a Amazônia.

Dos discursos do descobrimento até os discursos midiáticos sobre a Amazônia, todos se constituíram de várias formulações ideológicas e discursivas que foram reformulando os dizeres. Por esses discursos percorreremos e eles farão parte das nossas discussões ao longo deste capítulo. Como já mencionamos, nossa pretensão não é a definição e nem formulação de Amazônia, mas a caracterização dos discursos exógenos e endógenos que constituíram o “outro” – Amazônia.

3.1. A Amazônia construída pelos discursos do descobrimento

Começar sobre a história da Amazônia nos leva a um problema, pois o que sabemos sobre ela foi descrito na visão do colonizador. Ele nos denominou como o “outro” e construiu significações. Mas é pelos discursos que a história evolui e se produz sentidos (ORLANDI, 2008c).

Foi pelos relatos dos viajantes que os europeus começaram a ouvir as histórias da região amazônica. Os relatos de viagem podiam estar em diferentes formatos: carta, diários, relatórios mais ou menos técnicos, contendo misticismo e fantasia. Os relatos serviam de meio de transporte para outros mundos e, geralmente, eram escritos por navegadores.

O território “descoberto” possuía elementos capazes de despertar os mais variados sentidos.

“Como espaço físico e cultural, a Amazônia possuía elementos que atuavam como dispositivos simbólicos no invasor, instigando nele conexões semióticas do imaginário, permitindo que comparasse com o que via um universo mítico, que respondia a suas carências, expectativas, necessidades físicas e espirituais” (PIZARRO, 2012, p. 33).

A expedição de Francisco de Orellana foi a primeira a percorrer o rio Amazonas, partindo do Equador, indo até o Oceano Atlântico, e durou de 1541 a 1542. Escritas pelo frei dominicano Gaspar de Carvajal, as crônicas dessa expedição estão registradas na obra *Descobrimento do Rio de Orellana*.

Outras grandes navegações ocorreram na região amazônica nos anos de 1530 a 1668. Entre os navegadores espanhóis que ali estiveram estão Vicente Yáñez Pinzón, Pedro de Anzures, Gonzalo Pizarro e Francisco de Orellana, Pedro Texeira e Pedro de Úrzu. As notícias sobre a região se espalhavam entre navegadores de outros países e foram causando curiosidades, levando à busca de riqueza e a interesses em ocupar a região: os alemães Ambrosio de Alfinger, George de Spires e Philip Von Hutten; o inglês sir Wallter Raleigh; e franceses que se instalaram na área que hoje é o estado do Maranhão (PIZARRO, 2012).

Orellana se junta à expedição de Gonzalo Pizarro, governador das províncias de Quito, no povoado de Quema no Peru. Pizarro pretendia encontrar terras e riquezas, “conquistar as terras do Eldorado e da canela” (GONDIM, 1994). Juntos, eles prosseguem até certo ponto, mas como a expedição de Pizarro já estava debilitada, apenas Orellana seguiu com sua tripulação.

Vale registrar que além da história de existência do Eldorado, esse imaginário foi reforçado com a “descoberta”, pelos espanhóis, da riqueza mineral na região. As minas ricas em ouro e prata abasteceram o mercado espanhol que recebeu 16 milhões de quilos de prata entre os anos de 1503 e 1660 (GALEANO, 2015).

Segundo avaliação de Porro (1992) sobre os escritos de Carvajal,

“seu livro, um clássico da literatura dos descobrimentos, retrata as populações ainda intocadas pelos efeitos da ocupação europeia; descreve uma série de províncias ribeirinhas cujos habitantes se diferenciam, aos olhos dos exploradores, pela indumentária ou enfeites, pelas armas e pelo tipo de moradia” (PORRO, 1992, p. 11).

Mas um fato significativo presente nas narrativas de Carvajal, de acordo com o autor, coloca em desconfiança alguns acontecimentos narrados por ele: a existência das Amazonas americanas. A cidade das Amazonas é projetada no “modelo” de sociedade que o cronista conhecia, hierarquizada e medieval (GONDIM, 1994).

“Aqui nos deram notícias das Amazonas e das riquezas que há mais abaixo, e quem o fez foi um índio chamado Apária [...] imensa riqueza de ouro e prata, e todas as senhoras [...] possuem um serviço todo de ouro nu ou prata [...] andam vestidas de finíssima roupa de lã, porque há nessa terra muitas ovelhas do Peru. Seu trajar é formado por umas mantas apertadas dos peitos para baixo, o busto descoberto, e como um manto, atado adiante por uns cordões. Trazem os cabelos soltos até o chão e postas na cabeça coroas de ouro, da largura de dois dedos” (CARVAJAL apud GONDIM, 1994, p. 79-85).

Os viajantes descobridores veem na Amazônia “novos” elementos e para descrevê-los referenciam ao que já conheciam, principalmente, por meio da literatura. Os relatos dos viajantes concretizaram nos seus discursos respostas aos questionamentos que permeavam as mentes dos habitantes do Velho Mundo no século XVI: existência de Deus, autoridade papal; poder dos monarcas, imortalidade da alma; certezas e incertezas; experimentações científicas e viagens científicas (GONDIM, 1994).

Para Pizarro (2012, p. 33, grifos da autora), a somatória de Amazônia e os elementos que a compõem mais as dúvidas e as necessidades humanas e espirituais resultariam na

“elaboração de textos com elementos em comum, cujas relações representa as formas dos imaginários da sociedade europeia em determinadas condições de existência. Esse discurso constituiu um *corpus*, que surgiu a partir da interação do novo ocupante - espanhol, português, holandês, inglês, francês - com o meio. Não era um discurso inocente precedia de um ponto de vista, de uma história e suas necessidades”.

Pela tradição oral da época, o “ouvi dizer” tornou-se campo fértil para reacender imaginários e antigas crenças sobre lugares impulsionados pelas notícias trazidas por Frei Gaspar de Carvajal sobre o lugar “descoberto”. E serviram de engrenagem para novas expedições com intuito de conhecer as Amazonas e demais coisas que acreditassem que existiam (BENTES; FIGUEIREDO; KOCH, 2000).

Pizarro (2012, p.40) explica a importância da expedição para o Velho Mundo e para a construção e definição do “novo” lugar:

"Essa expedição abriu os olhos do Ocidente para o universo privilegiado da natureza e a multiplicidade da riqueza amazônica. Pela primeira vez se falará para a Europa sobre o rio a partir de seu interior, o que significa também para o nascente mercado internacional. A viagem de Orellana dá início à implantação da mitologia grega na região, o que vai se constituir num elemento importante de sua cultura".

Os discursos não têm início absoluto e nem ponto final (ORLANDI, 2015a). Estes circulam entre nós e por várias formações discursivas, retomamos dizeres já ditos, mas esquecidos e, desse modo, formulamos as construções discursivas.

3.2. Olhar exógeno: discursos sobre a Amazônia na mídia nacional

Se há assuntos que ganham atenção da mídia são os relacionados à Amazônia, seja na imprensa nacional ou internacional. A visibilidade que a região adquiriu na mídia nos últimos anos aumentou a familiaridade com a região. Ainda assim, o conhecimento do público sobre essa localidade é, por vezes, conflituoso e superficial. Nesta constatação, podemos citar como exemplo o resultado das 80 entrevistas aplicadas em três capitais brasileiras (Belém, Manaus e São Paulo) durante a pesquisa de mestrado de Magali Bueno (2002, p. 142), cujo objetivo era “conhecer de que forma as concepções de Amazônia [...] foram assimiladas pelos brasileiros”.

Uma das conclusões da autora é que “as concepções de Amazônia não se diferem muito entre os que vivem na região amazônica – neste caso, Manaus e Belém – e os que poderiam ser considerados ‘exteriores’ àquela realidade” (idem, p.145).

Em resumo, aos entrevistados era questionado se já ouviram falar da Amazônia, identificava-se a região amazônica em um mapa da América do Sul que lhes era apresentado e, por último, questionava-se qual era a primeira coisa/imagem que o entrevistado pensava quando se falava em Amazônia.

Como resultado das associações à Amazônia, a pesquisadora obteve as seguintes respostas¹⁰: floresta (ou mata, mato, selva) - mais citada, 43 vezes -; água ou rios, pulmão do mundo, natureza, animais, preservação ou destruição, vazio demográfico, índios, zona franca, cidades ou estados, minérios, turismo, não soube dizer. Além disso, as respostas demonstraram a confusão na identificação da região amazônica – brasileira ou ocidental.

Importante notar que, de todos os entrevistados, nenhum disse nunca ter ouvido falar da Amazônia. Isso nos leva a observar que por algum meio essas informações chegaram a eles, seja pelos veículos de comunicação ou pelos livros (didáticos) e foram produzindo sentidos e construindo discursos como os mencionados nas respostas.

Entre os entrevistados por Bueno (2002), a primeira associação que fizeram quando se fala em Amazônia é a floresta. Essa associação também se manifesta pelos discursos circulantes entre nós. Em geral, os meios de comunicação, quando abordam algum assunto relacionado à Amazônia, uma das principais formas de representar a região é, de preferência, exibindo imagens aéreas de floresta, de maneira a demonstrar a imensidão verde atribuindo somente o sentido ambiental. Logo, não é de se estranhar a floresta ser a primeira imagem constituída no imaginário dos entrevistados. E a floresta amazônica carrega múltiplos sentidos impulsionados

¹⁰ Os dados da pesquisa se referem ao número de vezes que o termo foi mencionado pelos entrevistados. Como a própria autora observa, a amostragem não obedeceu critérios estatísticos.

pela mídia, entre eles, a capacidade de salvação do mundo, principalmente, frear as mudanças climáticas globais.

Vale ressaltar como certos sentidos mudam em diferentes formações discursivas, como é o caso de índio, desenvolvimento e vazão no contexto amazônico. A imprensa nacional caracteriza os índios de forma ambígua, como mostrou estudo feito em três revista de circulação nacional – *O Cruzeiro*, *Veja* e *Realidade* – realizado por Bueno (2002). A revista *O Cruzeiro* que abordava a cultura indígena da etnia Kuruap, retrata o índio como exótico, comparando a animal, no sentido de selvagem e irracional. A revista *Realidade* também retrata indígenas como exóticos. Já a revista *Veja* idealiza o modo de vida indígena (BUENO, 2002, p.133).

Se antes, na década de 1950, o desenvolvimento era associado ao crescimento econômico e, para isso acontecer, era preciso derrubar as árvores, a partir da década de 1980, com a pressão e debates internacionais sobre a necessidade de cuidar do meio ambiente, o discurso passou a ser de conservação, algo que proporcionasse uma harmonia entre desenvolvimento e conservação, o desenvolvimento sustentável.

Exemplos dessas mudanças de sentido, conforme observação de Bueno (2002), estão nas representações fotográficas de desenvolvimento na Amazônia nas três revistas do seu estudo (*O Cruzeiro*, *Realidade* e *Veja*), cujas edições analisadas pela autora foram publicadas no período final da década de 1950, início da década de 1970 e décadas de 1980, 1990 e 2000, respectivamente.

Em 1950, nas fotos ilustrativas, “o corte aparece como resultado da luta entre floresta e caboclo” (idem, p.125); na década de 1970, como justificativa do desmatamento, a implantação de estradas; e em 1995, a derrubada de árvores é associada à devastação. E nessa mudança de sentido, o que antes era associado ao progresso passou a ser ato recriminatório pelos meios de comunicação.

E assim, como observado por Dutra (2009, p.141), tal ampliação do conceito de desenvolvimento sustentável se deu pelo fato dele ter saído do ambiente científico e transitado em outros campos, como o político e as relações internacionais, envolvendo outros atores (povos indígenas e comunidades locais). De acordo com ele, com as

“modificações de percurso, como a inclusão de povos indígenas e de comunidades locais [...] o termo transportador do conceito passa a um domínio comum amplo, público por assim dizer. Determinar seu significado, em si, é impossível, como de resto nenhuma palavra significa em si [...] É, pois, no discurso que se deve procurar o sentido de desenvolvimento sustentável, biodiversidade, ecologia” (DUTRA, 2009, p. 141).

O conceito e os sentidos do termo biodiversidade também mereceram reflexões por parte de Dutra (2009). Para ele, tanto desenvolvimento sustentável quanto biodiversidade são “enunciados-chaves” para o entendimento dos sentidos sobre a Amazônia.

Outro termo também carregado de sentidos atribuído à Amazônia e comum no imaginário da mídia brasileira, conforme constatamos nesse levantamento bibliográfico, é a noção de vazio. A associação de vazio humano à região amazônica não é uma atribuição recente. Na verdade, já no discurso da descoberta se tinha essa manifestação. No contexto da colonização, o vazio do território amazônico era no sentido de que não se tinha dono. Era um território livre para ocupar, tomar posse, mesmo havendo inúmeros indígenas que já habitavam a região a bastante tempo.

“As noções de vazio humano decorrem do próprio fato da ocupação da Amazônia. Quem chegou para apossar-se dos recursos tinha que dar as justificativas e uma das mais recorrentes, até o presente, é que as riquezas materiais encontradas concentravam-se numa espécie de terra de ninguém” (DUTRA, 2009, p. 155).

3.2.1. Mais do mesmo?

Jornais, revistas e a TV são meios que contribuem com nosso conhecimento a respeito de certos assuntos, nos levam a lugares onde, talvez, não chegássemos fisicamente. Por isso, conhecermos como a mídia nacional aborda a região nos ajuda a compreender a razão dos entrevistados na pesquisa aplicada por Bueno (2002) mencionarem aqueles imaginários e sentidos e a conhecermos os sentidos de Amazônia construídos pela mídia nacional por meio de seus discursos.

Os meios de comunicação têm normas e procedimentos para tratar os acontecimentos, desde que se encaixem nos critérios e interesses da empresa jornalística, o que já abordamos no capítulo anterior. Algo importante nas condições de produção da formulação do discurso jornalístico é a seleção das fontes.

Entre os estudos acadêmicos consultados, há divergências quanto ao período específico da intensificação da cobertura da mídia sobre a Amazônia, em que a região passou a ter presença mais constante na pauta nacional dos meios de comunicação. No geral, observamos que a maioria dos autores consultados mencionam as políticas de desenvolvimento da década de 1950 como motivadoras para despertar o interesse dos meios de comunicação aos assuntos relacionados à Amazônia (BUENO, 2002) e, partir da década de 1980, com a Lei da Política

Nacional do Meio Ambiente, de 1981, e depois, principalmente, com a *Rio 92*¹¹, a região ganhou mais notoriedade na mídia nacional e internacional.

“No período que precedeu a Rio-92, e durante o evento, registrou-se um *boom*, na mídia, referente às questões ambientais. A partir daí verificou-se um forte refluxo no noticiário e nas reportagens específicas [...] Na mídia impressa brasileira, a Amazônia era pautada com relativa frequência associada a problemas ambientais, num período em que notícias e reportagens davam ênfase a denúncias de queimadas, informavam sobre demarcação de reservas indígenas, atividades de garimpos e questões decorrentes da ocupação de terras cultiváveis” (DUTRA, 2009, p.21).

As observações de Dutra (2009) não se distanciam das de Santos (2002) formuladas a partir de estudos anteriores sobre a relação entre mídia e Amazônia. Assim, listamos temas e tendências da cobertura da mídia sobre a Amazônia apontados por Santos (2002, p. 52): o viés ambiental como lupa para observar a região; o uso de imagem aérea como demonstração da dimensão da área geográfica; a relação entre floresta e vazio demográfico; o apelo às explicações de cientistas e de políticos externos à região; a questão de segurança nacional.

O desmatamento na Amazônia é uma temática constante nos meios de comunicação, como consequência da divulgação de dados e imagens pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que intensificou a publicação de notícias a respeito dos desmatamentos na região amazônica.

Carvalho (2009) fez uma crítica em relação à repercussão do desmatamento da Amazônia nos meios de comunicação. Em seus estudos referentes à cobertura jornalística do desmatamento na Amazônia nos jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* nos anos de 2005, 2007 e 2008, ela concluiu que o assunto só é repercutido na mídia nacional quando novos dados são apresentados ou em momentos de crise.

Como se observa, a questão do desmatamento na região amazônica é uma realidade e há tempos é abordada nos meios de comunicação. Entretanto, nosso questionamento é em relação aos modos de apuração e cobertura do tema. Alguns meios de comunicação não se aprofundam na apuração do acontecimento e acabam desempenhando o papel de meros reprodutores dos discursos oficiais do governo e das instituições de pesquisa e não é muito difícil encontrarmos textos que são reprodução na íntegra dos releases¹² publicados pelo INPE.

¹¹ Rio 92 ou Eco 92 foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Esse evento teve impacto significativo e importante para o debate das questões ambientais, tanto por conta dos efeitos da divulgação do documento *Nosso Futuro Comum* quanto pela massiva participação de importantes líderes mundiais e da sociedade civil.

¹² Explicar o que é release

“A constatação é que o assunto tem recebido tratamento esporádico dos grandes jornais de massa. Deixa de ser importante para a imprensa quando não há ocorrência de conflitos políticos ou acontecimentos de grande impacto” (CARVALHO, 2009, p.97).

Para Carvalho (2009), a cobertura da mídia em relação ao tema (desmatamento) é muito dependente de acontecimentos políticos-institucionais e medidas de governo de combate ao desmatamento. Essa dependência também se reflete nas fontes consultadas. Pois é o governo (poder executivo, legislativo e judiciário) a fonte mais consultada, segundo levantamento da pesquisadora, seguido de cientistas e especialistas (institutos de pesquisas e universidades), ONGs/Ambientalistas, setor produtivo (agropecuáristas, madeireiros e representantes de sindicatos de produtores rurais) e outros (organismo internacionais, veículos de comunicação e comunidades locais (CARVALHO, 2009, p. 58).

“A mídia deu pouca atenção às questões locais e a outros fatores ligados ao avanço do desmatamento na Amazônia brasileira, como a criação de áreas protegidas, terras indígenas e desmatamentos de outros biomas” (idem, p.64).

A autora (idem, p. 96) aponta outros aspectos que segundo sua avaliação comprometem a qualidade da informação jornalística sobre a Amazônia: ausência de acompanhamento regular dos contextos socioambientais da região (acontecimento vira notícia nacional mediante algo novo – momento especial ou evento); fontes diretas atingidas pelo desmatamento não são ouvidas (ausência das vozes da comunidade local); carência de relação de temas inerentes e relevantes ao debate (ausência de um elo entre desmatamento, implicações em diferentes contextos).

Além disso, a autora descreveu problemas nas condições de produção do discurso jornalístico na cobertura da Amazônia na mídia: o curto tempo para produção e elaboração do material jornalístico; falta de qualificação e ampliação da equipe; ausência de deslocamento à região dos responsáveis pela cobertura.

Constatação semelhante teve Ferreira (2011, p. 108) ao pesquisar discursos sobre o meio ambiente e sociedade nos portais *Globo Amazônia*, *O Eco Amazônia* e o *Amazonia.org* em 2010. Ele concluiu que

“nas matérias sobre o desmatamento prevalecem os números oficiais obtidos pelos satélites do INPE mensalmente, mas na maioria dos textos não são abordadas as causas e consequências desse problema [...] Consideramos que, nesse caso, o jornalismo assume papel meramente instrumental e não levanta reflexões mais profundas sobre a responsabilidade de toda a sociedade na solução dos problemas ambientais”.

Esse tipo de produção do material jornalístico pautado em dados, números, informações oficiais, a autora caracterizou como jornalismo instrumental, por transmitir a impressão “de que este é um problema circunscrito à Amazônia e aos ‘povos destruidores da floresta’, que prejudicam o meio ambiente do planeta por não terem competência para gerenciar seus próprios recursos naturais” (FERREIRA, 2011, p.72, grifo da autora).

Ferreira (2011) também identificou os temas mais comuns nos veículos analisados. Biodiversidade e desmatamento são os temas frequentes nas veiculações de informações jornalísticas sobre a região.

A natureza também é um dos termos associados à região amazônica e não se distancia do sentido de floresta e biodiversidade. Conclusões de Rodrigues (2011, p. 74-75) atestam que a natureza, no contexto amazônico, é representada por diversas expressões: intocada, preservação de determinadas espécies; recurso natural, uso do recurso de forma racionalizada; e de recurso científico, sendo privilégio exclusivo da comunidade científica.

Santos (2002), por meio da sua pesquisa sobre como a Amazônia aparece nos jornais, analisou materiais jornalísticos (entrevistas, reportagens, notas e notícias), publicados no ano de 1999, em três jornais impressos – *A Crítica* e *O Liberal*, veículos regionais, e a *Folha de São Paulo*. Quanto às constatações em relação à *Folha de São Paulo*, sua pesquisa conclui que quem fala sobre as questões amazônicas são os “homens da ciência”, e nesse universo estão cientistas e institutos de pesquisa, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e, principalmente, artigos publicados em revistas científicas internacionais.

“Amazônia é uma questão ambiental, e a ciência é a fonte capaz de resolver questões que ameaçaram a sobrevivência da floresta. A ciência referida pelo jornal paulistano é a valorizada nos canais reconhecidos pela comunidade científica internacional, como as revistas *Science e Nature*” (SANTOS, 2002, p.69).

Estudos científicos e amplamente divulgados pela mídia associaram a floresta amazônica ao mito de pulmão do mundo.

“O mito do ‘pulmão do mundo’ surgiu por conta da tentativa de ligar as trocas gasosas da floresta e do pulmão com o ambiente (atmosfera). A ligação foi infeliz porque os papéis de cada um no processo de trocas gasosas são totalmente distintos. No pulmão entra oxigênio e sai gás carbônico e não o contrário. A floresta, ao contrário, absorve sempre o gás carbônico, mas pode liberar o mesmo gás e o oxigênio. Diante disso, até poderia dizer que a floresta produz oxigênio em certas circunstâncias” (HIGUCHI *et al.*, 2012, p. 16).

Na atualidade, pesquisadores não chegaram a conclusões definitivas sobre a capacidade da floresta amazônica, se é maior para absorção ou liberação de gás carbônico.

Pelas diversas colocações e observações de autores que trouxemos nessa discussão, consideramos que as reflexões de Santos (2002, p.107) fazem uma síntese de como a Amazônia aparece nos discursos jornalísticos, inclusive, algumas observações se assemelham às conclusões de outros autores já mencionados anteriormente. Listamos os aspectos, segundo autora, de como Amazônia aparece na mídia:

- a) Região misteriosa e vazia, ainda não incorporada à nação brasileira;
- b) Solução para problemas ambientais de outras regiões, fonte de riquezas para o país e o mundo;
- c) Lugar exótico e distante;
- d) Exemplo de abusos ao meio ambiente com consequências para o mundo;
- e) Detentora da maior diversidade animal e vegetal do mundo;
- f) Capacidade de gerar e mobilizar a opinião pública mundial;
- g) Cobiça internacional e ameaça à soberania brasileira;
- h) Forte apelo do discurso ambientalista, mas que esconde outros interesses adversos ao desenvolvimento da região;
- i) Região que necessita ser defendida sob vários aspectos que abrangem a palavra;

Algumas características a respeito da cobertura da mídia em relação à Amazônia merecem nossa reflexão, pois apontam influência na constituição do discurso jornalístico.

Primeiramente, as principais *fontes de informação* consultadas, em sua maioria, são ligadas ao governo (alguns autores incluíram institutos e centros de pesquisas públicos nessa categoria), os cientistas e as ONGs. As fontes locais (comunidade local, sociedade civil) são raramente consultadas na produção do material jornalísticos.

Possíveis razões que justifiquem o caminho em comum dos discursos jornalísticos podem ser em virtude das condições de produção: tempo curto para produção, uma cobertura mais localizada – ausência conhecimento e visita na região durante a produção –, a própria falta de recurso para envio ou manutenção de equipe na cobertura local, e a dependência de fontes internacionais, principalmente, em relação aos estudos de temáticas da Amazônia divulgados em revistas internacionais (*Nature, Science*), que ganham as páginas dos jornais por meio de *releases* de agências internacionais.

Tem-se, desse modo, o discurso oficial, o institucional, trazendo superficialidade na cobertura, o que implica em não abranger possíveis causas e consequências dos fatos. Mesmo quando se trata de fenômeno natural da região, a exemplo de secas e enchentes, dificilmente consegue-se ver outras vozes nesses discursos numa cobertura da mídia nacional. A não ser que os fenômenos (seca e enchente) tenham alcance e dimensões maiores ou mais intensos num determinado período de observação.

"A falta de uma concepção de meio ambiente que integre os aspectos político, econômico, social e cultural está diretamente ligada à rapidez da produção e veiculação de notícias que têm como base os releases institucionais, sem a presença do repórter nos cenários dos acontecimentos" (FERREIRA, 2011, p.73).

A segunda observação é sobre *pertencimento e proximidade*, por vezes, oscilantes nesses discursos. Pode-se perceber, nas reflexões dos autores consultados, que ao mesmo tempo em que se reivindica a integração da região ao Brasil como forma de tomar posse, tem-se o sentido de *distância*, de outro, ora está próximo, ora distante. Muitas vezes o brasileiro menciona a região, principalmente no contexto cultural, físico ou natural, de modo tão diferente e “estranho” como se fosse de outro lugar, outro território.

Há distorções quanto à denominação e citação da região nos materiais jornalísticos. Essas confusões quanto à localização espacial das diversas regiões se deixaram transparecer em dois grandes jornais televisivos de emissoras nacionais, o *Jornal Nacional* da Rede Globo de Televisão e o *Jornal da Record* da Rede Record.

Conforme observado por Monteiro (2011), mesmo em reportagens que contaram com participação dos núcleos de rede¹³ das emissoras locais, variadas denominações se atribuíram à região, mesmo quando o assunto/acontecimento em questão não correspondia à abrangência de cada termo.

No *Jornal Nacional* e no *Jornal da Record*, as reportagens faziam referências aos acontecimentos ocorridos ou citavam diretamente o nome Amazônia, denominando a região como: Floresta Amazônica, Bacia Hidrográfica, Região Norte, Amazônia Legal, Amazônia Urbana e Selva Amazônica (MONTEIRO, p. 95;103).

Às vezes, as reportagens diziam respeito apenas a uma localidade (estado, cidade, comunidade) ou parcialmente alguns locais, mas da forma que era citado podia proporcionar ao

¹³ Núcleos de Rede (NR) diz respeito ao departamento dentro das emissoras locais responsável pela sugestão, apuração e produção de conteúdo para a sua emissora nacional, também denominada “cabeça de rede”. Aos NRs, cabe seguir os princípios e padrões da produção jornalística estabelecidos pela rede nacional (MONTEIRO, 2011).

telespectador o entendimento de que o assunto tratado abrangia uma dimensão geográfica maior.

3.3. Outros usos e sentidos para Amazônia

Por ser um nome mundialmente conhecido, não é só o discurso jornalístico que faz uso de outros ditos sobre a Amazônia; outras materialidades discursivas também se apropriam e reforçam imaginários sobre a região.

A publicidade, o cinema e eventos artísticos utilizam o nome Amazônia para promoção de suas ações: na publicidade, para promoção do sentido ambiental (consumo consciente) e sustentável; no cinema, sentido de exótico, misterioso e, por vezes, fantasioso; e nos eventos artísticos, a afirmação ao público de que este está contribuindo para a conservação do meio ambiente.

De acordo com Amaral Filho (2010, p. 30), a “publicidade parte de uma formulação conceitual, ou seja, ela se apropria ou cria o conceito que o produto precisa”. Seguindo esse raciocínio, qual melhor associação ao produto quando se quer transmitir ao público a mensagem de consumo consciente por meio de produto natural e sustentável? A associação a um nome mundialmente conhecido que “representa” a biodiversidade, conservação da natureza, meio ambiente e a sustentabilidade. Por isso, vemos o nome Amazônia associado aos mais diversos tipos de produtos, eventos e nomes de empresas.

“Amazônia, enquanto marca, parece se constituir numa matriz cultural produzida pela globalização atravessada por universos simbólicos locais que foram apropriados de forma midiática e ofertados em sentido próprio para o mercado mundial” (idem, p. 20).

A publicidade se apropria dos mais variados sentidos que o nome Amazônia possui. Segundo o autor, ela “carrega consigo sentidos outros, que envolvem possibilidades concretas de proteção do meio ambiente, da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável, dos bichos e das populações amazônicas” (AMARAL FILHO, 2010, p.21). Também faz uso da ciência, do jornalismo e da cultura para legitimar e agregar ao produto os diversos discursos que estes propagam.

Na ciência, além da própria legitimação do discurso científico, aliam-se aos discursos do natural, do sustentável, do saudável, do benéfico à saúde, quando se descobre que determinada substância proveniente da biodiversidade amazônica tem potencialidade para o tratamento de certa doença ou que tem princípios ativos que ajudam na promoção da saúde.

O jornalismo, fazendo uso dessas pesquisas, “vende” – retomando o conceito de Marcondes Filho (1986) sobre notícia ser mercadoria – a informação transformada em algum gênero jornalístico e a publica.

"O jornalismo pauta os rituais de consumo, que vão desde o calendário comercial aos acontecimentos econômicos, políticos e culturais, tanto locais como globais, e os organiza em cenários permanentes no espaço público midiático na relação informação e conhecimento, como forma de mostrar a realidade, cujos desdobramentos se efetivam nas mediações resultantes da narrativa midiática" (AMARAL FILHO, 2011, p.96).

No aspecto cultural, se mostra, aliás, faz-se questão de mostrar, que tal produto tem, em algum momento de sua cadeia produtiva, a marca Amazônia, seja na composição ou na produção. Ainda mais se sua produção é feita de forma artesanal, com o intuito de transmitir ao público que o produto que irão consumir não degradou a natureza. Ao contrário, ajuda na conservação e na valorização e sustentação das populações tradicionais e seus saberes. “A madeira certificada, produtos que não poluem o meio ambiente, produtos criados a partir de plantas e frutos da floresta e produtos oriundos das populações tradicionais e dos povos indígenas” (AMARAL FILHO, 2011, p.19).

Como nos exemplos mencionados pelo autor, em vários lugares podemos ver a marca Amazônia emprestando sentidos para determinados produtos, transmitindo ao público a mensagem de que o que ele irá consumir é sustentável.



Figura 7 - Produtos da Linha Ekos da Natura

A empresa de cosméticos e perfumaria Natura tem a linha Natura Ekos. A linha tem produtos, segundo informado pela empresa, produzidos a partir de ativos vegetais (açáí, pitanga,

ucuuba, andiroba, cumaru, etc.) com o apoio de associações e cooperativas na Amazônia. E, segundo o discurso da empresa, contribui como fonte de renda de comunidades locais, além de incentivar “o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis, contribui para a redução e da vulnerabilidade da região”¹⁴.

Todos esses ingredientes ajudam o marketing ambiental na promoção de produtos com a marca Amazônia. Amaral Filho (2010, p.28) conceitua marketing ambiental da seguinte forma:

“Marketing ambiental, também chamado de marketing ecológico ou marketing verde se funda no conceito de uma sociedade sustentável em que a necessidade dos consumidores é colocada a partir de uma consciência de uso e conservação da natureza, ou seja, a utilização de um recurso natural qualquer, de modo a obter um bom rendimento, garantindo sua renovação ou sua auto-sustentação”.

Há também uso da marca Amazônia em eventos das mais variadas finalidades que se propõem a mostrar ao público que ele está contribuindo para a conservação da floresta ou para alguma causa ambiental. Dessa forma, há o entretenimento do público e também a contribuição para a conversação do planeta, das populações tradicionais, a redução dos gases de efeito estufa ou qualquer outra causa ambiental que se possa agregar na junção de dois termos, meio ambiente e Amazônia, e os variados sentidos que as duas expressões possuem.

Podemos citar o recente projeto Amazônia Live, vinculado ao Rock in Rio, cujo objetivo, de acordo com informações postadas em seu site, era “plantar mais de 1 milhão de árvores em 400 hectares de área desmatada da floresta, nas cabeceiras do rio Xingu. Além de reflorestar, estaremos preservando a água e fomentando a economia local, já que as sementes serão fornecidas por povos indígenas da região”¹⁵.

A justificativa para o plantio na região do rio Xingu é explicada no próprio site do projeto pelo fato do rio ser um dos mais extensos e importantes afluentes do Rio Amazonas, cujas cabeceiras e nascentes têm sofrido com o desmatamento, além de estar localizado nessa região o Parque Indígena do Xingu. E o fornecimento das sementes se daria pelas famílias coletoras residentes no Parque, acrescentando R\$ 700 mil na renda familiar.

¹⁴ Informação disponível no site da Empresa Natura, em <http://www.natura.com.br/e/natura-ekos-e-os-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel>.

¹⁵ AMAZÔNIA LIVE (Rio de Janeiro). Rock In Rio. O que é Amazônia Live? 2016. Disponível em: <<http://www.amazonialive.com.br/sobre>>. Acesso em: 26 set. 2016.



Figura 8 - Identidade visual do evento Amazonia Live Rock in Rio

A historicidade da palavra Amazônia permite transitar entre vários sentidos do discurso do projeto Amazônia Live. Há nele sentidos de preservação e conservação, de incentivo à economia local e consumo consciente, e apesar de não ser um produto físico, não deixa de ser consumo. “Sentidos são partes de um processo. Realizam-se num contexto. Têm historicidade, têm um passado e se projetam num futuro” (ORLANDI, 2008a, p. 137).

O uso que se faz para Amazônia nesse discurso é de autenticar e até mesmo justificar sua importância e contribuição irão ajudar as causas ambientais na região amazônica.

Afinal, não seria muito diferente se a marca Amazônia estivesse associada a este ou aquele produto ou evento, pois os sentidos que já mencionamos estarão sempre associados, constam em nossa memória discursiva essas associações.

Porque é assim: pela história, pela ideologia e pelos vários sentidos concretizados em diversas formações discursivas, formularam-se imaginários para a região. E por isso, não é possível pensar em Amazônia sem formular imagens que possuam o verde, a floresta, a onça (também outros animais), o índio, a biodiversidade, os rios imensos, o Teatro Amazonas, as frutas “exóticas”, as plantas medicinais e tantas outras imagens e sentidos que tal palavra estimula em nosso pensamento. “Nomear ou chamar um produto incluindo o nome Amazônia, portanto, oferece a possibilidade de interpretação que tem como princípio o lugar e sua imagem, suas aderências e similitudes e sua estética” (AMARAL FILHO, 2011, p.87).

Não foi só a publicidade que fez uso dos imaginários e sentidos que a Amazônia possui. O cinema nacional e internacional também se aproveitou do “celeiro de sugestões dramáticas” – segundo caracterização de Amancio (2009) para Amazônia –, de tal forma, que rendeu as mais variadas histórias na ficção e transitou nos mais variados universos, assim descritos pelo autor: do folclore caboclo, da incorporação das questões da floresta na cultura de massa, da

recuperação da história, das cerimônias indígenas, da incorporação das forças cósmicas oriundas do interior da floresta, da delimitação das estratégias militares de fronteira, do reencontro europeu com formas de vida mais soltas e mais próximas da embriaguez da natureza, da alternativa filosófica de vida oferecida pelos indígenas, da sofisticação tecnológica da preservação da floresta amazônica, do ativismo seringueiro de Chico Mendes.

O cinema internacional viu na Amazônia cenário perfeito para projeção de histórias fantasiosas, com a junção de momentos históricos e da realidade da região. Bem sabemos que o cinema faz uso de fantasias, imaginações e cria histórias, algumas megalomaniacas, para atrair o público. Contudo, não podemos excluir o fascínio e a influência que o cinema exerce na constituição de nosso imaginário das percepções e opiniões que formulamos sobre determinada cultura, sociedade e país.

Mesmo que de forma involuntária, é difícil dissociar a realidade do que vemos projetado nas telas de cinemas, com isso, acabamos sofrendo influência no modo que construímos nossas opiniões e preceitos sobre determinado objeto simbólico.

Gonçalves (2009) realizou uma pesquisa sobre as representações da Amazônia no cinema e este autor considera o imaginário sobre a Amazônia bastante presente nos filmes pesquisados, pois a maioria das filmagens não foi feita na região, ou seja, o que nos leva a crer que se construiu a Amazônia cinematográfica de acordo com tudo que se ouviu e leu sobre a região, e não é difícil encontrar em vários filmes, exemplos que discorreremos adiante, dos mais estranhos seres, quase mitológicos, que habitavam a região. O que nos remete a outras histórias também contadas pelo olhar exógeno nas narrativas e crônicas no período colonial.

“Em suma, na representação da Amazônia pelo cinema estrangeiro, principalmente americano e europeu, temos a busca por algo pré-definido, pré-elaborado, presente no imaginário desde os tempos da expansão marítima do Século XVI, matizado pelo olhar do colonizador europeu, responsável pela criação dos mitos do chamado Novo Mundo enquanto um lugar selvagem e intocado, exótico e exuberante. Eventos históricos também ajudaram a compor a história nos filmes” (GONÇALVES, 2009, p. 46).

Eis aqui uma síntese de alguns filmes analisados pelo autor que retratam a mistura de fantasia e imaginários. Além disso, se acrescentou também ao enredo dos filmes fatos históricos da região e as viagens científicas que ali ocorreram.

Na temática de monstros, tem-se as produções americanas: *The Lost World* (1925) – baseado no livro de Arthur Conan Doyle, mesmo autor que criou o detetive Sherlock Holmes – conta a história de um explorador que viaja para a América do Sul com o objetivo de comprovar a sua teoria de que havia animais pré-históricos vivos, o que acaba se comprovando quando a

expedição chega na região e encontra dinossauros; *Curuçu, beast of the Amazon* (1956), narra a história de um casal que tem a missão de descobrir o que aconteceu com os trabalhadores de sua fazenda e, por isso, sobem o rio Amazonas e descobrem que eles haviam sido atacados pelo monstro Curuçu, habitante próximo à nascente do rio local.

As expedições científicas na região foram fontes de inspiração para diretores de cinema, acrescentando nuances ao imaginário amazônico. O autor do estudo destaca o filme norte-americano *O monstro da lagoa negra* (1954). O enredo é sobre uma expedição científica no rio Amazonas cujo objetivo é encontrar fósseis, mas resulta na descoberta de um hominídeo (família de mamíferos primatas) anfíbio pré-histórico em uma lagoa negra.

O selvagem, o inferno e o canibalismo e os vários sentidos que essas palavras podem representar constaram nas produções. O filme italiano *Canibal Holocausto* (1980) conta a história de um antropólogo que lidera uma viagem à floresta amazônica para resgatar rolos de filmes perdidos por outra equipe que esteve ali anteriormente. Após a recuperação, as gravações revelam cenas de violência, estupros e canibalismo promovidos por nativos. O filme faz parte de uma trilogia cujo enredo é selvageria, violência e barbárie em uma floresta tropical, não muito distante do que já se tinha visto em filmes anteriores. E dos mais conhecidos, o filme americano *Anaconda* (1997) conta a história de um grupo que percorre o rio Amazonas para produção de um documentário sobre uma tribo indígena, mas um dos membros do grupo é caçador de cobras e está a procura da cobra gigante Anaconda.

Os filmes citados são produções estrangeiras e a região é vista pelo olhar exógeno. O que se retrata nesses filmes é uma Amazônia que abriga animais bizarros e monstruosidades, lugar de selvagerias e barbáries, de natureza esplêndida e ao mesmo tempo assustadora, paraíso e ao mesmo tempo o inferno.

Os enredos desses filmes se construíram baseados em generalizações, mitos e pitadas de imaginários. Na época em que a maioria das produções foram feitas, antes da década de 1980, não se tinha ainda intensa divulgação internacional da Amazônia e, através desse meio (o cinema), se despertava nos espectadores efeitos de sentidos os mais diversos. A espetacularização da região coloca o sujeito como expectador de sua própria realidade. Afinal, local com monstros, floresta assustadora, animais estranhos e com habitantes selvagens ou praticantes de canibalismo não despertaria sentidos positivos para essa região. De acordo com Gonçalves, por

“desenvolverem seus enredos fazendo referência à Amazônia de forma genérica como fazem, ignorando seus aspectos geográficos, pois sequer reconhecem que a Amazônia

é, em si, uma região ampla e diversificada, presente em diferentes territórios nacionais, assim como ignorando seu processo civilizatório histórico, simplificando e generalizando aspectos que em realidade são complexos, pois trata-se uma região habitada por diferentes grupos humanos, diferentes culturas com, digamos, diferentes temporalidades e racionalidades, esses filmes reiteram os estereótipos sobre a região” (GONÇALVES, 2009, p.44-45).

Gonçalves (2009) expõe algumas produções que expandiram seus enredos para além da fantasia e resolveram se inspirar em alguns acontecimentos e fatos históricos ocorridos na região amazônica, como é o caso dos filmes: *Aguirre, a cólera dos deuses* (1972), baseado na história do navegador espanhol Lope de Aguirre, do século XVI, que percorre a floresta amazônica em busca do Eldorado; e o filme *Fitzcarraldo* (1982), cuja história se passa no período áureo da borracha e relata a missão de um descendente irlandês destinada a produzir uma ópera de Caruso na floresta Amazônica. Ambos os filmes são do cineasta alemão Werner Herzog.

O pesquisador também menciona o filme *Brincando nos campos do Senhor* (1991), gravado nas proximidades de Belém (PA), que conta a história de um casal de missionários evangélicos norte-americanos que chega à floresta amazônica para realizar trabalhos missionários em uma “violenta tribo isolada”.

Mesmo as produções que “adentraram” a floresta amazônica para tentar mostrar algo mais próximo do real não conseguiram fugir dos tantos discursos e sentidos que se atribuem à Amazônia.

O autor também fez pesquisas sobre a representação da Amazônia no cinema nacional e caracteriza dois momentos em relação à temática: filmes que retratam a paisagem de modo superficial e retornam a discursos e imaginários de um local de aventura e exótico, e filmes que trazem questões políticas e sociais da época analisada.

Bruma Seca (1960) relata conflitos civilizatórios. *Fronteira das Almas* (1987) mostra os problemas ocasionados pelos projetos governamentais em Rondônia, assim como os conflitos e ocupações de terra no sul do Pará. *Ajuricaba – o rebelde da Amazônia* (1977) conta a história do líder de uma etnia indígena, tuxaua, que lidera diferentes etnias no combate à colonização portuguesa. Alguns filmes adquiriram um discurso ambientalista, a exemplo de *Tainá* (2000) e *Tainá 2 – a aventura continua* (2004).

Resumidamente apresentamos aqui algumas produções cinematográficas pesquisadas por Gonçalves (2009) que nos despertaram interesse pela imaginação fértil dos diretores na construção dos enredos de suas produções. Reafirmam estereótipos e imaginários e reforçam sentidos que a Amazônia estimula nos indivíduos, os quais não ficam restritos apenas ao

cinema. Aliás, como os discursos se atravessam, é até difícil estipular nesse campo discursivo quais discursos tiveram influências uns sobre outros. “Memória discursiva promove o encontro das práticas passadas com uma prática presente (INDURSKY, 1999, p. 174).

São formulações anteriores que ajudaram a constituir no imaginário dos diretores desses filmes seres assustadores (monstros, a cobra grande), comportamentos desumanos (o canibalismo, assassinatos) – em alguns casos nem como humanos consideravam os povos locais –, construção de locais com fauna e flora diferentes da própria biodiversidade brasileira.

Pela interdiscursividade, relacionou-se os discursos presentes nessas produções cinematográficas com os discursos do descobrimento, do científico, do mitológico e do religioso, constituindo assim formações discursivas que interagem entre si, pois “todo discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos” (BRANDÃO, 2012, p.107).

CAPÍTULO IV – AMAZÔNIA(S) NA PERSPECTIVA DE CADA VEÍCULO

Os dois veículos de comunicação, *Amazônia Real* e *Portal Amazônia*, têm como temática principal assuntos que envolvam a Amazônia (brasileira e internacional). Embora ambos sejam sediados na região, apresentam condições de produção diferentes. Por mais que o sujeito-jornalista e seu respectivo veículo sigam as mesmas regras de construção da notícia, seus discursos nunca são iguais.

Como discutimos no capítulo III, é difícil definirmos o que é Amazônia, não no sentido geográfico, mas na discursividade, que “é a inscrição dos efeitos da língua, sujeita a falha, na história” (ORLANDI, 2008d, p. 46), pois a construção da imagem da Amazônia é atravessada por vários discursos, os quais estão sujeitos à interpretação.

É ilusão apontarmos qual veículo descreve melhor a Amazônia, porque sentidos de Amazônia mudam de acordo com as formações discursivas. Os sujeitos dos discursos *sobre* Amazônia estão inseridos nesse espaço discursivo¹⁶, legitimam no discurso a representação real da Amazônia. No entanto, “toda representação é uma construção subjetiva da realidade” (BENETTI, 2010, p. 110).

Para compreendemos os discursos e sentidos sobre Amazônia que circulam nos dois veículos, precisamos conhecer os objetos discursivos e suas condições de produção, pois eles nos ajudam a entender de qual(is) Amazônia(s) falamos. Por isso, adiante apresentamos a história e a rotina de produção de notícias e reportagens dos sites, a partir das entrevistas realizadas com os representantes de cada veículo.

4.1. Visibilidade da região pela *Amazônia Real*

Segundo denominou a editora-executiva da agência, Kátia Brasil, foi a inviabilidade de abordagem dos temas da Amazônia na grande mídia que motivou a criação da agência *Amazônia Real*. O portal iniciou suas atividades em 21 de outubro de 2013, se identifica como agência de jornalismo independente, idealizado pelas jornalistas Elaíze Farias (editora de conteúdo), Kátia Brasil (editora executiva) e Liège Albuquerque. Todo conteúdo (textos e fotos) produzido é de livre reprodução, seguindo a obrigatoriedade de crédito e não sendo permitida a reedição das reportagens por outros veículos.

¹⁶ BRANDÃO (2012, p. 90) assim define espaço discursivos: “são recortes discursivos que o analista isola no interior de um campo discursivo tendo em vista propósitos específicos de análise”.

Na opinião da editora-executiva, a Amazônia só ganha destaque na imprensa nacional com notícias estereotipadas ou acontecimentos associados à questão ambiental. “Na grande mídia, a região amazônica só ganha espaço, e continua assim, com notícias estereotipadas, ou quando acontece uma morte de uma liderança que defende a floresta, ou um grande desastre ambiental, naufrágios e casos de corrupção e desvios de verbas públicas”.

Os grandes veículos de comunicação nacional estão sediados na região Sudeste. Conforme discutimos no Capítulo III, a Amazônia, geralmente, é pautada como solução de algum problema ambiental, ou pela novidade científica, ou ainda de algo que a imprensa julga como exótico e que possa despertar interesse nacional ou, ainda, dados relacionados ao meio ambiente (desmatamento, enchentes, seca, etc.) ou mudanças climáticas e, sempre com a presença do discurso científico. Embora as editoras não esclareceram quais temas consideram excluídos pela imprensa nacional, pelas explicações sobre as editorias da *Amazônia Real* e seus assuntos abordados que detalharemos mais adiante, podemos entender que se referem aos assuntos que envolvam, principalmente, povos indígenas e populações de comunidades do interior da Amazônia.

A agência pratica jornalismo independente inspirado em outros veículos que já têm essa prática, como a Agência Pública (SP), O El Faro, de El Salvador, e ProPublica (EUA). O projeto contou com a consultoria do diretor do Knight Center for Journalism in the Americas, Rosental Calmon Alves, no modelo e funcionamento do negócio.

“Como nossa ideia era criar uma mídia digital para dar visibilidade às questões da região, em especial das populações tradicionais, contar histórias exclusivas e investigativas, então decidimos produzir notícias sem fins lucrativos para democratizar a informação. Também optamos por fazer jornalismo independente para não ter vínculo com os poderes político e econômico, que em muitos casos, cerceiam a liberdade de expressão, principalmente na região Norte do país” (BRASIL, 2017).

De acordo com a definição de Denis Oliveira (2009, p. 7), o jornalismo independente

“busca construir uma relação emissor/receptor fora do parâmetro único do consumismo [...] implica em levar em consideração as chamadas minorias [...] o jornalismo alternativo aponta para a construção de uma esfera pública alternativa em que a diversidade cultural, política, ideológica seja a tônica”.

O nome do portal, segundo explicação de Kátia Brasil¹⁷, foi inspirado no “realismo” das obras literárias de Euclides da Cunha (*A Margem da História*, 1909) e Daniel Piza (*Amazônia de Euclides: viagem de volta a um paraíso perdido*, 2010) e nas fotografias de Alberto César

¹⁷ Kátia Brasil e Elaíze Farias concederam entrevista por email no dia 17 de fevereiro de 2017.

Araújo e Pedro Martinelli. A agência *Amazônia Real*, em 2013, entrou com pedido de registro da marca Amazônia Real no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), mas foi impedida pela Rede Record de Televisão por causa da marca “Amazônia, o Reality Show” – programa exibido pela emissora. O processo continua transitando no INPI, ainda sem resposta.

Observamos que outros discursos inspiraram na criação do nome do portal. As fundadoras julgaram aquelas obras como discursos que expressam a realidade da região, mas se trata de uma realidade também influenciada pela ideologia dos autores das obras. Logo, para as idealizadoras da agência, a Amazônia relatada por Euclides da Cunha e, muito tempo depois, conhecida pelo jornalista Daniel Piza, expressa qual é a realidade da Amazônia para as editoras. Segundo Kátia Brasil, Euclides da Cunha

“relatou, entre vários temas, a geografia, a hidrologia, a flora e a fauna, além do abandono da região pelo *poder público e o trabalho escravo* imposto aos seringueiros e aos índios [...] [enquanto Daniel Piza] não encontrou na região seringais ativos e sim *povoados isolados* pela distância das cidades, *sobreviventes de agricultura de subsistência*, com *atendimento médico e educacional precários*” (BRASIL, 2017, grifos nossos).

A Amazônia vista e apresentada pela agência é aquela evocada inconscientemente pela ideologia em que o poder público ainda é ausente e, por esta ausência na região, é possível presenciar trabalho escravo, conflitos de terras, falta de assistência médica e educacional para as comunidades, e o meio de sobrevivência dessas famílias por meio da agricultura de subsistência.

Pêcheux (1990) nos afirma que o real não se descobre, pelo contrário, nos encontramos com ele. Sobre esse aspecto, a realidade na Amazônia mostrada pela agência é aquela construída por suas posições ideológicas de defesa das causas indígenas, de fiscalização, de priorizar a população local, mas nem por isso é mais condizente com a realidade do que dos demais veículos. Até porque, como menciona Pêcheux, é possível que existam outros tipos de real além destes que se propõe a mostrar a agência.

“Interrogar a existência do real: supor que entendemos o ‘real’ em vários sentidos – possa existir um outro tipo de real diferente dos que acabaram de ser evocados e também um outro tipo de saber, que não se reduz à ordem das ‘coisas-a-saber’ ou a um tecido de tais coisas. Logo um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (idem, p. 43, grifo do autor).

Por isso, a ideologia da *Amazônia Real* se caracteriza pela militância em favor dos povos que considera invisíveis para a mídia nacional e para o governo – populações residentes no

interior e povos indígenas na Amazônia. O tema povos indígenas é tratado na mídia nacional, mas talvez não na periodicidade, no espaço e com a abordagem que as editoras julgam necessária.

Pela sua ideologia de luta e denúncia dos problemas na região que afetam sua população, para a *Amazônia Real* não é interessante somente retratar a Amazônia, os problemas, sua biodiversidade, etc., mas sim dar voz às personagens, povos indígenas, líderes comunitários, comunidades ribeirinhas, que presenciam esses problemas. Por isso, se caracteriza como diferencial dos demais veículos de comunicação, por dar visibilidade a “personagens invisíveis” cujas histórias não chegam ao conhecimento público, por meio da imprensa nacional.

As condições de produção do discurso jornalístico, no caso da *Amazônia Real* – o contexto imediato de proximidade em relação aos temas que considera prioritários, e o contexto histórico envolvendo ideologia e memória discursiva – direcionam as escolhas das personagens principais como fontes de informação e a elaboração de reportagens mais aprofundadas. Em todo discurso há sujeitos e estes são afetados pela ideologia; por meio dela, o sujeito cria a ilusão discursiva do sujeito de ser o primeiro a dizer o que diz sobre Amazônia, apaga inconscientemente outros ditos sobre Amazônia. O sujeito se constitui pelo esquecimento no interior da formação discursiva que o domina e é no esquecimento que temos a ilusão de sermos a origem do que dizemos, conforme explicou Pêcheux (2014a; 2014b), ou seja, é a ilusão dos sujeitos jornalistas da *Amazônia Real* que faz acreditar seus discursos serem originários sobre as “personagens invisíveis”, esquecendo que como significam essas personagens para agência não são originários. Essas personagens, inclusive, estão presentes nos discursos da imprensa nacional, porém a ideologia da agência direciona os seus sentidos diferentes da imprensa nacional.

Segundo explicações constantes no próprio site da agência de notícias, os elementos da sua identidade visual têm os seguintes significados: a palavra real escrita em vermelho representa “a força que o jornalismo tem em buscar traduzir a realidade”¹⁸; a imagem, identificada por seus criadores como semelhante ao pin de localização, ícone de internet, tem para eles três significados: realidade da Amazônia, a caneta tinteiro e a flecha de guerreiros da Amazônia.

¹⁸ As explicações dos elementos da identidade visual constam no site da agência. Disponível em <http://amazoniareal.com.br/a-logo/>



Figura 9 - Identidade visual da agência Amazônia Real

O jornalismo é interpretação e nela está a ideologia materializada pela história (ORLANDI, 2007b). Logo, o jornalista não traduz a realidade, mas a interpreta, produz um discurso *sobre* a realidade, “marca uma diferença do que é falado, podendo desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se envolveu com a questão” (MARIANI, 1998, p.60), transforma em objeto o que se fala.

Vejamos os sentidos que esses elementos simbolizam no discurso. A cor vermelha, conforme nos lembrou Orlandi (2015a, p. 27), é historicamente associada a posições revolucionárias. Se trocássemos a cor da palavra real para verde, seria produzido outro efeito de sentido voltado para o ambiental, a conservação, o combate ao desmatamento. Aliás, a predominância da cor verde (no nome Amazônia e no pin de localização) é historicamente associada ao meio ambiente e ao verde da floresta. Instituições com finalidade de pesquisa, proteção, fiscalização na área ambiental utilizam o verde em suas identidades visuais, como a organização não governamental Greenpeace. Logo, o efeito de sentido da palavra real no discurso está relacionado à ideologia da agência e a imagem que ela faz de si mesma, de ser revolucionária em mostrar uma Amazônia que os demais meios de comunicação não mostram. O pin de localização tem um efeito de sentido que sugere ao leitor onde encontrar a Amazônia real.

O site da agência passou por uma alteração visual em 2016 para dar mais visibilidade às fotografias. Também mudou o destaque de cada editoria, tendo uma foto grande na abertura, além de destacar as postagens feitas no Facebook. A *Amazônia Real* utiliza Twitter, Instagram e tem algumas produções audiovisuais em seu canal no YouTube. Essas mídias, além de

servirem para compartilhar os conteúdos da agência, servem também de contato com seu público e com suas fontes.

Segundo informações da editora-executiva,

“a agência de jornalismo independente e investigativo Amazônia Real desenvolve reportagens com enfoque nos agentes sociais da região amazônica que *têm pouca ou nenhuma* visibilidade na imprensa brasileira. Desta forma, *atuamos* na promoção do acesso à mídia, da *liberdade de expressão, dos direitos humanos e da justiça social de grupos socialmente vulneráveis e excluídos*” (BRASIL, 2017, grifos nossos).

Pelas características de trabalho da agência e pelos discursos das editoras, o veículo se posiciona como uma espécie de porta-voz e defensor dos povos que julgam serem quase invisíveis para a imprensa nacional e para o poder público. Segundo as editoras, suas reportagens tornam públicos as causas e os problemas desses povos, ao mesmo tempo em que cobram ações do governo.

4.1.1 Estrutura e financiamento

A redação da agência está instalada em Manaus (AM). As atividades de produção de reportagens e revisão são de responsabilidade da editora de conteúdo, Elaíze Farias, e do repórter Fábio Pontes, trabalha também na revisão dos textos; a editora-executiva, Kátia Brasil, é responsável pela edição de textos e elaboração de pauta. A edição de fotografia, manutenção do acervo fotográfico e contato com fotógrafos-colaboradores da agência são feitos pelo fotojornalista Alberto César Araújo.

O portal tem como endereço eletrônico www.amazoniareal.com e sua sede é localizada em Manaus (AM). A equipe do portal é composta por um editor de fotografia e correspondentes distribuídos em Belém (PA), Manaus (AM) e São Luiz (MA) – um correspondente em cada cidade –, além das cidades roraimenses (Boa Vista e Pacaraima), em Porto Velho (Rondônia) e na capital do Acre, Rio Branco – dois correspondentes em cada estado.

O portal se mantém por financiamento coletivo (*crowdfunding*) e o apoio financeiro da entidade norte-americana Fundação Ford para o *Projeto Amazônia Real – promovendo a democratização e a liberdade de expressão na região amazônica*. Kátia Brasil afirma que este projeto permitiu melhorar a estrutura – espaço físico (redação), acesso a telefone e internet – e ter correspondentes em quase todos os estados da Amazônia Legal, com projeção de alcançar em 2017 os estados do Amapá e de Tocantins.

O processo de produção das reportagens da agência segue um cronograma elaborado todas segundas-feiras, com sugestões de pautas recebidas pelos correspondentes, por parceiros,

pelos fontes e por outros jornalistas. De acordo com explicação das editoras, o planejamento de pautas é elaborado a partir dessas sugestões, da relevância dos acontecimentos e de suas próprias observações, além de realizarem pesquisas diárias em sites de notícias, inclusive internacionais, *releases* de assessorias de imprensa de instituições e empresas públicas e privadas, de outras organizações (indígenas, indigenistas, ambientais, científicas).

As características particulares da região exigem adequações nas formas de apuração e produção durante a realização das reportagens, que podem ser entrevistas pessoais ou por outros meios (telefone fixo, celular, redes sociais, Whatsapp). Exemplo de adequação foi uma recente reportagem citada por Elaíze Farias: “recentemente fiz uma matéria onde toda a entrevista com uma mulher indígena foi via WhatsApp, pois na aldeia onde ela mora não pega sinal de celular. E isso em determinado horário. Essas entrevistas podem ser de manhã, à noite ou mesmo de madrugada”.

Por esse processo de consulta de múltiplas fontes, Elaíze Farias justifica a extensão e temporalidade das reportagens. “Partimos da ideia de que uma matéria não precisa ser curta [...] As nossas reportagens são feitas para serem lidas um dia, dois, daqui a um mês, daqui a um ano”.

O modo de trabalho da agência é um dos diferenciais em relação aos demais veículos, segundo descreve Kátia Brasil, “para fazer jornalismo pautado nas questões da Amazônia, de seu povo, da cultura, dos conflitos, da economia, da política, com qualidade e *isenção*, apresentando todos os lados da notícia” (grifo nosso).

Por não depender de renda publicitária como acontece com as empresas jornalísticas tradicionais, a agência defende sua isenção. O discurso de isenção e imparcialidade é ainda proferido pela maioria dos veículos de comunicação, mesmo os que dependem da publicidade. Mas sabemos, pelas condições de produção do discurso jornalístico, é impossível que esta atividade seja isenta. Aliás, como lembrou Mariani (1999), o discurso jornalístico se coloca como prática social repetidora de alguma ideologia, ora direta ora indiretamente, e é atravessado por diversas vozes divergentes constitutivas da história. Desse modo, a *Amazônia Real* seleciona seus temas prioritários de cobertura de acordo com sua ideologia, e esta é constituinte das condições de produção de seus discursos.

Outro diferencial da *Amazônia Real*, considerado pela editora, é o acompanhamento dos “temas relevantes” até que sejam solucionados para não caírem no esquecimento, como faz a grande imprensa.

“Acompanhamos processos judiciais até que a ação seja decidida nos tribunais. Entre as ações está o processo judicial dos estupros contra meninas indígenas de São Gabriel da Cachoeira. Também acompanhamos etnias indígenas em alta vulnerabilidade social, como os índios Juma, de Canutama (AM), e os Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul” (BRASIL, 2017).

Os fatos não caem no esquecimento, na verdade, eles perdem interesse, os veículos de comunicações silenciam – regidos por sua política comercial, linha editorial, proximidade com o fato, seus critérios de noticiabilidade. Orlandi (2007a, p.91) aponta que o silêncio significa de vários modos: “em relação ao futuro (o ‘projeto’ do discurso, multiplicidade de sentidos); em relação ao passado (o já-dito que retorna na forma do interdiscurso, e que se re-formula)”. Os fatos na memória se reatualizam por meio de outros discursos (interdiscursos) silenciados e/ou apagados produzindo sentidos. “O acontecimento não se perde na fluidez da memória, mas é submetido a barreiras de sentidos que o fazem, ou não, existir” (SOUZA, 2000, p. 101);

4.1.2. Quem fala e o que fala?

Todo veículo de comunicação, independentemente da plataforma (rádio, jornal, TV, etc.), determina suas editorias de acordo com sua linha editorial e os assuntos que interessam publicar.

Na agência *Amazônia Real*, as editorias são denominadas de eixos temáticos, temas de interesse, conforme denominou Kátia Brasil. São elas: *Questão Agrária, Economia & Negócio, Povos Indígenas, Meio Ambiente, Cultura e Política*. Essas editorias envolvem os temas

“desmatamento e mudança climática, violação dos direitos indígenas, direitos humanos, regularização fundiária, tráfico de pessoas, exploração de crianças e adolescentes, defesa das mulheres indígenas e não-indígenas, desvios de recursos públicos e contas públicas [...] São prioridades, por exemplo, a questão do reconhecimento do território tradicional, a preservação da cultura, a educação, a saúde, etc.” (BRASIL, 2017).

As editoras consideram assuntos importantes na temática *Questão Agrária* a cobertura dos “conflitos da regularização das terras das comunidades ribeirinhas, as ameaças aos defensores de direitos humanos, a mobilização das populações em defesa de seus direitos, entre outros”. Na editoria *Economia & Negócios*, “as iniciativas das populações tradicionais nos negócios sustentáveis”. Em *Povos Indígenas*, “matérias sobre violação de direitos indígenas, invasão de seu território, etc.”. E, na editoria *Meio Ambiente*, “matérias que falam sobre desmatamento, mudanças climáticas, seca, cheia”.

A editoria de *Cultura* visa temas que promovam a prática, preservação da cultura e tradições dos povos considerados prioritários na cobertura do portal: indígenas e comunidades ribeirinhas.

Em *Política*, “as irregularidades nas contas públicas, abuso de autoridade, violação de direitos, imigração, a defesa da liberdade de expressão e de imprensa, além da segurança [...] matérias sobre imigrantes, refugiados ou algum tema específico que envolve uma ação política da Presidência da República”, exemplificando a cobertura feita pela agência nos casos da escolha do novo presidente da FUNAI e a crise penitenciária na região Norte¹⁹.

Na explicação de Elaíze Farias, o enfoque deste caso foi mais regional, falando sobre o problema dos presídios na Amazônia, consulta aos relatórios de investigação da Polícia Federal sobre a facção criminosa. “Assim mostramos que o massacre era algo previsível e o governo não tomou medidas para evitar a barbárie que aconteceu. Também ouvimos especialistas e familiares dos mortos, humanizando a cobertura”²⁰. A rotina de trabalho desta reportagem seria a rotina esperada por qualquer veículo que se propusesse a cobrir este fato. Acontece que, com o *deadline* cada vez mais curto e a mão de obra menor, para não perder audiência para concorrentes, alguns veículos de comunicação não se aprofundam nos fatos.

A característica das narrativas da *Amazônia Real* ressaltada por Kátia Brasil é iniciar seus discursos com a história de suas personagens. “Essas personagens invisíveis é que nos levam a apurar e investigar as reportagens”. Sobre as fontes de informações consultadas pela *Amazônia Real*, a agência classifica como fontes primárias as personagens “invisíveis” para a grande mídia.

“Esses *personagens invisíveis* é que nos levam a apurar e investigar as reportagens. Isso foi possível porque criamos um projeto com autonomia e liberdade nas escolhas dos temas abordados, respaldadas na honestidade e no comprometimento com os grupos sociais com os quais escolhemos dar prioridade em nossas reportagens” (BRASIL, 2017, grifo nosso).

O portal também conta com outras fontes diretas, conforme citou Kátia Brasil, referindo-se ao “contato diário que temos com lideranças indígenas, ribeirinhos, os pesquisadores, as organizações da sociedade civil, os leitores. Esse contato, em sua maioria, é feito pelas redes sociais, WhatsApp e celulares”. A *Amazônia Real* considera personagens

¹⁹ Reportagem sobre a presidência da FUNAI. Disponível em <http://amazoniareal.com.br/governo-temer-nomeia-pastor-a-presidente-da-funai-e-inclui-um-general-do-exercito-na-equipe-ambos-do-psc/>

²⁰ Reportagem sobre a crise penitenciária. Disponível em <http://amazoniareal.com.br/massacres-em-presidios-estao-associados-violencia-institucionalizada/>

invisíveis (para imprensa e para o poder público) as populações indígenas e as populações residentes em comunidades no interior da Amazônia.

A agência destina espaço para colunistas que desempenham algum tipo de produção científica na região amazônica. São estes: Carlos Durigan (geógrafo, ambientalista e diretor da WCS-Brasil - Associação para Conservação da Vida Silvestre), Carlos Potiara (jornalista e cientista político), Eduardo Góes Neves (arqueólogo e um dos fundadores do primeiro projeto de arqueologia da Amazônia Central e professor na Universidade de São Paulo - USP), o indígena da etnia tukano João Paulo Barreto (antropólogo e um dos fundadores do Movimento Indígena do Amazonas), Lúcio Flávio Pinto (jornalista), Renan Albuquerque (jornalista e professor na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, desenvolve estudos relacionados a conflitos e impactos socioambientais entre índios e pessoas atingidas por barragens); Philip Fearnside (ecólogo e pesquisador no Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia - INPA); Fátima Guedes (educadora e pesquisadora de conhecimento popular na Amazônia); Patrícia Sampaio (historiadora que desenvolve pesquisas em história indígena no Brasil e escravidão africana na Amazônia) e Marco Antônio Oliveira (geólogo e superintendente regional do Serviço Geológico do Brasil – CPRM no AM).

“A escolha [dos colunistas] se deu com base na relevância dos autores e na sua contribuição para a pesquisa e para o *conhecimento* sobre a região amazônica [...] Queríamos, desde o início, pessoas com uma trajetória irrepreensível e cujo conhecimento sobre a Amazônia sejam fundamentais para a compreensão da região” (FARIAS, 2017, grifo nosso).

O conhecimento sobre a região, conforme consta no enunciado proferido pela editora, é prioritariamente do conhecimento científico. Uma única representação das “personagens invisíveis” neste espaço é o indígena tukano e antropólogo João Paulo Barreto.

Os parceiros da *Amazônia Real* são: InfoAmazonia; EFE, agência espanhola de notícias; agência A Pública; Mídia Ninja; Uma Gota no Oceano e Aliança pela Água.

Na avaliação das editoras, a cobertura pela imprensa local dá mais espaço para notícias de assuntos nacionais e policiais, enquanto as questões locais que envolvem a Amazônia são deixadas de lado ou ganham pouco espaço. Segundo elas, esse é o motivo da falta de conhecimento da população em relação à região.

Já em relação à cobertura sobre a Amazônia pela imprensa nacional, as editoras caracterizam as notícias como sensacionalistas e, de acordo com elas, a falta de interesse das empresas jornalísticas em falar da Amazônia é justificada pela ausência de correspondentes de jornais nacionais nos nove estados da Amazônia. Justamente a falta de proximidade com a

região é apontada como problema para entendê-la. No entanto, elas acreditam que a nova geração de jornalistas está mais engajada.

As duas editoras concordam que a falta de mais colaboradores nos demais estados da região amazônica é um dos desafios; desta maneira, seria possível uma boa apuração do fato. Segundo Kátia Brasil,

“a mídia, em geral, tem que investir na Amazônia, que é uma região única no mundo, onde vivem centenas de pessoas que falam línguas diferentes e que têm culturas diferentes. Temos uma rica biodiversidade. Então o desafio da mídia é mostrar essa floresta sem estereótipos, sem sensacionalismo. Dar voz às pessoas que moram na floresta sem discriminá-las” (BRASIL, 2017).

Elaíze Farias completa:

“eu considero cobrir a Amazônia um desafio. É uma região maior que muitos países. Outro desafio é encontrar mais investidores para que possamos ampliar nossa cobertura, ter mais pessoas trabalhando, para que possamos atender todas as demandas que nos chegam e muitas vezes não conseguimos cobrir com o tempo que a questão exige”.

4.2. “Tudo que você quer saber...” no *Portal Amazônia*

O *Portal Amazônia* se propõe a mostrar *tudo* que seu público quer saber sobre a Amazônia. A coordenadora do Portal, Izabel Santos, afirmou que o objetivo do portal é mostrar ao seu público o que está acontecendo na Amazônia. Veremos mais adiante que a constituição deste *tudo* se baseia em filtros de informação. Ora, sabemos que veículos só divulgam o que está em acordo com a linha editorial e a política comercial da empresa. Então, é impossível que um veículo faça essa ampla cobertura, não por conta da dimensão geográfica da região que é um grande desafio, mas pela significação de “tudo” que se altera de acordo com a linha editorial e os temas prioritários de cada veículo de comunicação.

Com quase 16 anos de existência, o *Portal Amazônia* tem a proposta de realizar cobertura jornalística de acontecimentos de toda a Amazônia, inclusive, a internacional. Na entrevista realizada para esta pesquisa com Izabel Santos e Diego Oliveira, repórter mais antigo no portal, ambos ressaltaram a “vocaçãõ” do portal: publicar notícias sobre a Amazônia²¹.

²¹ Entrevista concedida na sede do *Portal Amazônia*, em Manaus (AM), no dia 09 de fevereiro de 2017.



Figura 10 - Identidade visual do *Portal Amazônia*

O *Portal Amazônia*, criado em 5 de julho de 2001, é sediado em Manaus (AM). Seu endereço eletrônico é www.portalamazonia.com. Pertence ao Grupo Amazônia Cabo. Faz parte do conglomerado de comunicação do grupo Rede Amazônia de Rádio e Televisão, repetidor do sinal da Rede Globo para os estados da região Norte, exceto Pará e Tocantins, além de possuir sucursal em Brasília, criada em 1990. O Grupo Amazônia Cabo possui também o canal de TV Amazon Sat, com transmissão em sinal aberto para os estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá e para demais estados brasileiros por meio da TV por assinatura e via satélite²².

Além do canal de TV, o grupo Amazônia Cabo possui a Rádio Central Brasileira de Notícias (CBN) Amazônia, transmissora da rádio CBN nacional. A sede do portal funciona no mesmo espaço físico onde estão outras empresas do grupo: a TV Amazonas, a rádio Amazonas FM, o portal G1 Amazonas, a TV Amazon Sat, a rádio CBN Amazônia e o *Portal Amazônia*.

Com o funcionamento do portal G1 na região, o *Portal Amazônia* migrou para o canal Amazon Sat, mudando a cobertura de acontecimentos factuais com a missão de realizar matérias mais aprofundadas sobre as questões da Amazônia, caracterizando-se, segundo avaliação dos entrevistados, como um veículo especializado na Amazônia. Os sujeitos que compõem esse meio (jornalistas, editores, diretores), pelos mecanismos de antecipação (PÊCHEUX, 2014b), formulam formações imaginárias projetando imagens de seu próprio lugar (especialistas em Amazônia), do lugar do interlocutor (o que seu público deseja saber) e do objeto discursivo (algum assunto relacionado à Amazônia). Nas antecipações, o sujeito

²² Informações disponíveis no site do portal no link www.amazonsat.com.br/canal-amazon-sat/.

interpreta e nessa interpretação atribui sentidos e dizeres para cada um deles (para si, para o interlocutor e para o objeto).

Além de Manaus, o portal tinha correspondentes em Rio Branco (AC), Boa Vista (RR), Porto Velho (RO) e Macapá (AP). Mas com a redução das praças (filiais) há dois anos, atualmente, a equipe conta com três repórteres (um no expediente da manhã e dois à tarde) e mais a coordenadora do portal, Izabel Santos.



Figura 11 - Editorias principais do Portal Amazônia

Apesar da redução do quadro funcional ocasionando a ausência de correspondentes em outros estados, o portal ainda tem uma grande estrutura a seu dispor que permite diversidade e interatividade nas notícias. Como empresa jornalística, vive principalmente de publicidade, tanto que tem uma editoria específica para fazer propaganda (transfigurada em notícias), de suas empresas parceiras.

O Portal Amazônia mudou seu layout em setembro de 2016. Desde de sua criação, essa é a quarta vez que o portal passa por uma reformulação. A mudança de layout e plataforma aconteceu, principalmente, para o veículo se adequar ao orçamento financeiro da empresa e ao quadro atual de funcionários, segundo explicação da coordenadora. Como esse processo de mudança ainda está em fase de execução, alguns conteúdos produzidos anteriormente à mudança não estão disponíveis no portal²³.

4.2.1. O que se caracteriza como “tudo” sobre Amazônia?

Os assuntos de interesse para publicação do *Portal Amazônia* são amplos, distribuídos em nove editorias denominadas de: *Notícias*, *Esportes*, *Bem Estar*, *Concurso e Emprego*, *Internacional*, *Entretenimento*, *Articulistas*, *Publieditoriais* e *Guia Manaus*. Segundo explicação de Santos, as editorias em destaque são as principais, as “que rendem mais cliques ficam em destaque. O que as pessoas mais procuram”. Por isso, as editorias de *Esporte* e *Internacional* se repetem no destaque principal e em *Notícias*. Os entrevistados afirmam que desta maneira puderam integrar matérias mais aprofundadas e matérias frias.

²³ Selecionamos para análise o período posterior à mudança.

Três editorias se subdividem: *Notícias*, *Entretenimento* e *Guia Manaus*. A editoria de *Notícias* se subdivide em: *Cidades*, *Ciência e Tecnologia*, *Economia*, *Educação*, *Esportes*, *Internacional*, *Meio Ambiente*. Adiante explanamos as editorias do portal, conforme explicação dos entrevistados.



Figura 12 - Subeditorias de Notícias do Portal Amazônia

Geralmente, os jornais impressos e sites de notícias que têm uma editoria denominada “Cidades” dedicam esse espaço para cobertura de assuntos locais. No caso do portal, a coordenadora explica que na subeditoria de *Cidades* estão assuntos relacionados aos acontecimentos não factuais na Amazônia. Porém, constatamos no nosso levantamento uma ampla cobertura de assuntos factuais como as eleições municipais de 2016 e as rebeliões nos estados de Roraima e Rondônia. Também percebemos esse modo de cobertura na editoria *Esporte*, com a cobertura, por exemplo, da queda do avião do time de futebol da Chapecoense na Colômbia, país pertencente à Amazônia Internacional. Isso se confirma quando os editores entrevistados afirmam que uma das formas de seleção dos assuntos para pauta é por meio de pesquisas no Google para saber os assuntos mais buscados, feitas pelo Setor de Estratégias da empresa.

As subeditorias de *Ciência e Tecnologia*, *Educação*, *Economia*, *Esportes* e *Meio Ambiente* abordam assuntos direta ou indiretamente relacionados à Amazônia. Tem-se a subeditoria *Internacional* onde estão os assuntos relacionados à Amazônia Internacional.

Na subeditoria *Bem Estar*, conforme explicou Izabel Santos, o portal aproveitava o conteúdo do programa Amazônia Mulher do canal Amazon Sat, produzindo notícias a respeito

de temas que eram discutidos no programa. Nele eram abordados temas como saúde, decoração, dicas de beleza, as chamadas matérias de comportamento.

A editoria *Concurso e Emprego* funciona como uma espécie de serviço, com classificados de empregos, concursos e cursos. E a seção *Entretenimento* também se subdivide em: *Agenda, Turismo e Gastronomia, TV, Famosos, Cultura*.



Figura 13 - Subeditorias Entretenimento do Portal Amazônia

Antes da mudança do layout, a editoria *Cultura* era única e subdividia-se em *Artes, Variedades, Música e Turismo*. Segundo avaliação da coordenadora, não fazia sentido esses temas ficarem dentro de cultura, por isso, decidiu que assuntos relacionados a famosos e televisão deveriam ficar em outra editoria: *Entretenimento*. A subeditoria *Famosos* apresenta notícias de artistas, cantores e outras celebridades nacionais. E a subeditoria *TV* exibe notícias da programação da TV. Na subeditoria *Agenda* são divulgadas notas contendo agenda de shows, exposições e eventos na região.

A editoria de *Turismo e Gastronomia* tem seu conteúdo produzido em parceria com os programas do canal Amazon Sat. Antes, o conteúdo era produzido em parceria com o programa Amazônia Mulher, que saiu da grade de programação do canal, e em substituição, o portal utiliza os conteúdos do programa Sabores da Amazônia.

No *Portal Amazônia*, a mudança da editoria *Cultura* para a subeditoria de *Entretenimento* produz efeito de sentido de cultura associada ao divertimento, aos shows e eventos. Essa mudança de estrutura e também de sentido nos permite avaliar que esta editoria,

assim como as demais subeditorias de *Entretenimento*, está restrita ao sentido de cultura como diversão.

A editoria *Publieditoriais* tem matérias comerciais das empresas parceiras do Amazon Sat e do portal. Na plataforma antiga, esses conteúdos não tinham local específico. A mudança permitiu deixar mais visível ao público do que se trata a editoria. A editoria *Guia Manaus* se subdivide em: *Gastronomia, Hotelaria, Turismo e Saúde*.

Ainda nos referindo aos conteúdos publicados pelo portal, a seleção dos acontecimentos é pautada pelas mídias sociais e pelo Google. O setor de estratégias digitais da empresa analisa os assuntos mais procurados e comentados sobre a Amazônia na internet e também mensura a audiência do portal. Por esse motivo, a coordenadora denominou o serviço da equipe de “curador de conteúdo”, justificando esse modo de trabalho com a redução do quadro funcional.

Depois dessa “curadoria” para saber o que está acontecendo nos estados e outros países da região amazônica, a equipe busca as matérias publicadas nas agências e veículos de comunicação, nos sites de governo estaduais de instituições de pesquisa.

Os entrevistados consideraram que o veículo se destaca em relação aos demais (comparação feita com veículos de comunicação de Manaus) pela constante atualização e grande volume de informações sobre a região.

Interessante notar que o portal se propõe a mostrar tudo que seu público deseja saber sobre a Amazônia. Contudo, seus assuntos não se restringem somente à região amazônica. Percebemos que muito desse material, pelo menos no período analisado, é assinado como redação – texto editado (mudança do lead, reestruturação dos parágrafos, título, etc.) – ou assinado com informações do autor do texto já publicado em outro veículo e reproduzido na íntegra. Ou seja, os conteúdos são oriundos de agências de notícias ou releases. Por isso, apesar de se considerarem especialistas em Amazônia e de buscarem mostrar um “outro olhar”, os discursos *sobre* Amazônia que este portal publica, em sua maioria, partem da visão do discurso do outro (de outra formação discursiva) que pode ter semelhança ideológica, mas que não se diferencia de qualquer outro veículo de comunicação sediado na região ou fora dela quando simplesmente reproduz conteúdo. E as notícias de produção própria têm como fontes prioritárias cientistas.

O *Portal Amazônia* tem uma seção destinada a artigos. A editoria *Articulistas* conta com a participação de oito articulistas, todos residentes em Manaus (AM). A princípio, como relevou Santos, “a ideia era trazer gente de outros estados para suprir a demanda que as nossas praças [correspondentes de outros estados] deixaram. Era para eles [articulistas] contarem o que estava

acontecendo lá na cidade deles”. No entanto, o portal ainda não conseguiu participação de pessoas de outros estados.

A periodicidade dos artigos é irregular. Os articulistas são: Mazé Mourão (jornalista), Flávio Lauria (administrador e professor universitário), Abrahim Bazé (historiador), Flávia Frota Calvalcanti (escritora), Durval Braga Neto (advogado) e Manaus Selvagem.

O Manaus Selvagem é um programa do canal Amazon Sat que apresenta animais selvagens encontrados nos arredores de Manaus. O artigo, feito pela própria equipe do programa, baseado no tema discutido durante a semana. O programa funciona por temporadas, ou seja, quando termina uma temporada, não há artigos até o início de nova temporada.

Izabel Santos e Diego Oliveira destacaram a seção *Amazônia de A a Z* disponível dentro do *Portal Amazônia*. Esta seção é uma das mais antigas disponíveis e muito procurada por estudantes e universitários, de acordo com relato dos entrevistados. Ainda não incorporada à nova plataforma, somente é possível localizá-la por ferramentas de busca na internet ou diretamente pelo endereço eletrônico www.portalamazonia.com.br/secao/amazoniadeaz.

Santos caracterizou o *Amazônia de A a Z* como uma espécie de enciclopédia da Amazônia.

“O Amazônia de A a Z é uma espécie de enciclopédia da Amazônia. Tem palavras e expressões de A a Z que são usadas aqui e estão todas lá ‘traduzidas’ com uma *explicação científica* para elas. É alimentado constantemente com os conteúdos extraídos de nossas entrevistas” (SANTOS, 2017, grifo nosso).

Essa seção é mais um outro exemplo da forte presença do discurso científico no *Portal Amazônia*. As explicações de Amazônia desta seção são feitas por cientistas, pois eles, segundo ideologia do portal, têm o conhecimento e autoridade para falar sobre Amazônia. Além disso, a fala do especialista foi simplificada (traduzida) para se tornar compreensiva ao seu público, pré-construído (construção anterior e exterior) de que a população de uma forma geral não compreende a fala do cientista, sendo assim, necessário a tradução.

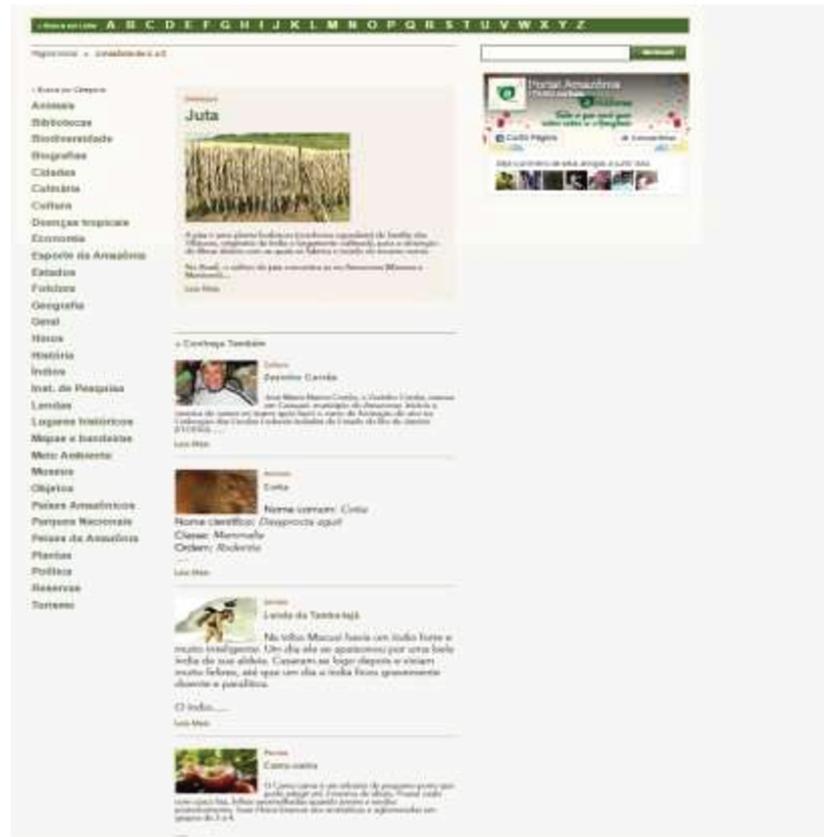


Figura 14 - Seção Amazônia de A a Z do Portal Amazônia

4.2.2. Quem fala sobre Amazônia?

Sobre as fontes de informações consultadas na produção das matérias, os jornalistas entrevistados citaram pesquisadores, professores, biólogos, geógrafos, etc ²⁴. Na explicação da coordenadora, a característica do portal é a prática do jornalismo científico. “Se você for ler as matérias do *Portal Amazônia*, vai ver que dificilmente temos uma matéria com personagens, *uma pessoa do povo*. Nosso conteúdo é realmente pautado na produção científica, no *jornalismo científico*” (grifos nosso).

O portal se identifica como produtor de jornalismo científico sobre a região amazônica, cujas fontes principais são cientistas. É por meio do discurso científico que se fala de Amazônia. Mediante todas as editorias que mencionamos acima, a presença do jornalismo científico está restrita a duas ou três editorias *Cidades*, *Meio Ambiente* e *Ciência e Tecnologia*. Mesmo nessas três editorias, muito conteúdo não era de produção própria, durante o período observado. Há

²⁴ Citados nessa ordem e com essa diferenciação entre pesquisadores, geógrafos e biólogos.

contradição na afirmação da coordenadora em relação à sua própria explicação das editoriais. Não é possível classificar que todo conteúdo do portal seja jornalismo científico, nem se restringíssemos somente ao material de produção própria. O que nos parece que a coordenadora denomina jornalismo científico são as notícias e reportagens produzidas cujas fontes de informação reproduzam o discurso da ciência, daí a justificativa de consultar pesquisadores, professores, biólogos, geógrafos.

Destacamos outra contradição, Izabel Santos recomenda aos jornalistas ou veículos de comunicação interessados em cobrir assuntos relacionados à região que eles ouçam os “amazônidas”, pessoas que estão na região e que a estudam. Apesar da afirmação da ausência de “uma personagem pessoa do povo” em suas reportagens.

“De que adianta falar com um pesquisador lá de Sorborne [na França] e eu não ouvir a pessoa que está há 20 anos no INPA? Falar a respeito de ervas medicinais com o pesquisador lá da Universidade de Salamanca [na Espanha] e não vou ouvir o Juan Revilla [pesquisador do INPA] que está estudando esse assunto na região? Tem que ouvir as *pessoas que estão aqui na região*, que *fazem ciência*, que vivem e moram aqui e que fazem a Amazônia” (SANTOS, 2017, grifo meu).

No entendimento do portal, pessoas que não detenham esse conhecimento científico não podem ser fontes nas reportagens ou notícias, pois elas não legitimam a informação; tal função é atribuída ao cientista de alguma instituição de pesquisa. No máximo, essas pessoas podem trazer informações complementares (de sua vivência, de sua experiência) ou sugerirem assuntos para pautas por meio de seus meios de contatos (email, telefone ou redes sociais); é como se o portal anulasse o conhecimento dos indivíduos não cientistas e das sociedades locais.

Sobre temas frequentes, Izabel Santos revela que um dos mais abordados pela equipe é sobre indígenas. “Uma insistência que eu tenho aqui é que temos que falar de indígenas. Porque a Amazônia é tudo, mas, principalmente, indígena. Temos que dar oportunidade dessa visão abrangente que a Amazônia nos dá”. Contudo, com a forte presença do discurso científico, admitida pelos jornalistas entrevistados, quem fala dos indígenas? Eles mesmo? Respostas que esperamos encontrar nas análises das reportagens do portal.

Também houve críticas dos jornalistas do portal sobre o espaço dedicado para cobertura sobre a Amazônia nos veículos de comunicação locais e nacionais. Oliveira afirma que somente quando “algo maior” acontece na região é que a mídia se interessa em cobrir. Exemplo citado por ele é a crise no sistema carcerário em Manaus. Os dois veículos de comunicação trabalhados nesta pesquisa expuseram essa crítica.

Izabel Santos destaca que o serviço de contextualização dos fatos em seu portal é diferente dos demais veículos de comunicação. “A gente contextualiza; não ficamos limitados. Dificilmente a gente foca só num estado. Sempre que entrevistamos os pesquisadores, pedimos para focar em Amazônia”. E para exemplificar o modo de produção do portal, ela cita uma reportagem sobre o bicho-preguiça²⁵ onde abordaram os hábitos, a reprodução, as ameaças e as curiosidades sobre o animal que talvez sejam desconhecidas de muitos e, não focando somente em um aspecto.

A distância e a dimensão da região amazônica são os principais desafios citados pelos entrevistados e, por isso, a necessidade de abrangência, uma cobertura para além das divisas do estado.

“Quando trabalhamos com jornalismo especializado, principalmente com a Amazônia, eu acho que com o tempo é inevitável que você perceba que ela [Amazônia] não está limitada a definições geopolíticas. A Amazônia não é só o Amazonas, não é só o Pará. O que se faz em Rondônia tem impactos nos estados [...] O que acontece no Amazonas não é um fenômeno isolado, a mineração no Pará não atinge só o Pará, está tudo interligado” (SANTOS, 2017).

A ideologia do *Portal Amazônia* é capitalista, não difere das demais empresas jornalísticas que precisam de lucro para se manterem. Por isso, quanto mais produção (matérias jornalísticas), legitimadas pelo discurso científico, melhor audiência e, isso, é a justificativa da coordenadora do portal para classificar o veículo como aquele que faz uma boa cobertura sobre Amazônia, dado o volume de informação. Desta forma, para se ter audiência, é preciso ter bastante conteúdo; quanto mais assuntos sobre a região melhor, daí se justifica o grande número de editorias e subeditorias, mas que não se restringem somente à cobertura de assuntos relacionados à Amazônia, abrangem assuntos nacionais, de forma a atrair o mais diverso público, o que é confirmado na fala do repórter Diogo Oliveira: “a gente sabe que o público muda constantemente e a gente está em busca disso, de alcançar essas pessoas”.

²⁵ Reportagem disponível no endereço <http://portalamazonia.com/noticias/10-fatos-sobre-a-miss-simpatia-da-amazonia-o-bicho-preguica-1>

CAPÍTULO V - AMAZÔNIA PARA O MUNDO VER

O título deste capítulo é uma referência à música *Parintins para o Mundo Ver*, adaptado para os fins da nossa pesquisa. A música é uma composição de Jorge Aragão e Ana Paula Perrone, homenageando o Boi Garantido, participante do Festival Folclórico de Parintins (AM). *Amazônia Real* e o *Portal Amazônia* têm as propostas de mostrar para o mundo a Amazônia, por meio das notícias veiculadas em seus sites. Organizamos as reportagens e notícias selecionadas a partir de temas comuns.

5.1. Populações na Amazônia

Os textos analisados a seguir dizem respeito às populações residentes na Amazônia, os “ribeirinhos” e, principalmente, os indígenas no aspecto das suas culturas. No período analisado, quatro textos são sobre cultura indígena e somente um sobre moradores das cidades do interior da Amazônia (ribeirinhos). Três textos são da agência *Amazônia Real* e dois textos do *Portal Amazônia*.

A primeira das reportagens analisadas dentro desta temática é “A festa da menina-moça Tejuvi Juma Uru Eu Wau Wau”, publicada na editoria *Povos Indígenas* no dia 03 de outubro de 2016 pela *Amazônia Real*. Ela conta sobre o ritual de passagem para a vida adulta, após a primeira menstruação, de meninas indígenas da etnia Juma residente no sul do Amazonas.

Outro texto analisado sobre população indígena é a reportagem “Bienal revela o olhar de cineastas indígenas brasileiros”, publicada na editoria *Cultura* da *Amazônia Real* no dia 05 de outubro de 2016. Esta reportagem traz algumas produções cinematográficas produzidas pelos próprios indígenas e apresentadas na bienal específica para este tipo de produção, Bienal de Cinema Indígena.

A reportagem “Vendas de camisetas com desenho da etnia Tukano ajudam no estudo de indígenas” foi publicada no dia 04 de novembro de 2016 na editoria *Economia e Negócio* da agência *Amazônia Real*. A reportagem é sobre uma iniciativa de dois indígenas que comercializam camisetas com grafismo de sua etnia, Tukano, como meio de manterem seus estudos. Os significados dos desenhos são ensinados pelo avô ou apreendidos nos livros que falam sobre a cultura do povo Tukano.

O *Portal Amazônia* produziu duas reportagens nessa temática de populações amazônicas: a primeira intitulada “A brincadeira e a descoberta fazem parte da formação das crianças indígenas, explica pesquisadora”, publicada na editoria de *Cidades* no dia 12 de

outubro de 2016. A reportagem fala sobre o processo de educação familiar das crianças indígenas e se baseia nos estudos de dois pesquisadores sobre crianças indígenas.

A segunda reportagem analisada dentro dessa temática é intitulada “Ribeirinhos da RDS do Uatumã celebram primeira edição da Olimpíada na Floresta”, publicada na editoria Esportes no dia 25 de outubro de 2016 no *Portal Amazônia*. A reportagem fala sobre evento esportivo que reuniu moradores de comunidades pertencentes a uma Unidade de Conservação.

Os indígenas e ribeirinhos são povos constituintes das populações na Amazônia e, como tal, não se pode apagar suas representações, e nem questões que os envolvam. Mesmo porque discursos anteriores sobre as populações na Amazônia feitos e já esquecidos determinam o que dizemos a respeito delas e isso se denomina *interdiscurso*, que “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2015a, p. 29).

Contudo, fazemos observações ao que Grigoletto e De Nardi (2013) chamaram de *figuras identitárias*. Seriam figuras que representam a identidade local de uma comunidade ou grupo social:

“a figura representa a cristalização de elementos que caracterizam um lugar social, o qual passa a ser nuclear na construção identitária de um grupo, ainda que haja incessantes desdobramentos nos processos de (des)identificação dos sujeitos com este lugar” (GRIGOLETTO E DE NARDI, 2013, p. 198).

É na funcionalidade de referência para o imaginário, como explicam as autoras, que as figuras identitárias dos indígenas e dos ribeirinhos colaboram para a caracterização e a identificação dos povos na Amazônia nos discursos sobre a região.

A conceituação dos termos ribeirinhos e caboclos, também muito presentes nos discursos jornalísticos, nos fazem atentar para o uso de povos “da” ou “na” Amazônia, já que segundo estudos antropológicos e historiográficos, a constituição da população desta região é composta de pessoas oriundas de outras regiões do Brasil, principalmente, do Nordeste, e de outros países. A denominação ribeirinha seria para moradores residentes em áreas próximas aos rios, conceito associado ao lugar geográfico. No período analisado, as figuras dos indígenas e dos ribeirinhos foram as mais presentes nos discursos jornalísticos dos veículos de comunicação analisados.

Organizamos, nesse tópico, assuntos relacionados às características culturais dessas duas figuras. No nosso entendimento, há mais discursos sobre cultura do que sobre o assunto principal exposto nos títulos ou nos *leads* das reportagens, listadas anteriormente. Entendemos por cultura,

“o conjunto de técnicas de produção, doutrinas e atos, transmissível pela convivência e ensino, de geração em geração. Compreende-se que exista processo lento ou rápido de modificações, supressões, mutilações parciais no terreno material ou espiritual do coletivo sem que determine uma transformação anuladora das permanências características” (CASCUDO, 1983, p. 39-40).

Lembramos que a *Amazônia Real* possui uma editoria dedicada aos povos indígenas e o *Portal Amazônia* não tem uma editoria específica. No entanto, conforme informações de sua coordenadora, o portal procura sempre produzir textos sobre assuntos relacionados aos povos indígenas.

5.1.1 Cultura indígena para a *Amazônia Real*

Adiante apresentamos a análise das três reportagens da *Amazônia Real* listadas acima que têm abordagens sobre a cultura indígena. A cultura indígena não é assunto difícil de ser encontrado na imprensa nacional. Pela análise dos discursos jornalísticos, vamos compreender os sentidos de cultura indígena para a *Amazônia Real*. Três reportagens publicadas em diferentes editorias (*Povos Indígenas*, *Cultura e Economia e Negócios*) são analisadas.

A agência *Amazônia Real* utiliza o gênero reportagem perfil, que “significa enfoque na pessoa – seja uma celebridade, seja um tipo popular, mas sempre o focalizado é o protagonista de uma história: sua própria vida” (SODRÉ e FERRARI, p.126, 1986).

No contexto da reportagem “A festa da menina-moça Tejuvi Juma Uru Eu Wau Wau” (ANEXO A), a menina indígena não é apenas a protagonista da sua história, mas da história de todos os indígenas de sua etnia, e o ritual é de importância para todos do povo Juma. Tal importância foi retratada na reportagem de modo que no título consta o nome da indígena. Geralmente, no jornalismo, esse estilo é utilizado quando se trata de personalidades famosas ou de importância ao contexto do fato. Como relatado no capítulo IV, é característica da *Amazônia Real* construir suas reportagens contando a história de personagens que a “grande mídia” considera invisíveis.

E esta exata relevância para a etnia indígena atribuída ao acontecimento está nas seguintes sequências discursivas (SDs)²⁶: a primeira, presente no *lead* (primeiro parágrafo da reportagem); a segunda, na fala da cacique da etnia Juma:

²⁶ Utilizamos o termo Sequência Discursiva conforme conceito dado (COURTINE, 2009, p. 55) “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”.

(SD-1) No cinema, denomina-se “ponto de virada” o instante ou acontecimento em que se quebra o rumo da história e leva a narrativa para outra direção. É um momento crucial que interliga etapas distintas (*lead* da reportagem. Grifos nossos).

(SD-2) “Não tem diferença nas festas. É tudo igual. A diferença é que a festa na aldeia Juma aconteceu pela primeira vez em mais de 20 anos. Isso é muito importante porque estamos preservando a nossa cultura. E muitas festas irão acontecer a partir de agora” (fala da cacique Mandeí Juma, fonte entrevistada na reportagem. Grifos nossos).

A cerimônia de passagem da vida infantil para adulta celebrada pela etnia indígena Juma é descrita no *lead* da reportagem como o *ponto de virada*, no sentido de não ser uma cerimônia *qualquer*, mas uma de significância histórica para o povo Juma mediante a luta para manterem sua cultura viva. Por isso, “quebra o rumo da história” porque tal cerimônia tem simbologia que representa a sobrevivência do povo Juma.

Esta cerimônia na cultura indígena se tornou notícia pela compatibilidade com a linha editorial da *Amazônia Real* descrita na sua missão “pautada nas questões da Amazônia e de seu povo” e, porque não era apenas *mais uma*, e sim de importância histórica para o povo Juma, por representar continuidade de uma prática cultural de geração para geração.

É um *discurso esperançoso* de que, a partir desta cerimônia, a tradição irá se manter, representada na fala da cacique: “E muitas festas irão acontecer a partir de agora”. Sentido de *continuidade e preservação da cultura e das tradições*, exposto também no intertexto da reportagem “Preservando a cultura”.

Ao dizer, o sujeito jornalista já se filia a uma formação discursiva, geralmente dominante, que determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 2014b) e esta intervém nas formações ideológicas, “conjunto de representações de ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo” (FIORIN, 2007, p. 32). As formações ideológicas têm uma ou várias formações discursivas interligadas.

Há outras formas de *dizer sobre* as cerimônias indígenas, contar desta forma e não de outras, presentes nos discursos na imprensa nacional, na memória (interdiscurso) das fontes consultadas e da própria ideologia da *Amazônia Real*, de militância em favor dos povos indígenas e demais populações que consideram invisíveis.

Os sujeitos entrevistados falam de determinada posição social, instituições de defesa dos direitos indígenas – a FUNAI, a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, os cineastas e os próprios indígenas – e suas falas significam mais do que significariam se os sujeitos entrevistados não fossem envolvidos com questões indígenas, configurando num discurso de *protesto* e de *denúncia*, como exposto na fala da coordenadora da organização não

governamental (ONG) Kanindé: “Porém, à medida em que o povo Juma foi sendo massacrado, seus costumes também foram se perdendo”.

E o jornalista autor da reportagem reforça o tom de denúncia ao ressaltar que a importância da cerimônia passa pela história do povo Juma na dificuldade de sobrevivência e manutenção de suas tradições, como no caso da sequência discursiva (SD-3):

(SD-3) No caso dos Juma, que vivem na aldeia tradicional em Canutama, no sul do Amazonas, a história é um pouco mais complexa. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a etnia sofreu massacres por conta da invasão de comerciantes de seringa e castanha na terra indígena de 38.351 hectares

Deste modo, aparecem já-ditos sobre outros momentos da história da Amazônia e de seus povos (*interdiscurso*), como o caso mencionado nesta reportagem. O ciclo da borracha no Amazonas gerou episódios de *confrontos* que resultaram em mortes de etnias indígenas e de outros grupos sociais.

Na história da ocupação da Amazônia, os indígenas tentaram sobreviver, manter vivos seu povo, sua cultura e suas tradições. Aliás, o que seria de um povo sem a prática de suas culturas e tradições? E, pelo fato da história ser viva (refere-se ao passado, presente e futuro), cita-se na reportagem esse período do comércio de seringa e castanha, mas isso também se estende a outras atividades não ditas neste discurso, atividades que causaram e ainda causam problemas para as populações e o meio ambiente amazônico: extrativismo, extração de madeira, construção de rodovias e hidrelétricas, demarcação de terras, agricultura e o próprio contato com a cultura não indígena que resultou em conflitos.

Tais atividades estão presentes na pauta da imprensa nacional e local, dependendo da linha editorial de cada veículo, e podem até serem mencionadas com certa frequência. Como os discursos se inscrevem em diferentes formações ideológicas e seus sentidos mudam de acordo com as formações discursivas, tais atividades podem ser vistas por certos setores da imprensa como sinônimos de desenvolvimento, de geração de emprego para a região amazônica, vistas de forma positiva para região sem frisar ou expandir discussões de como essas atividades atingem o modo de vida das populações e o bioma Amazônia. São as posições ideológicas de cada veículo de comunicação que darão sentido para cada atividade e para o que ela representa na região.

Na mesma sequência discursiva SD-3, o sujeito jornalista é interpelado pela ideologia da agência, que é de apoio aos povos indígenas e de crítica aos grandes empreendimentos e certas atividades econômicas na Amazônia, justificando-se o uso de “invasão” [no sentido de

ato de *tomar a força, dominar*]. As terras antes já tinham donos, os indígenas, a apropriação foi de modo violento. O uso do termo “massacre” reforça que os indígenas foram cruelmente assassinados.

Sendo assim, a formação ideológica da *Amazônia Real* que faz empregar a palavra *invasão* para se referir aos não indígenas é a mesma que dá voz aos povos e grupos sociais prioritários em sua cobertura, de modo que eles possam contar suas próprias histórias. O sujeito jornalista do discurso da *Amazônia Real* tem o seu dizer determinado por esta formação ideológica. Na *Amazônia Real*, a história oficial é contada por esses povos e a partir dela se busca outras versões, outras vozes.

O jornalista atribuiu a quase extinção do povo Juma à FUNAI, instituição governamental responsável por questões indígenas, tratando como um equívoco a mudança de local do povo Juma, como podemos ver nas sequências discursivas a seguir.

(SD-4) Eles [povos Juma] foram retirados de forma irregular, sem estudo antropológico, do território tradicional por um administrador da Fundação Nacional do Índio (Funai) e levados, inicialmente, para a Casa de Saúde do Índio (Casai) em Porto Velho, Rondônia (grifo meu).

(SD-5) Com alta vulnerabilidade social e cultural, a Funai levou o grupo Juma para viver na terra dos índios Uru Eu Wau Wau, em 1999 (grifo meu).

Interessante observar a afirmação “retirados de forma irregular” legitimada no discurso pela ausência de estudo, uma crítica indireta as outras medidas políticas e planos de desenvolvimento para a Amazônia, implantados do mesmo modo, não levando em consideração as características individuais de seus povos e lugares; daí resultam a “vulnerabilidade social e cultural” e as dificuldades em se manter em outra localidade.

Na cultura não indígena, existe a tradição da festa de debutante, momento de celebrar a transição da infância para a vida adulta, quando a menina completa 15 anos. A festa de debutante tem elementos como as músicas, a valsa com pais e padrinhos, o momento dos parabéns etc., que no futuro remete, na *memória* da debutante, a um momento de felicidade. Na cultura indígena, *festa e vida adulta* adquirem outros *sentidos*. Vejamos a SD-6 que detalha a cerimônia.

(SD-6) É um momento de angústia. As músicas são melancólicas e falam do sofrimento que a vida adulta traz. Aqui, a liberdade tem uma trilha sonora de dor e amargura

Festa nos lembra [*imaginário*] momento de alegria e felicidade. Na cultura indígena, as “músicas são melancólicas e falam do sofrimento que a vida adulta traz”, um prelúdio de que a vida adulta é “momento de angústia”. Embora a cerimônia carregue esse momento triste, isso não significa que para os indígenas não seja um momento de transição importante para a vida da indígena e também para a tribo. Afinal, a cerimônia representa uma continuidade da etnia, já que nos anos anteriores isso não aconteceu porque houve quase extinção desta etnia.

A história da etnia do Povo Juma é um exemplo do que aconteceu com outras etnias indígenas quando estas entraram em contato com a cultura do homem “branco”. As dificuldades em manter as culturas e as tradições ainda são preocupações atuais de algumas etnias indígenas, muito em decorrência de contato com a cultura do não índio, e o próprio desinteresse dos indígenas mais novos em apreender e praticar sua própria cultura. Aprender a língua da etnia é meio também de transmitir e preservar a cultura. “A língua para o índio atesta o direito à terra, um dos documentos que o identificam” (ORLANDI, 2008c, p. 182).

Na SD-7, a escola é uma possibilidade de preservação da cultura do povo Juma. Apesar do ensino oferecido não ser bilíngue, mesmo assim, para o povo Juma a escola é um meio de evitar separações das famílias indígenas por meio convívio no ambiente escolar e do almejado ensino bilíngue.

(SD-7) Lá na aldeia Uru Eu tem a professora que fala português e o professor fala a nossa língua, mas aqui não conseguimos o estudo bilíngue. Então a nossa preocupação é que elas [as crianças] aprendem na língua (fala da cacique Mandei Juma; grifo meu)

“Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 2014a, p.76). Entre as condições de produção deste discurso jornalístico está o fato de que o jornalista presenciou a cerimônia para descrever seus detalhes (com suas impressões e sentidos) e de que esta foi a primeira cerimônia realizada no próprio território dos Juma, sendo um ritual de significância histórica para o povo desta etnia devido sua dificuldade de sobrevivência.

Vejamos outros sentidos que cultura indígena têm para *Amazônia Real* na reportagem “Bienal revela o olhar de cineastas indígenas brasileiros” (ANEXO B), publicada na editoria de *Cultura*, fala sobre a produção cinematográfica indígena. Iniciativas de produção de documentários auto-etnográficos não são recentes; desde os anos 1980, o próprio projeto Vídeo nas Aldeias, mencionado na reportagem, já tinha essa proposta. O projeto tem o “objetivo de ampliar o diálogo e o intercâmbio entre os diversos grupos indígenas existentes no Brasil e de

promover a capacitação desses grupos para adquirir autonomia na manipulação de sua imagem a partir de seus projetos políticos e culturais” (BIZARRIA, 2007, p. 94).

O discurso jornalístico é constituído de diversas vozes (polifonia), as quais se inscrevem em diferentes formações discursivas. Esta reportagem se constitui de diferentes discursos, mas seus sujeitos estão inscritos na mesma ideologia da *Amazônia Real* de defesa dos povos indígenas, estão em concordância com a ideologia da agência.

Na *Amazônia Real*, a palavra cineastas, incluída no título da reportagem, é usada ao longo do texto e legitima o indivíduo indígena como profissional. Vejamos as sequências discursivas abaixo.

(SD-8) A indígena Alcilane Melgueiro, 27 anos, nunca tinha segurado uma câmera. Quando teve a oportunidade, a primeira escolha que fez foi registrar o trabalho na roça de dona Irene, 58 anos, moradora da comunidade Santo Antônio, no município de Barcelos (a 405 quilômetros de Manaus) (grifo meu).

(SD-9) São as oficinas os principais instrumentos de aprendizagem dos indígenas no mundo do cinema. Pedro Portella trabalha com formações audiovisuais com indígenas há 15 anos. (grifo meu)

Mesmo destacando no discurso a falta de experiência do indígena, por “nunca ter segurado uma câmera”, a seriedade e profissionalismo são assegurados em outros momentos do texto, quando o repórter descreve o tipo de material e o treinamento recebido pelos indígenas para as filmagens: “São as oficinas os principais instrumentos de aprendizagem dos indígenas”. Além disso, os documentários têm significado de registro histórico, como mostrado na SD-10.

(SD-10) Fazer um filme sobre um roçado parece uma escolha simples e trivial, mas não para Alcilene e Cidilene. Para as duas, foi uma volta às origens de uma técnica que elas, mesmo morando na zona urbana, nunca se distanciaram (grifo meu).

No enunciado “simples e trivial”, poderia se caracterizar como uma atividade comum e rotineira para quem vive no interior, mas para o povo indígena representado pelas fontes Alcilene Melgueiro e Maria Cidilene Basílio, são o meio de revelar quem são, de mostrar seu povo e sua cultura, sua identidade. Por isso “volta às origens” significa retorno de uma prática cultural (agricultura) da sua etnia, que em circunstâncias sociais e também históricas, se perdeu. E *apesar de* Alcilene e Cidilene não estarem no convívio de seu povo (etnia) e de não praticarem certos rituais de sua cultura, *ainda assim*, não deixaram de ser o que são, indígenas.

Por este elemento visual, o cinema, o sujeito-índio do discurso dá sentido (interpreta) às suas técnicas de agricultura, ao xamanismo, aos elementos de suas culturas.

Mais do que ser falado, o indígena quer falar, se representar. A agricultura é uma das atividades mais antigas da cultura indígena e o registro desta atividade é uma caracterização da sua identidade, assim como o xamanismo. A plantação de mandioca simboliza a identidade indígena. “Identidade é um processo ao mesmo tempo pessoal e coletivo, onde cada indivíduo se define com relação a um ‘nós’, que por sua vez, se diferencia dos ‘outros’” (PESAVENTO, 1998, p.18).

As formações sociais dos povos indígenas construídas pelas condições histórico-ideológicas não foram de protagonistas de suas histórias. O europeu denominou e construiu o papel social do índio. Esses documentários filmados pelos próprios indígenas, enquanto sujeitos de seus discursos, antecipam representações imaginárias sobre si (sua etnia, cultura e tradições), sobre o objeto do discurso (método de plantação tradicional dos povos do Alto Rio Negro, tema dos documentários) e sobre o seu interlocutor (público que irá assistir). Além disso, os mesmos elementos culturais, inclusive de diferentes etnias, quando filmados por indígenas, têm efeitos de sentidos diferentes dos que teriam se fossem filmados por não indígenas, por terem diferentes formações discursivas.

Todo discurso é pronunciado a partir de determinadas condições de produção (PÊCHEUX, 2014a). Os discursos das fontes consultadas na reportagem foram proferidos em um evento exclusivo de divulgação da produção cinematográfica indígena em que há espaço para críticas. Aliado a isso, esses depoimentos na reportagem publicada pela *Amazônia Real*, que prioriza divulgação de assuntos relacionados aos povos indígenas, nos levam a compreender o *discurso crítico* na fala das fontes e na linha editorial da agência em relação à falta de apoio financeiro às produções culturais cinematográficas indígenas.

“Luta e resistência”, presente na SD-11 abaixo, geralmente é associado ao grupo social que sofreu algum tipo de opressão, porque de algum modo tem seus direitos reprimidos e excluídos. Lutas e resistências dos povos indígenas são carregadas de histórias e discursos, porque não existe história sem discurso (ORLANDI, 2008c), e esses discursos estão inscritos em várias formações discursivas (do colonizador, do explorador, dos religiosos, dos cientistas). Nesses discursos, as vozes dos povos indígenas foram silenciadas e, conseqüentemente, sua história apagada.

(SD-11) Os realizadores indígenas, que vêm de diversas regiões do país, com suas narrativas e visões sobre as realidades regionais e locais de onde filmam, estão

assumindo uma vanguarda da denúncia, mostrando, ao mesmo tempo, a sua cultura e sua luta e resistência diante do cerco às últimas regiões ainda naturais de nosso planeta (fala de Ailton Krenak, coordenador da Bienal de Cinema Indígena, grifo meu).

Um dos entrevistados na reportagem atribui ao cinema índio “coragem e perseverança” (SD-12), afirmando ser este um espaço para discussão e publicação a partir dos assuntos que não são abordados pela imprensa ou não adquirem cobertura mais ampla.

(SD-12) O cinema indígena não é apenas um cinema de resistência, mas de coragem e perseverança. A Agência Nacional do Cinema (Ancine), principal organismo de fomento de produção cinematográfica do país, não tem uma linha para incentivar e financiar filmes de indígenas, como observa Pedro Portella.

As falas das fontes consultadas, Pedro Portella (curador da Bienal que trabalha com produções audiovisuais indígenas há 15 anos), Ailton Krenak (idealizador e coordenador da Bienal de Cinema Indígena) e os produtores indígenas, no interior das *relações de forças* – o “lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2015a, p.37) –, adquirem mais relevância porque estão inseridas nesta formação social e em dadas condições de produção, ou seja, no evento próprio de divulgação da produção indígena. A formação ideológica dos sujeitos-entrevistados está em conformidade com a linha editorial (ideologia) da *Amazônia Real* que se propõe a dar voz a grupos não ouvidos pela grande mídia.

Os cineastas não indígenas falam do seu lugar social (produtores de documentário) e nele os indivíduos são interpelados em sujeito pela ideologia, com discursos críticos sobre a falta de incentivos (financiamento) para as produções audiovisuais produzidas por indígena, sustentados pelo poder dos lugares que os sujeitos entrevistados exercem (curador e o coordenador da bienal). “Sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo do seu discurso” (GRIGOLETTO, 2005, p.5).

É característica das reportagens da *Amazônia Real*, independentemente de sua editoria, falar de algum aspecto das populações indígenas. A exemplo das demais reportagens, o texto “Vendas de camisetas com desenho da etnia Tukano ajudam no estudo de indígenas” (ANEXO C), publicado na editoria de *Economia e Negócios*, apresenta essa característica de falar sobre a cultura dos povos indígenas.

As pinturas indígenas expressam a identidade, têm sentidos e historicidade. Quando passam para outro contexto (comercialização), seus sentidos mudam, como acontece no caso trazido pela reportagem.

(SD-13) Os dois artistas transportam para as camisas elementos que simbolizam a cultura Tukano, com imagens de bichos e de flauta indígena (de nome Kariçú) (grifo meu)

Certo elemento da cultura indígena tem determinada significação para determinada etnia, “simbolizam a cultura Tukano”; quando outro grupo social faz uso deste mesmo elemento, outros efeitos de sentidos circulam, mas o elemento continua presente nos interdiscursos e lá [*nas camisas*] representados pela *repetição vertical*,

“uma repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona aí sob o modo do desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem de uma **memória lacunar ou com falhas**” (COURTINE, 1999, p.21, grifo do autor).

Uma memória lacunar porque está na memória de que aquele símbolo representa pintura indígena, mas não conhece sua significação, história e, nem tampouco, a que etnia pertence. Esse apagamento da memória histórica nos lembra o chapéu de Clémentis²⁷, em que Clémentis [que podemos comparar à pintura que identifica a etnia] foi apagado da fotografia [no caso dos indígenas, transferida para outro contexto (camisa)], mas seu chapéu emprestado para Gottwald continua nas várias cópias da fotografia circulando sentidos, assim como as pinturas indígenas nas camisas continuam produzindo efeitos de sentidos.

No entanto, esse apagamento da memória histórica – por não ter continuidade do conhecimento passado para outros descendentes ou por ter havido a quase extinção dos indígenas –, não apaga seus sentidos, porque eles estão na memória discursiva estabelecendo pré-construídos [são elementos da cultura indígena, tem a ver com indígenas, é alguma coisa indígena].

A história está relacionada a práticas e não à cronologia e se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos (ORLANDI, 2008c). Para que se tenha práticas, são necessários discursos, que por sua vez produzem efeitos de sentidos. No caso trazido pela reportagem, na mesma etnia os indígenas não conhecem elementos de sua cultura, “não sabemos identificar” (ver SD-14 adiante), um apagamento da memória histórica afetando a memória discursiva [*o já lá*].

²⁷ Chapéu de Clementis extraído do exemplo citado no texto COURTINE, J. J. “O chapéu de Clementis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político”. In: FERREIRA, Maria Cristina Lendro; Indusky, Frida. *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra, 1999.

(SD-14) A gente desenha com orientação do seu Ovídio. Ele vai explicando como é, do que se trata, e a gente desenha. Tem, por exemplo, o pé do gafanhoto. Nós pegamos o papel e ele vai nos orientando o que significa. A gente também desenha outros animais, pessoas e outros seres que não sabemos identificar (indígena tukano Ivan Barreto, fonte da reportagem) (grifo meu)

Mas os sentidos estão vivos (circulando) pelos *interdiscursos* e pelos discursos inscritos nas formações discursivas do avô indígena que transmite significações aos elementos da cultura Tukano, “ele vai explicando”, permitindo, desta forma, uma reatualização da memória discursiva.

5.1.2. Cultura indígena para o *Portal Amazônia*

Precisamos lembrar, conforme contamos no histórico dos veículos (capítulo IV), a forte presença do discurso científico nas reportagens do *Portal Amazônia* como uma forma de *legitimar* a informação. A formação discursiva do *Portal Amazônia* se filia à formação discursiva do discurso científico [*dominante*], como se para falar da região amazônica só quem tem conhecimento garantido pela academia (que não é um conhecimento comum) seria uma fonte legítima e confiável. “Quando um enunciador reproduz em seu discurso elementos da formação discursiva dominante, de certa forma, contribui para reforçar as estruturas dominantes” (FIORIN, 2007, p. 74).

Na reportagem “‘A brincadeira e a descoberta fazem parte da formação das crianças indígenas’, explica pesquisadora”, publicada na editoria *Cidades* no dia 12 de outubro de 2016, pelo *discurso científico* se fala *sobre* a educação infantil indígena, e essa fala está inscrita na formação discursiva do sujeito entrevistado (pesquisadora), dizendo o que pode e deve ser dito. E através deste discurso científico, a reportagem caracteriza a infância indígena como uma infância de brincadeiras, descobertas e respeito, cujos sentidos não podemos afirmar que são os mesmos para os indígenas, já que a reportagem não entrevistou indígenas que poderiam explicar por que as crianças são educadas da maneira contada na reportagem.

A propósito, a reportagem foi publicada no mesmo dia comemorativo ao dia das crianças, 12 de outubro de 2016, o que nos leva a compreender que o *Portal Amazônia* queria apresentar uma comparação da educação das crianças indígenas e não indígenas.

No título e ao longo da reportagem, o locutor (jornalista) utiliza o discurso direto e indireto para afirmar pela fala do outro o que gostaria de falar, mas que não tem autonomia ou legitimidade para afirmar (AUTHIER-REVUZ, 2004).

“No discurso direto, são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou o espaço – claramente recortado da citação na frase [...] o locutor *dá lugar* explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso [...]No discurso indireto, o locutor se comporta como tradutor: fazendo uso de suas próprias palavras, ele remete a um outro como fonte do ‘sentido’ dos propósitos que ele relata” (Idem, p. 12, grifo da autora).

Na reportagem, a cultura de educar as crianças é caracterizada pelo lúdico. A palavra *lúdico* significa “relativo a jogos, brinquedos ou divertimento, relativo a qualquer atividade que distrai ou diverte, relativo a brincadeiras e divertimento como instrumento educativo”²⁸. A característica lúdica dos modos culturais de ensino da criança descrita na reportagem é proferida no discurso direto (“O lúdico é uma marca dos grupos indígenas”, ver SD-16 adiante) da fonte de informação na reportagem, a pesquisadora em história Maria das Graças Teixeira. O sujeito jornalista faz uso das palavras da pesquisadora ao descrever educação indígena como lúdico, pelo discurso indireto (“Segundo ela, o ambiente indígena é marcado por ludicidade”), conforme se vê nas seguintes sequências discursivas:

(SD-15) A pós-Doutora em História pela Universidade Lusófona de Humanidades e Artes, Maria das Graças de Souza Teixeira, trabalhou de 2007 a 2011 com pesquisas voltadas para crianças indígenas. Segundo ela, o ambiente indígena é marcado pela ludicidade (*lead* da reportagem, grifo meu)

(SD-16) “O lúdico é uma marca dos grupos indígenas. Ele se estende do adulto às crianças. Elas acompanham com frequência os adultos e aprendem observando e brincando. Geralmente fazem ou ganham brinquedos como pequenos arco-e-flechas e panelas que imitam e repetem a atividade dos mais velhos” (fala da pesquisadora na reportagem)

Os modos educacionais da cultura indígena por comportamentos de observação e descoberta poderiam ser características da educação infantil de qualquer criança (indígena ou não-indígena, ocidental ou oriental, branca ou negra, etc.), mas a reportagem caracteriza a infância das crianças indígenas como algo “marcado pela ludicidade”. Ao longo do texto, há

²⁸ Significado extraído do dicionário Michaelis online. Disponível no link <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=l%C3%BAdico>

comparação dos modos de ensino da cultura indígena e das demais culturas (não indígenas). Vejamos exemplos da comparação de crianças indígenas e não indígenas, que a reportagem restringiu à sociedade ocidental, nas sequências discursivas abaixo.

(SD-17) Para Teixeira, a sociedade ocidental coloca as crianças no papel de frágeis e idiotizadas (grifo meu).

(SD-18) Uma frase comum falada nos lares é: isso não é coisa para criança. Na sociedade indígena crianças, adultos e idosos são respeitados e não são tolhidos quanto suas atividades. Para o indígena uma criança é um indígena completo e não em partes como é colocado na nossa sociedade (fala da pesquisadora, grifo meu).

O sujeito jornalista em seu discurso, por meio de sua fonte, apresenta imaginários sobre as crianças da sociedade ocidental como “frágeis e idiotizadas”. Esses *pré-construídos* no discurso do sujeito jornalista, ao usar as palavras do entrevistado, são constituídos pelos *interdiscursos* da publicidade infantil e dos programas infantis que frequentemente *ditam* como são ou como deveriam ser os comportamentos infantis em certas situações ou idades. “Interdiscurso fornece a cada sujeito a ‘sua realidade’” (ORLANDI, 2007b, p.39, grifo da autora).

Mais do que contar sobre os modos culturais da educação infantil indígena, a fala da pesquisadora é crítica em relação aos modos da educação da sociedade ocidental. Em sua fala, a criança indígena é tão respeitada quanto um adulto e durante o seu processo de aprendizado na infância, ela tem a liberdade de aprender. No enunciado “não são tolhidos quanto suas atividades”, há um efeito de *liberdade* que as crianças indígenas têm e também há uma *crítica* aos modos de educação atual das crianças não indígenas, principalmente, no modo como cada sociedade (indígena ou não) enxerga as crianças, se seres humanos completos ou em formação.

E como sempre, por questões históricas, há conflito a partir do contato da cultura indígena com os não indígenas. Nesta reportagem, o confronto entre culturas se dá na escola, que aqui representa o meio de impedir a prática da cultura indígena, ao contrário do que representa a escola para os indígenas entrevistados na reportagem da *Amazônia Real* (ANEXO A), que serve de meio de encontro e fortalecimento da cultura por conta do convívio com outros indígenas.

(SD-19) Entretanto quando as crianças Sateré-Mawé vão para a escola, boa parte da criatividade e inventividade que possuem na tribo deve ser deixada de lado. Uma das histórias contadas na pesquisa demonstra exatamente isso (grifo meu).

(SD-20) A professora disse: Vocês duas aí, não sabem escrever nada, nem sei por que já estão na segunda série. Esse monte de coisas que rabiscaram no papel não tem sentido nenhum, eu expliquei que era para escrever o significado de cada figura e esses ‘garranchos’ que escreveram não servem para nada. Além de provocar constrangimento para as crianças, desqualificou completamente o processo de escrita das alunas. Quando fomos indagar o que estava escrito abaixo de cada figura, elas nos afirmaram terem escrito na língua da comunidade e depois explicaram o significado em português, que era exatamente aquilo que as figuras representavam (fala da pesquisadora, fonte entrevistada) (grifo meu)

No enunciado “deve ser deixada de lado” (SD-19), *deve* é um efeito de imposição da sociedade à cultura, à língua e à história indígena, as crianças sofrem uma “ruptura” com sua cultura e tradição, pois estão dominadas pela ideologia do Aparelho Ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1974), a escola [da *sociedade ocidental*]. Não podemos afirmar com certeza, mas pela descrição da reportagem, a escola não é destinada ao ensino das línguas indígenas. Logo, seu processo educacional é regido pelos padrões de ensino das escolas brasileiras, o ensino da língua portuguesa. “As línguas indígenas são línguas de tradição oral. Escrever as palavras da língua indígena como elas soam é trabalhar sua imagem fora de sua história, de seu modo de existência” (ORLANDI, 2008c, p. 101).

Este exemplo de imposição à cultura do *outro* (indígena) é relatado pela própria fonte da reportagem, mostrando um apagamento da identidade e negação da cultura indígena – “o apagamento é do domínio da ideologia” (ORLANDI, 2008c, p. 69) –, como no exemplo trazido pela entrevistada na reportagem (“Esse monte de coisas que rabiscaram no papel não tem sentido nenhum”), *nega-se* que pelas diferenças se constitui a nossa identidade (brasileiro) (WOODWARD, 2011).

A pesquisadora entrevistada Maria das Graças considera a “falta de registro histórico” uma “memória esquecida”. Os registros, neste caso, têm *sentido* de algo em papel, vídeo, fotografia e áudio. No entanto, o modo de vida das etnias indígenas está presente em diferentes elementos da sociedade ocidental, em diversas práticas que incluem a alimentação, comportamento social, fala, etc. O sentido de memória, no texto, é de uma memória palpável (papel, vídeo, fotografia e áudio), e se não existir esse registro nesses meios, se esquece, deixa de existir.

Mencionamos no Capítulo IV que o *Portal Amazônia* afirma ter a preocupação em pautar assuntos relacionados às questões indígenas. Fala-se na cultura indígena no portal pelo discurso científico, seguindo a sua linha editorial, prioriza a fala de cientistas na produção dos seus textos jornalísticos. Não temos, neste discurso, a voz direta dos indígenas, sua cultura é

interpretada pelo outro (neste caso a pesquisadora), mas que não deixa de significar e de produzir sentidos sobre a cultura indígena, além do mais, dá credibilidade ao discurso pelo lugar social de cientista que ocupa. Também não podemos deixar de mencionar que mesmo não tendo a opinião diretamente dos indígenas, não podemos dizer que o portal não dê atenção às causas indígenas. Pelo fato de publicar, de alguma forma, em seu site essas questões, as trouxe para o debate público, fez circular sentidos.

5.1.3. Demais “povos” da Amazônia, os ribeirinhos

Várias denominações aos povos residentes nas cidades e comunidades do interior da Amazônia estão presentes nos discursos jornalísticos sobre a região. Alguns veículos de comunicação os denominam povos da floresta, caboclos ou ribeirinhos.

No discurso na mídia nacional, vemos a denominação de povos da floresta que, segundo Dutra (2009, p.120),

“refere-se à posição de grupos que ocupam espaços considerados distantes da cultura urbana, territórios radicalmente distintos em relação ao universo da cultura civilizada, por isso mesmo invisibilizados, esses ‘povos’ no processo de sua midiáticação”.

Também consta nesses discursos o termo caboclo, “usado por muitos autores para designar as pessoas que vivem na área rural da Amazônia” (FRAXE, 2004, p.105). Na definição de Eduardo Galvão (1976) *apud* Fraxe (2004), a constituição do “caboclo” é mais abrangente. Galvão considera que o termo adquire diferentes significações, assim sintetizadas por Fraxe (2004, p. 105):

“o caboclo como ser forjado por influências culturais indígenas e sociais do meio urbano [...] neste contexto, estão inseridos índios destribalizados, nordestinos e portugueses, como produto da miscigenação do índio com o branco [...] o caboclo como homem pertencente às camadas sociais mais baixas, os trabalhadores rurais da Amazônia. Numa estratificação regional que inclui o agricultor, extrator, os mestiços amazônicos: índios, sertanejos nordestinos, negros, roceiros, seringueiros e pequenos pescadores; e o caboclo como aquele tipo físico de pele amorenada, baixo, truncado, cabelos pretos lisos, olhos rasgados, católico e ligado às crenças e superstição da cultura indígena”.

Temos também os ribeirinhos assim conceituados: “As comunidades ribeirinhas amazônicas são constituídas por um conjunto heterogêneo de grupos sociais formados por populações indígena, caboclas, ribeirinhas, migrantes” (CHAVES e BARROSO, 2011-2012, p. 90).

A conceituação é ampla e ora considera qualquer morador do interior da Amazônia, exceto indígenas, como ribeirinho ou caboclo, ora denomina separadamente os três tipos de moradores para a região amazônica: os indígenas, os ribeirinhos e os caboclos e, nessas mudanças e retornos de sentidos dos termos, trabalha-se a historicidade, “acontecimento do texto como discurso, trabalho dos sentidos nele; aquilo que faz com que os sentidos sejam os mesmos e também que eles se transformem” (ORLANDI, 2015a, p.66;78).

Na reportagem “Ribeirinhos da RDS do Uatumã celebram primeira edição da Olimpíada na Floresta” (ANEXO E), publicada na editoria de *Esportes* do *Portal Amazônia*, os moradores de comunidades localizadas em uma Unidade de Conservação são denominados de ribeirinhos. Esta notícia foi a única das analisadas em que entre os entrevistados estão moradores locais.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RSD) do Uatumã está localizada no estado do Amazonas, entre os municípios de São Sebastião do Uatumã e Itapiranga, instalada nas margens do rio Uatumã e seus afluentes²⁹. Por ser banhada por estes rios e seus afluentes, daí a denominação do termo ribeirinhos aos moradores residentes nas comunidades localizadas dentro da reserva.

A Olimpíada é um evento que reúne atletas de vários países que competem em diferentes modalidades esportivas. Se instituímos outros lugares para a realização deste evento, seus sentidos mudam, inclusive determinam se o acontecimento será notícia no veículo de comunicação. A Olimpíada no Rio, não produz os mesmos efeitos de sentidos da Olimpíada em outra cidade, em Tóquio ou na Floresta.

As características geográficas de floresta densa e fechada presente no nosso imaginário difere do local descrito nesta reportagem, que se assemelha a características mais de cidades interioranas. Sendo assim, Olimpíada *na Floresta* poderia ser substituída por *na cidade* ou *na comunidade*, mas como floresta produz em nós sentidos e imaginários, principalmente, quando associados à Amazônia, talvez até como estratégia ou afirmação do lugar foi adotado Floresta no nome do evento.

Ribeirinhos são *figuras identitárias* da Amazônia nos discursos jornalísticos cuja conceituação é confusa, pois diferentes autores ora associam a localidades (residentes de comunidades próximas aos rios), ora à formação (nordestinos, imigrantes e indígenas, etc.) ou às condições físicas e sociais.

²⁹ Informações disponíveis no site <http://www.uatuma.org.br/sobre-a-rds/>

O *Portal Amazônia* constrói um imaginário sobre a figura identitária do ribeirinho de um indivíduo sem cultura, ignorante, rústico em contraste com moradores das grandes cidades. Na constituição do dizer *sobre* ribeirinhos na Amazônia os interdiscursos fazem circular os sentidos anteriores, já significaram antes para o sujeito jornalista deste discurso e, por isso, para *Portal Amazônia* o Programa de Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente Ribeirinho da Amazônia (Dicara), responsável pela realização da olimpíada, leva para os ribeirinhos “acesso à cultura, educação e conscientização ambiental” (SD-21) desconsiderando os saberes desses povos tradicionais na Amazônia.

(SD-21) O projeto Dicara foi desenvolvido em 2014 com o objetivo de levar oportunidade para as crianças ribeirinhas do Amazonas, além do esporte, os comunitários têm acesso à cultura, educação e conscientização ambiental (grifo meu)

As figuras identitárias se relacionam com a memória porque é nela (memória) que se fala antes e reatualiza, por meio de outros dizeres (interdiscurso) sobre ribeirinhos silenciados e/ou apagados, mas que continuam produzindo sentidos.

5.2. Meio ambiente amazônico

O que torna a Amazônia mais conhecida é seu meio ambiente. O comportamento dos ecossistemas que abrangem esse grande bioma Amazônia influencia diretamente ou indiretamente a vida de suas populações, interferindo, inclusive, em outros locais que não estão nesse contexto amazônico, como é o caso do furacão Katrina³⁰. Ou seja, a necessidade de conhecer e acompanhar o comportamento de fenômenos naturais e outros eventos climáticos são de importância mundial, mesmo porque, as consequências e as reações do meio ambiente nem sempre similares.

Não é de se estranhar que, geralmente, pautas sobre Amazônia estejam atreladas à temática meio ambiente. Nesse “bloco” de análise, reunimos reportagens e notícias sobre os fenômenos climáticos naturais de cheias e vazantes, além das queimadas que têm origem antrópica ou natural, as quais podem ocasionar problemas ao meio ambiente.

³⁰ Tempestade tropical que atingiu a cidade de Nova Orleans (EUA) em 2005 deixando mais de 1,5 mil mortos e 1 milhão de desabrigados. Pesquisadores afirmaram que o fenômeno “foi resultado de uma série de fenômenos climáticos registrados na Amazônia”: JORDANO, D. ‘Katrina’ surgiu de fenômenos na Amazônia, diz pesquisador. Site do INPA. 08 out 2009. Disponível da notícia https://www.inpa.gov.br/noticias/noticia_sгно2.php?codigo=1326. Acesso 31 mai 2017.

5.2.1. Os rios comandam a vida

É natural na região amazônica acontecerem anualmente, de maneira cíclica, os fenômenos de enchentes (também chamada de cheias) e de vazante (seca). O período de cheia dos rios acontece entre os meses de dezembro a maio e vazante dos rios de junho a novembro. A cada ano, a região tem recebido, em curto período de tempo, cheias e vazantes mais severas influenciadas pelo *El Niño* – fenômeno climático caracterizado pelo aquecimento das águas do oceano Pacífico – e por *La Niña* – resfriamento anormal das águas do Pacífico. Ambos os fenômenos alteram o regime de chuvas na bacia Amazônica, conseqüentemente, ocasionando problemas sociais e econômicos para as populações locais, pois elas têm o rio como principal meio de sobrevivência.

No imaginário sobre a Amazônia, a abundância de água está presente em nós pela memória discursiva, saber discursivo sobre Amazônia (abundância de água, região que abriga o maior rio do mundo) e, também, pelos interdiscursos (discursos que circulam entre nós pela imprensa, nossa formação escolar, publicidade, literatura, etc.). Decerto, não há como se distanciar desse imaginário numa região que tem a maior bacia hidrográfica do mundo. Por isso, é quase impossível imaginarmos que a região sofra com problemas de escassez em meio ao grande volume de água.

Na região amazônica, os cursos dos rios não regem somente as águas, mas também a vida de várias populações amazônicas que, direta ou indiretamente, dependem deles. Mesmo as cidades não margeadas por rios têm sua vida interferida pelo excesso ou pela falta de água. A reportagem “Às margens do rio Madeira, Porto Velho enfrentou insegurança hídrica na seca” (ANEXO F), publicada na *Amazônia Real* na editoria de Meio Ambiente, em seu discurso, nos apresenta o que os rios representam aos moradores locais e como eles comandam a vida da população.

A interferência do volume dos rios na vida da população é realidade da maioria das cidades e comunidades da Amazônia, que no período de enchentes e secas sofrem em consequência desses intensos fenômenos ocasionarem problemas (sociais, econômicos, saúde, etc.). O rio Madeira é a segunda principal via de transporte mais importante na região, com extensão de 3.240 Km, o 17º mais extenso do mundo.

A reportagem traz vários exemplos do funcionamento do rio como via de transporte (de pessoas, alimentos, combustíveis, etc.) para várias cidades locais, como disposto nas SD-21 e SD-22.

(SD-21) Pela hidrovia do Madeira é transportado todo o combustível e gás de cozinha que abastecem Rondônia, Acre e noroeste do Mato Grosso. Também é escoada boa parte da produção de grãos do Mato Grosso e de Rondônia. Além do transporte de alimentos, automóveis, ração animal, insumos para a agricultura, máquinas, madeira e outros produtos entre Porto Velho e Manaus.

(SD-22) O Madeira é o único meio de acesso para as comunidades que vivem ao longo do rio e têm a capital como ponto de apoio para tratar da saúde, fazer compras, ir ao banco e resolver outras questões (grifo meu)

Na SD-22, o sujeito jornalista enfatiza a importância do rio ao descrevê-lo como “único meio de acesso para as comunidades” aos serviços essenciais oferecidos na capital, ou seja, qualquer alteração no rio interfere na vida social e econômica da população. Assim como Tocantins (1973, p.280) relatou a importância do rio para os moradores da Amazônia, “o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional”, a *Amazônia Real* enfatiza essa importância em vários momentos no texto, inclusive no intertítulo: “O rio é a principal rodovia”.

A *situação de contrastes* (falta de água numa região com o maior rio do mundo) nos é apresentada já no título da reportagem, quando a jornalista enfatiza a localização da capital de Rondônia, Porto Velho, próximo ao rio Madeira, a qual, mesmo com essa proximidade, enfrentou problemas de abastecimento de água.

A consulta de várias fontes é procedimento obrigatório do jornalismo, ouvir os diversos lados da história. A reportagem traz uma pluralidade de fontes: a jornalista consultou representantes de órgãos municipais, estaduais, federais e organizações internacionais. No caso das organizações internacionais – dados da Organização Meteorológica Mundial (OMM), do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e da Nasa –, a agência usou informações dessas fontes para afirmar o que acredita ser a verdade: o governo local não está preparado para agir nessas situações de emergências ocasionadas por fenômenos climáticos.

(SD-23) A Organização das Nações Unidas (ONU) vem alertando reiteradamente, por meio de dados da Organização Meteorológica Mundial (OMM), que o fenômeno climático *El Niño* (aquecimento das águas do Oceano Pacífico) irá provocar secas e enchentes extremas e recorrentes na Amazônia.

Ao expor os dados de alertas emitidos por órgãos internacionais sobre alterações climáticas na Amazônia, a *Amazônia Real* afirma ser este um cenário previsível, mas ignorado pelas autoridades locais. Na SD-23, a jornalista menciona os alertas de organizações internacionais (ONU e OMM) sobre eventos extremos na Amazônia; o uso do termo

“reiteradamente” tem efeito de crítica a ausência de planos, de ações e de políticas governamentais mediante situações iminentes.

Fortemente associada a essas situações está a crítica ao *despreparo* e à *omissão do governo local*, mediante os alertas de órgãos públicos responsáveis por monitoramento e de organizações internacionais, à ausência de ações e políticas públicas para evitar ou amenizar os problemas, além de críticas às medidas paliativas.

(SD-24) “É só para beber. A gente sabe que não é suficiente. É só para amenizar a situação” (Vicente Bessa, da Secretaria de Projetos Especiais e Defesa Civil de Porto Velho, fala do entrevistado).

A reportagem apresenta situações, inclusive no ano de 2014, em que o rio Madeira teve grande cheia, ocasionando problemas a população. Além do problema de abastecimento de água destacado no texto do portal, há outro problema na região Norte, não dito explicitamente na reportagem: tais situações podem ser também decorrentes da falta de saneamento básico.

Segundo o Sistema de Informações de Águas Subterrâneas desenvolvido pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB)³¹, no Brasil há 248.015 poços artesianos registrados (dados consultados no dia 4 de outubro de 2017). Só na região Norte, são 22.267 poços artesianos cadastrados, sendo possível que este número seja ainda maior pela existência de poços irregulares.

Saneamento básico é um direito constitucional assegurado pela Lei nº 11445/2007, que define saneamento básico como “conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas”.

Porto Velho é a segunda pior cidade em saneamento básico no ranking das 100 maiores cidades, ocupando a 99ª posição. O Ranking do Saneamento Básico é desenvolvido pelo Instituto Trata Brasil com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SNIS). Das capitais da região Norte, a melhor posicionada no ranking é Boa Vista, capital de Roraima, na 68ª posição. Três capitais da região Norte – Macapá (AP), Manaus (AM) e Rio Branco (AC)³² – estão entre as dez piores do país.

³¹ Informações disponíveis em http://siagasweb.cprm.gov.br/layout/uf_pocos.php

³² Não localizamos no relatório nenhuma cidade do estado de Tocantins.

Por conta das condições geográficas específicas da região amazônica, o meio de acesso a algumas comunidades é somente pelo rio. Embora esse não seja um cenário igual para todos os locais da Amazônia, é fato que os altos ou baixos níveis de águas dos rios modificam o cotidiano da população, mexem com a economia das cidades, principalmente, trazem prejuízos para suas populações e meio ambiente.

A Amazônia apresentada pela agência é aquela que, mesmo tendo abundância de água, não está isenta de enfrentar problemas de abastecimento (tanto na cheia quanto na seca). A agência também aponta a influência dos rios no modo de vida das populações amazônicas; o despreparo das autoridades locais em enfrentar os problemas ocasionados, em parte, por grandes enchentes e severas secas (queimadas e incêndios florestais aumentam nesse período); a falta de ações e políticas públicas que possam prevenir ou amenizar problemas gerados por estes fenômenos.

Noticiar, no discurso jornalístico, é determinar um sentido (MARIANI, 1998). Nesta reportagem, a ideologia da agência de mostrar a realidade da Amazônia colocada como evidente o sentido de que os transtornos em decorrência das enchentes e vazantes são pela ineficiência dos governos.

5.2.2. *Amazônia Real*: cooperação científica internacional

Ainda nessa mesma temática de cheias e vazantes, a *Amazônia Real*, na reportagem “Países da bacia amazônica formam rede para monitorar secas e enchentes” (ANEXO G), publicada no dia 03 de novembro de 2016 na editoria de *Meio Ambiente*, traz o assunto dos fenômenos das enchentes e vazantes dos rios amazônicos que afetam anualmente a vida das populações e o meio ambiente e defende a necessidade de cooperação de pesquisadores dos países amazônicos no monitoramento desses fenômenos na região para combate de possíveis prejuízos.

Questionamentos de governança e de implantação de políticas para conservação da Amazônia dos países envolvidos são temas que ora ou outra voltam para discussão pública. Aqui se faz necessário lembrar que os ecossistemas amazônicos se inter-relacionam, logo, qualquer alteração anormal em seu funcionamento interfere nos demais, às vezes, de maneira menos ou mais intensa.

O mesmo acontece quanto aos períodos de seca e enchente na região, justamente porque as consequências de intensas chuvas e secas na Amazônia não trazem problemas somente ali, mas se estendem a outros locais.

A palavra *rede* inscrita na formação discursiva da ciência tem efeito de sentido de cooperação, conjunto, troca de conhecimento entre os pares [*pesquisadores*], enquanto *país* se associa à ideia de território (ORLANDI, 2013). Deste modo, há um efeito de sentido de gerenciamento [*governabilidade*] num conjunto de ações cuja finalidade é reduzir as perdas (sociais, econômicas e ambientais) ocasionadas por intensas chuvas ou secas na região.

A *Amazônia Real* afirma que os problemas não são inerentes a um local. Seu discurso defende que o meio de evitar tantos problemas em consequência de severas chuvas e vazantes é com cooperação dos países da bacia amazônica e justifica isso pela interligação dos diferentes países, que gera uma espécie de efeito dominó, “provoca efeitos além-território” (SD-25).

(SD-25) Toda essa água, lógico, cruza os limites dos países e provoca efeitos além-território. As chuvas que atingem as cabeceiras do Mamoré e Beni chegam ao Brasil. Exemplo mais recente foi a grande enchente de 2014, quando o rio Madeira desabrigou milhares de pessoas em Rondônia e na Bolívia, causando estragos sociais e econômicos nos dois países (grifo meu).

Essa extensão dos problemas e a necessidade de trabalho conjunto que a reportagem da *Amazônia Real* se inscreve na formação discursiva científica das fontes (pesquisadores de países amazônicos). Cada sujeito entrevistado (pesquisadores do Peru, Brasil e Bolívia) fala em nome de uma instituição de pesquisa (lugar social) e por ela tem seu dizer institucionalizado pela ideologia.

Apesar de considerar como fontes prioritárias as personagens locais, cujo regime das águas determinam seus estilos de vida, nesta reportagem somente fontes científicas foram ouvidas se assemelhando nesta reportagem ao *Portal Amazônia*, priorizando o discurso científico.

O discurso científico também ajuda a desconstruir certos posicionamentos do senso comum. Há um sentido pré-construído que associa diretamente a intensidade de certos fenômenos climáticos a ações antrópicas. É claro, não se pode negar que cada vez mais atividades humanas têm contribuído para alterações climáticas no mundo, tanto que o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) – grupo de pesquisadores reunidos que trabalham na elaboração de relatórios sobre o clima global – apontam futuras mudanças nos ecossistemas do mundo em consequências das ações humanas desgovernadas.

Pelos interdiscursos que circulam entre nós e pela memória discursiva, quando lemos sobre grandes volumes de chuvas e intensos períodos de seca na região, em geral, associamos

isso às ações humanas representadas por grandes atividades como agricultura, mineração, hidrelétricas, etc.

No enunciado “culpar as barragens das usinas hidrelétricas” (ver SD-26 adiante), é o interdiscurso presente em nossa memória discursiva, através de outros discursos jornalísticos, que nos ajuda a construir esse dizer. Ao dispor no texto o enunciado “essas estruturas [barragens] não provocaram tanto impacto” (ver SD-27 adiante), a reportagem tenta desmistificar o imaginário de que somente essas obras causam problemas na região. Não estamos aqui excluindo a responsabilidade de tais obras e atividades têm em relação com problemas ambientais e sociais na região, mas como os próprios cientistas afirmam, ainda é precipitado determinar as causas de certos problemas com precisão por questões de tempo de estudo científico.

(SD-26) A princípio se chegou a culpar as barragens das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, pela catástrofe. Análises científicas mostraram que o fenômeno foi causado por chuvas acima do normal na parte da Bolívia (grifo meu)

(SD-27) Depois, tecnicamente avaliando, podemos verificar que essas estruturas [barragens] não provocaram tanto impacto. Registrou-se chuvas intensas, de longa duração, tanto na parte média como alta. Toda a descarga [de chuvas] na parte alta, pois todas as partes altas de ambos os rios estão nas montanhas, provocou a descida de todo esse volume. A água gerada lá teve que descer”, diz o pesquisador (grifo meu)

Para *Amazônia Real*, os efeitos e meios de amenizar os problemas nas intensas chuvas e secas na região amazônica não estão restritos a determinado local, mas são responsabilidade de todos os países integrantes da bacia Amazônica.

5.2.3. *Amazônia Real*: negatividade de empreendimentos na Amazônia

Sobre o meio ambiente amazônico e dadas as circunstâncias de várias ameaças que cercam o ambiente, notícias sobre denúncias referentes aos crimes ambientais não são difíceis de serem associadas à região amazônica.

Denunciar está na missão da agência, conforme explicado pelas editorias. São os indígenas, os líderes comunitários e as comunidades ribeirinhas que *Amazônia Real* considera serem os que presenciam os problemas de perto.

Seguindo a sua rotina jornalística, a *Amazônia Real* produz uma reportagem sobre vazamento de óleo da Usina Hidrelétrica de São Mateus, localizada entre os estados do Pará e

Mato Grosso. Na reportagem “Vazamento de óleo no rio Teles Pires poluiu água e matou boto no Mato Grosso” (ANEXO O), além da fonte indígena, a agência utiliza informações do Ministério Público Federal no Mato Grosso e da gestora da hidrelétrica, Empresa de Energia São Manoel.

A *Amazônia Real*, para dimensionar os problemas ocasionados pelo vazamento de óleo na região, no título, relata a morte de um boto. A morte de somente um animal poderia não se caracterizar como desastre. No entanto, a morte foi de um animal ameaçado de extinção. O boto-cor-de-rosa e o boto-cinza estão na lista de animais ameaçados, em situação de vulnerabilidade ou de perigo, divulgada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)³³. Institutos de pesquisas como o INPA, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá e o próprio ICMBio, juntamente com ONGs, têm realizado estudos e ações de conscientização para populações e autoridades sobre a redução significativa da população de botos na Amazônia. Como o boto carrega vários discursos (de extinção, de destruição da fauna, de ameaça ao meio ambiente), colocar este fato no título da reportagem é um apelo para dimensionar o prejuízo causado pelo crime ambiental.

A Lei 9.605/98³⁴ classifica como crime ambiental qualquer dano ou prejuízo à fauna, à flora, aos recursos naturais e ao patrimônio cultural. Quando a agência denomina crime ambiental no parágrafo principal do texto jornalístico, coloca como evidente aquilo que sua ideologia direcionou a interpretar. Sobre a caracterização do vazamento de óleo da usina hidrelétrica pela *Amazônia Real* como *crime ambiental*, na SD-28, trata-se do interdiscurso – discurso científico sobre a presença e a construção de hidrelétricas na Amazônia – faz circular sentidos anteriores (de crime e de prejuízos) já fixados na memória discursiva. Nenhum sentido tem sua origem em si. Eles se relacionam com outros sentidos de diferentes discursos.

(SD-28) O Ministério Público Federal do Mato Grosso informou nesta segunda-feira (21) que solicitou a abertura de inquérito policial à superintendência regional da Polícia Federal para apurar a prática de crime ambiental, com indicação de realização de perícia técnica no rio Teles Pires, que sofreu danos ambientais a fauna e a flora com o vazamento de óleo da Usina Hidrelétrica (UHE) São Manoel, que fica na divisa com o estado do Pará (*lead* da reportagem, grifo meu)

³³ Íntegra da portaria publicada no Diário Oficial da União. Disponível em http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/fauna-brasileira/avaliacao-do-risco/PORTARIA_N%C2%BA_444_DE_17_DE_DEZEMBRO_DE_2014.pdf

³⁴ Para conhecer mais sobre a Lei de Crime Ambiental Brasileira, consultar o texto disponível no endereço http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm

Abrimos aqui um parêntese de como a formação discursiva determina o que pode e deve ser dito. Quando ocorrido o rompimento da barragem no distrito Bento Rodrigues em Mariana (MG), a imprensa, em geral, denominou como “desastre ambiental” mesmo após a divulgação de relatórios e perícias comprovando a irresponsabilidade da empresa Samarco. Poucos setores da imprensa, a maioria não ligados aos grandes grupos de comunicação do país, denominaram como crime ambiental. O que se silencia em uma formação discursiva, outra formação discursiva dominante acolhe (ORLANDI, 2015b), ou seja, a formação discursiva da *Amazônia Real* de crítica aos empreendimentos na Amazônia denomina como crime ambiental.

A *Amazônia Real* segue a formação discursiva dos ambientalistas que fazem uso de palavras de apelo, a fim de chamar atenção das autoridades e da imprensa. Por isso, o uso de “tensão” e “com medo de contaminação”, nas SD-29 e SD-30, respectivamente, carregam sentidos de cobrança para providências que amenizem as consequências quanto à punição da empresa.

(SD-29) Segundo ele, o clima é de tensão em pelo menos 17 aldeias na região de Paranaíta (MT), município onde a UHE São Manoel está instalada e operando. Mais de dois mil indígenas vivem nessas aldeias, sendo 10 delas da etnia Kayabi, seis Munduruku e uma Apiaká (grifo meu)

(SD-30) “Nós indígenas e também outros ribeirinhos estamos todos preocupados, desesperados mesmo, porque nunca vimos uma situação dessas. Estamos acostumados a tomar banho no rio Teles Pires, pescar nele. Nossos filhos, nossas mulheres também e hoje estamos com receio tanto de tomar banho, com medo de contaminação, quanto de pescar, porque está acabando o peixe ou o peixe pode também estar contaminado” (indígena Taravy Kayabi, fala do entrevistado, grifo meu)

5.2.4. Portal Amazônia: para além de informes, necessidade de contextualização

No período de uma semana, o mesmo assunto (queimadas) foi pauta em duas notícias publicadas em diferentes editorias do *Portal Amazônia*. A notícia “Queimadas aumentam 15% em toda a Amazônia Legal, aponta INPE” (ANEXO H) foi publicada no dia 03 de outubro de 2016 na editoria *Meio Ambiente*. Já a notícia, “Porto Velho lidera queimadas na Amazônia em agosto e setembro” (ANEXO I) foi publicada na editoria de *Cidades* no dia 10 de outubro de 2016.

Queimada é a designação para o uso controlado do fogo com o intuito de renovar pastagens e facilitar a agricultura, podendo as queimadas se transformarem em incêndios florestais. Os incêndios florestais são fogos descontrolados que podem ser de origem natural ou provocados por ação humana³⁵.

No Brasil, segundo estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), as origens das queimadas no país são, na maioria das vezes, ação humana: “limpeza de pastos, preparo de plantios, desmatamentos, colheita manual de cana-de-açúcar, vandalismo, balões de São João, disputas fundiárias, protestos sociais, e etc.”³⁶.

As duas notícias se baseiam nos dados oficiais divulgados pelo INPE. Além desta fonte, as notícias têm mais outras duas fontes governamentais: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Batalhão de Emergências Ambientais (BEA) do Mato Grosso. Por meio do discurso indireto, a reportagem cita as fontes IBAMA e BEA para explicar as medidas tomadas para inibir a expansão das queimadas no estado de Mato Grosso. Outra característica comum nas duas notícias é a presença de gráficos sobre o número de registro de queimadas por estados e por municípios.

A primeira notícia, publicada no dia 03 de outubro na editoria de *Meio Ambiente*, apontou aumento dos registros de queimadas nos estados, destacando o estado do Mato Grosso na linha fina³⁷: “Satélites mapearam 26.832 focos de incêndio em setembro. Mato Grosso aparece na liderança entre os estados da região, com 8.980 registros”. Esse destaque também foi feito ao longo do texto (o estado apresentou o maior registro no período observado).

Como Authier-Revuz (2004) explica, no discurso indireto o locutor faz a função de tradutor, explicando com suas próprias palavras o que o outro relata. Do mesmo modo, o sujeito jornalista faz o uso da interpretação dos discursos dos sujeitos entrevistados (neste caso, o IBAMA e o comandante do BEA de Mato Grosso).

Costa (2008, p. 54) analisou o discurso jornalístico sobre desmatamento e queimadas na Amazônia no período entre 1975 e 2002 e concluiu que ele é constituído de três formações discursivas: o discurso político, o científico e o ambiental (das ONGs). A autora acredita que

³⁵ FABIO, A. C. “Qual a relação entre fogo em florestas e o aquecimento global”. *Nexo*. 10 ago 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/08/10/Qual-a-rela%C3%A7%C3%A3o-entre-fogo-em-florestas-e-o-aquecimento-global>. Acesso 04 abr 2017.

³⁶ Informações disponíveis no endereço <https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/informacoes/perguntas-frequentes>

³⁷ Linha fina é pequeno texto, logo após o título das matérias jornalísticas para complementar o sentido do título ou estimular o interesse do leitor pela matéria. A linha fina também é conhecida como sutiã, sustentação ao título da matéria.

essa tendência continue para os próximos anos, porque sua análise identificou que essas vozes são representadas como detentoras do conhecimento sobre o tema.

Nos textos do *Portal Amazônia* em análise, chamamos falas dos entrevistados de discurso governamental, porque as fontes consultadas estão no lugar social de entidades do governo para prestarem conta da situação e apresentarem ações de combate às queimadas no estado de Mato Grosso, conforme sequências discursivas abaixo:

(SD-31) O Mato Grosso foi o Estado com maior número de queimadas registrados pelo Inpe. Desde de o (*sic*) mês de agosto, o Estado busca combater um incêndio no limite sul do Parque Indígena do Xingu. De acordo com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) o fogo já está controlado e consumiu 15% de todo a área do parque.

(SD-32) Segundo o comandante do Batalhão de Emergências Ambientais (BEA), tenente-coronel Paulo André Barroso, o Estado tem sofrido com a seca na região e com a perda de safra, além do aumento indiscriminado de queimadas ilegais.

A SD-32 referente à notícia publicada no dia 10 de outubro, na editoria de *Cidades*, focou o aumento de queimadas nos municípios, destacando a capital Porto Velho (cidade com maior número de queimadas registradas nos meses de agosto e setembro) no título, reproduzido acima, e também na linha fina: “A capital de Rondônia e outros nove municípios registraram mais de 13 mil focos de incêndio, o número corresponde a 22% dos registros na região”.

A prática de queimadas na Amazônia como atividade para preparo da agricultura e pastagem é comum, inclusive, desde as populações pré-colombianas (CARNEIRO E SOUZA, 2009). O que não é comum e nem aceitável são os problemas ocasionados ao meio ambiente, como degradação do solo, aumento da emissão de gás carbônico, incêndios florestais, poluição atmosférica e, conseqüentemente, interferência na qualidade de vida dos seres humanos, se as queimadas forem praticadas de forma irregular.

“Ele [fogo] é usado para a queima da vegetação que restou depois que as árvores de valor comercial foram retiradas. Muitas vezes, continua sendo utilizado para reforma de pastos degradados ou para sua conversão em plantações de grãos. No curto prazo, o solo incorpora os nutrientes resultantes da combustão, mas depois de anos de repetição da prática acaba empobrecendo. Uma parte das queimadas foge de controle e acaba se transformando em incêndio florestal” (CARNEIRO e SOUZA, 2009, p. 32).

O *Portal Amazônia* apenas divulga os dados e não contextualiza as causas e as conseqüências das queimadas nos municípios e nos estados, ficando restrito apenas a números, uma espécie de *porta-voz* do governo.

Em se tratando de Amazônia e das condições de produção do discurso – o histórico de problemas com desmatamento, políticas não eficientes, contingente de fiscalização insuficiente e medidas políticas que comprometem a redução de atividades que ameaçam a integridade da Amazônia –, ao se falar de queimadas na Amazônia, faz-se necessário estender essa discussão para desmatamento, principalmente, porque nos dois locais destacados nas notícias, Porto Velho e Mato Grosso, há forte atividade agrícola, apontada por pesquisadores – mas não mencionada nesta reportagem – como uma das principais causas das queimadas e desmatamento na região amazônica, e estão no chamado “Arco do Desmatamento” (área onde se registra os maiores índices de desmatamento e atividades agrícolas. A área corresponde ao leste e sul do Pará, passando pelos estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre)³⁸. O *apagamento* das causas e consequência das queimadas na Amazônia nos discursos do *Portal Amazônia* pode ter sido também em função das condições de produção próprias do discurso jornalístico: *deadline*, a pauta, linha editorial, conflitos de interesse dos parceiros comerciais. Contudo, o *Portal Amazônia* contradiz seu próprio discurso de especialista em Amazônia e praticante do jornalismo científico informando apenas dos dados de instituição governamental e científica, funcionamento como espécie de boletim, reproduzindo o discurso governamental, não investigando circunstâncias que levaram aos altos registros de queimadas nesses locais, principalmente no contexto amazônico. Em nosso levantamento sobre Amazônia na imprensa nacional, essa reprodução do discurso governamental e científica é das principais formas de falar da Amazônia.

O estilo da notícia “Rio Juruá começa a subir após vazante histórica” (ANEXO J), publicada na editoria de Cidades do *Portal Amazônia* no dia 07 de outubro de 2016, se apresenta do mesmo modo que as duas notícias sobre queimadas analisadas acima: informação principal dos dados do órgão público responsável pelo monitoramento, neste caso a Agência Nacional de Água (ANA), e entrevista com representante de alguma instituição governamental para explicar a situação e as medidas tomadas.

O monitoramento e a divulgação de informações sobre vazante e cheias dos rios amazônicos são importantes porque os rios exercem grande influência no modo de vida dos moradores locais e interferem no funcionamento de outros ecossistemas.

Por ser um fenômeno natural na região, já é de se esperar que ele esteja na pauta dos veículos de comunicação locais e, dependendo da intensidade da vazante e da enchente, estará

³⁸ Arco do desmatamento, explicação retirada no site do IPAAM. Disponível em <http://ipam.org.br/glossario/arco-do-desmatamen>

também nos meios de comunicação nacionais. Porém, pela diversidade e abrangência da região amazônica, esses fenômenos não se comportam da mesma maneira em toda região. O *Portal Amazônia* apresentou para o leitor a dimensão do rio ao informar as cidades atingidas por ele, mas não expôs sua importância para essas localidades e, nem se estendeu a explicar como a vazante do rio afeta a vida da população.

(SD-33) O rio Juruá nasce no Peru e é um dos afluentes da margem direita do rio Solimões. No Acre, ele passa pelas cidades de Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves. No Amazonas, passa por Eirunepé, Envira, Carauari, Ipixuna, Guajará, Juruá, Itamaraty.

Há falta de pluralidade de fontes e de contextualização, principalmente, porque os fenômenos não se comportam de igual maneira na região amazônica ocorrendo, às vezes, com mais intensidade em alguns locais do que em outros; com isso, a notícia caminha na direção de *discurso unívoco* – apenas as vozes dos órgãos oficiais governamentais.

A notícia do *Portal Amazônia* produz efeito de *homogeneização da região*, uma evidência de associação da palavra *cheia* à Amazônia, porque o ambiente geográfico da região é constituído por grande volume de água. O mesmo se dá com o uso da palavra *seca* para região Nordeste do Brasil [*homogeniza o fenômeno de seca como se fosse recorrente em todos os estados*]. Como apresentamos no Capítulo I, não podemos caracterizar a Amazônia como única, porque suas características físicas, sociais, biológicas, culturais e econômicas não possibilitam isso, assim como os discursos que circulam sobre Amazônia também não podem ter um único efeito de sentido sobre a Amazônia.

5.2.5. *Portal Amazônia*: região isolada, sinônimo de atraso

No imaginário social, a Amazônia ainda representa grande área isolada, seja por sua distância dos grandes centros do Brasil, o Sudeste e Sul, ou pelos meios de acessos a certos municípios e comunidades, na maioria das vezes, serem os rios, com algumas viagens que levam dias de duração.

Na notícia “Pesquisador cria sistema de telefonia acessível e barato para comunidades ribeirinhas da Amazônia” (ANEXO K), publicada no *Portal Amazônia* na editoria *Ciência e Tecnologia*, o sujeito jornalista imprime em seu discurso o pré-construído de isolamento das cidades amazônicas. *Isolamento* está carregado de sentidos, atribuídos de acordo com a

ideologia e a formação discursiva na qual se inscreve. Vejamos as sequências discursivas abaixo:

(SD-34) Operadoras de telefonia cobrem a maior parte dos municípios brasileiros. Porém, na Amazônia Legal, muitas comunidades ribeirinhas permanecem incomunicáveis com o resto do mundo (*lead* da notícia, grifo meu)

(SD-35) Os moradores destas comunidades não conseguem fazer uma ligação para pedir socorro por causa do isolamento. Nós, da cidade, nos comunicamos de maneira muito fácil pela internet, e essas pessoas vivem isoladas, excluídas digitalmente. A partir dessa percepção, surgiu a ideia do projeto (fala do entrevistado, pesquisador Jefferson Breno, grifo meu)

Desse modo, o pré-construído atribuí à Amazônia um *isolamento*, logo, também seria uma região *incomunicável*. Esse pré-construído se dá por meio de discursos que circulam entre nós (interdiscurso), se repetem e se reafirmam nos imaginários, e o sujeito entrevistado usa esse pré-construído para justificar a necessidade de tirar a região dessa situação social, de deficiência do meio de comunicação mais popular no Brasil, a telefonia, mesmo que a notícia não traga nenhum dado que confirme a incomunicabilidade.

“O pré-construído remete assim às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso ‘o que cada um sabe’ e simultaneamente ‘o que cada um pode ver’ em uma dada situação. (COURTINE, 2009, p.74).

Nesta notícia, o sentido de isolado se refere somente à ausência de tecnologia de comunicação (telefonia, internet, etc.), exclui outros meios de comunicação existentes em comunidades amazônicas: comunicação entre comunidades (lembrando a notícia do Anexo E em que os comunitários promoveram um evento para interagirem entre eles) ou outros meios de comunicação não modernos ou não convencionais, mas adequados ao seu ambiente, como a existência de vozes comunitárias³⁹ que transmitem informações de interesse da comunidade (como recados, informações).

Na SD-34, o enunciado “comunidades ribeirinhas permanecem incomunicáveis do resto do mundo”, o *Portal Amazônia* empregou *incomunicáveis* no sentido de ausência de alguma tecnologia de comunicação como a telefonia.

Pela *memória discursiva* (já ditos sobre Amazônia e esquecidos) se determina que as comunidades ribeirinhas são isoladas (*incomunicáveis*), pois um dos sentidos de Amazônia que

³⁹ Vozes comunitárias: são estruturas de megafones existentes em locais públicos.

chegou até nós é de um local isolado, além de todos os outros sentidos que a palavra carrega pela relação histórica com a *necessidade de integrar, de colonizar* no discurso nacionalista dos militares, no período da ditadura militar, que via a necessidade de *integração* desta região ao território nacional e, foi este discurso que impulsionou, no governo de Médici, o Plano Nacional de Integração, com o lema “Integrar para não entregar”. Uma das principais obras iniciadas nesse período, a rodovia transamazônica (de Cuiabá, no Mato Grosso, a Santarém, no Pará), até hoje não está totalmente pavimentada.

O texto reatualiza sentidos de isolado, adquire sentido de *distante, afastado*, porque no contexto atual do mundo, as tecnologias digitais encurtam as distâncias e aproximam os locais mais afastados. Com isso, se você não está incluído digitalmente, está isolado do mundo digitalizado, como podemos ver na SD-35: “Nós, da cidade, nos comunicamos de maneira muito fácil pela internet, e essas pessoas vivem isoladas, excluídas digitalmente”.

Interessante o distanciamento entre o *outro*, as comunidades ribeirinhas, e nós (moradores de cidades urbanas) mesmo estando na mesma área geográfica, a Amazônia. Nos condicionamos a nomear e caracterizar o outro como diferente quando este se assemelha aos referenciais que temos na sociedade. Por isso, quando no outro não há semelhança com o nosso referencial, este é uma parte de nós, mas uma parte diferente, por isso o outro.

As condições geográficas da região amazônica dificultam a implantação de meios mais modernos de comunicação, como o sistema de telefonia móvel e de internet, de modo mais eficiente, além do alto custo de implantação e manutenção (exposto na notícia). O sujeito jornalista se associa à formação discursiva do sujeito entrevistado, o qual usou como único argumento a dificuldade de comunicação via telefonia ou internet das comunidades amazônicas, mesmo não constando estatística de quantas pessoas têm acesso a esse serviço.

5.3. *Amazônia Real*: atenção especial aos povos indígenas

Como definiram as idealizadoras da *Amazônia Real* e pelo que pudemos constatar pelas análises anteriores, os povos indígenas têm atenção especial na cobertura de assuntos que os envolvem. Esses assuntos não ficam restritos apenas ao aspecto cultural, mas se expandem a outras questões como saúde, segurança, políticas públicas.

Apesar das idealizadoras da agência explicarem o sentido de político se difere do presente da imprensa nacional, significando para agência o sentido de fiscalização das contas públicas, das ações políticas do governo federal, dos direitos de imigrantes, dos refugiados, dos

povos indígenas, esse sentido não se difere dos sentidos de política presente em outros órgãos da imprensa. O que talvez se diferencie seja as vozes nestes discursos. Na *Amazônia Real*, são os povos indígenas as principais fontes.

Três reportagens da *Amazônia Real* incluímos nesta análise: a primeira intitulada “PMDB e DEM do Acre indicam o índio Sebastião Manchineri à Presidência da Funai” (ANEXO L); a segunda “Temendo ocupações, ministro revoga a municipalização de saúde indígena” (ANEXO M), ambas foram publicadas na editoria de *Política*; a terceira reportagem intitulada “Corte de verbas no orçamento de Temer ameaça índios isolados da Amazônia” (ANEXO N) foi publicada na editoria *Povos Indígenas*. Reunimos essas três reportagens dentro dessas temáticas porque esses textos se referem as medidas tomada pelo governo federal que, segundo discurso da *Amazônia Real*, afetariam a integridade das populações indígenas.

5.3.1. *Amazônia Real*: fragilidade de ações públicas aos povos indígenas

Populações indígenas dificilmente se desvinculam do imaginário de Amazônia. E não há como se distanciar, pois, na região está a maior população indígena no Brasil. Dos personagens “invisíveis” para a grande imprensa, de acordo com denominação dada pela agência *Amazônia Real*, as populações indígenas são as que ganham grande destaque na cobertura jornalística desse veículo, desempenhando papel de fiscalizador de ações públicas para os povos indígena e atuando como seu porta-voz. Com isso, medidas do governo que diretamente afetam o funcionamento da FUNAI ou que comprometem a saúde e a integridade dos indígenas são assuntos de interesse para *Amazônia Real*.

Três medidas do governo federal, duas envolvendo a FUNAI, tiveram a cobertura da agência: a disputa entre um indígena e um militar na presidência do órgão relatada na reportagem “PMDB e DEM do Acre indicam o índio Sebastião Manchineri à Presidência da Funai” (ANEXO L); a revogação da portaria 1.907/16 do Ministério da Saúde que municipalizava o atendimento da saúde dos índios, tirando a responsabilidade dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis), na reportagem “Temendo ocupações, ministro revoga a municipalização de saúde indígena” (ANEXO M); a redução de verbas orçamentárias da FUNAI, na reportagem “Corte de verbas no orçamento de Temer ameaça índios isolados da Amazônia” (ANEXO N).

A portaria 1.907/16, do Ministério da Saúde, substituía a portaria 456/11 que criou a Secretária Especial de Saúde Indígena (Sesai)⁴⁰ que coordena o Plano Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. A nova portaria transferia para o município o atendimento à saúde aos indígenas.

A redução orçamentária da FUNAI afeta a Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC)⁴¹, responsável pela proteção dos povos isolados, e a mudança de gestão da saúde indígena poderiam estar na pauta de qualquer veículo nacional ou local, mas a posição ideológica da *Amazônia Real* produz um efeito de sentido de que governo federal tem tratado com descaso as populações indígenas, ameaçando a sobrevivência delas, principalmente os índios isolados. Por isso, tem seu discurso de *alerta* e de *denúncia*.

Isto não acontece por simples escolha, mas sim pela ação da formação discursiva e ideológica tanto da agência quanto das fontes de informações. Aliás, é por causa da formação discursiva de proteção das populações indígenas e fiscalização das ações de políticas públicas para Amazônia que as fontes de informação destas reportagens são quase todas de movimentos indígenas: Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, Organização Indígena da Bacia do Içana, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC), União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), além de um sertanista e os poderes públicos envolvidos (FUNAI, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde e a Presidência da República).

O imaginário são projeções da realidade e ele está diretamente ligado história (ORLANDI, 2008). Na história das populações indígenas, várias ações dos colonizadores, dos religiosos e dos governos resultaram na perda das culturas e na morte de diversas etnias. A *Amazônia Real*, ao falar nestas reportagens sobre os cortes orçamentários na FUNAI, constrói no seu discurso o imaginário acerca das *fragilidades* dessas populações.

Os sentidos das palavras não estão nelas mesmas, derivam das formações discursivas nas quais se inscrevem. As formações discursivas no discurso representam as formações ideológicas. O uso das palavras “ameaça” (no título da reportagem do ANEXO N), “a extinção dos isolados” (intertexto dessa mesma reportagem) e do enunciado “colocou em cheque a

⁴⁰ As demais competências da Sesai estão disponíveis em <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/conheca-a-secretaria-sesai>

⁴¹ A Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) e suas unidades descentralizadas, as Frentes de Proteção Etnoambiental, promovem ações com objetivo de proteger os direitos das populações isoladas.

sobrevivência e segurança dos índios isolados” (ver SD-36 adiante), no *lead* da reportagem, representam as posições ideológicas da agência. A reportagem apresenta evidências de que as medidas do governo federal são prejudiciais para as populações indígenas.

A desaprovação e crítica às medidas ao governo federal pela *Amazônia Real* já se inserem no discurso no parágrafo mais importante do texto jornalístico, o *lead*, aparecendo como evidente (sentido já-lá). Ao apresentar ao seu leitor a situação de ameaça a que os indígenas estão expostos, o veículo alerta e mesmo provoca reações contrárias às medidas, para conseguir apoio da opinião pública às causas indígenas.

Linguagem e mundo não se relacionam diretamente. Assim, quando *Amazônia Real* fala dos cortes orçamentários do órgão federal, na SD-36, representados nos enunciados “não bastasse as ameaças” [*todas as reduções orçamentárias anteriormente neste governo*] e “colocar em cheque a sobrevivência e a segurança” [*por a prova a sobrevivência das populações indígenas*], tem-se o efeito de evidência, por causa da ideologia, de que tais medidas irão prejudicar a saúde dos índios de modo que pode ocasionar morte das populações indígenas.

(SD-36) “Não bastassem as ameaças nos cortes de recursos da Saúde e Educação das ações para os povos indígenas do país, o presidente Michel Temer (PMDB) colocou em cheque a sobrevivência e a segurança dos índios isolados, grupos que têm pouca interação ou nenhuma relação com a chamada sociedade nacional. Muitos vivem em regiões de fronteira na Amazônia” (*lead* da reportagem do Anexo N, grifo meu).

Nesse aspecto, quando a *Amazônia Real* apresenta esses relatos feitos por indígenas, é intencional provocar para seu público efeito de sentido de situação de *vulnerabilidade* das populações indígenas isoladas, principalmente, pela ameaça das ações do governo, além de outras vindas de empreendimentos e atividades ilegais. A *Amazônia Real* caracteriza que essas populações estão expostas a “massacres e doenças” (intertexto da reportagem) mobilizando sentidos de que o corte orçamentário deixará ainda mais fragilizados os índios isolados.

A palavra *isolado* é um bom exemplo de como as palavras mudam de sentidos de acordo com as formações discursivas que estão inscritas. Nas análises anteriores, *isolado* aparece caracterizando as comunidades ribeirinhas. E agora, uma denominação para modo de vida de alguns indígenas.

Por estar inscrito na formação discursiva que denominaremos de “formação discursiva dos representantes indígenas”, neste caso, o isolamento é positivo e necessário porque ajuda na sobrevivência dessas populações, tem sentido de *protegido* e *cuidado*. A agência usa isolamento porque é necessário que permaneça assim. Se utilizamos esse mesmo termo para qualquer outra

comunidade, de diferente contexto imediato (referente ao momento da enunciação), outros sentidos circulariam com característica negativa, sentido de *distante, excluído e atrasado*.

Caracterizar é dar sentido ao objeto (COSTA, 2014), ou seja, caracterizar como prejudiciais é dar sentido às medidas orçamentárias de forma que elas só adquiriram esse sentido porque estão inscritas na formação discursiva da *Amazônia Real*.

Na reportagem, as críticas não se restringem apenas a essas medidas. A agência legitima as críticas ao descaso do governo federal através do discurso direto do indígena, enquanto sujeito inscrito no lugar social de representante das populações indígenas. A ameaça das duas medidas para as populações indígenas é exposta na fala das várias fontes consultadas.

Amazônia Real também quer mostrar que a situação de *abandono* não é recente, mas vem ocorrendo ao longo dos anos, principalmente, com este “novo” governo. Na sequência SD-37, temos o enunciado “Com ou sem portaria, a saúde já parou por aqui”, ou seja, significando que a deficiência no atendimento dos indígenas já não é recente. A crítica da *Amazônia Real* se direciona ao governo federal, em nossa opinião, porque as duas medidas foram ordenadas pelo governo federal.

(SD-37) “Com ou sem portaria, a saúde já parou por aqui. Mas agora está se agravando. Depois de inúmeras denúncias, veio hoje (24) aqui um representante do Conselho Nacional de Saúde. Para a nossa surpresa, sai essa portaria 1.907. Isso é um desastre. O que já estava ruim vai ficar pior. Se o ministro não revogar essa portaria vai aumentar o índice de desnutrição, casos de malária e outras doenças. Vai ter mais mortes. Vai praticamente acabar tudo” (fala do entrevistado Marivelton Barroso, diretor da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, na reportagem anexo M, grifo meu).

Maingueneau (1997) afirma que para se definir uma formação discursiva é necessário partir do conjunto de enunciações já ditas e esquecidas, o interdiscurso. Quando a *Amazônia Real* diz que índios estão ameaçados por estas medidas do governo, os já ditos (interdiscurso) das ONGs, dos sertanistas, dos representantes indígenas fazem circular dizeres de proteção diante de vulnerabilidades das populações indígenas. São nos interdiscursos que se formam os pré-construídos de proteção e vulnerabilidade aos povos indígenas.

5.3.2. Funcionalidade do órgão representativo dos indígenas

O órgão federal de representação e proteção aos povos indígenas brasileiro é a FUNAI, cuja missão, segundo descrição no seu site institucional “é proteger e promover os direitos dos

povos indígenas no Brasil”. A nomeação do presidente da instituição é feita pelo presidente da República. No contexto histórico político do Brasil, cargos e ministérios, em geral, não são nomeados por competência, mas sim, distribuídos por partidos em troca de apoios futuros para o governo vigente. Sendo assim, como órgão público federal, a escolha do presidente da FUNAI segue a “cultura” da política brasileira.

Para entender o espaço concedido pela *Amazônia Real* para falar dos candidatos cotados para assumir a presidência da FUNAI, na reportagem “PMDB e DEM do Acre indicam o índio Sebastião Manchineri à Presidência da Funai”, precisamos voltar um pouco ao histórico dos presidentes do órgão.

Na galeria dos presidentes da FUNAI desde 1967 (data da criação do órgão), elaborada pelo Instituto Socioambiental (ISA)⁴², nunca um indígena assumiu a presidência do órgão. Dos 40 presidentes que já passaram pelo órgão, o mais próximo de um indígena na presidência foi o sertanista Apoena Meirelles, nascido numa aldeia Xavante, e filho também do sertanista Francisco Meirelles. Ficou no cargo de novembro de 1985 a maio de 1986.

Durante a ditadura militar, a presença de militares na presidência da FUNAI foi número significativo, embora, não tenha sido maioria no período. Alguns militares na presidência do órgão promoveram ações contrárias aos interesses dos indígenas, entre as quais podemos citar: a extinção do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), subordinado à FUNAI; facilitação de exploração de minérios e autorização para a exploração de madeiras em terras indígenas; construção de obras como rodovias cortando as terras indígenas (Instituto Socioambiental, 2017).

As diferentes formulações de enunciados sobre a presidência do órgão se encontram em regiões historicamente determinadas por relações de forças, entre os indígenas e os militares, entre indígenas e o governo federal. Nesse jogo de relações de força e de sentidos, porque um discurso aponta para outros discursos (ORLANDI, 2015a), se produz sentidos diferentes para um militar ou um indígena na presidência da FUNAI.

O sentido dessa nomeação indígena está alocado nessas relações conflituosas, porque pela trajetória de luta e perdas dos indígenas, ter um militar na presidência é proporcionar perdas para os povos indígenas. Por isso, para o candidato indígena ao cargo, eleger um militar é “fato negativo” indicando “voltar ao passado”. O sujeito entrevistado, candidato indígena, no seu

⁴² Galeria dos presidentes da FUNAI desde sua criação elaborada pelo Instituto Socioambiental. Disponível em <https://pi.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/galeria-dos-presidentes-da-funai>. Acesso em 15 jul. de 2017.

discurso desqualifica o outro candidato militar pelo discurso de medo como estratégia para adquirir apoio, principalmente, dos indígenas.

(SD-38) Para Manchineri, nomear um general do Exército para a presidência da Funai é voltar ao passado. “Moralmente, é um fato negativo. Decidir por um não-índio é como se fosse a imposição da nossa incapacidade de assumir uma demanda e uma solução dos temas que nos afetam”, afirmou (grifo nosso).

Não podemos deixar de mencionar que o candidato indígena ao cargo, além de ser um dos líderes do Movimento Indígena Nacional é também filiado a um partido político DEM. *Amazônia Real* trouxe essa informação justamente porque o partido tem composição de políticos da bancada ruralista, contrários aos interesses dos indígenas. Mesmo assumindo não concordar em “A gente ser dominado pelas igrejas, pelos militares e por pessoas que sempre foram contra os povos indígenas” (SD-39), ele é filiado ao partido de interesses divergentes aos indígenas e, enquanto sujeito, se filia à formação discursiva deste partido.

(SD-33) “Meu nome está mantido. Não é fácil, mas não vou desistir dessa candidatura. É um momento oportuno. Chegou o momento de um indígena assumir [a Funai], pela coletividade dos povos indígenas. Não concordo com essa conjuntura que está aí. A gente ser dominado pelas igrejas, pelos militares e por pessoas que sempre foram contra os povos indígenas. Por isso estou na missão de assumir a presidência da Funai” (Sebastião Manchineri, candidato indígena entrevistado pela *Amazônia Real*, grifo meu).

As notícias jornalísticas se reinscrevem, sob efeito ideológico da evidência, na direção de sentidos desejada (MARIANI, 1998). De igual modo, a reportagem da *Amazônia Real* direcionou os sentidos para negatividade de um militar novamente assumir a presidência da FUNAI, sob o efeito ideológico a respeito do que é ter um militar na presidência do órgão. E, como as formações ideológicas estão representadas nas formações discursivas, a agência apoia a ideia de ter um indígena na presidência do órgão federal.

No imaginário que se constrói nesses enunciados e nos discursos dos sujeitos entrevistados, nos seus lugares sociais de políticos e de organizações indígenas, um indígena na presidência do órgão fortaleceria as políticas indigenistas e, principalmente, seria oposição às ações contrárias aos interesses indígenas, como a redução do repasse financeiro ao órgão e demais ações ainda em andamento, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº.215 que prevê alteração dos artigos 41 e 231 da Constituição Federal, estabelecendo que a demarcação das terras indígenas seja feita por meio de projeto de lei aprovado pela Câmara e

pelo Senado. A PEC nº. 71 (aprovada pelo Senado) prevê, ainda, a indenização pela União aos donos de terras que passarem a ser consideradas reservas indígenas. Na Amazônia Legal está a maior área de terras indígenas do país, são 419 áreas, o equivalente a 115.342.101 hectares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos discursos *sobre* Amazônia, não é possível colocar um ponto final porque novos sentidos e ressignificações de Amazônia ainda irão circular entre os sujeitos dos discursos. Propomos adiante responder objetivos e nossos questionamentos feitos nesta pesquisa.

O modo como a Amazônia significa para o *Portal Amazônia* difere de como significa para *Amazônia Real*. Nossa intenção não foi apontar o veículo que representou a Amazônia o mais próximo da realidade, porque a realidade é efeito da ideologia na relação do sujeito com o mundo.

Contudo, a imprensa produz conhecimento e seu discurso produz efeitos imaginários. Como veículos cuja missão é informar sobre a Amazônia, justamente, são eles também disseminadores de sentidos sobre Amazônia.

A priori, acreditávamos que a diferença estrutural entre os veículos seria diferencial na produção dos conteúdos. A diferença estrutural entre os dois veículos analisados não impediu o volume de produção de matérias jornalísticas acerca das temáticas escolhidas no nosso recorte fosse semelhante. No total do recorte, analisamos 15 textos, correspondendo 9 da *Amazônia Real* e 6 do *Portal Amazônia* publicados entre outubro e novembro de 2016.

A pluralidade de fontes é uma das características do modo de produção dos veículos. Na *Amazônia Real* e no *Portal Amazônia*, os repórteres consultam mais de duas fontes de informação em cada texto, mas o número de fontes é maior na *Amazônia Real*.

Na *Amazônia Real*, no geral, a maioria das fontes de informação consultadas são de lideranças e organizações indígenas. Outras fontes, como cientistas e moradores locais, também são consultadas, se diferenciando da imprensa nacional, tem como fontes primárias órgãos oficiais (governo, instituições de pesquisa e/ou ensino). Como constituição do sujeito e dos sentidos, a ideologia da *Amazônia Real* de militância em favor dos povos “invisíveis” e de fiscalizadora de ações na região tem proximidade com lideranças e organizações indígenas, nos esclarece a forte presença de assuntos relacionados aos povos indígenas nas reportagens analisadas. Ressaltamos que os colunistas da agência são todos pesquisadores, somente um antropólogo indígena tem voz neste espaço dedicado ao conhecimento científico sobre a Amazônia. O conhecimento popular das populações que consideram prioritárias estão reservados maior parte nas reportagens.

O *Portal Amazônia* usa as fontes priorizadas pela imprensa nacional, os órgãos governamentais e os cientistas. Caracteriza os cientistas detentores do conhecimento sobre Amazônia. As populações locais consideradas são os que detêm o conhecimento científico, ou seja, cientistas locais, os “homens da ciência” (SANTOS, 2002), assim, inferiorizando o conhecimento das populações locais. Somente em uma reportagem as populações locais foram ouvidas.

Assim, como sujeitos dos discursos inscritos em diferentes lugares sociais, a região descrita por ambos veículos é diferente. Porque enquanto um discurso se baseia no que a ciência diz atribuindo sentido ambiental para região, como se somente este pudesse representar a totalidade, já *Amazônia Real* na perspectiva do que a região representa para seu povo local, principalmente, indígenas.

O *Portal Amazônia* seus principais meios de seleção de assuntos para pauta são o Google e as mídias sociais, ou seja, o que interessa para se publicar no portal é o que gera audiência, o que pode trazer mais visualizações no site. Nesta ideologia capitalista, o “tudo” constante na frase na identidade visual do portal é regido pela internet, daí o entendimento do restante da frase constante na identidade visual “o que você quer saber sobre a Amazônia”, ou seja, como veículo de plataforma digital e de empresa comercial, suas prioridades na publicação são assuntos que atraem a audiência, isto pode estar relacionado ou não à Amazônia, como é o caso das editorias de *Cultura e Entretenimento*, em que predomina o entretenimento comercial, assuntos sobre programas de TV, vida de artistas e shows e não relacionados à cultura local.

O *Portal Amazônia* até pouco tempo tinha equipe maior de correspondentes em outros estados da Amazônia onde atua o grupo de comunicação ao qual pertence. Apesar da redução da equipe, o veículo ainda conta com uma estrutura grande de comunicação que permite diversificar suas publicações. A diversidade de assuntos gerais envolve aqueles não relacionados à Amazônia, e grande parte do conteúdo não é de autoria própria, maioria de veículos parceiros ou de agência de notícias.

O portal traz abrangência de temas, em sua maioria não relacionados a região, mas parte de uma demanda do que o público deseja. No seu processo discursivo, a repetibilidade do mesmo (do que se divulgou em outros meios de comunicação) impedindo outros discursos.

Como já mencionamos, os dois veículos são sediados na região e, até pouco tempo, os dois tinham correspondentes em alguns estados da Amazônia Legal. Alguns questionamentos

são feitos em ambos sobre a necessidade de correspondentes na região, crítica levantada por uma das idealizadoras da *Amazônia Real*.

Por nossa análise e pelas discussões que fizemos ao longo da pesquisa, defendemos que é importante se manter um correspondente: por causa das condições geográficas, nem sempre é possível entrar em contato com as fontes de informações, além daquelas tradicionais; pelo que defendemos e discutimos sobre as várias amazônias, certa situação mencionada ou publicada pode até existir em outros lugares da região, mas não acontecem da mesma forma; ouvir relatos pessoalmente de diferentes fontes, fugindo da mesmice feita pelos veículos nacionais; expandir as discussões para além do sentido ambiental que a palavra Amazônia possui.

Por outro lado, assim como a Amazônia, a imprensa também cobre outras regiões, como o Pantanal, aqui no Brasil, ou o Oriente Médio, a Europa, no exterior, e, nem sempre esses veículos dispõem de correspondentes nesses locais. Não é nosso objetivo discutir a qualidade na cobertura desses assuntos pela imprensa (isso já serviria para outra pesquisa). O que trazemos com exemplos dos dois portais para nossa reflexão é a presença ou não de correspondentes na Amazônia pode melhorar o acesso à informação, mas não é determinante. Isto podemos concluir pelos resultados de nossas análises. Os dois veículos estudados têm toda sua equipe sediada na região e dizem ter a mesma “missão”: a cobertura de assuntos relacionados à Amazônia. E, no entanto, têm modos de cobertura e de prioridades de assuntos totalmente diferentes resultando em diferentes sentidos para as amazônias, o que não está relacionado à dimensão geográfica da Amazônia, e sim, à posição ideológica dos dois veículos.

Recursos físicos e financeiros melhoraram a estrutura da empresa jornalística, mas a construção do discurso já se iniciou bem antes, na ideologia que direciona os sentidos de Amazônia para determinadas direções, cristaliza os sentidos como se fossem transparentes e evidentes (ORLANDI, 2008b), porque “algo fala antes em outro lugar”, como afirmou Pêcheux (2014b).

O *Portal Amazônia* tem 13 subeditorias distribuídas em 9 editorias, o que no primeiro momento nos deu impressão de diversidade de assuntos sobre a Amazônia, propagado pela coordenadora do portal. Entretanto, essa diversidade é “aparente” porque a grande quantidade de editorias e subeditorias disponíveis é voltada para publicação de assuntos de âmbito nacional, nem direta e nem indiretamente relacionados à Amazônia.

Isto refletiu em nossa seleção das notícias e reportagens. No período analisado, muitas publicações tratavam de assuntos nacionais e não eram de autoria própria do portal. Inclusive, nas editorias de *Meio Ambiente* e *Ciência e Tecnologia*, textos com temáticas em que a

Amazônia tem papel importante, assim como na editoria *Internacional*, textos que tratam de assuntos sobre Amazônia Internacional são na maioria reproduções de textos de agência de notícias.

A prioridade do portal é a audiência (os “clicks”), ele se propõe a “mostrar ao seu público o que está acontecendo na Amazônia”, mas fica restrito a um universo de assuntos menor e não muito diferente da cobertura de outros veículos de comunicação. Parece-nos que ao mesmo tempo que se propõe a mostrar toda essa Amazônia, fica restrito à divulgação de assuntos que atraem visualizações no site.

A busca pela audiência nos meios de comunicação, em geral, caminha bem próxima à espetacularização do assunto abordado. Entretanto, na preocupação e prioridade do portal em atrair audiência, ele pode mostrar uma Amazônia espetacularizada, porque na imprensa é difícil conquistar audiência sem tornar espetáculo aquilo que se fala. Nas análises do *Portal Amazônia*, não identificamos reportagens com características de espetacularização. Mas fazemos a ressalva em relação ao espaço intitulado Manaus Selvagem, de produção do canal de TV do grupo de comunicação adaptado para o portal em formato de artigo. Só o uso de “selvagem”, palavra carregada de vários sentidos, principalmente, no contexto amazônico, já merece destaque. Como afirmou Santos (2006), o uso de selvagem marca lugar de inferioridade, associado à palavra natureza, marca exterioridade.

O discurso de autorreferencialidade (DUTRA, 2009), a mídia falando de si mesma, é prática dos grupos de comunicação, que utilizam conteúdo de outras mídias do próprio grupo, remodelam e aplicam em seus outros meios. Dessa forma, promovem os outros programas do grupo de comunicação.

Os “eixos temáticos” definidos pela *Amazônia Real* nos deram a direção dos assuntos de interesse da agência. De modo geral, esses eixos estão na imprensa nacional. Entretanto, como observamos na análise e foi ressaltado pelas editoras, as reportagens começam com personagens locais, estes denominados pela agência como “invisíveis” para a mídia e para o poder público.

Apesar das fotografias não fazerem parte do nosso material de análise, a agência *Amazônia Real* faz uso de grande número de fotos em suas reportagens, inclusive dispõem de galeria, e em todas as reportagens analisadas as fotografias eram de autoria da equipe da agência. O *Portal Amazônia* também utiliza fotografias em suas notícias e reportagens, mas a maioria não era de autoria própria e correspondiam a fotos ilustrativas; o portal também faz uso de gráficos presentes nas notícias sobre índices de queimada. Consideramos essa observação

necessária porque a fotografia também é discurso e institucionaliza imaginários sobre Amazônia.

Assuntos sobre as populações indígenas são predominantes nos textos publicados pela *Amazônia Real*, além da sua editoria específica, *Povos Indígenas*. A agência fala de índio produzindo cinema, de índio nas atividades econômicas, de índio na política, de índios em cargos públicos, de suas culturas, e de sua situação de vulnerabilidade em decorrência das ameaças promovidas por atividades ilegais e grandes empreendimentos. Assuntos relacionados às populações indígenas transitam em diferentes editorias. Além de estarem presentes na editoria específica do tema, presenciamos outros assuntos relacionados aos povos indígenas em outras editorias como cultura, economia e negócios, política.

A *Amazônia Real* constrói imagem dos indígenas como povos que lutam para manter suas tradições e culturas, sofrem ameaças de grandes empreendimentos e das ineficiências das ações do seu órgão de representação, FUNAI, deixando-os em situação de vulnerabilidade. Se explica a predominância de assuntos diretamente ou indiretamente relacionados aos povos indígenas nos textos publicados pela *Amazônia Real* pela linha editorial explicitada na entrevista com sua editora responsável.

Com menor frequência, o *Portal Amazônia* também fala sobre indígenas, mas apenas pelo discurso científico, e nesta formação discursiva científica dominante, diz sobre o outro (cultura indígena) relatando conflitos entre indígenas e a cultura do homem branco, impondo-se diante da cultura dos indígenas por meio do apagamento do registro documental, a língua. No discurso dos cientistas e dos naturalistas no período de colonização da Amazônia, falou-se dos povos indígenas e sobre a natureza sempre numa comparação entre o outro e nós. O mesmo se dá no discurso atual do cientista escolhido como fonte pelo portal para falar do índio.

Ribeirinhos integram juntamente com os indígenas as figuras identitárias da Amazônia, termo conceituado por Grigoletto e de Nardi (2013). Assim como os povos indígenas, de etnias, com costumes, culturas e organização social diferentes, sendo esta população bem representativa na região. De igual modo, os ribeirinhos são denominações genéricas para grupos sociais de diferentes formações.

O *Portal Amazônia* pratica o jornalismo instrumental (FERREIRA, 2011), apenas divulgando dados oficiais, sem contextualizar os fatos, semelhante ao tipo de cobertura feita pela imprensa nacional. Assim, o *Portal Amazônia* pratica a reprodução do discurso governamental, apenas informa sem contextualização dos dados.

Vazante e cheia dos rios amazônicos foram assuntos semelhantes na cobertura dos dois veículos. Como importante via de transporte, os rios amazônicos regem a vida de moradores próximos. Qualquer alteração interfere no modo de vida das populações próximas. O *Portal Amazônia* apenas apresenta dados oficiais sobre os fenômenos, homogeneizando a região, enquanto a *Amazônia Real* abrange sua cobertura e expande as discussões utilizando dados oficiais dos órgãos públicos para criticar a falta de ações do poder público mediante situações previsíveis, apresentado uma Amazônia em que seus fenômenos naturais (enchente e vazante) são mais intensos, ocasionando problemas para moradores locais, e denunciando que a omissão do poder público aumenta os problemas locais.

Por fim, o *Portal Amazônia* reproduz o discurso científico *sobre* Amazônia, prática semelhante à da imprensa nacional, principalmente, quando prioriza em seus discursos a fala dos cientistas e, silencia os moradores locais, ou não lhes dá espaço por considerar seus conhecimentos insuficientes se comparados aos dos cientistas. Assim, pela reprodução deste discurso, os sujeitos dos discursos do *Portal Amazônia* assumem a posição-sujeito dos cientistas e falam dos fenômenos naturais (cheias e vazantes) e de problemas correntes na região sem contextualizar as situações, sem expandir outras vertentes da situação, no contexto amazônico; o portal constrói, assim, uma cobertura superficial sobre a Amazônia, pois fazer essa contextualização e apresentar discussões abrangentes é papel do jornalismo. A prática do jornalismo do portal, contradiz o que defendeu sua coordenadora, como veículo especialista em Amazônia e em jornalismo científico sobre a Amazônia. Nesta autodesignação, o portal denomina um sentido único para Amazônia, o científico, só pode ser falada no sentido científico e por cientistas.

A agência *Amazônia Real* realiza a transformação nos seus discursos, porque pela sua formação ideológica de militância em favor das populações “fragilizadas”, contradiz os discursos anteriores *sobre* Amazônia. A Amazônia apresentada pela agência é aquela que precisa ser cuidada e preservada, vítima de algumas ações públicas ineficientes que deixam em situação de vulnerabilidade o ambiente e suas populações, principalmente indígenas; é aquela que requer necessidade de cooperação entre os países amazônicos como meio de reduzir as consequências da intensidade dos fenômenos naturais da região.

Ambos os veículos destacaram mais as populações do que seus recursos naturais, como é comum em práticas discursivas no jornalismo nacional. Ainda que de modos distintos, as dificuldades de prática das culturas indígenas foram faladas nos dois veículos. Isto se dá em decorrência do contato com a cultura do homem branco, seja pela imposição dele, ou pela

dificuldade de passar os conhecimentos aos indígenas mais novos, ou pela resistência do próprio indígena em não querer praticar sua cultura, ou pelas dificuldades de manter a própria continuidade pela etnia.

É importante lembrarmos que não era objetivo deste trabalho definirmos a melhor cobertura ou o melhor discurso *sobre* Amazônia, mas sim, compreendermos como *Amazônia Real* e *Portal Amazônia* significam a região por meio de seus discursos. A Amazônia pode significar de diferentes formas, dependendo de qual formação discursiva dominante determina o dizer. Reconhecemos que o tema Amazônia é abrangente e complexo e, como tal, nos desafiou a buscarmos conhecimentos em outras áreas, além da Comunicação e da Análise de Discurso, o que nos ajudou a entender o funcionamento dos ecossistemas amazônicos, a história, as sociedades e suas culturas.

Como os discursos não têm ponto final (ORLANDI, 2015a), embora nosso estudo finalize aqui, sabemos que eles (discursos) novos e anteriores continuarão produzindo sentidos sobre a Amazônia, por tudo que a região significa e ainda pode significar; seus sentidos são incomensuráveis, como afirmado por Orlandi (2008d).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença, 1974. 120p.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Coautoria de Marlene Teixeira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 257p.
- AMANCIO, T. **O Brasil dos gringos: imagens no cinema**. Niterói, RJ: Intertexto, 2000. 214 p.
- AMARAL FILHO, O. **Verde que te quero verde: a estética da Marca Amazônia**. IN: MALCHER, M. A. *et al.* Comunicação midiaticizada na e da Amazônia. Belém: FADESP, 2011. 312p.
- _____. **Amazônia versus meio ambiente: sedutoras armadilhas discursivas da mídia para fidelizar novos consumidores**. In: AMARAL FILHO, Otacílio; CASTRO-HORÁCIO, F.; SEIXAS, N. S. A. (Orgs). (Org.). Pesquisa em Comunicação na Amazônia. 1ed. Belém: FADESP, 2010, v. 01, p. - 19- 60
- ARAÚJO, E. *et al.* **Unidades de Conservação mais desmatadas da Amazônia Legal (2012-2015)**. Belém: Imazon, 2017. Disponível em: <http://imazon.org.br/publicacoes/unidades-de-conservacao-mais-desmatadas-da-amazonia-legal-2012-2015/>. Acesso em 18 jun 2017
- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo, SP: Ática, 1990. 111p.
- BENETTI, M.; JACKS, N. A. **O discurso jornalístico**. In: X Compós - Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2001, Brasília. Anais do X Encontro Anual da Compós, 2001. v. 1. p. 280-290
- BENETTI, M. **Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. (Org.). Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. 1ed.Petrópolis: Vozes, 2010, v. 1, p. 107-122.
- BENTES, A C.; FIGUEIREDO, A. M. de; KOCH, I. G. V. **A descoberta do Brasil pela Amazônia: o relato de viagem de Gaspar de Carvajal**. In: BARROS, D. L. P. Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (edusp), 2000. p. 69-87.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 3ª. ed. Campinas: EDUC, 2012. 96 p.
- CARNEIRO FILHO, A; SOUZA, O.B. (2009). **Atlas de pressões e ameaças às Terras Indígenas na Amazônia brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- CASCUDO, L. da C. **Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral**. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1983. 741p.
- CHAVES, M. P. S. R.; BARROSO, S. C. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: análise da organização sociopolítica comunitária**. IN:FRAXE, T. de J. P.; WITKOSKI, A. C.;

PEREIRA, H. S. (org.). *Amazônia: cultura material e imaterial*. São Paulo, SP: Annablume, 2011-2012. 2 v. (p. 83-105).

COSTA, G.C. **Sentidos de milícia. Entre a lei e o crime**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, 237p.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCar, 2009, 250 p.

_____. **O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político**. In: INDURKY, F. (org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1990, 325p.

DITTRICH, I. J. **Linguística e jornalismo: dos sentidos a argumentação**. Cascavel: Edunioeste, 2003. 201p.

DUTRA, M. S. **A natureza na TV: os discursos da TV sobre a Amazônia, biodiversidade, os povos da floresta**. São Paulo: Annablume, 2009. 258p.

ENRÍQUEZ, M. A. **Mineração na Amazônia**. *Parcerias Estratégicas*, v. 19, n. 38, p. 155-198, 2015.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2015, 296p. Disponível em http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2015/Livro-Hidro-V1/Livro%20Hidrel%C3%A9tricas%20V.1.pdf. Acesso em 13 jun. 2017.

FERRAZ, J. B. *et al.* **A floresta e o solo**. In: HIGUCHI, M. I. G.; HIGUCHI, N. (Ed.). *A floresta amazônica e suas múltiplas dimensões: uma proposta de educação ambiental*. 2. ed. Manaus: S.n, 2012. p. 101-121.

FERREIRA, S. J. F. **A floresta e a água**. In: HIGUCHI, M. I. G.; HIGUCHI, N. (Ed.). *A floresta amazônica e suas múltiplas dimensões: uma proposta de educação ambiental*. 2. ed. Manaus: S.n, 2012. p. 123-151.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: SP. Ática, 2007

FONSECA, R. O. **Condições de Produção do Discurso e Formações Discursivas: uma proposta de abordagem da práxis discursiva**. Artigo publicado na Revista Icarahy. Edição n 04/outubro, 2010. Disponível em: http://www.revistaicarahy.uff.br/revista/html/numeros/4/dlingua/Rodrigo_Fonseca.pdf

FRANÇA, J. M. C. **A construção do Brasil no pensamento europeu dos séculos XVI, XVII e XVIII**. *Acervo* (Rio de Janeiro), v. 24, p. 7-24, 2011.

FRAXE, T. de J. P. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo, SP: Annablume, 2004. 373 p.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 2015. 391 p.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. São Paulo, SP: Marco Zero, 1994. 277 p.

GRIGOLETTO, E. **Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito**. In: II SEAD (Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2005, Porto Alegre. CD rom - II SEAD - O campo da Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites, 2005.

GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. **Identificação, memória e figuras identitárias: a tensão entre a cristalização e o deslocamento de lugares sociais**. Gragoatá, v. 18, n. 34, 2013.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. **Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história**. IN: ORLANDI, E. P. (org). Gestos de leitura: da história no discurso. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, 284p.

HIGUCHI, M. I., & Higuchi, N (org). **A floresta amazônica e suas múltiplas dimensões**: INPA, 2012, 2ª ed. 424p.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979. 137 p

INDURSKY, F. **Lula lá: estrutura e acontecimento**. Organon, v. 17, n. 35, 2003.

LAGES, N. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2006.

LUSTOSA, E. **O texto da notícia**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

MARIANI, B. S. C. **Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)**. IN: ORLANDI, E. P. (Coaut. de). Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003. 171p.

_____. **Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico - A Revolução de 30**. In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M. C. L. Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. 325p.

_____. **O PCB e imprensa: os Comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Campinas, SP; Rio de Janeiro, RJ: Editora da Unicamp: Revan, c1998. 258 p.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes. Ed. UNICAMP, 3ª ed. 1997, 198p.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo, SP: Ática, 1986. 188p.

MELO, J. M. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo, SP: Paulus, 2006. 277 p.

MORETZSOHN, S. **Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2002. 189p.

NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006, 86p.

OLIVEIRA, D. de. **O jornalismo alternativo na contemporaneidade**. Revista Alter Jor, São Paulo, p.5-8, dez. 2009.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015a. 98 p.

_____. **Uma tautologia ou um embuste semântico-discursivo? Ainda a propaganda de estado: país rico é país sem pobreza**. In: PETRI, V.; DIAS, C. *Análise de discurso em perspectiva: Teoria, método e análise*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. 312 p.

_____. **Discurso em análise sujeito, sentido e ideologia**. 2ª edição: Campinas. Pontes, 2012

_____. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo, SP; Campinas, SP: Cortez: Editora da Unicamp, 2008a. 160p.

_____. **Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito**. In: ORLANDI, E. *Discurso e leitura*. 8 ed. Campinas: Cortez, 2008a.

_____. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 2008b.

_____. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008c. 286p.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008d. 218p.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007a. 181p.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007b. 156 p.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso (AAD – 69)**. In: GADED, F; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5ª ed. Campinas. Editora da Unicamp, 2014a.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990. 68 p.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. **A propósito da análise do automática do discurso: atualização e perspectiva**. IN: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania Sampaio Correa Mariani. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. 315 p.

PESAVENTO, S. J. **Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional.** In: Pesavento, S. J.; Leenhardt, J. (Org.). Discurso histórico e narrativa literária. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p. 17-40.

PIZARRO, A. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012. 271 p.

PORRO, A. **As crônicas do Rio Amazonas e notas etno-históricas sobre antigas populações indígenas da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1992. 221 p

ROBIN, R. **Os meandros de uma lenda. O oeste americano.** IN: DIAS, C.; COSTA, G. A memória saturada. Campinas: Editora da Unicamp, 2016

SANTOS, J *et al.* **Amazônia: características e potencialidades.** In: HIGUCHI, M. I. G.; HIGUCHI, N. (Ed.). A floresta amazônica e suas múltiplas dimensões: uma proposta de educação ambiental. 2. ed. Manaus: S.n, 2012. p. 41-69.

SCHMIDT, R. T. **Em busca da história não contada ou: o que acontece quando o objeto começa a falar?** IN: INDURSKY, F; CAMPOS, M. C. Discurso, memória, identidade. Porto Alegre, RS: Sagra, 2000. 612 p.

SCHWARTZ, S. **"Gente da terra brasiliense da nação" Pensando o Brasil a construção de um povo.** In: MOTA, C. G. (Org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). 3. ed. São Paulo: Senac, 2009. Cap. 4. p. 105-200.

SODRÉ, M; FERRARI, M.H. **Técnica de reportagem notas sobre a narrativa jornalística. Local.** Summus Editorial. 6º edição. 1986

SOUZA, P. **O esquecimento como condição da memória: a identidade em desabamento no ato de dizer (p. 92-101);** IN: INDURSKY, F; Campos, M. C (coautoria) DISCURSO, memória, identidade. Porto Alegre, RS: Sagra, 2000. 612p.

SOUZA, M. **Breve história da Amazônia.** 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Agir, 2001. 239p.

TOCANTINS, L. **O Rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia.** Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 1973. 302p.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são.** Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005.

ZAMIN, A; SCHWAAB, R. **Relações entre lugar discursivo e efeitos de sentido no discurso jornalístico.** Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC), v. 4, p. 33-41, 2007.

WOLF, M. **Teorias da comunicação de massa.** São Paulo: Martins Fontes: 2003

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** IN: SILVA, T. T.; HALL, S; WOODWARD, K. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais, CIDADE, Vozes, 12ª ed. 2011.

Documentário

BRASIL no olhar dos viajantes. Direção de João Carlos Fontoura. Produção de Lorena Maria e Silva. Realização TV Senado Nacional. 2013. (240 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=k-tb3oV8kkg>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

Dissertação/Teses

BIZARRIA, F. M. A construção das identidades no documentário: os povos amazônicos no cinema. 195f. Dissertação (Mestrado) - Curso de em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

BUENO, M. F. O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de geografia e da mídia impressa. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

CARVALHO, C. P. G. Amazônia em crise: o avanço do desmatamento nos grandes jornais do Brasil. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília (Unb), Brasília (DF), 2009.

FERREIRA, T. N. A. Amazônia e webjornalismo: discursos sobre sociedade e meio ambiente. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura) - Universidade da Amazônia, Belém, 2011

GONÇALVES, G. S. Território imaginado: imagens da Amazônia no cinema. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2266>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

MONTEIRO, G. C. Amazônias na TV: a presença local no telejornalismo nacional. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará (UFPA): Belém, 2011.

SANTOS, V. J. Leituras da floresta: a construção da Amazônia na mídia impressa brasileira. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação Interinstitucional em Comunicação e Culturas Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Departamento de Comunicação Social do Centro de Letras e Artes, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bélem, 2002.

SILVA, F. S. A lei de cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa em são Gabriel da Cachoeira-AM: questões sobre política linguística em contexto multilíngue. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

RODRIGUES, P. F. Uma Leitura Hermenêutica Dos Discursos Sobre A Amazônia Na “Folha De São Paulo” E “O Estadão. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus,

Leitura complementar

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (Coaut. de). **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo, SP: Contexto, 2004. 555 p.

Documentos

AMIGOS DA TERRA: AMAZÔNIA BRASILEIRA. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: 2009.

Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro: Principais Substâncias Metálicas**. Brasília: DNPM, 2016.

REPÓRTER BRASIL, **Amazônia: trabalho escravo e dinâmicas correlatas**. 2015

Entrevistas

BRASIL, K.; FARIAS, E. Entrevista concedida a Josiane dos Santos. 17 de fev. 2017 [A entrevista se encontra transcrita no Apêndice “A” desta dissertação].

SANTOS, I.; OLIVEIRA, D. Entrevista concedida a Josiane dos Santos. Manaus, 9 fev. 2017. [A entrevista se encontra transcrita no Apêndice “B” desta dissertação]

ANEXO A – A festa da menina-moça Tejuvi JumaUru Eu Wau Wau

Gabriel Uchida, colaboração para a Amazônia Real

Fonte: Reportagem da Amazônia Real publicada na editoria *Povos Indígenas* em 03 de out. de 2016.

Disponível em <http://amazoniareal.com.br/a-festa-da-menina-moca-tejuvi-juma-uru-eu-wau-wau/>

Porto Velho (RO) – No cinema, denomina-se “ponto de virada” o instante ou acontecimento em que se quebra o rumo da história e leva a narrativa para outra direção. É um momento crucial que interliga etapas distintas. Na cultura indígena, muitas etnias têm um processo semelhante para marcar a transição na vida de uma adolescente para o estágio de mulher adulta. No roteiro de vida do povo Juma, esta é a Festa da Menina-Moça.

A cerimônia não é apenas comum entre muitas etnias indígenas, como também apresenta semelhanças no rito de passagem e, em alguns casos, tem até o mesmo nome: Festa da Menina-Moça. É o caso dos Tenetehara, autodeterminação do povo Guajajara, do Maranhão, e os Mamaindê, também conhecidos como Nambikwara, no norte do Mato Grosso. Já os Tikuna, originários do Alto Rio Solimões, no Amazonas, usam a nomenclatura Festa da Moça Nova.

No caso dos Juma, que vivem na aldeia tradicional em Canutama, no sul do Amazonas, a história é um pouco mais complexa. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a etnia sofreu massacres por conta da invasão de comerciantes de seringa e castanha na terra indígena de 38.351 hectares.

Em 1998, só existia um grupo de apenas seis pessoas da etnia Juma: as meninas Borehá, Maitá e Mandéí, o pai Aruká e o casal de tios idosos Inté e Marimã. Eles foram retirados de forma irregular, sem estudo antropológico, do território tradicional por um administrador da Fundação Nacional do Índio (Funai) e levados, inicialmente, para a Casa de Saúde do Índio (Casai) em Porto Velho, Rondônia.

Na ocasião, não havia também mais homens da etnia Juma com idade para casar com as adolescentes Borehá, Maitá e Mandéí. Leia aqui.

Com alta vulnerabilidade social e cultural, a Funai levou o grupo Juma para viver na terra dos índios Uru Eu Wau Wau, em 1999. Os dois povos falam a língua Tupi-Guarani e são denominados Kagwahiva.

Durante o primeiro ano de afastamento do território tradicional, o casal Inté e Marimã morreu “provavelmente de tristeza e inadaptação ao novo lar”, como diz a Funai.

Na aldeia do Alto Rio Jamari, que fica no município de Jorge Teixeira, as três adolescentes Juma aceitaram os casamentos com os Urueuwauwau para garantir a continuidade da família, segundo a Funai.

Borehá Juma casou com Erovak Uru Eu Wau Wau e ambos tiveram quatro filhos. Maitá uniuse a Puruwá Uru Eu Wau Wau, com quem teve dois filhos, mas ele morreu em 2009 quando foi atingido por um raio. Maitá se casou novamente. Com Puruen Uru Eu Wau Wau, ela teve mais

duas crianças. Mandéi Juma casou com Kuary Uru Eu Wau Wau, com quem teve três filhos. Atualmente, Mandéi e Kuary estão separados.

Em 2013, os Juma regressaram ao território tradicional em Canutama, após 14 anos de afastamento e quatro tentativas de regresso mal sucedidas entre os anos de 2008 a 2011.

Atualmente, a família Juma Uru Eu Wau Wau é formada por 18 pessoas. Aruká, com mais de 80 anos de idade, tem 12 netos e uma bisneta. Quando vivia na Aldeia do Alto Rio Jamari, ele havia se casado com uma indígena Uru Eu Wau Wau, mas depois o casal se separou. Aruká não voltou a casar novamente.

Preservando a cultura

A sociedade Kagwahiva é caracterizada por um sistema patrilinear em que cada pessoa é metade do pai. A Festa da Menina-Moça é feita nos moldes da cultura Uru Eu Wau Wau, quando a cerimônia acontece na aldeia dessa etnia.

Borehá, Maitá e Mandéi fazem questão que suas filhas mantenham a tradição, mas quando a festa é na aldeia Juma a cerimônia é na cultura das mães – com a anuência dos pais Uru Eu Wau Wau.

“Não tem diferença nas festas. É tudo igual. A diferença é que a festa na aldeia Juma aconteceu pela primeira vez em mais de 20 anos. Isso é muito importante porque estamos preservando a nossa cultura. E muitas festas irão acontecer a partir de agora”, disse a cacique Mandéi Juma à Amazônia Real.

Ivanete Bandeira, coordenadora da organização Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, que atua na defesa do meio ambiente junto às etnias Uru Eu Wau Wau e Juma, diz que no passado, quando havia mais homens da etnia Juma, a Festa da Menina-Moça também significava o casamento.

“A mulher, ao acolher o esposo, recebia vários conselhos de como tratá-lo, como agir na comunidade e, principalmente, como deveria se preparar para ser mãe. Porém, à medida em que o povo Juma foi sendo massacrado, seus costumes também foram se perdendo”, disse a coordenadora da Kanindé.

Hoje, o ritual consagra a passagem da fase criança para a adulta. “É importante o jovem ter esse resgate para manter a cultura viva e não perder a tradição”, defende Ivanete Bandeira.

O primeiro ritual da Festa da Menina-Moça de filhos de Juma com Uru Eu Wau Wau aconteceu em 2014. A menina que passou pelo rito foi Kunhãvé, hoje com 16 anos. Filha de Maitá e Puruwá, a cerimônia aconteceu na aldeia do Alto Jamari, na terra dos Uru Eu Wau Wau, em Rondônia.

Em abril de 2016, foi a vez da menina Tejuvi, de 12 anos, filha da cacique Mandéi Juma com Kuary Uru Eu Wau Wau. A festa foi na aldeia da Terra Indígena Juma, em Canutama, no sul do Amazonas. A cerimônia foi realizada com o apoio da Funai de Humaitá (AM) e da ONG Kanindé.

Seguindo as culturas indígena Juma e Uru Eu Wau Wau, assim que teve a primeira menstruação, Tejuvi foi levada para uma rede, onde permaneceu reclusa.

“A minha filha Tejuvi ficou moça e nós resolvemos fazer a festa aqui na aldeia Juma. Ela ficou deitada na rede por 21 dias”, contou a mãe da menina, a cacique Mandei Juma.

O dia do ritual

No período em que ficou na rede, o único contato da menina Tejuvi foi com as tias Borehá e Maitá, além da mãe Mandei, que a alimentavam.

Quando chegou a hora de sair da rede, a família se reuniu em volta da garota ainda no meio da madrugada e começou a cantar. O dia era 11 de abril de 2016.

É um momento de angústia. As músicas são melancólicas e falam do sofrimento que a vida adulta traz. Aqui, a liberdade tem uma trilha sonora de dor e amargura.

Sob a escuridão da noite, o ambiente carregado convida ao choro. Fragilizada pelo extenso período de reclusão, a garota foi levada para se sentar em uma cadeira, ainda dentro da casa.

Enquanto os familiares assistiam em silêncio, os pais Kuary e Mandei a preparavam. O corpo da menina é pintado com jenipapo. Uma longa pulseira foi enrolada no braço em um movimento repetitivo que pareceu infinito. Ostentando um colar de dentes e ossos, a jovem enfim se levantou e saiu da reclusão. Em momento algum ela falou ou esboçou reação. Seus olhos não diziam nada, e é como se seus sentimentos ainda estivessem presos à rede.

Cercada pelos familiares, a menina caminhou carregando baldes até o rio, onde se manteve como uma rocha enquanto foi banhada pela mãe Mandei. O único barulho que se escutou foi da água.

No retorno à aldeia, quem voltou foi a mulher Tejuvi; a vida de garota deixou de existir. Assim, ela assumiu as novas responsabilidades, e no dia especial foi preparar a refeição de todos os convidados – sempre em silêncio e jamais sorrindo.

Por mais que outras pessoas ajudem a quebrar e a cortar a castanha, foi Tejuvi quem ficou encarregada de cozinhar. Afinal, ela já se tornara uma mulher adulta.

A inauguração da escola

Além de realizar a Festa da Menina-Moça de Tejuvi no território tradicional, os Juma inauguraram a primeira escola na aldeia, também em abril deste ano. Construída em madeira pela Prefeitura de Canutama (AM), a obra deveria ter ficado pronta em 2013. Houve atrasos na entrega das cadeiras, dos livros e dos demais materiais na aldeia, que fica no rio Assuã, afluente do Purus. O acesso à comunidade se dá pela rodovia BR210, a Transamazônica.

A escola de ensino fundamental vai evitar a separação das famílias Juma e Uru Eu Wau Wau. Antes, as nove crianças em idade escolar tinham que viajar de Canutama até a aldeia dos pais Urueuwauwau, no Alto Rio Jamari, em Jorge Teixeira (RO). Isso tudo em um percurso de 800 km, em que eles faziam de barco, carro e ônibus, com apoio da Funai.

Segundo a cacique Mandei Juma, as crianças não falam a língua Tupi-Guarani e precisariam do ensino bilíngue, mas a professora contratada só ensina em português. “Lá na aldeia Uru Eu

tem a professora que fala português e o professor fala a nossa língua, mas aqui não conseguimos o estudo bilíngue. Então a nossa preocupação é que elas [as crianças] aprendem na língua. Um dia eles não vão falar a língua Juma”, disse a cacique, destacando que a aldeia ainda necessita do saneamento ambiental, de energia e segurança territorial. “Os pescadores continuam invadindo nossa terra”, alertou. (Colaborou Kátia Brasil)

ANEXO B – Bienal revela o olhar de cineastas indígenas brasileiros

Elaíze Farias

Fonte: Reportagem da Amazônia Real publicada na editoria de *Cultura* em 05 de out. de 2016
Disponível: <http://amazoniareal.com.br/bienal-revela-o-olhar-de-cineastas-indigenas-brasileiros/>

Dos 53 filmes da mostra em São Paulo, 15 produções são de indígenas da região amazônica das etnias Baré, Baniwa, Huni Kuin, Kayapó, Maxakali, Tariano, Tukano e Yanomami. (A fotografia acima é do filme “Mirandela Kiriri”, da Bahia, com direção do Coletivo Kiriri de Cinema (Foto: Aldeia SP)

A indígena Alcilane Melgueiro, 27 anos, nunca tinha segurado uma câmera. Quando teve a oportunidade, a primeira escolha que fez foi registrar o trabalho na roça de dona Irene, 58 anos, moradora da comunidade Santo Antônio, no município de Barcelos (a 405 quilômetros de Manaus). Da etnia Baré, Alcilane fez a filmagem junto com a colega Maria Cidilene Basílio, do povo Tukano. O tema é sobre o método de plantação tradicional dos povos do Alto Rio Negro, no extremo norte do Amazonas. O resultado da filmagem, que durou uma semana, foi o documentário “Não gosta de fazer, mas gosta de comer”, com duração de 43 minutos.

Esta é uma das 53 produções cinematográficas feitas pelos próprios indígenas que fazem parte da programação da segunda edição da Aldeia SP – Bienal de Cinema Indígena. O evento começa nesta sexta-feira (07/10) e vai até o dia 12, em São Paulo. Leia a programação aqui.

Coordenada por Ailton Krenak, liderança histórica do movimento indígena no Brasil, a mostra tem patrocínio da Spcine e conta com o apoio das secretarias de Cultura e Educação da capital paulista.

O filme “Não gosta de fazer, mas gosta de comer”, de Alcilane Melgueiro e Maria Cidilene Basílio, foi filmado com uma câmera Canon T5i doada para a Associação Indígena de Barcelos (Asiba) pela Associação Filmes de Quintal, que coordena oficinas de formação audiovisual em áreas indígenas, entre elas a região do Alto Rio Negro. Um dos integrantes da Associação Filmes de Quintal é o antropólogo Pedro Portella, curador da Bienal de Cinema Indígena.

Segundo Portella, dos onze filmes realizados por indígenas do Amazonas e que estão na mostra, sete foram gerados nas oficinas de registro do patrimônio agrícola tradicional do rio Negro, realizadas pela superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em parceria com a Associação Filmes de Quintal, de Belo Horizonte. Os quatro restantes foram realizados em oficinas do Pontão Indígena do Rio Negro, da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn).

Em “Não gosta de fazer, mas gosta de comer”, dona Irene fala sempre na língua Nheengatu. O título nasceu de uma cena observada por Alcilane Melgueiro, quando viu a neta de Dona Irene zombando da avó.

“A dona Irene só falava em Nheengatu. A neta dizia que só ia para o roçado se a avó não falasse nessa língua. Foi quando eu respondi: ‘Não gosta de fazer, mas gosta de comer’. Decidimos dar o título”, diz Alcilene em entrevista à *Amazônia Real*.

Fazer um filme sobre um roçado parece uma escolha simples e trivial, mas não para Alcilene e Cidilene. Para as duas, foi uma volta às origens de uma técnica que elas, mesmo morando na zona urbana, nunca se distanciaram. “Filmamos todo o manuseio da mandioca, toda a plantação. Isso aconteceu durante uma semana. Fizemos essa escolha para mostrar a base de alimento dos indígenas de Barcelos. Quis mostrar que a base de nossa cultura é o trabalho com agricultura e em roçados”, diz Alcilene, que não estará presente na Bienal para acompanhar a exibição de seu filme.

Mulheres cineastas

Da região do Alto Rio Negro também serão apresentadas na Aldeia SP outras três produções feitas apenas por mulheres indígenas: “Kupixá Yanékitiwara: Nora Malcriada”, de Elisângela Fontes Olímpio, do povo Baniwa. No filme, a autora faz uma conexão entre o mito indígena do título com cenas de seus parentes em trabalho de roçado; “Wehsé Darasé – Trabalho da Roça”, de Larissa Ye’padiho Mota Duarte, da etnia Tukano, e “As manivas de Basebó – Histórias e Tradições”, de Maria Claudia Dias Campos, indígena Tariano.

“Eu avalio esse cinema feminino de forma muito positiva. Elas quebraram esse preconceito de que mulher indígena não pode fazer cinema porque tem filhos, cuida da casa. Fazem cinema com os filhos, maridos... Sejam mães solteiras, casadas, fazem cinema de todas as formas, e brilhantemente”, afirma Pedro Portella.

Dez realizadores indígenas estarão presentes na mostra: Txana Isku Nawa (Huni Kuin, do Acre), Alexandre Pankararu (Pankararu, de Pernambuco), Carlos Papá (Guarani), Cristiane Takuá (Takuá), Jerá Giselda e Wera Alexandre (Guarani Mbya), ambos de São Paulo, Larissa Ye’padiho Mota Duarte (Tukano, do Amazonas), Morzaniel Iramari Yanomami (Yanomami, Roraima/Amazonas), Michely Fernandes (Guarani-Kaiowa, do Mato Grosso do Sul/Rio de Janeiro), Alberto Álvares (etnia Guarani-Nhandeva, do Mato Grosso do Sul) e Patrícia Ferreira (Guarani Mbya, Rio Grande do Sul).

Urgência e resistência

O idealizador e coordenador da Bienal de Cinema Indígena, Ailton Krenak, classificou as atuais produções indígenas como um cinema de combate e resistência. “Os realizadores indígenas, que vêm de diversas regiões do país, com suas narrativas e visões sobre as realidades regionais e locais de onde filmam, estão assumindo uma vanguarda da denúncia, mostrando, ao mesmo tempo, a sua cultura e sua luta e resistência diante do cerco às últimas regiões ainda naturais de nosso planeta”, disse Krenak, à *Amazônia Real*.

Para Ailton Krenak, a presença de indígenas produtores no momento presente tem mais sentido de urgência do que de relevância. E essa urgência também precisa enfrentar as dificuldades pragmáticas e financeiras comuns a quem faz cinema no Brasil, diz o líder indígena.

“As narrativas indígenas, com as suas cosmovisões, talvez se façam ouvir com a sua ampla difusão nas telas espalhadas pelo mundo. Esse cinema que está sendo mostrado é um olhar indígena, utilizando tecnologia e recursos consagrados pela mídia audiovisual, com uma narrativa que marca a visão de grande variedade de povos indígenas. É plural a visão expressa nesse cinema de índio, digamos. Já nasceu com identidade e a questão agora é se vai sobreviver às dificuldades de ordem prática”, analisou Ailton.

Uma das características do Cinema de Índio, como classifica Ailton Krenak, é o seu parentesco com o Cinema Novo, movimento que dominou o gênero brasileiro no final da década de 1960. A característica atualizada deste movimento é a simplicidade dos equipamentos, como um celular, através dos quais é possível contar histórias prodigiosas. É com estas ferramentas que muitos indígenas, através de seus coletivos, estão indo a campo de suas próprias aldeias para registrar a realidade.

“Muitos fazem filmes com celular, como é o caso dos integrantes de Coletivos de Realizadores do Nordeste, que estão muito bem representados pelos Pankararú Kiriri e Tupinambá. São documentaristas que apropriam as mídias digitais, como aplicativos e outros recursos de tecnologia, na realização de suas obras. Invenção é a marca deste cinema de combate e resistência”, explica.

Entre os coletivos indígenas que estão desenvolvendo cinema com as ferramentas possíveis, Ailton Krenak cita o Mbya Guarani de Vídeo, o Espalha a Semente, do povo Tupinambá, a Associação Cultural dos Realizadores Indígenas de jovens Kaiowa, Guarani e Terena do Mato Grosso do Sul, e o Coletivo Mbya Guarani de Cineastas. “Este é da turma que já fez clássicos, como ‘Bicicletas de Ñanderu’, e trará seu último filme, ‘No Caminho com Mario’. É uma maneira de divulgar a criativa rede de realizadores indígenas espalhados pelo Brasil e que deve se ampliar ainda mais”, explicou Ailton Krenak.

Como se produz cinema indígena?

O cinema indígena não é apenas um cinema de resistência, mas de coragem e perseverança. A Agência Nacional do Cinema (Ancine), principal organismo de fomento de produção cinematográfica do país, não tem uma linha para incentivar e financiar filmes de indígenas, como observa Pedro Portella.

“Mesmo com uma produção expressiva, a Ancine nunca fez um edital sequer para o audiovisual indígena, e nem permite que produtoras e associações indígenas registrem seus filmes com a emissão do Certificado de Produto Brasileiro (CPB) que permite a exibição dos filmes no cinema e na TV aberta. Por isso o audiovisual indígena ainda é marginal, sobrevive sem esses milhões desta agência que privilegia uma visão publicitária e pouco comunitária”, conta Portella.

Ele ressalta que entre alguns dos apoiadores do cinema indígena estão a Associação Filmes de Quintal, o Vídeo nas Aldeias, o Pontão de Cultura Rio Negro, o Observatório da Educação Escolar Indígena e o Instituto Catitu. E também cita a iniciativa da TV FOIRN, de indígenas do

Alto Rio Negro, o Departamento de Projeto Audiovisual do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e o Centro de Mídia Koko jagoti, dos jovens Kayapó, do Pará.

“Os indígenas produzem muito com poucos recursos. É a comprovação do ideal glauberiano de uma câmera na mão e uma ideia na cabeça. Os trabalhos são criados de forma artesanal. Existe a casa de forno, de farinha, e a casa de cinema, o cinema de maloca. O indígena munido com uma pequena câmera com microfone, que custa pouco, faz media metragem. O cinema artesanal é assim, criado calmamente, como um trançar de palhas que cria um tipiti, um waturá”, afirma.

Mas não há uma linguagem ou estética homogênea. Portella destaca que há diversidade de linguagens e métodos entre os povos indígenas. “Os Kayapó, os Maxakali e os Yanomami não editam muito seu material, preferem sequências grandes. Já os Baré gostam de mais cortes, uma montagem mais picotada. Os Guarani-Kaiowá e os Tikuna fazem videoclipes. Os primeiros, inclusive, cantando hiphop, que é uma extensão de sua luta pela terra”, relata.

Atualmente, o órgão público que apoia as produções indígenas é o Iphan, vinculado ao Ministério da Cultura. “O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, por exemplo, foi registrado por jovens indígenas em um destes projetos de patrimonialização e rendeu belos documentários”, diz.

São as oficinas os principais instrumentos de aprendizagem dos indígenas no mundo do cinema. Pedro Portella trabalha com formações audiovisuais com indígenas há 15 anos. Fez parte do Vídeo nas Aldeias, uma das iniciativas mais inovadoras e reconhecidas no país. Coordenou oficinas para quase 30 etnias, muitas delas na Amazônia. “Nas oficinas eles aprendem, tecnicamente, a como fazer enquadramento, focagem, medição de luz, edição. Todos assistem às próprias imagens coletivamente, com os mais velhos dando palpites. É uma roda de cinema, as imagens entram nesse círculo de saberes”, conta.

Ele lembra que em muitos casos, homens e mulheres desenvolvem o interesse conforme suas afinidades cotidianas. Xamanismo, por exemplo, é um tema mais comum entre os homens. A agricultura atrai as mulheres. “Cada qual se preocupa mais com suas próprias atividades e quer mostrar mais seu próprio universo de saberes”, afirma.

Um dos jovens talentos que também terá seu filme apresentado na Aldeia SP é Morzaniel Iramari, do povo Yanomami. O filme “Curadores da Terra Floresta” foi filmado em 2014, na aldeia Watoriki, no rio Demini, no extremo norte do Amazonas, já na divisa com Roraima. Portella descreve a câmera de Morzaniel como “magia dos xamãs e o movimento dos espíritos em cinema”.

“Os Yanomami não podem sequer pronunciar o nome de seus parentes mortos. O registro audiovisual por eles é algo novo e surpreendente. Morzaniel registra o xamanismo. A sobrevivência desta prática depende do interesse dos mais jovens. É aí que entra o cinema documentário para valorizar este universo particular”, diz Portella.

Para o curador, a produção indígena sobre sua realidade é um ato político, onde eles mostram segundo sua estética e desejo. “O registro realizado pelos indígenas lança sua própria voz, é

onde a intimidade sobrevive, contrasta com a impessoalidade das imagens realizadas por não indígenas”, explica.

Djuena está na abertura

A abertura da segunda edição da Aldeia SP – Bienal de Cinema Indígena acontece às 17h desta sexta-feira (07), no Centro Cultural São Paulo, com exibição de filmes e outras atividades. Na abertura, está confirmada a primeira exibição oficial em São Paulo do longa-metragem “Martírio”, dirigido pelo antropólogo, indigenista e documentarista franco-brasileiro Vincent Carelli. O filme recebeu recentemente o Prêmio Especial do Júri Oficial e o prêmio de melhor filme de longa-metragem do Júri Popular no Festival de Cinema de Brasília. “Martírio” será exibido às 15h, na sala Lima Barreto do CCSP.

No mesmo dia e horário, na sala Adoniran Barbosa, apresentam-se o Coral Guarani (17h) e a cantora indígena Djuena Tikuna (17h30), acompanhada no violão pelo marido Diego Janatã, ambos residentes em Manaus (AM).

Djuena, de 31 anos, é da etnia Tikuna e seu nome significa “a onça que pula no rio”. Ela nasceu na aldeia Umariacu, no município de Tabatinga, região do Alto Solimões, na fronteira do Brasil com a Colômbia. Em depoimento ao jornalista Jotabê Medeiros para o site da Bienal, ela disse que a família mudou-se para Manaus quando ainda era criança. Começou a carreira de cantora influenciada pela prima, Cláudia Tikuna.

O repertório é formado por músicas tradicionais da etnia de Djuena. “A música para nós, povos indígenas, é nativa, tanto quanto o mais velho ancião. É nativa porque nasce conosco, tem cheiro de fumaça, gosto de mapati [fruta] e é pintada de urucum e jenipapo”, disse a cantora. Leia a programação aqui.

ANEXO C – Vendas de camisas com desenho da etnia Tukano ajudam no estudo de indígenas Elaíze Farias

Fonte: Reportagem da Amazônia Real publicada na editoria *Economia e Negócios* em 04 de nov. de 2016

Disponível em <http://amazoniareal.com.br/vendas-de-camisas-com-desenho-da-etnia-tukano-ajudam-no-estudo-de-indigenas/>

Os desenhos são inspirados em gravuras rupestres, animais e instrumentos musicais do Alto Rio Negro. (Acima, a indígena Suelen Menezes, da etnia Tukano, posa com uma das camisas em foto de Alberto César Araújo/Amazônia Real)

Os jovens indígenas Cloves Torres e Ivan Barreto, da etnia Tukano, inspiram-se nos grafismos rupestres encontrados nas pedras localizadas à margem do rio Tiquié, no Alto Rio Negro (AM), nos animais encantados e nos instrumentos musicais para desenvolver um empreendimento que está ajudando na sustentabilidade deles e de suas famílias.

Nascidos em aldeias do município de São Gabriel da Cachoeira, extremo norte do Amazonas, Cloves Torres, 23 anos, e Ivan Barreto, 26 anos, inauguraram há dois meses uma loja virtual de vendas de camisas com estampas que resgatam a origem cosmológica e retratam a cultura do povo Tukano.

Ambos moram Manaus e fazem faculdade. A ideia de confeccionar as camisas para comercialização surgiu por uma necessidade provisória de sobrevivência enquanto não encontravam uma vaga no mercado de trabalho. O projeto vem conquistando boa aceitação e eles já pensam em expandir o negócio para a confecção de outros produtos.

“Essa iniciativa se deu pela falta de oportunidade no mercado de trabalho. Sabemos que em Manaus é difícil conseguir [emprego]. O Ivan e eu conversamos sobre arrumar uma renda extra. A gente já fazia grafismos no rosto e no corpo e então pensamos em fazer isso em camisas”, explica Cloves Torres.

Os dois artistas transportam para as camisas elementos que simbolizam a cultura Tukano, com imagens de bichos e de flauta indígena (de nome Kariçú). Um desses desenhos estilizados é o pé de gafanhoto, cuja pintura nos corpos dos indígenas é comum antes da preparação em dias de festa, como é o caso do ritual Dabucuri, o mais conhecido no Alto Rio Negro. Outro animal é a borboleta, cujo desenho é exclusivo para os corpos das mulheres.

Ivan Barreto diz que muitos dos desenhos transportados para as camisas são inspirados nas explicações do avô, Ovídio Barreto, que é Kumu (especialista em conhecimento Tukano).

“A gente desenha com orientação do seu Ovídio. Ele vai explicando como é, do que se trata, e a gente desenha. Tem, por exemplo, o pé do gafanhoto. Nós pegamos o papel e ele vai nos orientando o que significa. A gente também desenha outros animais, pessoas e outros seres que não sabemos identificar”, conta Ivan Barreto.

Alguns dos desenhos rupestres são copiados de fotografias encontradas em publicações do Instituto Socioambiental (ISA), organização não governamental que há mais de 20 anos atua na região do Alto Rio Negro.

“São fotografias dos desenhos dos nossos ancestrais. Figuras encontradas no rio Tiquié. Então, a gente pega a fotografia e pergunta ao nosso avô o que significa. Um dos desenhos é uma pedra central, que o nosso avô disse que é a morada dos macacos”, explica Barreto.

Cloves Torres e Ivan Barreto são também músicos. Eles integram o grupo Kariçú, com sede em Manaus, formado há mais de um ano. O grupo faz apresentações frequentes em espaços da capital amazonense e em eventos.

Inspirados nos sons da floresta e nas flautas, eles também resgataram imagens dos instrumentos da música Tukano nas camisas. “As flautas são típicas da dança Kariçú, que também é o nome do grupo”, diz Cloves.

Os dois jovens planejam agora diversificar os produtos. Por enquanto, eles pensam apenas em produzir chaveiros e copos. Os chaveiros deverão ser miniaturas de flautas usadas nas festas Tukano. Também querem expandir os modelos de grafismos. Eles pretendem, ainda, profissionalizar o projeto com a formalização do negócio criando uma empresa com CNPJ e inscrição nos órgãos competentes.

As camisas nas cores branca, preta e rosa (tamanhos M e G) podem ser adquiridas através da página Tuca Arte no Facebook e em uma banca na feira de artesanato no calçadão da Ponta Negra, em Manaus, a R\$ 30. Na página do Facebook, cada camisa tem uma explicação sobre o desenho estampado.

“Estamos vendendo e comprando mais camisas para fazer as estampas. Conseguimos mais solicitações. Futuramente, queremos criar uma lojinha de varejo para atender todo o Brasil pela internet. A gente também leva as camisas para vender nas nossas apresentações do grupo. Está dando certo”, comemoram eles.

A técnica de impressão adotada nas camisas é a sublimação [impresso em papel com tinta especial e prensado com calor sobre o tecido]. Eles dizem que, ao terminar o atual estoque, dependendo dos custos, vão adotar a técnica da serigrafia [impressa em tela].

O povo Tukano é um dos 23 que habitam a região do Alto Rio Negro, no extremo norte da Amazônia, fronteira com Colômbia e Venezuela. Segundo o censo 2010 do IBGE, a população Tukano é de seis mil pessoas. Em 2002, a língua tukano foi considerada cooficial naquela região, junto com outras duas línguas indígenas, baniwa e nheengatu, além do português. Os Tukano se identificam com sua própria denominação, Yepá-Mahsã, que tem diferentes significados. Entre eles, “seres vindo da terra”.

Em busca de formação

Ivan Barreto nasceu em Pari Cachoeira, em São Gabriel da Cachoeira. Mora em Manaus desde 2007, onde chegou para prosseguir seus estudos. Atualmente faz graduação em Ciências da Computação na Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

“Eu vim para estudar. Meu objetivo era vir para a capital e voltar formado. Voltar para a comunidade. Decidi fazer esse curso porque sentia necessidade de termos alguém na área de tecnologia”, conta Ivan Barreto, que ainda não sabe como vai conciliar a atividade da produção de camisas com a profissão que escolheu. “Quem sabe podemos desenvolver um aplicativo”, diz.

Nascido em Yauaretê, Cloves Torres conta que foi durante uma conversa motivacional com um professor do ensino médio, quando ainda morava na sua comunidade, que o levou a prosseguir os estudos. “Eu queria fazer engenharia civil ou administração. Ganhei uma bolsa do Prouni para uma faculdade particular e fiz administração”, diz. Hoje, Torres cursa mestrado em Engenharia de Processos Industriais em um núcleo instalado em Manaus da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Parte da família dos dois rapazes mora em Manaus e outra ficou em São Gabriel da Cachoeira. “Moro com minha avó e dois irmãos em Manaus. Por enquanto, essa ideia da venda das camisas é uma oportunidade. A ideia é boa, pode ir pra frente, vai nos ajudar de alguma forma e há muitas pessoas nos apoiando”, diz.

No grupo Kariçú, liderado pelo indígena Jaime Diakara, da etnia Dessana e mestrando em Antropologia, os dois tocam e cantam. Eles dizem que antes de entrar no grupo não sabiam nem uma coisa nem outra, mas aceitaram entrar para conhecer e resgatar a cultura do Alto Rio Negro.

“No nosso ambiente, na comunidade, quando é festa, os velhos sentam e tocam. Se você se interessar, aprende. Morando em Manaus, eu sabia um pouco sobre os cantos e as flautas tocadas nos rituais. O Jaime fez uma movimentação e nos juntou. Assim, começamos a aprender a dançar, a tocar e a cantar”, diz Cloves.

Onde comprar:

Local: página Tuca.Artes

Custo: R\$ 30,00

Contatos: 55 xx 92 982498910 e 92 982235531

Emails: cloves_torres@hotmail.com

ANEXO D – “A brincadeira e a descoberta fazem parte da formação das crianças indígenas”, explica pesquisadora

Isaac Guerreiro
isaac.guerreiro@portalamazonia.com

Fonte: Reportagem do Portal Amazônia publicada na editoria de *Cidades* em 12 out. de 2016 Disponível em <http://portalamazonia.com/noticias/a-brincadeira-e-a-descoberta-fazem-parte-da-formacao-das-criancas-indigenas-explica-pesquisadora>

Elas representam 30% da população indígena da Região Norte e têm uma infância rica em brincadeiras, descobertas e respeito dos adultos diários da formação dos pequenos nas comunidades. A pós-Doutora em História pela Universidade Lusófona de Humanidades e Artes, Maria das Graças de Souza Teixeira, trabalhou de 2007 a 2011 com pesquisas voltadas para crianças indígenas. Segundo ela o ambiente indígena é marcado pela ludicidade.

“O lúdico é uma marca dos grupos indígenas. Ela se estende do adulto as crianças. Elas acompanham com frequências os adultos e aprender observando e brincando. Geralmente fazem ou ganham brinquedos como pequenos arco-e-flechas e panelas que imitam e repetem a atividade dos mais velhos”, explica a pesquisadora. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que crianças indígenas de 0 a 9 anos representam mais de 30% da população indígena na Região Norte.

Para Teixeira, a sociedade ocidental coloca as crianças no papel de frágeis e idiotizadas. “Uma frase comum falada nos lares é: isso não é coisa para criança. Na sociedade indígena crianças, adultos e idosos são respeitados e não são tolhidos quanto suas atividades. Para o indígena uma criança é um indígena completo e não em partes como é colocado na nossa sociedade”.

A pesquisa “As culturas infantis indígenas e os saberes da escola: uma prática pedagógica dos desencontros” do doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Roberto Mumbarac, confirma a fala de Maria das Graças. De acordo com a pesquisa, a participação das crianças no universo social da etnia Sateré-Mawé acontece pela observação cotidiana das atividades dos adultos e pela participação momentos sociais vividos na comunidade, que vão de rituais a alimentação coletiva.

Entretanto quando as crianças Sateré-Mawé vão para a escola, boa parte da criatividade e inventividade que possuem na tribo deve ser deixada de lado. Uma das histórias contadas na pesquisa demonstra exatamente isso. “A professora disse: Vocês duas aí, não sabem escrever nada, nem sei por que já estão na segunda série. Esse monte de coisas que rabiscaram no papel não tem sentido nenhum, eu expliquei que era para escrever o significado de cada figura e esses ‘garranchos’ que escreveram não servem para nada. Além de provocar constrangimento para as crianças, desqualificou completamente o processo de escrita das alunas. Quando fomos indagar o que estava escrito abaixo de cada figura, elas nos afirmaram terem escrito na língua da comunidade e depois explicaram o significado em português, que era exatamente aquilo que as figuras representavam”.

O problema da memória

Maria das Graças acredita que um dos maiores problemas no Brasil é a falta de registros históricos da vida das crianças nas comunidades indígenas. “É uma memória esquecida. Pouco

se sabe sobre como esses as crianças desses povos eram, ou como se divertiam, quais eram seus brinquedos. Poucos registros e materiais nós temos no Brasil”, diz.

Segundo ela, esses registros nos fazem não somente refletir sobre a infância indígena, como também sobre o tratamento que dispensamos a nossas próprias crianças. “É muito notório observar a liberdade que os indígenas têm e sua criatividade. Talvez pudéssemos aprender com isso e oferecer para elas um ensino mais humanitário e aberto as necessidades de cada um”, avalia.

ANEXO E – Ribeirinhos da RDS do Uatumã celebram primeira edição da Olimpíada na Floresta

Futebol, vôlei, queimada, canoagem, salto a distância, corrida com saco e atletismo foram algumas das modalidades do evento

Diego Oliveira
diego.oliveira@portalamazonia.com

Fonte: Reportagem do Portal Amazônia publicado na editoria *Esporte* em 25 de out. de 2016
Disponível em <http://portalamazonia.com/noticias/ribeirinhos-da-rds-do-uatuma-celebram-primeira-edicao-da-olimpiada-na-floresta>

O fogo olímpico brilhou novamente, mas dessa vez foi na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uatumã (localizado a 330 quilômetros de Manaus). Neste sábado (23), cerca de 200 crianças e adolescentes de comunidades ribeirinhas participaram da primeira edição da Olimpíada na Floresta. O evento, promovido pelo Programa de Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente Ribeirinho da Amazônia (Dicara), reuniu 20 comunidades divididas em três equipes que disputaram a competição por um troféu de ouro.

A abertura oficial do evento aconteceu na sexta-feira (22), com a participação de todos os competidores. Cada time chegou na base da reserva fazendo a festa, com direito a fogos e grito de guerra. Os comunitários foram divididos em quatro equipes, mas apenas três participam dos jogos: Jacarequara, Núcleo e Maracarana. Na ocasião, os atletas foram apresentados para o público, cantaram o Hino Nacional do Brasil e participaram do acendimento da pira Olímpica. Em seguida, os grupos realizaram performances culturais, todas destacando a conversação e preservação do meio ambiente.

O projeto Dicara foi desenvolvido em 2014 com o objetivo de levar oportunidade para as crianças ribeirinhas do Amazonas, além do esporte, os comunitários têm acesso à cultura, educação e conscientização ambiental. A ideia da Olimpíada na Floresta surgiu a partir das oficinas que eram realizadas pelas comunidades da RDS do Uatumã. Alunos, pais e professores se reuniram com a equipe do projeto para criar um evento que celebrasse a atividade física e integrasse todos os comunitários. Segundo o coordenador do Dicara, Ademar Cruz, a integração das crianças e jovens das comunidades é o principal foco do projeto. Ele acompanhou os jogos e falou da importância de criar uma programação diferenciada para as comunidades. "Queríamos desenvolver um evento que servisse para a integração das comunidades do Uatumã, afinal apesar de pertencerem a mesma reserva alguns moram longe e não tem uma interação saudável. Outro ponto importante é desenvolver uma potencialidade esportiva nos jovens ribeirinhos", afirmou.

A união faz a força

Toda a infraestrutura do evento foi feita pelos comunitários e organizadores do programa Dicara. Três representantes do projeto auxiliaram as comunidades durante três semanas. "Foram dias bastante intensos, contamos muito com a ajuda deles. A gente organizou os lugares que aconteceriam os jogos, marcamos os campos, penduramos a rede de vôlei, montamos o palco

principal e a pira olímpica, então o trabalho foi árduo, mas todos se mobilizaram e realizamos um serviço colaborativo", explicou a organizadora do evento, Laura Candelaria.

Competição acirrada

Futebol, vôlei, queimada, canoagem, salto a distância, corrida com saco e atletismo foram algumas das modalidades que integraram a primeira edição da Olimpíada na Floresta. Os jovens se preparam por quase um mês para os jogos. Os professores atuaram como técnicos e acompanharam de perto os atletas. "Acho que a escola tem um papel fundamental na educação dos alunos, principalmente quando envolve atividades esportivas. O bacana é observar a animação dos estudantes que estão participando dos jogos, porque eles são as peças principais dessa ação", comentou o gestor da Escola Estadual Yamamay, Vanilson da Silva.

Na concentração, os competidores estavam tranquilos, mas analisavam todos os concorrentes. A partida de futebol foi a que mais reuniu a torcida, as equipes masculinas e femininas deram um show no campo de areia. Outro destaque ficou para a competição do atletismo que gerou uma competitividade entre as equipes.

Para o estudante Alexandre Batista, da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, o evento serviu para a conquista de novas amizades. "É muito bom ter contato com pessoas novas, a gente sai pouco da comunidade, então a gente aproveita para conversar e trocar dicas", disse.

Sonhos

Entre os comunitários, a reportagem conheceu os jovens Janildo Rodrigues e Glória Maria, eles participavam dos jogos, mas ficaram curiosos mesmo para conhecer a rotina de um jornalista. "A gente faz parte de um projeto que desenvolve novos repórteres na comunidade", contou Glória Maria. A experiência deles com a comunicação rendeu ainda mais vontade de trabalhar na área. "Apresentamos um jornal de rádio uma vez, mas foi apenas para as comunidades", revelou Jonildo.

O adolescente Gesiel Santos, da comunidade da Cesaréia, participou de várias categorias e garantiu que o importante é competir e aproveitar a experiência. Ele ficou animado com a oportunidade de integrar um time com colegas de outras comunidades. "A minha equipe, o Núcleo, é a junção das comunidades do Caribi, Monte das Oliveiras, Livramento e das Pedras. Eu nunca imaginei que jogaria com eles, infelizmente a gente não conseguiu treinar muito, mas o pouco que conseguimos foi muito proveitoso. Agora queremos a mesma formação para o ano que vem", garantiu.

A equipe que organizou a Olimpíada na Floresta já esteve presente na RDS do Uatumã para realizar a Oficina dos Sonhos, a ideia era desenvolver a juventude da comunidade através de seus desejos individuais. "Nesse tempo conhecemos muitos comunitários e criamos algo grande para envolver todos os polos", disse o assessor do projeto Dicara, Luiz Maudonnet. Já para o produtor Arthur Goerck, o evento mostra o potencial das comunidades. "A mão está toda calejada, mas fizemos com carinho. A gente serviu como facilitador do processo, mas o trabalho é todo dos comunitários", contou.

ANEXO F - Às margens do rio Madeira, Porto Velho enfrentou insegurança hídrica na seca

Ana Aranda, especial para Amazônia Real

Fonte: Reportagem da Amazônia Real publicada na editoria *Meio Ambiente* em 18 de nov. de 2016

Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/as-margens-do-rio-madeira-porto-velho-enfrentou-inseguranca-hidrica-na-seca/>

Porto Velho (RO) – A estiagem extrema que reduziu os níveis de chuva e intensificou a vazante dos rios no sul da Amazônia este ano comprometeu o abastecimento de água potável em Porto Velho, capital de Rondônia. Banhada pelo rio Madeira, a cidade enfrentou uma crise hídrica entre os meses de junho a outubro, quando faltou água para 60% dos moradores que utilizam poços artesianos ou cacimbas para o abastecimento.

Maior município de Rondônia – com 34 mil km² de extensão – e área de expansão da fronteira agrícola, Porto Velho também experimentou, no período da seca, altas temperaturas e a fumaça dos incêndios florestais.

As chuvas de novembro já normalizaram o abastecimento na cidade. No entanto, um levantamento das ações dos órgãos ambientais para enfrentar as secas feito pela reportagem da Amazônia Real mostra que Porto Velho, com seus 511,2 mil habitantes, não está preparada para as consequências da mudança do clima.

A Organização das Nações Unidas (ONU) vem alertando reiteradamente, por meio de dados da Organização Meteorológica Mundial (OMM), que o fenômeno climático El Niño (aquecimento das águas do Oceano Pacífico) irá provocar secas e enchentes extremas e recorrentes na Amazônia.

No dia 8 de novembro, a OMM lançou o relatório “O Clima Global em 2011-2015” durante a Conferência da ONU sobre o Clima (COP22), em Marrakech, no Marrocos. O relatório aponta que os eventos extremos registrados entre 2011 e 2015 no mundo, entre eles as estiagens na Amazônia, têm relação parcial com a mudança climática provocada pela emissão de gases de efeito estufa (GGE)

Em outro alerta divulgado no dia 14, a OMM diz que o ano de 2016 deve ser o mais quente da história do monitoramento da temperatura mundial, iniciado no século 19.

Em 2014, Porto Velho foi a cidade que mais sofreu com danos sociais e econômicos por causa da grande enchente daquele ano do rio Madeira, quando também faltou água potável. Doze bairros e 14 distritos localizados na região ribeirinha ficaram inundados, o que provocou a contaminação dos poços artesianos.

Por causa da estiagem extrema, no dia 30 de setembro deste ano, o rio Madeira atingiu o nível mais baixo do ano: 1,9 metros. Faltou apenas 34 centímetros para o nível do manancial atingir a marca histórica da seca de 2005, que foi de 1,63 m medidos na estação de hidrologia de Porto

Velho, segundo dados do monitoramento do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), órgão ligado ao Ministério de Minas e Energia.

A partir de 3,28 metros, o nível do rio Madeira fica restrito para navegação e captação d'água. A Companhia Estadual de Abastecimento e Saneamento Básico de Rondônia (Caerd) diz que a rede pública capta 70% da água distribuída do primeiro lençol freático do rio Madeira, que varia de oito a 12 metros de profundidade.

“O rio secou tanto que danificou o equipamento de captação. Ele começou a fazer a sucção de muito material sólido e tivemos que providenciar a manutenção”, disse o superintendente regional da Caerd, Vagner Marcolino Zacarini.

Não bastasse o problema da captação de água no rio Madeira, o desmoronamento de um porto clandestino no bairro Triângulo acabou rompendo uma adutora. A Caerd teve que interromper a distribuição na capital.

“A adutora é uma tubulação de grande diâmetro que transporta água do manancial [rio Madeira] até a estação de tratamento. A tubulação rompeu e não deu para recolocar a máquina para saber o tamanho do problema porque a área, além de muito instável, foi interdita. Nós não nem tínhamos como saber se foi um rompimento parcial ou total”, disse Zacarini.

O rompimento da adutora afetou entre 10% e 20% do abastecimento do sistema principal da Caerd na cidade, reduzindo a distribuição em bairros periféricos e regiões mais altas, afirma o superintendente regional.

Na região ribeirinha do rio Madeira, a Prefeitura de Porto Velho distribuiu água potável para 2.589 famílias (12.945 pessoas) em fardos de dez pacotes, cada um com 12 litros de água potável, a cada 90 ou 120 dias. Essa quantidade é determinada por lei. “É só para beber. A gente sabe que não é suficiente. É só para amenizar a situação”, disse Vicente Bessa, da Secretaria de Projetos Especiais e Defesa Civil (Sempedec).

O avanço das queimadas

Além da estiagem severa, a população de Porto Velho enfrentou no período da seca altas temperaturas e a fumaça das queimadas. A vegetação ressequida da floresta e das áreas agrícolas propagaram o fogo com rapidez em Porto Velho, afirma o coordenador do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais em Rondônia, Roberto Fernandes Abreu.

Ele diz que Porto Velho registrou os dias mais quentes de 2016 em 31 de julho, com 37,5°C, e em 11 de setembro, com 37,1°C. Somadas à secura do ar e da vegetação criou-se uma “situação grave” na cidade.

Apesar de alertas emitidos pela agência espacial norte-americana (Nasa) de que a estiagem de 2016 seria severa na Amazônia, o número de brigadistas do Prevfogo – agentes encarregados do combate aos incêndios florestais, liderados pelo Ibama - foi reduzido pela metade em

Rondônia. O órgão é responsável pelo combate ao fogo em projetos de assentamento de unidades de conservação federais e terras indígenas.

Atualmente, o Prevfogo conta com o trabalho de 39 homens, sendo 13 brigadistas. O Ibama recebe dados diários de satélites sobre a ocorrência de focos de calor. “Às vezes é difícil chegar ao foco de calor indicado pelo satélite porque temos muitas áreas de difícil acesso, e precisamos usar o helicóptero”, explica Abreu.

Ele reconhece as dificuldades para se atender toda a demanda. Entre os meses de julho a outubro, as brigadas combateram 203 queimadas. “Infelizmente, muitos incêndios acontecem ao mesmo tempo, não dá tempo de a gente chegar. De julho para cá foi mais de um combate por dia. Temos que escolher as prioridades. Na área rural, raramente se chama os bombeiros, os moradores se viram como podem”, disse Roberro Abreu, do Prevfogo

Queimadas

Já o Corpo de Bombeiros de Rondônia combateu 627 incêndios em 2015. Neste ano, de janeiro a outubro foram 1.120 ações.

A corporação está presente em 14 dos 52 municípios do estado: Porto Velho, Candeias do Jamari, Ariquemes, Machadinho, Buritis, Jaru, Ouro Preto, Ji-Paraná, Cacoal, Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Vilhena, Cerejeiras e Guajará-Mirim. “E em caso de necessidade reforçamos as guarnições com tropas de outras unidades”, disse o comandante do 1º Grupamento dos Bombeiros, capitão Andrey Vinícius Ribeiro.

Segundo ele, “os bombeiros atuam de acordo com solicitações feitas pelo telefone 193, e as ocorrências são despachadas procurando seguir as sequências dos chamados, conforme sua complexidade e gravidade”, afirma o militar.

Ele diz que a grande maioria das solicitações é para ocorrências em áreas urbanas, mas também são feitos pedidos na zona rural. Ele confirma a informação do Ibama de que os incêndios em vegetação e florestas geralmente são provocados por agricultores que utilizam o fogo para “limpar o terreno”.

O capitão Andrey Ribeiro explicou que, no período de estiagem, o Corpo de Bombeiros reforça o efetivo com uma força-tarefa, com veículos de combate a incêndio e apoio para transporte de tropas e equipamentos, além da redução da folga das escalas de serviço e do efetivo administrativo.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Sema) atua na fiscalização das queimadas. De acordo com o diretor do Departamento de Multa e Fiscalização, Washington Cortez, apesar do grande número de focos de calor registrados no mês de julho em Porto Velho, o serviço de atendimento por meio de um 0800 não estava funcionando, e no período só foram registradas duas denúncias.

Na primeira quinzena de agosto, a Sema diz que registrou 70 denúncias que geraram dois autos de infração. Em agosto de 2015, segundo a secretaria, foram feitas 293 denúncias, sendo 108

delas fiscalizadas, o que gerou 12 autos de infração. Em setembro do mesmo ano, foram 89 denúncias, 22 fiscalizações e 10 autuações.

Washington Cortez justifica que a disparidade entre o número de denúncias e de fiscalizações se dá por falta de informações sobre a localização das áreas atingidas pelo fogo. “Na maioria das vezes não é possível atender certas denúncias, pois o endereço não confere.”

Comprando água

O morador do bairro Planalto, o cabeleireiro Nailton Anastácio disse que no mês de julho já começou a faltar água nas torneiras e o poço artesiano “ficou nas últimas”. O poço tem profundidade de 15 metros. “Há quatro anos o poço abastecia a residência. Vou ter que dar um jeito para aumentar a profundidade. Sem água é que não dá para ficar”, afirmou Anastácio.

Na periferia de Porto Velho, o serviço de limpeza ou aprofundamento dos poços-cacimba custa, em média, R\$ 60 a diária do serviço. A moradora Érica da Fonseca Alves tem um poço-cacimba em casa, com 14 metros de profundidade, que precisou de uma limpeza durante a seca. “E ainda tivemos que comprar água mineral”, relata ela.

Mesmo as residências incluídas na rede de abastecimento da Caerd sofreram com a estiagem em Porto Velho. É o caso da família da estudante Amanda Pereira, do bairro Teixeira. Ela contou que no período da seca a água da rede fica fraca na torneira. “Acaba de manhã e só vai retornar à noite, às vezes de madrugada”, disse a estudante, explicando que como a casa não tem caixa de armazenamento, a família, quando ficou sem água, pediu ajuda aos vizinhos.

A funcionária pública Marinete Oliveira, moradora do bairro Planalto, em Porto Velho, viu a despesa da família aumentar durante a estiagem na cidade. Ela diz que gastou R\$ 6 mil para fazer um novo poço artesiano, pois o que tinha antes secou. Além do poço, ela passou a comprar água mineral para o consumo. “Quem tem família maior sofreu mais com o problema da falta d’água. Muitas famílias aqui na redondeza ficaram em situação muito mais difícil do que a nossa. Não é todo mundo que tem recursos para comprar água mineral e melhorar as condições dos poços-cacimba”, disse.

O rio é a principal rodovia

Na navegação, a vazante do rio Madeira prejudicou as viagens de embarcação de passageiros e do transporte comercial entre Porto Velho e Manaus, em um percurso de mais de 1.000 quilômetros que revela que sem os rios as cidades são seriamente afetadas.

Pela hidrovía do Madeira é transportado todo o combustível e gás de cozinha que abastecem Rondônia, Acre e noroeste do Mato Grosso. Também é escoado boa parte da produção de grãos do Mato Grosso e de Rondônia. Além do transporte de alimentos, automóveis, ração animal, insumos para a agricultura, máquinas, madeira e outros produtos entre Porto Velho e Manaus.

O Madeira é o único meio de acesso para as comunidades que vivem ao longo do rio e têm a capital como ponto de apoio para tratar da saúde, fazer compras, ir ao banco e resolver outras questões.

Desde 1968, quando o CPRM iniciou o monitoramento hidrológico em Porto Velho, nunca havia sido registrado um nível tão baixo da água do Madeira no mês de agosto, com 2,24 m no dia 16 daquele mês. A marca histórica foi em 10 de setembro de 2005 com 1,63 m. A seca trouxe à tona os pedrais e bancos de areia que foram vistos ao longo do manancial, deixando a navegação na hidrovia muito perigosa.

Leonides da Costa França, 29 anos, relata que há mais de dez anos viaja pelo rio, entre Porto Velho e a cidade amazonense de Humaitá, onde o marido trabalha. “A gente fica com medo de ir pelo rio. Quando viajo à noite, fico acordada, vigiando os meninos. Estou muito acostumada a andar no Madeirão, até gosto, mas agora estou com medo”, afirma ela.

Com a seca extrema na região aumenta a necessidade de dragagem e sinalização da hidrovia, que liga Porto Velho a Itacoatiara, no Amazonas, totalizando 1.086 quilômetros.

Na dragagem são retirados sedimentos do leito do rio, melhorando a segurança da navegação. A demora na realização do serviço já se tornou corriqueira nos últimos anos e é comparada a uma novela por usuários da hidrovia.

A Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia (Soph) diz que uma licitação foi feita para a realização da dragagem do rio Madeira, mas a empresa ainda está em fase de certificação de documentos. A expectativa é a de que em 2017 os serviços comecem a ser executados.

Na enchente de 2014, a Defesa Civil de Rondônia fez um relatório apontando os danos sociais e econômicos decorrentes do desastre ambiental em sete municípios, inclusive Porto Velho. O prejuízo foi de R\$ 2,8 bilhões (em bens privados) e R\$ 620,5 milhões (em bens públicos). A população atingida pelas inundações foi de 153.692 pessoas.

Na ocasião, o governo de Rondônia informou que destinou R\$ 22,1 milhões para atendimento às famílias afetadas. Neste valor estavam incluídos R\$ 15,4 milhões repassados pela Defesa Civil Nacional.

A Defesa Civil ainda não divulgou um relatório sobre os danos econômicos e sociais causados pela seca de 2016.

O governo federal anunciou investimento. Conforme o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no dia 3 de novembro o ministro Maurício Quintela visitou Porto Velho. Na ocasião, diz uma nota à imprensa, ele assinou um contrato para realização de serviços de dragagem do rio Madeira até a calha do rio Amazonas.

Foi contratado o consórcio formado pelas empresas JEED Engenharia e EPC Construções por R\$ 80 milhões. O ministério disse que o serviço de dragagem será realizado nos próximos cinco anos, incluindo o balizamento da via fluvial. “Os trabalhos serão iniciados em 2017, quando a natureza permitir”, disse o ministro.

As terras caídas e barrancos

Além dos prejuízos para a navegação e o abastecimento, a seca do rio Madeira potencializou o desmoronamento dos barrancos, fenômeno conhecido como “terras caídas”. Essa erosão é típica da região amazônica, onde, numa sucessão de cheia e estiagem, a água penetra nas laterais das margens. O rio seca mais rápido do que o tempo necessário para que a água possa escoar, os barrancos ficam pesados e caem. A instabilidade das encostas é um perigo para a população ribeirinha que constrói casas e vilas inteiras nestas áreas.

O problema preocupa a Defesa Civil Municipal, que este ano monitorou e alertou a população para o perigo em pelo menos 40 pontos ao longo do Baixo Madeira, onde o fluxo de pessoas é maior. “A nossa maior preocupação é com as crianças que utilizam os barrancos para chegar às escolas”, diz Vicente Bessa, chefe da Defesa Civil.

O fenômeno das “terras caídas” se verifica com menor intensidade no Alto Madeira, onde o rio tem curvas menos acentuadas e as barragens das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio aumentaram o nível da água a montante dos empreendimentos, o que contribuiu para reduzir os desbarrancamentos, de acordo com o geólogo do CPRM, Amilcar Adami.

O órgão tem um mapeamento de áreas mais propícias ao desmoronamento dos barrancos por região. Amilcar Adami cita como “muito grave” a situação do distrito de Calama, onde a localização geográfica propicia a erosão dos barrancos e a água ameaça levar edificações importantes para os moradores, como a igreja da comunidade.

Os distritos de Nazaré e São Carlos, os mais populosos do Baixo Madeira, e o bairro Triângulo, na área urbana da capital, são considerados pontos críticos para as “terras caídas”.

Vivendo a cheia e a seca

Moradores da região ribeirinha do Madeira também sofreram com o problema da falta de água este ano. Em 2014 as famílias enfrentaram a maior enchente já vista em Rondônia, quando o rio chegou a 19,74 metros. Na época, os poços artesianos utilizados nas comunidades foram contaminados.

“Os poços que restaram depois da cheia estão contaminados na seca. Quem está tomando água do rio está tomando água contaminada, mesmo fervida e tratada com hipoclorito e está enfrentando problemas, como a ocorrência de diarreia, dor de barriga e diarreia. Inclusive agentes da Defesa Civil que tomaram água tratada na região de São Carlos foram hospitalizadas, passaram mal”, diz Vicente Bessa, da Defesa Civil de Porto Velho.

No Distrito de Nazaré (distante 150 quilômetros por via fluvial de Porto Velho), a população foi afetada pela maior enchente e agora enfrentou as consequências da estiagem severa de 2016. Dois eventos extremos em menos de dois anos. A seca desse ano atingiu a população formada por 130 famílias.

A Associação de Moradores de Nazaré diz que durante a seca providenciou a limpeza de um poço artesiano da comunidade que foi contaminado por água poluída na cheia. Ao menos 75 famílias receberam cinco galões de água potável, duas vezes por semana, segundo o presidente da entidade, Jéferson Pinto Tavares. Mas a água não é gratuita. Cada família pagou R\$ 15 por mês pelo abastecimento com galões.

Vicente Bessa, chefe da Defesa Civil, disse que o órgão selecionou 15 localidades indicadas pela Secretaria Municipal de Agricultura (Semagric) para construir poços artesianos e, assim, evitar a falta d'água durante as secas extremas em Porto Velho. As obras ainda serão licitadas este ano. “Só que, para tirar água dos poços, tem que ter energia elétrica. Estou tratando, junto com a Eletrobras para resolver este problema”, disse Bessa.

A falta de chuva

A estação seca acontece entre os meses de julho, agosto e setembro, quando ocorrem menos chuvas nesta região da Amazônia. Como aconteceu em Rio Branco, no Acre, a seca deste ano em Porto Velho foi agravada pelo fenômeno climático El Niño, que é o aquecimento das águas do Oceano Pacífico.

Esse fenômeno mais intenso, também chamado de Godzilla pelos cientistas, reduziu as chuvas nas cabeceiras das nascentes do rio Madeira, que nasce com o nome de rio Beni na Cordilheira dos Andes, na Bolívia.

O engenheiro Franco Turco Buffon, do Serviço Geológico do Brasil, explica que existe uma relação entre os volumes de chuva que caem sobre a bacia hidrográfica com os níveis que o rio apresenta em seu percurso.

“Quanto maior for o volume de chuva, mais alto o nível do rio irá subir. Da mesma forma, quanto menor o volume de chuva, mais baixo o nível do rio irá descer. Durante o período chuvoso (de outubro de 2015 a julho de 2016) na região sul da Amazônia ocorreram volumes de chuva bastante abaixo dos valores médios esperados. Em consequência disso os níveis do rio Madeira também ficaram bastante abaixo dos valores médios esperados. Durante esse período o fenômeno El Niño agiu com grande intensidade na região da bacia hidrográfica do rio Madeira, reduzindo significativamente os volumes de chuva na região”, disse.

O meteorologista do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) no Amazonas, Gustavo Ribeiro, diz que a estiagem severa na parte sul da Amazônia ocorreu desde o ano de 2015 por efeito do fenômeno El Niño, que dificultou a formação de nuvens, diminuindo as chuvas e aumentando as temperaturas. “E por estes motivos os rios da região não tiveram grandes cheias”, disse.

A previsão para o mês de novembro, diz Gustavo, são de chuvas dentro da normalidade para o período em grande parte da Amazônia, com exceção do norte do Amazonas e em Roraima, onde as chuvas devem ficar abaixo da média.

ANEXO G - Países da bacia amazônica formam rede para monitorar secas e enchentes

Fabio Pontes

Fonte: Reportagem publicada na *Amazônia Real* na editoria *Meio Ambiente* em 03 de nov. de 2016

Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/paises-da-bacia-amazonica-formam-rede-para-monitorar-secas-e-enchentes/>

A presença de um batelão, típica embarcação dos rios da Amazônia, em uma praia próxima à confluência dos rios Negro e Solimões poderia dar a impressão de se tratar de mais um passeio de turistas interessados em conhecer o famoso Encontro das Águas. É partir daquele ponto que nasce o maior rio em extensão do mundo: o Amazonas. Dentro do barco, contudo, estavam pesquisadores das agências reguladoras e de pesquisa sobre águas de sete dos oito países que formam a Bacia Amazônica: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana Inglesa, Peru, Suriname e Venezuela.

Muito mais do que simplesmente conhecer o “nascimento” do rio Amazonas, que tem extensão de 6.992,06 quilômetros da nascente no Peru até a foz no Oceano Atlântico, no Pará, os pesquisadores trocaram experiências e aprenderam a usar os equipamentos que passarão a operar em seus países para monitorar de forma rápida e precisa o comportamento dos rios e das chuvas.

Após um susto provocado por uma forte tempestade que atingiu a região e deixou as águas do rio Negro ainda mais escuras ante um céu de nuvens negras, os pesquisadores aprenderam a forma de operar equipamentos que vão ajudar na medição de índices como vazão, profundidade e a qualidade da água dos rios, além dos níveis de precipitação das chuvas.

Apesar da maioria falar o espanhol, na pesquisa não há desigualdade na detenção de tecnologias para estas atividades. O encontro acabou por mostrar a necessidade de cada país da bacia hidrográfica da Amazônia estar preparado para lidar com a mudança climática que tem, na escassez ou abundância de água, uma de suas principais características e desafios.

A cada ano, cidades e comunidades ribeirinhas dos países da Bacia Amazônica são impactadas com estiagem severa (seca) ou enchentes, ambos eventos cada vez mais recorrentes. A antecipação das autoridades a estes comportamentos das chuvas e sua influência na hidrologia dos rios pode amenizar os danos econômicos, sociais e ambientais.

Com um método convencional para saber se o volume de chuvas que atinge as cabeceiras dos rios será capaz de provocar inundações, agora a Bolívia poderá contar com instrumentos que farão esta análise em tempo real.

“Dependemos de uma pessoa num lugar, que tem o dever de fazer as observações e depois elaborar um relato via telefone, isso onde há sinal. Quando não há, usamos rádio de comunicação”, diz Hugo Cutile Capa, diretor do Serviço Nacional de Meteorologia e Hidrologia da Bolívia, no Departamento (estado) de Beni.

Beni é o nome do rio na Bolívia, mas que quando se une ao Mamoré, entrando no território brasileiro, passa a se chamar Madeira, o 17º em extensão no mundo com 3.315 quilômetros, e que banha os estados de Rondônia e Amazonas.

A partir do Projeto Amazonas, liderado pela Agência Nacional de Águas (ANA) brasileira, a Bolívia terá duas miniestações que vão substituir o trabalho artesanal de medição das chuvas e níveis dos rios.

A Bolívia – país mais pobre da América do Sul – é também um dos que mais sofrem com as alterações do clima. Na parte andina e de clima quase desértico, o grande desafio é encontrar água potável. Já na região amazônica há períodos com grandes enchentes e secas.

“Nestes últimos tempos a Bolívia, em sua parte amazônica, precisamente nas bacias dos rios Mamoré e Beni, as partes baixas destas bacias, tem sido bastante impactada. As comunidades ribeirinhas que estão em toda a extensão dos rios estão sendo afetadas nos períodos de chuva. As chuvas intensas têm resultado em inundações”, diz Hugo Cutiles.

De acordo com ele, chuvas intensas e contínuas são registradas nas partes montanhosas destas duas bacias. Todo este volume de água que cai sobre a parte alta acaba por ser “puxada” para baixo e atingir cidades e comunidades ao longo das bacias.

Chamadas por eles de “gateadas”, chuvas que ocorrem de forma lenta, porém de longo prazo, provocam as cheias na Bolívia. “São precipitações que ocorrem de forma lenta, mas que provocam grandes inundações”, explica ele. “Quase toda a população da parte central e norte da Amazônia boliviana está exposta a inundações e grandes secas.”

Toda essa água, lógico, cruza os limites dos países e provoca efeitos além-território. As chuvas que atingem as cabeceiras do Mamoré e Beni chegam ao Brasil. Exemplo mais recente foi a grande enchente de 2014, quando o rio Madeira desabrigou milhares de pessoas em Rondônia e na Bolívia, causando estragos sociais e econômicos nos dois países.

A princípio se chegou a culpar as barragens das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, pela catástrofe. Análises científicas mostraram que o fenômeno foi causado por chuvas acima do normal na parte da Bolívia.

“Depois, tecnicamente avaliando, podemos verificar que essas estruturas [barragens] não provocaram tanto impacto. Registrou-se chuvas intensas, de longa duração, tanto na parte média como alta. Toda a descarga [de chuvas] na parte alta, pois todas as partes altas de ambos os rios estão nas montanhas, provocou a descida de todo esse volume. A água gerada lá teve que descer”, diz o pesquisador.

Qualquer comportamento atípico dos rios da bacia amazônica dentro de determinado território causa algum tipo de impacto fora destas fronteiras. Outro exemplo, além do Madeira, é o rio Acre, que nasce no Peru, entra na Bolívia e atravessa os limites do Acre e Amazonas até a foz com o rio Purus – este também de cabeceira peruana. As enchentes do rio Acre causam estragos em cidades do Peru como Iñapari, a boliviana Cobija, capital do departamento de Pando, e em cidades brasileiras.

É no Peru onde está a nascente do rio Amazonas. De uma pequena fonte de água a mais de 5,6 mil metros de altitude na Cordilheira dos Andes até a foz no Oceano Atlântico, o rio tem uma extensão de 6.992,06 km e tem importância para a vida de cidades do Peru e do Brasil. Por aqui, até se encontrar com o rio Negro, ele tem o nome de Solimões. Do outro lado da fronteira é conhecido por nomes que vão de Ucayali a Apurímac, e de Apacheta a Tambo.

No país vizinho uma das cidades banhadas pelo Amazonas é Iquitos, de onde vieram Marco Antônio Paredes e Bienvenido Atoche. Eles afirmam que a Amazônia peruana tem experimentado intensas mudanças do clima nos últimos 10 anos. Entre elas estão tempestades de vento que chegam a quase 100 km/h, chuva de granizo e estiagens e enchentes intensas.

“Na última década temos presenciado uma série de eventos extremos. Tivemos em Iquitos e várias outras cidades peruanas a maior inundação dos últimos 40 anos, assim como a maior seca também das últimas quatro décadas. As mudanças climáticas têm ficado cada vez mais intensas nos últimos 10 anos, com impactos provocados pelo desmatamento e contaminação da água. Superamos todos os limites toleráveis”, diz Marco Paredes.

De acordo com ele, a parte amazônica do Peru é afetada com o aumento de dias mais frios e quentes. “Antes tínhamos a chegada de, no máximo, três ondas de frio ao longo do ano. Agora são 12. Isso acaba por provocar alterações e desequilíbrios nas características do ecossistema.”

Outro fenômeno que passou a ocorrer foram as chuvas de granizo. “Talvez no Brasil seja normal, mas em nossas zonas, próximas à linha equatorial, era pouco provável que acontecesse. Não era para cair [granizo], mas já está caindo”, completa Bienvenido Atoche. É no litoral peruano onde nasce um dos fenômenos climáticos mais conhecidos e temidos do mundo: o El Niño.

Chamado de aquecimento das águas geladas do Pacífico, o El Niño provoca alterações nas chuvas em todo o Planeta. Na Amazônia brasileira o impacto são secas severas que provocam aumento dos focos de incêndio e redução do nível dos rios, comprometendo a segurança hídrica de inúmeras comunidades.

Outro problema do Peru com impactos no Brasil é a intensa atividade ilegal da mineração na região amazônica. Com o uso de produtos químicos danosos, a atividade acaba por poluir fontes de água com este material. As consequências são a destruição da fauna e da flora e a contaminação de rios cujas águas vão chegar por aqui.

“Tem ocorrido pressão por parte do governo, mas é um processo que não se pode controlar. É possível controlar as atividades das empresas, mas há muitos garimpos clandestinos, e isso por mais que haja a repressão da polícia e do exército. São esses garimpos que provocam muito mais estragos ao ecossistema e é bem mais difícil de controlar”, define Paredes.

Tecnologias trocadas

A bordo do batelão parado em diferentes pontos dos rios Negro e Solimões, os pesquisadores aprenderam a operar o M9, uma espécie de prancha colocada na água que capta em tempo real

informações essenciais da vida do rio. Com estes dados, eles saberão como o rio tem se comportado dentro de suas fronteiras.

Em um dos pontos próximos ao encontro das águas, o rio Negro chegou a uma vazão de 85 mil m³ por segundo. “Certamente este é um dos maiores níveis de vazão do mundo. Não sei se outro rio chega a tudo isso”, diz Diana Cavalcanti, pesquisadora da ANA. Neste local a profundidade chegou a 50 metros, o equivalente a um prédio de 16 andares. Em outra área, próxima ao porto de Manaus, a vazão foi menor: 53 mil metros cúbicos por segundo.

Com a ajuda de técnicos, os pesquisadores dos países vizinhos aprenderam como operar o software do M9. Na parte debaixo do barco, pesquisadores do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM) operavam o ADCP, equipamento que faz as mesmas análises do M9.

O Projeto Amazonas

A partir de parcerias com seus órgãos congêneres dos países vizinhos, a Agência Nacional de Águas (ANA) do Brasil desenvolve, desde julho do ano passado, o Projeto Amazonas. O objetivo é fortalecer as relações e troca de informações científicas entre os países que integram a bacia amazônica. Ao todo o projeto teve um custo de R\$ 4,2 milhões.

De acordo com Diana Leite Cavalcanti, pesquisadora da ANA e uma das coordenadoras do projeto, o objetivo da iniciativa é “consolidar uma rede de monitoramento integrado dos oito países” da bacia.

“Cada país tem sua rede hidromolológica (estações de monitoramento). Nós temos as nossas estações espalhadas pela Bacia do Amazonas, e os países têm as suas, com algumas semelhanças e diferenças, suas características. Alguns sistemas conversam entre si, outros não”, afirma Cavalcanti.

Para tocar o projeto, foi criada parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Ministério das Relações Exteriores, e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Entre os recursos investidos estão a compra de seis estações de monitoramento de rios e chuvas, chamados PCD. Cada equipamento custa US\$ 30 mil. É essa miniestação que agora vai substituir o trabalho no “olhômetro” feito na Bolívia, e no qual o informante tinha que abandonar a área caso visse as águas muito perto de sua casa.

Entre os pontos escolhidos para a instalação destas estações estão bacias da Bolívia, Peru e Colômbia. “Para o Brasil é muito importante que tenhamos essas informações, que se forme séries históricas para que a gente tenha condições de monitorar e de avaliar o problema da mudança do clima e também para planejar nossas ações de defesa civil, em sistema de alerta”, afirma a pesquisadora da ANA.

As PCDs contam com pluviômetros que medem a quantidade de chuva. Instaladas às margens de rios, elas ainda coletam dados como nível da água, vazão, Ph, acidez e oxigênio.

“Qualquer processo político, econômico, estratégico, você tem que ter dados, elementos para tomada de decisão, seja ela qual for. Na parte da hidrologia, do meio ambiente, é preciso

entender sua realidade”, afirma Augusto Franca Bragança, coordenador de Planejamento da Rede Hidrometeorológica.

ANEXO H - Queimadas aumentam 15% em toda a Amazônia Legal, aponta INPE

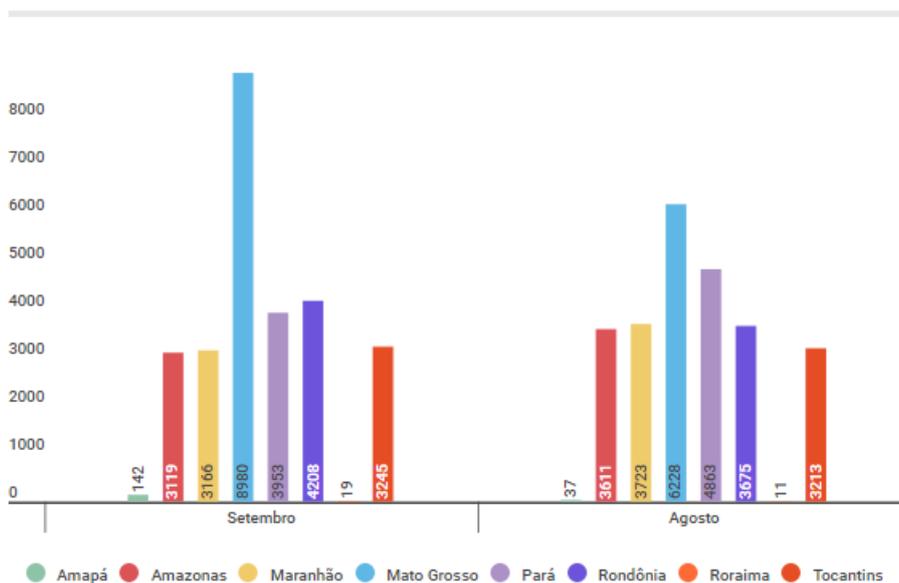
Isaac Guerreiro
isaac.guerreiro@portalamazonia.com

Satélites mapearam 26.832 focos de incêndio em setembro. Mato Grosso aparece na liderança entre os estados da região, com 8.980 registros

Fonte: Notícia do Portal Amazônia publicada na editoria *Meio Ambiente* em 03 de out. de 2016 Disponível em <http://portalamazonia.com/noticias/queimadas-aumentam-15-em-toda-a-amazonia-legal-aponta-inpe>

Leitos secos de rios, problemas com a falta d'água e queimadas têm se tornado problemas comuns em vários Estados da Amazônia. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que o número de queimadas na Amazônia aumentou 5,8% em setembro deste ano, em relação ao quantitativo do mês de agosto. Foram registrados 26.832 focos de incêndio, o que representa 1.471 pontos a mais em relação ao mês anterior.

Comparativo de queimadas entre Agosto e Setembro



Dados do número de queimadas que acontecem nos Estados do Amazônia Legal durante o mês de agosto e setembro. Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Durante o mês de setembro, no Acre, foram encontrados 3.586 focos de incêndios, no Amapá, 142, no Amazonas, 3.119, no Maranhão, 3.116, no Mato Grosso, 8.980, no Pará, 3.953, em Rondônia, 4.208, em Roraima, 19, e no Tocantins, 3.245. O Mato Grosso foi o Estado com maior número de queimadas registrados pelo Inpe. Desde de o mês de agosto, o Estado busca combater um incêndio no limite sul do Parque Indígena do Xingu. De acordo com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) o fogo já está controlado e consumiu 15% de todo a área do parque.

Amazonas e Maranhão foram os únicos Estados que registraram diminuição no número de incêndios no comparativo entre agosto e setembro deste ano.

ANEXO I - Porto Velho lidera queimadas na Amazônia em agosto e setembro

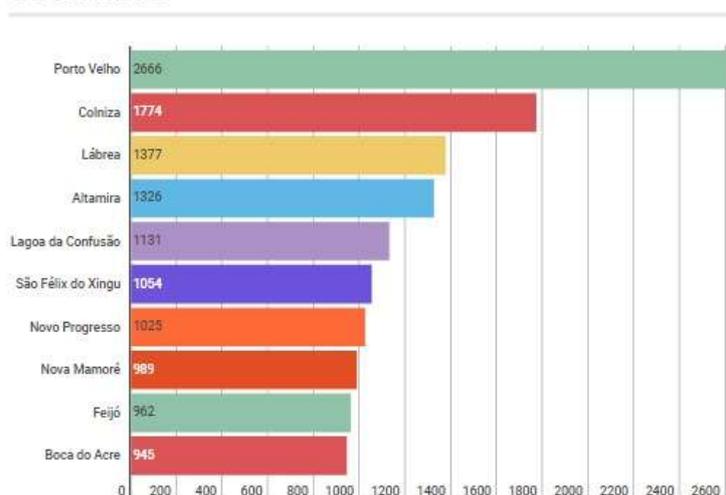
A capital de Rondônia e outros nove municípios registraram mais de 13 mil focos de incêndio, o número corresponde a 22% dos registros na região

Isaac Guerreiro
isaac.guerreiro@portalamazonia.com

Fonte: Notícia do Portal Amazônia publicada na editoria de *Cidade* em 10 de out. de 2016
Disponível: <http://portalamazonia.com/noticias/porto-velho-lidera-queimadas-na-amazonia-em-agosto-e-setembro>

A capital de Rondônia, Porto Velho, foi o município da Amazônia Legal com maior número de queimadas nos meses de agosto e setembro. Durante o período, foram 2.666 focos de incêndio registrados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Outros municípios do Pará, Amazonas e Tocantins também aparecem na lista dos 10 municípios que mais queimaram nos primeiros dois meses de verão amazônico. Além disso, no mês de setembro, a região teve o maior número de focos de incêndios do ano, contabilizando mais de 30 mil. Confira a lista dos municípios elaborada pelo Portal Amazônia.

10 municípios da Amazônia com maior número de queimadas em agosto e setembro



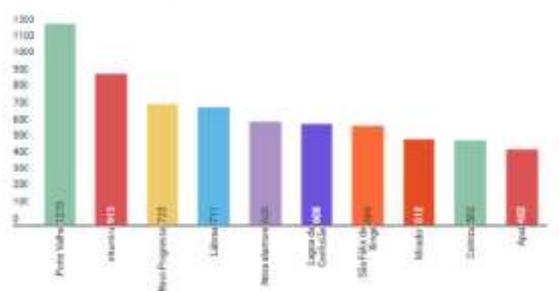
Os 10 municípios que mais queimaram na Amazônia Legal nos meses de agosto e setembro foram Porto Velho (2.666), Colniza (1.774), Lábrea (1.377), Altamira (1.326), Lagoa da Confusão (1.131), São Félix do Xingu (1.054), Novo Progresso (1.025), Nova Mamoré (989), Feijó (962) e Boca do Acre (945). Juntos eles somaram 13.249 focos de incêndio, o que corresponde a 22% das queimadas registradas na região.

Mato Grosso

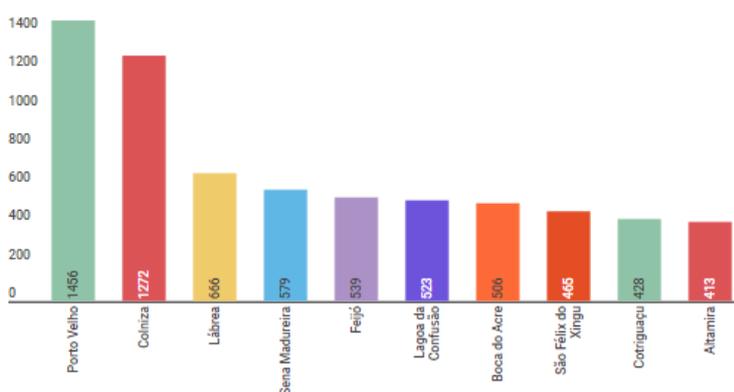
Em setembro o Mato Grosso se destacou entre os estados da Amazônia Legal com 8.979 focos de incêndio. O número é duas vezes maior que as queimadas registradas nos estados de Rondônia e Pará. Segundo o comandante do Batalhão de Emergências Ambientais (BEA), tenente-coronel Paulo André Barroso, o Estado tem sofrido com a seca na região e com a perda de safra, além do aumento indiscriminado de queimadas ilegais.

De acordo com ele, um dos empecilhos para controlar a situação é a abrangência limitada da presença do Corpo de Bombeiros no Mato Grosso. “Em setembro nós tivemos sete prisões em flagrantes por causa de queimadas. Dos 141 municípios do Estado, os Bombeiros atuam em 38. Infelizmente os demais ficam desassistidos. É preciso um número maior de pessoas, equipamentos e viaturas para atender todo o território”, explica. Para ele, nos locais que contam com a presença da corporação, houve uma redução significativa no número de incêndios. Já nos municípios desassistidos, o número de queimadas cresceu de maneira alarmante.

Municípios com maior número de registros em agosto



Municípios com maior número de registros em setembro



ANEXO J – Rio Juruá começa a subir após vazante histórica

Isaac Guerreiro

isaac.guerreiro@portalamazonia.com

Início do período de chuvas eleva o nível do rio

Fonte: Notícia publicada no Portal Amazônia no Editoria de *Cidades* em 07 de out. de 2016.

Disponível: <http://portalamazonia.com/noticias/rio-juru-a-comeca-a-subir-apos-vazante-historica>

O rio Juruá dá sinais de recuperação após a maior vazante da história. No último dia 17 de setembro, o manancial atingiu 2,29 metros (m), o menor nível já registrado desde que a Agência Nacional de Águas (ANA) passou a monitorá-lo, em 2011. Nesta quinta-feira(6), o rio atingiu 2,98 m.

Segundo o chefe de monitoramento hidrológico do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) no Amazonas, André Santos, o período de chuvas já começou na região. "O rio Juruá tem um comportamento muito parecido com o do Purus. Na região começaram as chuvas, o índice do Purus começou a subir e isso provavelmente vai se refletir no Juruá", disse. Ainda segundo o CPRM, há previsão de chuva no período de 6 a 14 de outubro na região da calha do Juruá.

O rio Juruá nasce no Peru e é um dos afluentes da margem direita do rio Solimões. No Acre, ele passa pelas cidades de Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves. No Amazonas, passa por Eirunepé, Envira, Carauari, Ipixuna, Guajará, Juruá, Itamaraty.

ANEXO K - Pesquisador cria sistema de telefonia acessível e barato para comunidades ribeirinhas da Amazônia

Isaac Guerreiro

isaac.guerreiro@portalamazonia.com

Sistema criado pelo pesquisador custa de 10 a 15 mil reais, tem cobertura de até 5km² e pode ser acessado de qualquer celular

Fonte: Reportagem do *Portal Amazônia* publicada na editoria de *Ciência e Tecnologia* no dia 17 de out de 2016.

Disponível em <http://portalamazonia.com/noticias/pesquisador-cria-sistema-de-telefonia-acessivel-e-barato-para-comunidades-ribeirinhas-da-amazonia>

Operadoras de telefonia cobrem a maior parte dos municípios brasileiros. Porém, na Amazônia Legal, muitas comunidades ribeirinhas permanecem incomunicáveis com o resto do mundo. O pesquisador, Jefferson Breno, tomou o problema como desafio e resolveu criar um sistema de telefonia acessível e barato que pudesse atender as necessidades das comunidades mais afastadas dos grandes centros.

Para o pesquisador, as empresas de telefonia não fazem a cobertura dessas regiões devido ao custo. O equipamento é caro e atenderia poucas pessoas espalhadas em pequenas comunidades na Amazônia. "Os moradores destas comunidades não conseguem fazer uma ligação para pedir socorro por causa do isolamento. Nós, da cidade, nos comunicamos de maneira muito fácil pela internet, e essas pessoas vivem isoladas, excluídas digitalmente. A partir dessa percepção, surgiu a ideia do projeto", disse Breno.

Inicialmente a pesquisa focou em equipamentos baratos. Em seguida, formulou um sistema que custaria de R\$10 mil a R\$15 mil, atingiria uma cobertura de até cinco quilômetros quadrados e acessível de qualquer celular comum ou smartphone. Na prática as pessoas que estiverem na área de cobertura do sistema podem comunicar-se livremente.

De acordo com o pesquisador, parceria com os setores público e privado, será possível utilizar outras tecnologias, como antenas de satélite, para levar internet e telefonia para essas regiões. Além disso as próprias comunidades podem fazer o gerenciamento dessas redes. "No México já existem iniciativas de redes comunitárias, onde a própria comunidade gerencia a um preço muito inferior o serviço de telefonia local. Mas o preço é decidido pela comunidade, podendo ser até mesmo de graça", disse o pesquisador. Empresas como o Google e Facebook têm projetos próprios para levar internet a áreas isoladas do mundo através de balões e drones. Eles são parceiros em potencial desses sistemas.

Testes

Os primeiros testes estão previstos para acontecer nas comunidades de Itabocal e Irituba, no Pará. Se os protótipos se saírem bem o próximo passo, segundo Breno, é levar a tecnologia para outras localidades. "O projeto tem como foco a questão social, principalmente do conhecimento adquirido na universidade sendo aplicado na vida das pessoas que mais precisam. Estamos

analisando novas tecnologias, que vão surgindo todos os dias, para melhorar o sistema e conseguir levar tecnologia 4G e com o 5G para melhorar a qualidade de vida dessas comunidades”, explica o engenheiro.

Pesquisador

Jefferson Breno é pesquisador pela Universidade Federal do Pará (UFPA), onde atualmente faz o mestrado. Se formou em engenharia elétrica, em 2003, trabalhou por sete anos em operadoras de telefonia e saiu para voltar a estudar. Desde 2010, tem realizado estudos na área de redes comunitárias. O projeto de telefonia para comunidades do interior do Pará foi vencedor do prêmio Vale-Capes de Ciência e Sustentabilidade.

ANEXO L - PMDB e DEM do Acre indicam o índio Sebastião Manchineri à Presidência da Funai

Elaíze Farias

O PSC continua na disputa com o nome do general Franklimberg Ribeiro de Freitas. Ele disse que “soltaria foguetes” caso seja o escolhido do governo do Temer (Na foto acima está Manchineri)

Fonte: Reportagem da *Amazônia Real* na editoria de *Política* em 17 de out de 2016
Disponível em <http://amazoniareal.com.br/pmdb-e-dem-do-acre-indicam-o-indio-sebastiao-manchineri-a-presidencia-da-funai/>

Lideranças do PMDB e do DEM do estado do Acre indicaram o índio Sebastião Alves Rodrigues, da etnia Manchineri, para disputar a concorrida presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai). A instituição também é alvo de interesse do PSC, partido das bancadas evangélica e ruralista, que dá como certa a nomeação do general Franklimberg Ribeiro de Freitas, do Comando Militar da Amazônia, em Manaus.

Também disputa o cargo o advogado Noel Villas Bôas, do PSDB paulista, filho do sertanista Orlando Villas Bôas, indicado para presidir a Funai e recebeu o aval do cacique Raoni Metuktire.

Sebastião Alves Rodrigues, mais conhecido como Sebastião Manchineri ou Sabá, é um dos líderes do Movimento Indígena Nacional. Presidiu a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), entre 1994 e 1996, e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coica) entre 2001 e 2005, que tem sede no Equador, e é composta por representantes de nove países que integram a Bacia Amazônica.

O Ministério da Justiça, responsável pela nomeação do presidente da Funai, não confirma as indicações dos partidos da base aliada do governo de Michel Temer, disse a assessoria de imprensa.

A chefia da Funai está vaga desde o início de junho, quando foi exonerado o ex-senador João Pedro Gonçalves (PT-AM). No momento, a fundação é dirigida por Agostinho do Nascimento Netto, que assumiu o cargo como substituto no lugar de Artur Nobre, que era interino, mas foi demitido pelo ministro Alexandre de Moraes após este divulgar uma nota criticando a organização do Comitê Paraolímpico Rio 2016.

Sebastião Manchineri, tem 46 anos, e nasceu na aldeia Senegal, da Terra Indígena Mamoadate, à margem do rio Yaco, na fronteira com o Peru. Atualmente ele mora na aldeia Alves Rodrigues, que foi criada por seu pai e onde passou parte da infância. Estudou em Rio Branco, onde concluiu o ensino médio.

No Brasil, a população desse povo é de 1.214 pessoas, segundo a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde.

Filiado ao DEM desde 2013, Sebastião Manchineri disse em entrevista à Amazônia Real que sua indicação ocorreu após ser consultado pelo PMDB do Acre, em junho último. “Fui procurado pelo deputado Flaviano Melo, do PMDB, que perguntou se eu aceitaria ser indicado, e eu topei. Em função disso, meu partido apoiou também. Depois, foi ampliando para outros parlamentares e para as organizações indígenas de meu estado e da Amazônia”, disse.

Desde então, Manchineri passou a receber apoio de parlamentares e políticos de seu estado, como o próprio deputado federal Flaviano Melo e o presidente do DEM no Acre, Tião Bocalom, que foi candidato a governador e a prefeito de Rio Branco nas eleições de 2010 e 2012, respectivamente. Sebastião Manchineri diz que passou os últimos dois meses se articulando em Brasília, fazendo contatos e defendendo seu nome junto aos deputados federais de seu partido.

Nas últimas semanas, Manchineri vem recebendo apoio formal de organizações indígenas da Amazônia. Na última segunda-feira (10), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coica) enviou um ofício indicando o nome dele ao ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Geddel Vieira Lima. A Amazônia Real teve acesso ao documento, enviado pelo coordenador-geral da Coiab, Maximiliano Correa, da etnia Tukano (Alto Rio Negro).

Em entrevista à Amazônia Real, o deputado Flaviano Melo confirmou que o PMDB e o DEM indicaram Sebastião Manchineri, mas disse que o PSC também reivindica a chefia da Funai. “Apoiamos o nome do Sabá e o indicamos. Mas o deputado federal André Moura [líder do governo Temer na Câmara] disse que a indicação para o órgão indigenista caberá ao partido dele e que o novo presidente será o general Franklimberg, e que, inclusive, ele já seria nomeado e que tomaria posse na terça-feira [dia 18]”, afirmou Melo.

O Partido Social Cristão (PSC), presidido pelo pastor Everaldo Nascimento, já havia indicado outro militar, o general Sebastião Roberto Peternelli. O nome do militar não foi aceito pelas organizações indígenas, levando o governo Temer a recuar de sua nomeação.

Sebastião Manchineri afirma que não desiste da presidência da Funai apesar da pressão do PSC.

“Meu nome está mantido. Não é fácil, mas não vou desistir dessa candidatura. É um momento oportuno. Chegou o momento de um indígena assumir [a Funai], pela coletividade dos povos indígenas. Não concordo com essa conjuntura que está aí. A gente ser dominado pelas igrejas, pelos militares e por pessoas que sempre foram contra os povos indígenas. Por isso estou na missão de assumir a presidência da Funai”, disse à Amazônia Real.

Para Manchineri, nomear um general do Exército para a presidência da Funai é voltar ao passado. “Moralmente, é um fato negativo. Decidir por um não-índio é como se fosse a imposição da nossa incapacidade de assumir uma demanda e uma solução dos temas que nos afetam”, afirmou.

O presidente do DEM no Acre, Tião Bocalom, também defende o nome de Sebastião Manchineri. Ele disse à Amazônia Real que nesta semana vai a Brasília para discutir a

elaboração de um ofício assinado por parlamentares do DEM em favor do indígena. Segundo Bocalom, o governo do Amazonas também assinou um documento em apoio a Manchineri.

“Queremos apoio do DEM nacional. Na terça-feira (18) quero conversar com o presidente do partido, senador Agripino Maia, para que ele possa nos apoiar. O Sebastião é membro do DEM e entendemos que, em função de seu currículo, de sua experiência em fóruns e do apoio que vem recebendo de muitas organizações indígenas, ele é o nome ideal para a Funai. Atualmente a Funai é uma coisa paternalista, mas com o Sabá sabemos que os indígenas podem contribuir muito mais pelo Brasil”, disse Bocalom.

Já o DEM nacional não confirmou o apoio a Manchineri. Em resposta à Amazônia Real a assessoria de imprensa do presidente do partido, o senador Agripino Maia (RN), disse: “A presidência nacional do Democratas não indicou e nem pleiteia indicações à presidência da Funai”.

Procurado, o governo do Amazonas disse à reportagem que “a nomeação para a presidência da Funai é atribuição do governo federal e que não comentará o assunto”.

A assessoria de imprensa do PSC confirmou que o general Franklimberg é o indicado do partido para a Funai, mas negou ter sido informada se a nomeação do militar ocorrerá nesta terça-feira (18). A reportagem não conseguiu falar com o deputado federal André Moura (PSC-SE) através de sua assessoria e de seu gabinete, em Brasília.

A reportagem também procurou a assessoria de imprensa do presidente do PMDB, senador Romero Jucá (RR), mas ninguém atendeu as ligações.

Denúncias na Coica

A passagem de Sebastião Manchineri pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coica) foi polêmica. Em 2005, o jornalista Altino Machado publicou uma reportagem com informações de supostas irregularidades na gestão do indígena. Manchineri negou dizendo que a fonte de informação usada pelo jornalista “era inválida”.

A Amazônia Real questionou Sebastião Manchineri sobre estas acusações, entre elas nepotismo e corrupção na Coica. Ele disse que as denúncias publicadas eram “falácias e matérias difamatórias com intenções políticas” para tentar desclassificá-lo no movimento indígena no estado, especialmente da União das Nações Indígenas (UNI).

“No período em que estive na Coica lutei para aumentar a representatividade das organizações indígenas. Não queria interferência de ONGs e dos governos. A Oxfam America [ONG internacional que atua em diversos países] queria gerir os recursos que recebíamos e não nos dar autonomia. Ela queria administrar os fundos doados pelos bancos internacionais. Isso foi uma forma de minar a Coica. Mas nada foi provado contra mim, não sou o que disseram nas matérias”, afirmou.

Também em 2005, em um documento, o indígena peruano Haroldo Salazar Rossi acusou Sebastião Manchineri de faltar com transparência e de não fortalecer os sistemas

administrativos e financeiros da Coica. Manchineri contou à Amazônia Real que as informações do documento não foram provadas e que Haroldo Salazar Rossi é hoje seu amigo próximo.

“Por onde passei, na Coiab ou na Coica, foram os momentos de maior representatividade das organizações políticas e institucionais dos povos indígenas. Eu sempre tive um propósito: nunca ser dominado e controlado por outros segmentos, como é o caso de ONGs não-indígenas, de igrejas ou de outros setores”, disse Manchineri.

Entre 2001 e 2009, o indígena foi filiado ao PT, mas, segundo ele, nunca conseguiu ocupar espaços no partido.

“Essa campanha difamatória que sofri me prejudicou, as portas se fecharam e voltei para minha aldeia para reconstruir minha vida. Em 2009 me filiei ao PSDB, mas saí e me filiei ao DEM para me candidatar a deputado federal em 2014”, disse.

Indagado sobre o fato de ser filiado ao DEM, um partido que historicamente defende projetos contrários aos povos indígenas e composto por parlamentares ligados à bancada ruralista no Congresso, Manchineri disse que não tem “medo nem receio de pertencer a qualquer grupo ou segmento”.

“Estou convencido, ciente e determinado a exercer e atuar de acordo com os princípios que acredito que sejam para o bem comum dos povos indígenas. E eu não estou me aliando a A ou a B, mas estou fazendo parte de um processo e de um momento político. Obviamente, há forças políticas que impedem mais do que ajudam a desenvolver as ações. Mas tenho claro que se pegarmos pessoas que tenham compromisso e que tenham visão futura e coletiva para o bem comum dos indígenas, vamos sair desse desafio”, afirmou.

Os foguetes do general

Nome mais cotado para assumir a Funai pelo partido da bancada ruralista PSC, o general Franklimberg Ribeiro de Freitas confirmou em entrevista à Amazônia Real que seu nome continua sendo avaliado. Ele mostrou-se entusiasmado com a chance de ir para a Funai e afirmou que “soltaria foguetes” caso fosse o escolhido.

“Concordei com meu nome ser indicado, mas ainda está em processo. Não podemos colocar a carroça na frente do boi”, afirmou.

Nascido em Manaus, o general Franklimberg Ribeiro de Freitas é assessor de Relações Institucionais do Comando Militar da Amazônia (CMA). Ele tem uma longa carreira no Exército. Seu nome é apoiado por um grupo de indígenas ligados ao PSC, que fazem campanha nas redes sociais para que ele seja escolhido, dizendo que o general é indígena da etnia Mura.

Entre as apoiadoras estão a indígena Silvia Nobre, do povo Waiãpi, do Amapá, primeiro-tenente do Exército e chefe do Serviço de Reabilitação e Fisioterapia do Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro. O general também é apoiado pela fundadora do movimento Frente e Ação Pró-Xingu e da Rede de Ação Indígena, Kuana Kamayuará, do Mato Grosso.

A Amazônia Real perguntou do general Franklimberg se ele era indígena. Ele disse que é “descendente de índios”, mas não soube informar a origem étnica.

“Eu nasci em Manaus, meus avós vieram para cá, de Codajás, na década de 30. Eles eram indígenas, mas não sei dizer que índios eram. Não tenho o Rani”, afirmou. Codajás é um município amazonense localizado à margem do rio Solimões, a 240 quilômetros de Manaus. Rani é o Registro Administrativo de Nascimento Indígena, expedido pela Funai.

Coiab está com Manchineri

No último dia 10, a Coiab enviou uma carta ao ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Geddel Vieira Lima (PMDB) manifestando apoio à indicação de Sebastião Manchineri para a presidência da Funai. Também expôs preocupação com a “inoperância e a deficiência deste órgão em sua estrutura e recursos financeiros, que não permitem exercer atividades e funções públicas destinadas aos povos indígenas”.

Manchineri também recebeu apoio do Movimento Indígena do Estado de Rondônia, em documento assinado por Henrique Iabday Suruí e Heliton Tinhawambá Gavião. Outra associação que indicou seu nome foi a Organização Indígena da Bacia do Rio Içana, do Alto Rio Negro, em nota assinada por André Fernando Baniwa, diretor-presidente da entidade. A mesma iniciativa teve a Federação do Povo Huni Kuin do Acre. A carta é assinada por Ninawa Huni Kui. Todos os documentos foram enviados para Geddel Vieira Lima.

A Amazônia Real enviou um email com três perguntas para a assessoria da Secretaria de Governo da Presidência da República. São elas: se Geddel Vieira leu os ofícios, se vai atender aos pedidos das organizações e se tem conhecimento dos nomes indicados para a Funai. Em resposta, a assessoria disse o seguinte: “O ministro Geddel Vieira Lima não tomou conhecimento de nenhum dos nomes citados em seu e-mail para compor a presidência da Funai. Assim sendo, respondemos às suas três perguntas”.

Alto Rio Negro não quer militar

O coordenador-geral da Coiab, Maximiliano Correa, assinou a carta de apoio à Manchineri, e se mostrou contrário à nomeação de um militar. Ele contou que serviu o Exército e conheceu as regras e as doutrinas que ensinam na instituição a respeito dos indígenas.

“A política do Exército é integracionista. Isso é um ponto negativo. Para ele, todo cidadão é brasileiro, não pode ser indígena, não pode ter uma etnia diferenciada. O Exército não tem política de diferenciação da cultura indígena. Eu sou de uma região bastante militarizada e sei como é”, afirmou Correa, da etnia Tukano, cujo território fica no Alto Rio Negro, norte do Amazonas. Naquela região, o Exército mantém um batalhão de fronteira.

“O Sabá está fazendo seu trabalho. Está preparado, sabe como o sistema funciona. Mas não será o salvador apenas porque é indígena. O indígena tem que fazer mobilizações. O sistema político muitas vezes acaba com a pessoa. Estamos vivendo um momento desfavorável aos povos indígenas. Por isso que é importante manter a mobilização”, afirmou.

Correa também disse estar ciente dos interesses partidários sobre a Funai, e que, para enfrentar os obstáculos, o movimento indígena não pode enfraquecer. “A gente sabe como funciona a política partidária. Todos têm seu interesse. Se não estivermos mobilizados, vamos entregar o indígena para os bandidos.”

Maximiliano Correa é licenciado em Políticas Educacionais e tem especialização em Direitos Humanos pela Universidade de Deusto, na Espanha.

Na tarde desta terça-feira (18), a Articulação dos Povos Indígenas (APIB), que representa organizações indígenas do Brasil, divulgou uma nota sobre “as estratégias adotadas por este governo ilegítimo de tratar as questões indígenas na tentativa de fragmentar movimento por meio dos povos e suas organizações”. A nota diz: “Não é de agora que tentam usar manobras e artimanhas políticas para nos colocar uns contra os outros, não podemos aceitar que o interesse dessa gente seja mais forte que a nossa resistência e a nossa histórica luta coletiva em defesa de nossos Direitos e de nossos Territórios.”

A APIB diz que optou por não fazer indicações de nomes para ocupar a presidência da Funai, mas diz que reitera “a posição já manifestada anteriormente” e que é “totalmente contrária à militarização da FUNAI” (leia aqui a nota n íntegra).

ANEXO M - Temendo ocupações, ministro revoga a municipalização de saúde indígena

Elaíze Farias

Em Boa Vista (RR) mais de 300 pessoas foram protestar nas ruas. O líder Davi Yanomami (de cocar) participou da manifestação contra a portaria. (Foto: Yolanda Simone Mêne)

Fonte: Reportagem publicada pela *Amazônia Real* na editoria de *Política* em 24 de out. 2016
Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/temendo-ocupacoes-ministro-revoga-a-municipalizacao-de-saude-indigena/>

Após inúmeros protestos de organizações indígenas e o anúncio da ocupação das sedes da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) a partir desta segunda-feira (24) nos estados, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, voltou atrás e restituiu a gestão orçamentária aos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis), que haviam perdido a competência com a publicação da portaria nº 1.907/16 publicada no último dia 17 de outubro. A medida, que enfraqueceu a Sesai, poderia municipalizar o atendimento de saúde aos índios.

A portaria 1.907 do Ministério da Saúde tirava a competência da Sesai na gestão da saúde indígena, pois revogava outra portaria, publicada em 2011. No último dia 20, o titular da Sesai, Rodrigo Rodrigues, divulgou um memorando acabando com a competência dos coordenadores do Dseis na gestão orçamentária e financeira na política de saúde indígena, ordenando inclusive que os distritos suspendessem os pregões em andamento. Sem competência para autorizar, por exemplo, compra de medicamentos ou envio de profissionais às aldeias, os Dseis estariam submetidos diretamente à avaliação da Sesai em Brasília.

A ocupação das sedes da Sesai (incluindo os Dseis nos municípios) é uma mobilização nacional convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que exigia a revogação da portaria no. 1.907. No final da tarde desta segunda-feira (24), o ministro Ricardo Barros anunciou que nesta terça-feira (25) será publicada, no “Diário Oficial da União”, uma portaria mantendo aos Dseis a competência da gestão, e autorizou despesas de até R\$ 500 mil previstas na portaria 1338/12, que não havia sido revogada.

Em nota à imprensa, o Ministério da Saúde anunciou ainda que no próximo dia 9 de novembro haverá uma reunião dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (Condisi) para discutir “melhorias da Saúde Indígena”, em Brasília.

A APIB ainda não se pronunciou sobre a nova decisão do ministro Ricardo Barros. A Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) disse que durante essa semana haverá ações de defesa do Subsistema de Saúde Indígena. “Os Estados do Amazonas, Rondônia, Ceará estão mobilizados. Até quarta-feira todos os Estados estarão se somando a atividade”, disse nota da coordenação.

Índios nas ruas

Na parte da manhã e início da tarde, no entanto, manifestações contra a portaria no. 1.907 ganharam as ruas de várias cidades do país. Em Atalaia do Norte (AM), índios das etnias

Marubo, Matís, Kanamary, Kulina e Mayuruna ocuparam a sede do Distrito de Saúde Indígena (Dsei) por tempo indeterminado.

Em Boa Vista, mais de 300 indígenas, sendo a maioria da etnia Yanomami, realizaram um protesto exigindo a imediata revogação da portaria. A manifestação contou com a participação de professores da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Os índios Davi Kopenawa Yanomami e Dário Yawarioma lideraram uma audiência no Ministério Público Federal em que pediram a punição do Ministério da Saúde por “desrespeito aos direitos dos povos indígenas do Brasil” pelas ações tomadas contra a gestão dos Dseis.

O presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) dos Yanomami, Alberto Brazão, disse que desde a publicação da portaria havia aumentado os casos de malária no território indígena.

“Na aldeia Hali Kato, por exemplo, já temos mais de 60 casos de malária desde a semana passada. O pessoal responsável pelo atendimento de endemias não pode enviar medicamento porque não recebeu autorização. Essa portaria centralizará tudo em Brasília. Uma burocracia que vai matar mais crianças e adultos. Isso é um risco para a sobrevivência dos indígenas. Quem tomou essa medida demonstra falta de conhecimento sobre a nossa realidade”, disse Brazão à Amazônia Real.

Ele enfatizou que o território Yanomami é complexo e não pode ser submetido às análises centralizadas em Brasília. O acesso às aldeias é apenas por via aérea, com poucos deslocamentos por embarcações e praticamente nenhum via terrestre. “Não tem condições de manter uma portaria como essa. Brasília não vai ter condições de cuidar dessa demanda gigantesca”, afirmou.

O território Yanomami tem uma extensão de 9.664.975 hectares e uma população de 21.954 pessoas, segundo dados da Sesai. A maior parte do território está no estado de Roraima, mas também abrange o norte do Amazonas. Segundo Alberto Brazão, a reserva possui 37 polos de bases de saúde e mais de 200 aldeias.

“Ficamos sabendo de um áudio onde o secretário da Sesai, Rodrigo Rodrigues, disse que a portaria seria revista, que o ministro da Saúde não tinha conhecimento da situação. Mas nós só vamos parar quando a portaria for revogada”, disse.

Brazão enviou o áudio à reportagem. Nele, Roberto Rodrigues disse que o ministro da Saúde “entendeu a necessidade da autonomia dos distritos e fortalecimento do controle social”. “A partir de amanhã [25] sai uma portaria restituindo a autonomia aos distritos como era antes”, afirmou.

A portaria 1.907 do Ministério da Saúde também preocupou os povos indígenas do município de São Gabriel da Cachoeira, na região do Alto Rio Negro, extremo norte do Amazonas. Justamente nesta segunda-feira, representantes das organizações receberam uma equipe do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, para discutir a precariedade no

atendimento naquela região, após várias denúncias sobre aumento de doenças, falta de atendimento nas aldeias e de envio de remédios.

“Com ou sem portaria, a saúde já parou por aqui. Mas agora está se agravando. Depois de inúmeras denúncias, veio hoje (24) aqui um representante do Conselho Nacional de Saúde. Para a nossa surpresa, sai essa portaria 1.907. Isso é um desastre. O que já estava ruim vai ficar pior. Se o ministro não revogar essa portaria vai aumentar o índice de desnutrição, casos de malária e outras doenças. Vai ter mais mortes. Vai praticamente acabar tudo”, afirmou Marivelton Barroso, diretor da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn).

O atendimento à saúde na região do Alto Rio Negro é apenas via fluvial. Além da dificuldade de transporte há também a de comunicação. Segundo Marivelton Barroso, mesmo com autonomia o Dsei Rio Negro tem problemas de falta de medicamentos, de estrutura nos polos bases, de condição humanizada para a remoção dos pacientes e um planejamento operacional da equipe nas aldeias.

“Aqui não é uma logística simples. Sem atendimento acaba tendo mais remoção, quando nem sempre é necessária. É preciso manter as equipes de saúde em área [aldeias] para fazer a atenção primária. Sem isso, a atenção secundária e terciária agrava a situação dos pacientes”, disse Barroso.

Ele contou que na região do Alto Rio Negro aumentou o índice de casos de malária nos últimos anos por falta de atendimento suficiente.

A baixa cobertura de imunização de outras doenças também preocupa. “Mais de 50% da população indígena não foi vacinada. Não tem medicamento, não tem equipe em área, não tem pregões, não tem material médico-hospitalar. Há um problema grave com essa portaria”, afirmou.

Na região do Alto Rio Negro há 25 polos bases para atender mais de 700 comunidades indígenas, segundo Marivelton. São cerca de 50 profissionais, incluindo médicos do programa Mais Médicos.

Marivelton Barroso disse que em apenas alguns dias, logo após a publicação da Portaria 1.907, a Casa de Saúde Indígena (Casai), local que recebe os pacientes que são removidos para a sede de São Gabriel da Cachoeira, já está com escassez de alimento. “Hoje (24) fomos visitar a Casai. O administrador disse que estão paralisados os contratos para compra de alimentação, que tem [comida] para apenas mais alguns dias”, afirmou.

Pelo Censo de 2010 do IBGE, São Gabriel da Cachoeira tem uma população de 37.300 habitantes, sendo que 29.017 são indígenas.

Para André Baniwa, presidente da Organização Indígena da Bacia do Içana, também do Alto Rio Negro, a portaria publicada no último dia 16 pelo Ministério da Saúde foi uma ação empreendida por ações de ruralistas e autoridades anti-indígenas do governo de Michel Temer. “Essa medida vai varrer dinheiro da saúde indígena. Ela vai matar mais indígenas do que uma guerra. Vai piorar e muito a situação na área de saúde”, afirmou.

Desde que a portaria entrou em vigor, várias organizações indígenas divulgaram nota repudiando a medida. No domingo (23), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) divulgou uma nota dizendo que a determinação do ministro da Saúde, Ricardo Barros, era “deplorável”. A APIB, no documento, convoca “os indígenas e suas organizações a se articularem e permanecerem mobilizados, vigilantes e dispostos a enfrentar os golpes lançados”.

“Exigimos veementemente do ministro da Saúde a revogação imediata da portaria 1.907/16, o Fortalecimento da Sesai, a autonomia dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas e a reafirmação dos convênios das prestadoras de serviços de forma justa e transparente”, diz trecho (leia a nota completa aqui).

Após saber da revogação da portaria, Alberto Brazão disse à reportagem que a medida não serve para os indígenas, pois “devolve” aos Dseis a gestão, mas sem a participação da Sesai.

“Essa nova portaria submete a saúde indígena à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde. E esta poderá submeter a portaria ao Núcleos Estaduais do Ministério ou aos municípios. É uma jogada. A autonomia dos Dseis e a ordenação das despesas precisam estar ligadas à Sesai. A nossa mobilização vai continuar”, afirmou.

Leia a nota divulgada pela assessoria de imprensa do Ministério da Saúde nesta segunda-feira e enviada para a Amazônia Real:

“O Ministério da Saúde publica nesta terça-feira (25) portaria que restitui as mesmas autonomias financeira e orçamentária que tinham os DSEIs (Distritos Sanitários indígenas). Ainda, fica mantida a competência para autorizar despesas até R\$ 500 mil previstas na portaria 1338/12, que não havia sido revogada.

Assim os distritos sanitários poderão:

I – Emitir Notas de Crédito e de Empenho, bem como as respectivas Notas de Anulação e de recursos orçamentários atribuídos ou cedidos à Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI.

II – ordenar a realização de despesas e conceder suprimento de fundos, observada a legislação em vigor;

III – conceder diárias na forma das normas legais e regulamentos pertinentes, e

IV – requisitar, em objeto de serviço, passagens e transporte por qualquer via ou meio, de pessoas, cargas e bagagens.

Para garantir um melhor atendimento à população indígena, no dia 17 de outubro, o Ministério da Saúde, por meio da portaria N° 1.908, revogou a autonomia de gestão orçamentária e financeira da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) e unidades subdelegadas, como DSEIs (Distritos Sanitários Especiais Indígenas);

A medida tem o objetivo de estabelecer um novo fluxo e modelo administrativo para o setor, corrigindo, por exemplo, distorções de compra de produtos com variação acima de 1.000% e atendendo determinação judicial para adequar a assistência pelas atuais empresas conveniadas;

Para o dia 9 de novembro, foi convocado o Condisi (Conselhos Distritais de Saúde Indígena), quando será feita uma reunião com as lideranças indígenas para discutir melhorias da Saúde Indígena;

O Ministério da Saúde também reforçará a atuação dos DSEIs, observando que o concurso público para essas unidades já foi autorizado pela Portaria GM/MP nº 270 de 19 de setembro de 2016.”

ANEXO N - Corte de verbas no orçamento de Temer ameaça índios isolados da Amazônia

Elaíze Farias

Seis Frentes de Proteção Etnoambiental podem ser desativadas pelo bloqueio de recursos da Funai já em 2016. Entre elas, a Frente que atende os índios Korubo, que fizeram contato no Amazonas em 2015. (Foto: CGIIRC)

Fonte: Reportagem publicada na *Amazônia Real* publicada na editoria *Povos Indígenas* em 29 de out. de 2016

Disponível: <http://amazoniareal.com.br/corte-de-verbas-no-orcamento-de-temer-ameaca-indios-isolados-da-amazonia/>

Não bastassem as ameaças nos cortes de recursos da Saúde e Educação das ações para os povos indígenas do país, o presidente Michel Temer (PMDB) colocou em cheque a sobrevivência e a segurança dos índios isolados, grupos que têm pouca interação ou nenhuma relação com a chamada sociedade nacional. Muitos vivem em regiões de fronteira na Amazônia.

No decreto no. 8.859, que limitou o orçamento dos órgãos federais e bloqueou recursos para 2017, vigorando desde o dia 26 de setembro, o presidente Temer cortou 38% dos recursos para custeio e investimento da Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão subordinado ao Ministério da Justiça. A redução vai atingir a Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC), que atua com os povos isolados.

Um memorando interno elaborado neste mês de outubro pela CGIIRC, ao qual a *Amazônia Real* teve acesso, consta que a coordenação teve bloqueados R\$ 1,2 milhão pelo decreto de Michel Temer. Com apenas R\$ 166 mil em caixa (recursos de uma emenda parlamentar) e mais o recurso que já havia sido empenhado antes do bloqueio, a CGIIRC diz no documento que seis das 12 Frentes de Proteção Etnoambiental estão sob ameaça de desativação por falta de dinheiro ainda em 2016. São elas: Envira, no Acre; Madeira-Purus e Vale do Javari, no Amazonas; Yanomami/Yekuana entre o Amazonas e Roraima; Awá Guaja, no Maranhão; e Madeirinha-Juruena, no Mato Grosso.

Em resposta à *Amazônia Real*, a Funai disse que a proposta do orçamento para custeio e investimento da fundação para 2016 foi R\$ 139 milhões, mas o governo cortou R\$ 38 milhões (38%) com o decreto. Neste valor não está incluída folha de pagamento dos servidores. “O valor aprovado foi de R\$ 113 milhões e o limite autorizado para empenho foi de R\$ 101 milhões”, disse a fundação, confirmando os cortes de recursos da CGIIRC, mas não informando o valor que consta no memorando da coordenação.

No memorando, a CGIIRC diz que para as ações das 12 Frentes, até janeiro de 2017, há aproximadamente R\$ 300 mil. Este valor é a soma de R\$ 166 mil de recurso da emenda parlamentar do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) com os R\$ 171 mil de recurso que foi empenhado (aprovado) antes do bloqueio.

Este valor empenhado será destinado apenas para outras cinco Frentes, que são Waimiri Atroari, no Amazonas, Guaporé e Uru Eu Wau Wau, em Rondônia, Cupinapanema e Médio Xingu, no

Pará. A Frente de Proteção Etnoambiental de Monitoramento da Amazônia Legal, criada em 2014, e de atuação em todos os municípios da região, não é citada no memorando.

Teriam que ser descentralizados da verba bloqueada R\$ 495,8 mil para as despesas básicas das 12 Frentes Etnoambientais até janeiro de 2017 para ações como compra de combustível, alimentação, manutenção de veículos e ambientais e frete aéreo e manter as Bases de Proteção Etnoambiental que estão em regiões remotas da Amazônia.

“Sabemos que as demandas das Frentes de Proteção Etnoambiental já estão reduzidas ao máximo, ao básico para sua operacionalização, e que qualquer tipo de diminuição [de recursos] resultará, inevitavelmente, em expressivo aumento da vulnerabilidade de povos indígenas isolados e recém-contato”, diz o memorando da CGIIRC.

A Constituição brasileira, no artigo 231, reconhece a organização social, os hábitos, os costumes, as tradições e as diferenças culturais dos povos indígenas, assegurando-lhes o direito de manter sua cultura, identidade e modo de ser, colocando-se como dever do Estado brasileiro a sua proteção.

A Funai, através da Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC), criou 12 unidades descentralizadas – as Frentes de Proteção Etnoambiental – que são especializadas na proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato, garantindo a esses índios o pleno exercício de sua liberdade e das suas atividades tradicionais, sem a necessária obrigatoriedade de contatá-los.

Atualmente, a Funai coordena e apoia ações de proteção e promoção em 19 terras indígenas habitadas por grupos indígenas de recente contato, como os Awá Guajá, Avá Canoeiro, Akun'tsu, Arara da TI Cachoeira Seca, Araweté, Canôe, Korubo, Piripkura, Suruwahá, Yanomami e Zo'ê, e de indígenas isolados, cujos nomes das etnias não foram identificado.

Em 2014, a CGIIR anunciou ao menos dois novos contatos de índios isolados na Amazônia. Esses índios são ameaçados por madeireiros, fazendeiros e narcotraficantes.

O primeiro aconteceu em junho, quando um pequeno grupo de isolados fez contato no Acre, na proximidade da aldeia Simpatia, dos índios Ashaninka. Eles ficaram conhecidos como índios do Xinane, em referência ao rio do mesmo nome. A Aldeia Simpatia fica na área onde está localizada a FPE Envira, que corre risco de ser desativada.

O segundo aconteceu em setembro, e em outra parte da região amazônica, na Terra Indígena Vale do Javari, fronteira do Amazonas com o Peru. Um grupo de índios isolados Korubo fez contato, mas desta vez resultando em conflito com outro povo, os Matís. Um novo grupo de índios Korubo foi contatado em setembro de 2015.

A extinção dos isolados

Para a coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Sônia Guajajara, o corte de verbas na Funai faz parte do “pacote” do governo de atingir e extinguir os povos indígenas.

“Está tudo junto. As portarias do Ministério da Saúde de acabar com a Sesai e não apenas enfraquecer. Há intenção clara do Ministério do Planejamento de extinguir a Funai. Cortando o orçamento, [o governo] está declarando a extinção dos povos indígenas. Isso só revela que o golpe chegou à Funai”, disse.

Sônia Guajajara afirma que os povos isolados dependem exclusivamente da luta dos indígenas contatados e de seus aliados. “Não tem outra coisa a não ser se manter mobilizado para garantir a proteção integral deles. Quem toma essa medida [corte no orçamento] demonstra o total desconhecimento da necessidade de proteger os povos isolados”, comentou.

Segundo a Funai, a origem das Frentes de Proteção Etnoambiental remonta aos tempos do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910 pelo marechal Cândido Rondon (1865-1958). Primeiro foram as Frentes de Pacificação. Até 1999, elas eram denominadas Frente de Contato. A partir de 2000, passaram a adotar a atual nomenclatura.

A maior aldeia de isolados

No Brasil, país que detém o maior número de povos indígenas que optaram por viver em isolamento no mundo, há 107 referências da existência de grupos de índios isolados na Amazônia. Mas o número pode ser maior, pois a Funai não consegue, por razões operacionais para executar a logística, identificar e comprovar todos os indícios da presença de isolados.

A maior presença de povos isolados está na Terra Indígena Vale do Javari, no oeste do Amazonas, fronteira com o Peru, onde a Funai registrou 14 referências até o momento.

No território de 8.544.480 hectares, um dos mais extensos e remotos do país, habitam cerca de cinco mil indígenas das etnias Marubo, Mayoruna, Matís, Kanamari, Kulina e um grupo de índios Korubo contatado em 1996, conhecido como grupo da Mayá, que vive à margem do rio Ituí, em uma aldeia assistida pela Base da Frente Etnoambiental da Funai. Não há estimativa de índios isolados. A maioria dos Korubo permanece sem contato.

Massacres e doenças

O presidente da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Paulo Marubo, disse à Amazônia Real que a população de índios isolados daquela região vem crescendo e que é comum muitos deles serem avistados por índios já contatados. Ele conta que os grupos de isolados ultrapassam o número de 14 registrado oficialmente pela Funai.

Para Marubo, se a Frente Etnoambiental do Vale do Javari for paralisada, os isolados vão ficar vulneráveis e podem ser atacados por invasores, tais como traficantes, madeireiros e pescadores ilegais.

“Se desativar vai voltar como era antes, quando morreram muitos índios de massacre ou de doença. Aqui no Vale do Javari é onde se concentra a maior quantidade de índios isolados. Mesmo com dificuldade, os três postos da Frente conseguem manter afastados os invasores, mas a área é tão grande que é difícil fazer fiscalização. Estamos em área de fronteira. Se as bases pararem, não vai mais ter controle de invasores”, disse Marubo. A FPE Vale do Javari

funciona com três bases, sendo uma delas o posto principal, localizados nos rios Curuçá, Quixito e Ituí.

Segundo o presidente da Univaja, a população de grupos de isolados cresceu e é cada vez mais comum eles aparecerem nas proximidades de aldeias de índios contatados. Marubo afirma que os indígenas se recusam a comunicar o avistamento de isolados à Funai porque o órgão deixou de fazer o etnomapeamento da área.

“Há isolados em toda parte do Vale do Javari, mas não falamos mais para a Funai. É inútil. Eles aparecem a todo momento, estão indo para mais longe, às vezes por curiosidade, querem conhecer como os outros índios vivem. Mas não fazem contato. Vivem sem preocupação e sem consequências para a vida deles. Mas se entrar madeireiro aqui ele vai querer fazer contato com os isolados, vai transmitir doenças e até matar”, disse.

Em uma nota divulgada na quarta-feira (26), a Univaja repudia o corte no orçamento da Funai e os impactos na saúde e na educação do Vale do Javari. A nota também denuncia os riscos para a sobrevivência dos isolados.

“Nossa terra indígena é um dos poucos redutos do mundo que habita uma grande concentração de indígenas isolados que estão ameaçados com a real possibilidade de fechamento das bases de proteção da Funai no interior da Terra Indígena Vale do Javari por falta de recursos financeiros e humanos. Sofrerão também nossos parentes isolados e os Korubo, recentemente contatados, que dependem ainda mais dessas estruturas para sua proteção física e cultural”, diz trecho da nota.

Outros grupos isolados ameaçados são os que vivem na Terra Indígena Yanomami/Yekuana. Um servidor da Funai que falou com a reportagem sob condição de anonimato disse que, na prática, as FPEs já estão “acabadas”. Como consequência, alguns grupos podem ter desaparecido, inclusive recentemente.

“As Frentes foram criadas para substituir as antigas frentes de atração dos índios. Em vez de fazer contato, tem que proteger. Mas isso não vem acontecendo porque as frentes estão sem recurso”, disse. Conforme o servidor, na Terra Indígena Yanomami há seis referências de índios isolados. Os Yanomami e os Yekuana não fazem contato com estes índios.

“Eles podem ser de outro grupo ou mesmo Yanomami que decidiram se isolar. Ninguém sabe. O risco deles serem extintos é grande. Muitos garimpos estão próximos deles. Um tempo atrás, havia um grupo de isolados entre os rios Catrimani e Couto Magalhães, os Moxateteu. Mas eles já podem ter sido mortos pelos garimpeiros. Ninguém consegue saber, pois as frentes não têm dinheiro para fazer expedição”, disse.

Grileiros e madeireiros

Ameaçada de ser desativada, a FPE Madeira-Purus vai deixar de fazer o monitoramento e a vigilância da Terra Indígena Hi-Merimã, onde vive o povo indígena do mesmo nome, e a terra dos índios Suruwahá, de recente contato. As terras estão localizadas entre as cidades de Lábrea e Tapauá, no sul do Amazonas. São consideradas algumas das áreas mais preservadas de uma

região conhecida como “Arco do Desmatamento”. Há também uma área em estudo para reconhecimento chamada Jacareúba Katauixi, na divisa com Rondônia, e que sofre forte pressão de grilagem e madeireiros.

A Amazônia Real apurou que a Frente Madeira-Purus está sem dinheiro para realizar viagens às três bases localizadas na TI Hi-Merimã. Não há recurso para compra de combustível e demais insumos. Um indigenista ouvido pela reportagem e que pediu para não ser identificado disse que por mais que se fechem as bases agora com a perspectiva de reabri-las em outra ocasião as portas ficam abertas para as invasões e isto coloca em risco os povos indígenas de uma área que vem sendo monitorada e controlada.

Os índios Hi-Merimã já tiveram contato com não-indígenas no passado, mas optaram por viver em condição de isolamento há mais de 60 anos para fugir de ataques e massacres. A TI Hi-Merimã foi homologada em 2001, com uma extensão de 680.000 hectares. A maior pressão sobre este território são as grandes embarcações de pescadores provenientes de Manaus, conforme relato do indigenista.

A reportagem apurou que a população de Hi-Merimã está aumentando, pois foram encontrados vestígios de arcos e flechas de brinquedo para crianças. Há informações de que, apesar da pressão externa, estão em segurança e com acesso a caça e pesca, desde que o monitoramento e a vigilância da Frente não fiquem paralisados.

Frentes estão colapso

Para o sertanista Antenor Vaz, a situação atual das Frentes de Proteção Etnoambiental é um agravamento de uma crise que vem se acentuando desde 2010 e sobre a qual ele vinha alertando desde 2013. Vaz atuou nas políticas públicas para índios isolados e de recente contato na Amazônia brasileira pela Funai desde 1987. É consultor para Políticas de Proteção para Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato e Metodologias para Sistemas de Proteção na América do Sul. Foi coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari entre 2006 e 2007.

“Na época eu denunciava o colapso do Sistema de Proteção ao Índio Isolado (SPII). Agora, a própria CGIIRC anuncia o colapso ‘financeiro’ deste Sistema de Proteção. Essa situação lamentável só revela o descaso do estado brasileiro para com a política indigenista”, afirma.

Vaz diz que as Frentes estão sucateadas e com um quadro de recursos humanos extremamente limitado. “As informações de que disponho são as de que, se nada for feito imediatamente, até o final do ano três Frentes de Proteção serão fechadas.” Segundo Vaz, as Frentes estão “agonizando”.

“Poucas nos dias de hoje conseguem ‘proteger’ os povos indígenas isolados e de recente contato. O que as Frentes conseguem fazer hoje é manter a estrutura física funcionando, mas o sistema de proteção (monitoramento, localização e vigilância) quase não existe mais. Não conseguem sequer cumprir suas atribuições definidas no decreto de reestruturação da Funai de 2012 e seu Regimento Interno. Hoje, poucos indigenistas abnegados se dedicam, além das possibilidades oferecidas pelo estado, para ‘tocar’ o trabalho”, diz.

Para Vaz, a gravidade fica mais evidente atualmente por conta da possibilidade real de muitas Frentes fecharem as portas. “Na gestão de 2011 a início de 2016, a CGIIRC priorizou projetos na contramão das reais necessidades dos povos isolados (deveriam ter promovido a vigilância e monitoramento), fortalecendo alianças que resultaram no desmonte da CGIIRC”, afirma ele.

Antenor Vaz alerta que a desativação das Frentes de Proteção significa “aumentar exponencialmente a vulnerabilidade dos povos indígenas isolados e de recente contato frente às ameaças históricas, que sempre colocaram os povos indígenas em risco. É necessário mais recursos financeiros e humanos, bem como a criação imediata do Conselho de Política Para Povos Isolados e de Recente Contato”. [dizer pelo discurso do outro o que acreditam ser verdade]

“Evidentemente que as Frentes de Proteção têm sido, historicamente, aliadas dos povos isolados. Agora, os próprios Povos Isolados permanecem vivos pela sua determinação e atitude guerreira de se autoprotegerem. Essa proteção não pode ser atribuída exclusivamente à atuação do estado (por meio da Funai), inclusive imputa-se ao estado inúmeros casos de extermínio. Os povos indígenas isolados e de recente contato têm sido guerreiros e por isso garantem sua sobrevivência ao longo dos séculos”, afirma.

Valores bloqueados

No início de 2016, a Funai informou à Amazônia Real que seu orçamento para este ano seria de pouco mais de R\$ 500 milhões. Neste valor estavam incluídos os gastos com pessoal, benefícios, emendas, precatórios, entre outros. Desse total, a instituição disse que quase R\$ 113 milhões eram para despesas discricionárias (custeio e investimento). Já o orçamento de 2015 da fundação foi R\$ 639 milhões, sendo R\$ 180 milhões para custeio e investimento.

A Funai também informou à reportagem que o orçamento da Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC) foi R\$ 1.929.183 (em 2015), R\$ 1.865.567 (em 2014) e R\$ 1.175.798 (em 2013). Esses valores sofreram cortes com o decreto de contingenciamento da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Segundo a CGIIRC, para 2016 as duas Ações Orçamentárias aprovadas pelo Projeto de Lei Orçamentária Anual e para “Localização e Proteção de Índios Isolados” foram de R\$1.600.000,00 (para custeio) e R\$700.000,00 (investimentos). Outro recurso veio da “Promoção aos Direitos dos Povos de Recente Contato”, para custeio de cerca de R\$ 510.000,00 e para investimento R\$ 22.000,00.

Além desses recursos, desde 2014 o deputado federal Chico Alencar (PSOL/RJ) disponibiliza, por emenda parlamentar, R\$ 490 mil para a CGIIRC. O total de recurso previsto para a CGIIRC para esse ano era de R\$ 3,3 milhões.

A Amazônia Real entrou em contato com as assessorias do Ministério da Justiça e da Presidência da República para saber seus posicionamentos a respeito do corte de recursos para Frentes Etnoambientais da Funai e da ameaça à proteção aos índios isolados, mas não recebeu respostas até a publicação desta matéria.

A reportagem solicitou da assessoria de imprensa da Funai quais os valores bloqueados e as unidades e ações atingidas, como os cortes vão afetar as Frentes de Proteção Etnoambiental, o que fará para garantir a proteção dos índios isolados com a paralisação das Frentes e qual o orçamento da Funai para 2017.

Após o envio da primeira resposta, a reportagem enviou novos questionamentos para a Funai sobre o orçamento, com pedido de esclarecimento acerca do valor fixado para o orçamento do órgão até dezembro de 2016. Também solicitou informações sobre como os cortes vão afetar os salários dos servidores e as Coordenações Regionais, se estas correm risco de fechar e se haverá demissões de funcionários. Leia a seguir a nota, na íntegra, com as primeiras respostas da Funai. A reportagem aguarda a resposta dos novos questionamentos.

“O valor das despesas discricionárias da proposta de orçamento de 2016 foi igual a R\$ 139 milhões. O valor aprovado foi igual a R\$ 113 milhões e o limite autorizado para empenho é igual a R\$ 101 milhões.

No presente exercício, a Funai a exemplo de todo o restante da Administração Pública Federal, vem suportando os reflexos da situação orçamentária e financeira adversa. Esforços adequados, no entanto, foram e vêm sendo realizados, não se anotando até o presente momento interrupções das atribuições e atividades essenciais da Funai.

O orçamento para a Funai, a exemplo de todo o restante da Administração Pública Federal, referente ao exercício de 2017 está sob análise técnica para encaminhamento e submissão ao processo legislativo aplicável à espécie.

Para o exercício de 2017, dado que a peça orçamentária ainda não está formalmente resolvida, não há como ou porque se falar em prejuízos às atividades da Funai.

Quanto à política para povos indígenas isolados, a Funai seguirá trabalhando para tomar as providências necessárias à proteção desses grupos, buscando garantir o pleno exercício de sua liberdade e de suas atividades tradicionais.”

ANEXO O – Vazamento de óleo no rio Teles Pires poluiu água e matou boto no Mato Grosso

Keka Werneck, colaboração para a *Amazônia Real*

Os índios Kayabi, Munduruku e Apiaká denunciam danos socioambientais contra a fauna e a flora e a contaminação das águas por óleo da usina São Manoel. (Foto: MPF-MT)

Fonte: Reportagem publicada pela *Amazônia Real* em 21 de nov. de 2016

Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/vazamento-de-oleo-no-rio-teles-pires-poluiu-agua-e-matou-boto-no-mato-grosso/>

Cuiabá (MT) – O Ministério Público Federal do Mato Grosso informou nesta segunda-feira (21) que solicitou a abertura de inquérito policial à superintendência regional da Polícia Federal para apurar a prática de crime ambiental, com indicação de realização de perícia técnica no rio Teles Pires, que sofreu danos ambientais a fauna e a flora com o vazamento de óleo da Usina Hidrelétrica (UHE) São Manoel, que fica na divisa com o estado do Pará.

O MPF determinou que a PF ouça depoimentos de oito funcionários da empresa de Energia São Manoel, gestora da Usina Hidrelétrica (UHE) São Manoel, sobre o vazamento de óleo no rio Teles Pires.

O vazamento de óleo aconteceu no dia 10 de novembro. Os indígenas que vivem no extremo norte de Mato Grosso, principalmente das etnias Kayabi, Munduruku e Apiaká, denunciaram o desastre ambiental do rio Teles Pires, um dos principais mananciais da região, ocorrendo mortandade de peixes e inclusive a morte de um boto.

Por causa do vazamento de óleo no rio Teles Pires, os indígenas estão sem água para beber. Em entrevista à *Amazônia Real* por telefone, o indígena Taravy Kayabi disse que a empresa responsável pelo acidente, Energia São Manoel, prestou socorro aos povos da região encaminhando água mineral em barcos para 30 dias.

Por meio de nota enviada à reportagem, a empresa à Empresa de Energia São Manoel, gestora da Usina Hidrelétrica (UHE) São Manoel, admitiu que detectou uma mancha de óleo no rio Teles Pires no dia 13 de novembro e afirma que a situação já está normalizada.

O líder indígena Taravy Kayabi está revoltado e afirma que não é verdade. “A água continua suja, ainda tem mancha de óleo na superfície, dá para ver, e no fundo do rio a gente não sabe como está. Tem peixe morto nas margens”, detalha, comentando que é uma cena triste de se ver.

Segundo ele, o clima é de tensão em pelo menos 17 aldeias na região de Paranaíta (MT), município onde a UHE São Manoel está instalada e operando. Mais de dois mil indígenas vivem nessas aldeias, sendo 10 delas da etnia Kayabi, seis Munduruku e uma Apiaká.

“Nós indígenas e também outros ribeirinhos estamos todos preocupados, desesperados mesmo, porque nunca vimos uma situação dessas. Estamos acostumados a tomar banho no rio Teles Pires, pescar nele. Nossos filhos, nossas mulheres também e hoje estamos com receio tanto de

tomar banho, com medo de contaminação, quanto de pescar, porque está acabando o peixe ou o peixe pode também estar contaminado”, lamenta Taravy Kayabi.

Fiscais do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que estão na área avaliando a extensão do desastre ambiental informaram à Taravy que a situação é grave.

“Eles falaram assim com a gente, que a situação é muito grave e é de se preocupar”, resume o indígena.

O Ministério Público Federal em Mato Grosso (MPF/MT) está investigando a ocorrência. Na última sexta-feira (18) instaurou procedimento que está sendo conduzido pelo procurador da República Marco Antônio Ghannage Barbosa.

Ele solicitou para a Coordenação de Emergências do Ibama-DF o envio de informações sobre o ocorrido, de forma urgente, mais especificamente o relatório técnico de constatação do acidente e as medidas adotadas pelo órgão ambiental.

“De acordo com informações iniciais enviadas pelo Ibama e inseridas no documento do MPF, verificou-se que no dia 10 de novembro, foi iniciada a remoção da Ensecadeira de Jusante J3 para o Desvio do Rio pela Empresa de Energia São Manoel S.A., atividade prevista e licenciada perante o Ibama. Foi constatado então que, após o início dessa atividade foi detectado o vazamento de óleo no rio Teles Pires. Apesar de não haver ainda uma ligação direta entre a atividade e o vazamento de óleo, o acidente foi ocasionado na mesma data e no mesmo local do rio”, diz trecho de nota emitida nesta segunda-feira (21) pelo MPF sobre o caso.

Além da documentação solicitada ao Ibama, o MPF também solicitou a abertura de inquérito policial à Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso para apurar a prática de crime ambiental, com indicação de realização de perícia técnica no local e oitiva dos funcionários da empresa.

Ao MPF, a empresa informou que também está buscando saber os motivos do vazamento e que acionou o plano de contingência do empreendimento. Diz ainda que, além de água, está fornecendo também alimentos aos indígenas.

Leia a nota da empresa São Manoel sobre o vazamento de óleo no rio Teles Pires:

“A Empresa de Energia São Manoel comunica que detectou no dia 13 de novembro uma mancha de óleo no rio Teles Pires, mas esclarece que situação da bacia já está normalizada. Informa também que está analisando as causas do ocorrido e segue o monitoramento periódico da região.

Em atenção à responsabilidade social da UHE São Manoel com as populações de seu entorno, após a identificação do incidente, as aldeias indígenas mais próximas foram contactadas e estão recebendo o apoio necessário”.

APÊNDICE A – Transcrição da entrevista da agência *Amazônia Real*

1) Como surgiu a ideia de criar a Agência?

Kátia Brasil: Foi em junho de 2013 quando milhares de brasileiros foram às ruas protestar por mudanças sociais, melhor saúde, segurança, educação. A crise econômica e política davam sinais de que enfrentaríamos um período tortuoso no Brasil. Nas redações da imprensa brasileira a crise começava afetar os empregos dos jornalistas. Entre os meses de abril a junho daquele ano começaram as demissões em massa, os chamados passarálhos. A Elaíze Farias, que trabalhava como repórter especial do jornal A Crítica de Manaus, foi demitida. Lembro que, na ocasião, liguei pra ela e disse: abra um blog na internet, mas não deixe de escrever sobre os indígenas da Amazônia. O tema sempre foi marginalizado nos jornais e emissoras de TV e isso nos incomodava muito.

Meses depois, os passarálhos atingiram a Folha de São Paulo, jornal em que trabalhei por 13 anos como repórter-correspondente em Manaus. Fui demitida. Naquele momento, a Liège Albuquerque, que também trabalhou na Folha, nos chamou para abrir um site de notícias sobre a Amazônia. A inspiração foi o jornalismo independente praticado pela Agência Pública, de São Paulo, o El Faro, de El Salvador, e o ProPublica, dos Estados Unidos. Esses sites produzem notícias sem fins lucrativos. Elaíze topou logo a ideia. Eu pensei um pouco, pois quis estudar a viabilidade do projeto e os custos para o empreendimento. Não queira abrir um negócio informal. Como minha família mora no Rio, aproveitei a viagem de férias para conversar pessoalmente com o jornalista e professor Rosental Calmon Alves, que é diretor do Knight Center for Journalism in the Americas, e foi professor da Liège. Ela participou da conversa via internet por hangouts. Falamos de nossa ideia de abrir um site de uma agência notícia sobre a Amazônia. Ele nos disse que dificilmente conseguiríamos financiamento para criar algo. Tínhamos que criar logo na internet. Ele também nos chamou atenção para não tornar a agência num modelo conservador, de venda de notícias. E nos deu a sugestão de criamos um site com conteúdo livre para republicações. Como nossa ideia era criar uma mídia digital para dar visibilidade às questões da região, em especial das populações tradicionais, contar histórias exclusiva e investigativas, então decidimos produzir notícias sem fins lucrativos para democratizar a informação. Também optamos em fazer jornalismo independente para não ter vínculo com os poderes político e econômico, que em muitos casos, cerceiam a liberdade de impressão, principalmente na região Norte do país.

Com uma parte da minha indenização salarial que recebi da Folha investi no projeto e na criação da empresa. Trabalhamos por três meses. Minha casa virou uma redação. Tivemos muitos

colaboradores, amigos e a família nos ajudando. Assim nasceu a Amazônia Real. Quando nos juntamos para criar a agência nenhuma de nós tinha noção de como montar e administrar um negócio. Somos repórter acima de tudo. Então fui estudar empreendedorismo no Sebrae, em Manaus. Daí, optamos em criar uma microempresa, uma agência de notícias para produzir conteúdo e outros serviços de informação na internet, além de produção de fotografia. Passei a cuidar da parte administrativa da agência. Liège deixou o projeto após três meses para realizar projetos pessoais. Eu e Elaíze levamos o projeto adiante e hoje contamos com o apoio de mais de 30 colaboradores.

2) *E a escolha do nome?*

K.B: Cada uma de nós apresentou uma ideia. Liège sugeriu Amazônia sem filtro. Elaíze, Amazônia Realidade, por causa da revista que circulou nos anos 60 e 70 no Brasil e dava destaque as grandes reportagens. Eu sugeri Amazônia Real. Acabei ganhando pela justificativa. Me inspirei no realismo das obras literárias de Euclides da Cunha como “À Margem da História” e “Paraíso Perdido”, escritas entre 1905 e 1906. Ele viajou às nascentes do rio Purus, no Acre, no auge do ciclo da borracha. Relatou, entre vários temas, a geografia, hidrologia, flora e fauna, além do abandono da região pelo poder público e o trabalho escravo imposto aos seringueiros e aos índios.

Outra inspiração foi o livro “Amazônia de Euclides” do jornalista Daniel Piza. Em 2005, 104 anos depois, ele fez o trecho final da viagem de Euclides ao Alto Purus. Daniel (que faleceu em 2011) não encontrou na região seringais ativos e sim povoados isolados pela distância das cidades, sobreviventes de agricultura de subsistência, com atendimento médico e educacional precários. Esses relatos e mais as imagens das fotografias dos povos da Amazônia de Pedro Martinelli e dos desmatamentos, das secas e enchentes de Alberto César Araújo foram determinantes para a criação do nome Amazônia Real. O Pedro chegou a ter um blog com esse nome. O procurei falando de minha intensão e ele gostou da ideia.

Ainda em 2013 pedimos ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) o registro da marca Amazônia Real, mas a Rede Record de Televisão se opôs ao nosso registro porque tem a marca “Amazônia, o Reality Show”. É um absurdo porque são dois projetos totalmente diferente, além de que o nome Amazônia é de domínio público. O processo continua tramita no INPI ainda sem uma definição.

3) *Qual a proposta do site? Quais assuntos são prioridades e/ou interessantes na divulgação?*

Kátia: A agência de jornalismo independente e investigativo Amazônia Real desenvolve reportagens com enfoque nos agentes sociais da região amazônica que têm pouco ou nenhuma visibilidade na imprensa brasileira. Desta forma, atuamos na promoção do acesso à mídia, da liberdade de expressão, dos direitos humanos e da justiça social de grupos socialmente vulneráveis e excluídos. Nossos principais eixos temáticos são: Meio Ambiente, Povos Indígenas, Questão Agrária, Política, Economia & Negócio e Cultura. Entre os temas abordados estão: desmatamento e mudança climática, violação dos direitos indígenas, direitos humanos, regularização fundiária, tráfico de pessoas, exploração de crianças e adolescentes, defesa das mulheres indígenas e não-indígenas, desvios de recursos públicos e contas públicas.

Na Amazônia Real as narrativas começam pelos personagens e suas histórias. Esses personagens invisíveis é que nos levam a apurar e investigar as reportagens. Isso foi possível porque criamos um projeto com autonomia e liberdade nas escolhas dos temas abordados, respaldadas na honestidade e no comprometimento com os grupos sociais com os quais escolhemos dar prioridade em nossas reportagens. São prioridades, por exemplo, a questão do reconhecimento do território tradicional, a preservação da cultura, a educação, a saúde, etc. Na questão agrária: os conflitos da regularização das terras das comunidades ribeirinhas, as ameaças aos defensores de direitos humanos, a mobilização das populações em defesa de seus direitos, entre outros. Na política: as irregularidades nas contas públicas, abuso de autoridade, violação de direitos, imigração, a defesa da liberdade de expressão e de imprensa, além da segurança. Na economia: as iniciativas das populações tradicionais nos negócios sustentáveis. Outro diferencial da Amazônia Real é não deixar temas relevantes serem esquecidos, o que geralmente acontece na grande imprensa. Acompanhamos processos judiciais até que a ação seja decidida nos tribunais. Entre as ações está o processo judicial dos estupros contra meninas indígenas de São Gabriel da Cachoeira. Também acompanhamentos etnias indígenas em alta vulnerabilidade social, como os índios Juma, de Canutama (AM), e os Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Eles não vivem na região amazônica, mas enfrentam tanta violação de direitos e violência que decidimos fazer uma cobertura dos conflitos em que eles mesmo narram as histórias e não a polícia ou a mídia local, que discriminam esse povo.

4) *De onde vem os recursos financeiros para manutenção do site?*

Kátia: Nós fizemos o primeiro investimento no modelo de negócio. Como produzimos notícias sem fins lucrativos e distribuição gratuita, pedimos doação aos leitores. Fizemos um pequeno investimento para captar anúncios da publicidade, mas não deu certo. Em 2014, apresentamos

à Fundação Ford o “Projeto Amazônia Real – promovendo a democratização e a liberdade de expressão na região amazônica”. A Ford tem um programa chamado “Promovendo Direitos e Acesso à Mídia” que financia iniciativa como a nossa. Esse projeto permitiu a criação de uma rede de jornalistas que produz conteúdos: textos, fotos e vídeos, nos estados do Amazonas, Acre, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Pará. O projeto está na segunda fase e nosso objetivo é atingir os estados do Amapá e Tocantins, completando assim toda a Amazônia Legal em 2017.

5) *Qual a estrutura pessoal e física – quadro de pessoal (correspondentes ou colaboradores em outros estados), sede da empresa, material para produção das reportagens?*

Kátia: Temos uma pequena redação que fica no bairro Parque 10 de Novembro, na zona centro sul de Manaus. Todos os jornalistas que trabalham nos estados são remunerados com bolsa reportagem, assim como os fotógrafos. Também custeamos viagens e deslocamentos de barco, veículos e avião. Na redação, a Elaíze trabalha na produção de conteúdo e revisão, eu trabalho na edição de textos e produção de pauta, temos o repórter Fábio Pontes, que também atua na revisão. Temos o jornalista Lúcio Flávio Pinto, que produz conteúdo exclusivo toda semana em Belém (PA). O editor de fotografia Alberto César Araújo é responsável ainda pela produção de fotos e pelo nosso acervo, além de manter contato com vários fotógrafos-colaboradores. Então fazemos todas as etapas de produção de reportagens em equipe.

Elaíze – No início, trabalhávamos em nossas residências. Fazíamos reuniões semanais na casa da Kátia, que continuou nosso “escritório”. Sempre estabelecemos uma disciplina na elaboração das pautas e na produção das reportagens. Com o subsídio da Ford, pudemos manter a redação, com acesso a telefone e internet e onde fazemos reuniões, conversamos com nossos parceiros e recebemos visitas, como estudantes ou colegas jornalistas de outras regiões. A nossa equipe fixa são eu, a Kátia, o Alberto César e o Fábio Pontes. Os jornalistas que moram em outros Estados são nossos colaboradores fixos, mas eles recebem por reportagem produzida: Acre, Pará, Rondônia, Roraima e Maranhão. Temos também os fotógrafos colaboradores nestes Estados.

6) *Como são definidas as pautas e como é o processo de produção?*

Kátia: A cada segunda-feira fazemos um cronograma da semana, discutimos o que está sendo apurado e analisamos as sugestões de pauta que recebemos dos jornalistas que estão nos estados. Nós atualizamos as matérias uma vez por semana. Produzimos sempre matérias

exclusivas e profundas. Quando temos um assunto de fôlego que necessita de atualização diária ou em minutos também fazemos. Tudo depende da notícia que estamos produzindo.

Elaíze – As reportagens são elaboradas com base nos nossos temas já definidos, desde a criação do site. As pautas são planejadas conforme os acontecimentos, as sugestões, as nossas observações, as nossas pesquisas diárias nos sites de notícias e nos sites de organizações indígenas, indigenistas, ambientais, científicas. Recebemos sugestões de parceiros, sugestões de nossas fontes, de colegas jornalistas. Analisamos a viabilidade da produção da matéria e partimos para a apuração.

7) *Quais as fontes de informação o Portal mais utilizam para a produção das reportagens?*

Kátia: A Amazônia Real faz jornalismo puro. Não somos ativistas. Por isso a fonte principal vem do contato diário que temos com lideranças indígenas, ribeirinhos, os pesquisadores, as organizações da sociedade civil, os leitores. Esse contato, em sua maioria, é feito pelas redes sociais, whatsapp e celulares. Também recebemos informações de releases das assessorias de imprensa pública e privada. E acompanhamos diariamente a cobertura local nos estados, a da imprensa nacional e até internacional. Todas as informações que captamos são apuradas com rigor e checadas com outras fontes. Nossa busca pela verdade é implacável. Por esse trabalho criterioso na apuração é que em três anos tivemos apenas três erros de informação de fonte para corrigir e o fizemos imediatamente, dando publicidade ao fato para não prejudicar a pessoa ou o órgão citado.

Elaíze – As nossas fontes primárias são os nossos personagens. A partir das informações que nos chegam e que apuramos de forma acurada, iniciamos a produção da reportagem. As fontes são múltiplas, pois todas as reportagens são contextualizadas. Por isso, que a maioria de nossas reportagens também são extensas. Partimos da ideia de que uma matéria não precisa ser curta, como defende uma parte dos especialistas em produção jornalística, em função da mudança dos leitores e do formato que passou a ser adotado sobretudo a partir do avanço da internet. As nossas reportagens são feitas para serem lidas um dia, dois, daqui a um mês, daqui a um ano até. Há reportagens publicadas no final de 2013 que são extremamente lidas até hoje.

8) *O site tem editoriais bem específicas. A escolha das pautas obedece as temáticas das editoriais ou outros assuntos podem interessar? Se sim, cite exemplos.*

Kátia: Nossas editoriais não são convencionais. Nós temos prioridades nos temas sobre meio ambiente, povos indígenas, questão agrária, política, economia e cultura. Por exemplo, no

primeiro ano de 2017 estávamos na pausa de fim de ano e aconteceu o massacre do Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus. O assunto já estava na mídia internacional quando decidimos dar nosso olhar para o problema dos presídios na Amazônia. Tivemos acesso ao relatório da Operação Muralha da Polícia Federal, que investigou a facção criminosa responsável pelas mortes na penitenciária. Assim mostramos que o massacre era algo previsível e o governo não tomou medidas para evitar a barbárie que aconteceu. Também ouvimos especialistas e familiares dos mortos, humanizando a cobertura. O relato policial não é nosso foco.

Elaíze – A Amazônia Real tem suas editoriais específicas. E dentro dessas editoriais, produzimos as reportagens. As matérias que falam sobre desmatamento, mudanças climáticas, seca, cheia, logicamente que vão para a editoria de Meio Ambiente. Uma matéria sobre violação de direitos indígenas, invasão de seu território, etc., vai para Povos Indígenas. E assim se segue. Mas há, de fato, uma escolha de matérias que se adequam de uma forma que não se iguala à mídia tradicional. A editoria de Política, por exemplo, não faz matérias sobre o dia a dia dos parlamentares. O conceito de Política é outro em nosso site. Publicamos, por exemplo, matérias sobre imigrantes, refugiados ou algum tema específico que envolve uma ação política da presidência da República, como foi o caso do processo de escolha do novo presidente da Funai. A matéria sobre a crise penitenciária também saiu em Política.

9) *Há parceria com outros veículos na produção ou publicação dos conteúdos? Quais e por que a escolha destes?*

Kátia: Temos parceria com alguns veículos que republicam nosso conteúdo, mas não é uma regra. Os textos e as fotos produzimos pela Amazônia Real são livres para republicações desde que o crédito do autor seja devidamente garantido pelo veículo. Para isso temos a licença Creative Commons de direito autoral. Leia mais aqui:

<http://amazoniareal.com.br/parceiros/>

Escolhemos parceiros de sites independentes para divulgar o trabalho deles também. A Agência Pública, que é a pioneira nesse seguimento, mapeou mais de 200 iniciativas no Brasil. Estamos entre os sites pesquisados. É importante debater o jornalismo independente para que outras iniciativas sejam criadas e mais pessoas terem acesso a novas formas de produzir notícias. Temos uma parceria também com o InfoAmazônia, que produz mapas e com a agência internacional EFE.

Elaíze – Os responsáveis pelos sites que republicam as matérias precisam não apenas citar o crédito, o que é uma obrigação legal, inclusive. Eles precisam também saber que as matérias não podem ser reeditadas para se adequar à sua política editorial ou interesses pessoais e ideológicos, como cortar trechos de modo a tornar a matéria incompleta e sem sentido, ou alterar frases. Há hoje um imenso potencial e incentivo à produção colaborativa de reportagens. A era digital tem permitido essa parceria e defendemos essa prática e trata-se de um tema que está sendo estudado pela Amazônia Real. Em 2015, fizemos uma matéria sobre a falta de acesso à água em Manaus, mostrando que, diferente do que dizem os gestores públicos, a escassez e a precariedade no abastecimento de água na capital ainda é muito forte e presente. A matéria surgiu a partir de uma conversa com um grupo de jornalistas do coletivo MídiaNinja, que havia criado uma página chamada Conta D'Água, isso no auge da crise hídrica no Sudeste. Parte da apuração teve apoio de uma pequena equipe do MídiaNinja à época.

10) Como aconteceu a escolha e parceria com os colunistas? Qual a periodicidade de publicação?

Kátia: A Amazônia Real apoia a produção científica e dar espaço no site para os especialistas da região. Nós convidamos e eles aceitaram. A periodicidade depende do tempo de cada um. Eles são voluntários, não são remunerados. Eles têm ampla liberdade para escrever temas pertinentes sobre a Amazônia dentro de sua área de conhecimento. Participam da rede de colunistas: o geógrafo e ambientalista Carlos Durigan, pesquisador multidisciplinar da biodiversidade e sociodiversidade de Unidades de Conservação e Terras Indígenas do rio Negro; o arqueólogo Eduardo Góes Neves, um dos fundadores do primeiro projeto de arqueologia da Amazônia Central; o antropólogo João Paulo Barreto, indígena da etnia tukano e um dos fundadores do Movimento Indígena do Amazonas; o professor e jornalista Renan Albuquerque, que desenvolve estudos relacionados a conflitos e impactos socioambientais entre índios e pessoas atingidos por barragens; o ecólogo Philip Fearnside, cientistas ganhadores do Prêmio Nobel da Paz pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC) em 2007; a historiadora Patrícia Sampaio, que desenvolve pesquisas em história indígena no Brasil e escravidão africana na Amazônia; a educadora popular Fátima Guedes, também pesquisadora de conhecimento popular na Amazônia; e o geólogo Marco Antônio Oliveira, é superintendente regional do Serviço Geológico do Brasil (sigla para CPRM), órgão responsável pela divulgação dos alertas das cheias e secas na Amazônia Ocidental. O físico Paulo Artaxo já participou. Esse ano alguns sairão e outros irão chegar. Portanto, vem novidade por aí.

Elaíze Farias – A escolha se deu com base na relevância dos autores e na sua contribuição para a pesquisa e para o conhecimento sobre a região amazônica. Convidamos alguns dos principais nomes da pesquisa e da ciência, como o arqueólogo Eduardo Góes Neves, provavelmente o nome de maior envergadura na arqueologia desenvolvida na Amazônia na atualidade, e Philip Fearnside. Queríamos desde o início pessoas com uma trajetória irrepreensível e cujo conhecimento sobre a Amazônia sejam fundamentais para a compreensão da região.

11) O que considera diferenciado que este veículo apresenta em relação aos demais veículos (local ou nacional) que se propõem a cobrir a região amazônica?

Kátia: A invisibilidade dos temas da Amazônia sempre nos incomodou dentro das redações em que trabalhamos. Na grande mídia, a região amazônica só ganha espaço, e continua assim, com notícias estereotipadas, ou quando acontece uma morte de uma liderança que defende a floresta, ou um grande desastre ambiental, naufrágios e casos e corrupção de verbas públicas. Os editores derrubam as pautas e dão prioridades aos temas das outras regiões do país, matérias são arquivadas e ficam “na geladeira” até serem esquecidas. Amazônia Legal e seu povo nunca foram prioridade na grande imprensa, sendo a região detentora de 59% da área territorial do Brasil e onde vivem mais de 25 milhões de pessoas. Mas o Brasil não conhece a Amazônia.

Tenho um exemplo dessa falta de visibilidade com um personagem da nossa história recente e, que só ganhou as primeiras páginas dos jornais e as manchetes da TV’s, infelizmente, quando foi assassinada. É o caso da missionária norte-americana Dorothy Mae Stang, morta em 2005. Fiz a cobertura do crime pela Folha e, na ocasião, conversei com os correspondentes da mídia nacional e questionei a falta de notícias sobre ela. Eles me disseram que não conseguiram “emplacar” matérias sobre a luta de Dorothy em defesa da floresta e dos povos de Anapu, no sudoeste do Pará. Esse é o motivo, inclusive, da falta de registro fotográfico na imprensa nacional sobre o trabalho que ela desenvolvia com as populações da Transamazônica desde os anos 70. Então, as pessoas da Amazônia continuam sem importância. Foi isso que nos motivou a criar a agência de notícias independente. Para fazer jornalismo pautado nas questões da Amazônia, de seu povo, da cultura, dos conflitos, da economia, da política, com qualidade e isenção, apresentando todos os lados da notícia. Esse é o nosso diferencial.

Elaíze Farias – A Amazônia Real é voltada para uma determinada área de cobertura. E esta área são os personagens que, na maioria das vezes, não encontra espaço em outras mídias. Vamos a campo, entrevistamos pessoalmente, viajamos. Mas também entrevistamos por diferentes meios: telefone, celular, redes sociais, whatsapp. Por exemplo, recentemente fiz uma matéria

onde toda a entrevista com uma mulher indígena foi via whatsapp, pois na aldeia onde ela mora não pega sinal de celular. E isso em determinado horário. Essas entrevistas podem ser de manhã, a noite ou mesmo de madrugada. Precisamos estar dispostas a trabalhar com essas peculiaridades características da região. Isso é um diferencial que, na mídia tradicional, muitas vezes, não existe.

12) Por que houve mudança visual do site? Quais foram essas mudanças?

Kátia: Na verdade fizemos uma pequena alteração para darmos espaço às fotografias no site. Hoje temos na chamada principal uma grande foto e a abertura das editoriais têm chamadas também com fotos. As colunas dos pesquisadores estão na área central e também demos destaque às postagens no Facebook, pois fazemos a nossa divulgação nas redes sociais. Ainda destacamos com fotos a coluna do jornalista Lúcio Flávio Pinto. Em breve faremos realmente uma mudança no layout.

13) Quais mídias sociais o site utiliza? Como é a administração das postagens, respostas ao público?

Elaíze –Facebook, Twitter e Instagram. Também postamos no YouTube algumas das produções em vídeo.

14) Mensuram audiência e acompanham a manifestação/retorno do público?

Kátia: A Amazônia Real utiliza as redes sociais para divulgar e compartilhar suas produções, mas também como um canal de diálogo direto com os leitores por meio das plataformas Facebook, Twitter, WhatsApp, Flickr e o Medium.

Em 2016, a Amazônia Real constatou um crescimento substancial do número de visitas em suas redes sociais e no website www.amazoniareal.com.br. Lembrando que esse crescimento não utilizou publicidade paga ou impulso de conteúdo em suas páginas nas redes sociais.

Desde sua entrada no ar, em 21 de outubro de 2013, o site da agência Amazônia Real já foi acessado por mais de 1,5 milhão de leitores em mais de 170 países, segundo dados de estatísticas da plataforma WordPress e Google Analytics, o que confirma que o projeto está alcançando seu objetivo de dar acesso às questões da Amazônia a visibilidade necessária para o debate em torno de sua preservação, de sua população e de seu futuro.

O site da Amazônia Real está configurado com o SEO (sigla em inglês para Search Engine Optimization), que otimiza a pesquisa para potencializar e melhorar o posicionamento do site na internet.

Os leitores da Amazônia Real estão espalhados da seguinte forma pelo Brasil: 13,2% em São Paulo, 12% em Manaus, 7,5% Rio de Janeiro, 4% em Brasília, 2,6% em Goiânia e 2,4% em Belém. Os números mostram um desafio para agência, que é o de ampliar seu número de leitores entre os estados da região amazônica.

Já pelo mundo, o site da Amazônia Real é lido em 93,2% no Brasil, 2% nos Estados Unidos, 1% na Índia, em Portugal, seguido de França, Espanha, Inglaterra, Alemanha, Venezuela, Moçambique, Rússia, Índia, entre outros.

15) Há outros meios de contato do público?

Kátia: Os leitores mandam e-mails, fazem comentários no próprio site e também fazem ligações pelos telefones celular e convencional.

Elaíze – As fontes nos procuram por e-mail, celular, mensagens via SMS, Whatsapp, conversas em grupos. Muitas vezes, nos mandam mensagens pedindo para que entremos em contato com elas, pois eles não têm crédito. Isso é muito comum de nossas fontes que moram nas cidades do interior ou em aldeias próximas de zonas urbanas. Também mantemos contato via mensagens pelo Facebook. O público não é apenas as fontes. São também colegas jornalistas que desejam conversas, saber mais a respeito do site e quando precisam de sugestões de fontes para uma matéria que estão produzindo. Isso aconteceu muito na época da morte da onça Juma durante a passagem da tocha olímpica em Manaus, quando vários jornalistas de outros veículos entraram em contato conosco.

16) Como avalia a cobertura da mídia em relação as temáticas que envolve a Amazônia?

Kátia: A avaliação é em dois aspectos: na mídia local e na mídia nacional. A local dá mais espaço para notícias nacional e policial. As questões sobre o meio ambiente, os indígenas e populações tradicionais têm pouco ou nenhum espaço. É mais fácil você ler uma notícia sobre um ator da novela nos jornais locais do que, por exemplo, a extinção dos animais da floresta amazônica. Por esse motivo a população tem uma desinformação cruel sobre os bichos da floresta. Até nas escolas há essa desinformação. Já fiz uma reportagem há muito tempo sobre uma pesquisa que perguntava aos alunos de escolas públicas de Manaus quais animais viviam na

floresta amazônica e eles responderam leão, girafa, etc. Então para a Amazônia ser vista e conhecida é preciso dar visibilidade aqui.

Na mídia nacional o que se publica, em muitos casos, são as notícias sensacionalistas. Quando os jornais investiam em grandes reportagens tínhamos matérias muito legais, profundas. O Jornal do Brasil fez muito isso, o Estadão e a Folha. Com a crise no jornalismo essas reportagens sumiram. Em toda a Amazônia, são nove estados, não há repórteres dos jornais nacionais. Até 2014 tinha, mas todos fecharam os escritórios e demitiram os correspondentes. Isso significa que a imprensa nacional não está presente na Amazônia. É por falta de interesse do leitor. Acho que não. É por falta de interesse das empresas.

Elaíze – Acredito que falta mais proximidade para estar disposto a entender a região. Por outro lado, nos últimos senti que a nova geração de colegas jornalistas que cobrem a região o fazem de forma sensível, engajada e inquietação. Isso é fundamental para uma boa reportagem. Claro que ainda continuam tendo aquelas coberturas superficiais estigmatizadas, mas isso tem em todas as regiões do país e no mundo. O que falta talvez, é mais tempo e profundidade nas reportagens.

17) O que considera desafios na cobertura da Amazônia pela mídia?

Kátia: O nosso desafio é ter colaboradores em todos os estados. Se você tem um repórter no local onde acontece um fato, mesmo que seja há 200 quilômetros de distância de sua base, é garantido que se tenha uma boa apuração da notícia. Já a mídia em geral tem que investir na Amazônia, que é uma região única no mundo, onde vivem centenas de pessoas que falam línguas diferentes e que têm culturas diferentes. Temos uma rica biodiversidade. Então o desafio da mídia é mostrar essa floresta sem estereótipos, sem sensacionalismo. Dar voz as pessoas que moram na floresta sem discriminá-las.

Elaíze – Uma vez, quando falei que a Amazônia Real era apenas eu e a Kátia, um repórter, um fotógrafo e alguns colaboradores, uma pessoa ficou impressionada. “Nossa, pensei que a equipe de vocês era do tamanho da Amazônia. Vocês fazem milagre com o tanto de produção que publicam”. Então, eu considero cobrir a Amazônia um desafio. É uma região maior que muitos países. Outro desafio é encontrar mais investidores para que possamos ampliar nossa cobertura, ter mais pessoas trabalhando, para que possamos atender todas as demandas que nos chegam e muitas vezes não conseguimos cobrir com o tempo que a questão exige.

18) Como ou qual (is) Amazônia(s) este veículo se propõe mostrar?

Avaliado pelas entrevistadas terem respondidos nas perguntas anteriores.

19) *Quais recomendações daria sobre a cobertura da mídia sobre a Amazônia?*

Avaliado pelas entrevistadas terem respondidos nas perguntas anteriores.

APÊNDICE B – Transcrição da entrevista do Portal Amazônia

1) Como surgiu a ideia de criar a Agência? E a escolha do nome?

Diego Oliveira - Inicialmente era o site principal da Rede Amazônica. Começou bem pequeno (estrutura) igual ao Amazon Sat numa salinha no prédio principal da Rede Amazônia. Durante 12 anos foi o site principal, de conteúdo mais factual e abordando essa questão da Amazônia. Com o surgimento do G1, o Portal migrou para o Amazon Sat e paramos de colocar notícias factuais e passamos a produzir matérias mais aprofundadas. Nesse período de transição nossa equipe veio cá integrado ao Amazon Sat já que ele tem o mesmo perfil do Amazon Sat que é destacar a questão do meio ambiente do bioma da Amazônia. Com esse novo portal, nos mudamos durante esses anos, a gente começou a integrar de novo matérias mais aprofundadas e também matérias mais frias que a gente possa agregar a todo o público que a gente sabe que o público muda constantemente e a gente está em busca disso de alcançar essas pessoas.

2) Qual a proposta do Portal? Quais assuntos são prioridades e/ou interessantes na divulgação?

Izabel Santos - Agora a gente cura mais conteúdo. Curadoria do que produz. Depois que houve essa redução nós procuramos explorar ainda mais a integração entre as mídias. A gente pega conteúdo do Amazon Sat e da CBN os entrevistados deles e aproveitamos. O Portal Amazônia ele hospeda os veículos da Amazônia Cabo.

Não temos mais praça, mas temos notícias dos outros estados sim que é garimpadas por nós mesmo. Essa redução que houve no quadro funcional, o Portal Amazônia aconteceu há dois anos, bem antes do Amazon Sat (encerrou as atividades nas praças no ano passado). Nós encerramos bem antes.

Diogo Oliveira - E o legal uma das coisas que está desde o início do Portal Amazônia é a Amazônia de A a Z (enciclopédia) continua sendo um destaque para estudantes, universitários.

Izabel Santos - O Amazônia de A a Z é uma espécie de enciclopédia da Amazônia. Tem palavras, expressões de A a Z que estão sendo usadas aqui e estão todas lá ‘traduzidas’ com uma explicação científica para elas. É alimentado constantemente com os conteúdos das nossas entrevistas.

3) De onde vem os recursos financeiros para manutenção do Portal?

4) Qual a estrutura pessoal e física – quadro de pessoal (correspondentes ou colaboradores em outros estados), sede da empresa, material para produção das reportagens?

Izabel Santos - O bom é com essa redução da equipe nós passamos a ser mais curador de conteúdo do que produzir. Por que hoje sou eu e mais três repórteres (um no expediente da manhã e dois a tarde) e a gente já trabalha no limite, até eu faço matéria. Nós não temos mais praça, mas temos notícias de outros estados sim que são garimpadas por nós mesmos. Somos nós que fazemos, essa redução aconteceu há dois anos.

5) Como são definidas as pautas e como é o processo de produção?

Izabel Santos - Para não haver concorrência dentro do próprio grupo o público foi segmentado. O G1 tem as diretrizes da Globo (número de matérias diárias) há padrões. Aqui somos veículo especializados e não cobrimos factuais não tem essa limitação. Nosso objetivo é que quando você acesse o Portal Amazônia você saiba o que está acontecendo na Amazônia. Mas não é só no Amazonas, mais nos nove estados e os países dentro da Amazônia. Fazemos uma garimpagem desses fatos principais e colocamos no Portal Amazônia. As pautas são assim: pegamos o que está acontecendo nos outros estados e nos outros países. Buscamos nas agências de comunicação do governo e de outros veículos de comunicação e a gente também tem o contato com os internautas acompanhando o que está ‘bombando’ nas redes sociais se destacando. Nós temos o setor que é de estratégias digitais quem faz essa ponte conosco. O que mais bomba são as coisas da internet.

Diego Oliveira - Ontem (08/09/2016) aconteceu o caso da holandesa e foi a matéria que “bombou” o dia todo. As pessoas que trabalham nas estratégias digitais ficam ligado nisso, no que é buscado no Google. Quando procuram sobre Amazônia o que mais é buscado? E é isso que vão nortear a gente. Para o jornalismo é um pouco triste as redes sociais estejam direcionando o nosso trabalho, mas fazer o que é, a gente vive em função disso.

6) Quais as fontes de informação o Portal mais utiliza para a produção das reportagens?

Diego Oliveira - Pesquisadores, professores geógrafos, biólogos.

Izabel Santos - Se você for ler as matérias do portal Amazônia você vai ver que dificilmente temos uma matéria com personagens do povo. Nosso conteúdo é realmente pautado produção científica ao jornalismo científico. Essa nossa vocação, e tudo que a gente faz aqui no portal amazônica dificilmente é de maneira empírica. A gente sempre tem um norte. A gente faz pesquisas, nos baseamos pelo que as buscas do Google apontam a gente percebe é essa a nossa vocação do portal Amazônia. A tiazinha que vende café no outro lado da rua ela vai me falar alguma coisa a respeito disso? Não. Onde eu vou encontrar informações sobre isso? Nos

institutos de pesquisa, na academia dessa maneira assim que foi desenhada a vocação do Portal Amazônia é pra isso que as pessoas buscam ele. Até porque, com uma equipe reduzida, a gente não tem condições de concorrer e competir com outros veículos que têm equipes maiores. Na atual conjuntura, ninguém tem essa condição. Você pode ver as áreas de Amazônia dos jornais A Crítica, do Diário e do Em tempo o conteúdo não roda, não renova com a mesma velocidade que o nosso. Muita coisa acontecendo, então, para eles o que vai render mais é o factual para nós é jornalismo científico.

7) O Portal tem editorias bem específicas. A escolha das pautas obedece as temáticas das editorias ou outros assuntos podem interessar? Se sim, cite exemplos.

Isabel Santos - As principais editorias “que rendem mais clicks” ficam em destaque. Por isso a editoria de Esporte e Internacional se repetem dentro da editoria de notícia são as que as pessoas mais procuram. A publiceditoriais são as nossas matérias comerciais de nossos clientes. Porque os nossos parceiros são os parceiros do Amazon Sat então eles vêm participam de algum programa fazem uma ação comercial um merch ai a gente entra com as matérias. Só que ai a gente não gosta de fazer aquela matéria comercial durona. A gente faz como se fosse uma matéria vai lá entrevista cliente pega personagem só que é uma matéria paga. Antes essas matérias ficavam soltas dentro do site nas editorias. Então sugerimos separar porque assim o público sabe do que se trata. Materiais comerciais dos parceiros do portal. Antes tínhamos antes só uma editoria de cultura só que ai quando mudamos essa plataforma e o layout do portal Amazônia cresceu. Ficou definido que iramos publicar assuntos sobre famosos, televisão, essas coisas que fosse fora do estado. Vimos que não fazia muito sentido ficar dentro de cultura. Então desmembramos o nome Entretenimento e dentro dele tem agenda, cultura, famosos, turismo e gastronomia. Agenda são notas curtas, consta agenda de show, eventos, exposições que acontecem na região. São oportunidade de divulgar. Cultura: eventos que as pessoas mandam textos [releases] e entra em cultura texto maior. TV são assuntos relacionados a programas de televisão mais a programação e Famosos são notícias de artistas, cantores e outras celebridades nacionais. Tínhamos conteúdo do programa Amazônia Mulher [do canal Amazon Sat] que não queríamos perder. Turismo e gastronomia: parceria com o Amazon Sat, antes o conteúdo era do programa Amazônia Mulher (saiu da grade) e em substituição é o programa Sabores da Amazônia e com outros conteúdos produzidos pela equipe do portal. Então criamos a editoria de Bem Estar que a gente coloca decoração, saúde, materiais mais leves.

8) *Há parceria com outros veículos na produção ou publicação dos conteúdos? Quais e por que a escolha destes?*

Izabel Santos - A gente pega conteúdos tentamos mudar o título reescrever alguma coisa. Quando assinamos Redação é porque modificamos o texto. Alteramos o lead, a ordem das informações. Quando assinamos como Portal Amazônia com informações e o nome do parceiro é porque reproduzimos integralmente o conteúdo da agência, instituição ou veículo parceiro.

Diego Oliveira - O conteúdo de cultura, famosos, televisão, novela pegamos o conteúdo do IBahia.

10) *Como aconteceu a escolha e parceria com os colunistas? Qual a periodicidade de publicação?*

Izabel Santos - A periodicidade deveria ser semanal [no período de fim e início de ano deu uma reduzida no material]. Os articulistas já estavam antes da mudança da plataforma. A ideia é trazer gente de outros estados para que suprir a demanda que as nossas praças deixaram, que eles contassem o que estava acontecendo lá na cidade deles. Mas os atuais articulistas são todos de Manaus. Ainda não conseguiram outros articulistas de outros estados. Temos a Mazé Mourão, o Durval é artigo falado, Abrahim Bazé, Flavia escritora. Temos o Manaus selvagem é o programa do Amazon Sat e o tema a semana é o tema do artigo. Manaus selvagem fala só dos animais selvagens que você encontra na região de Manaus. Agora a coluna está parada porque encerrou a temporada. Nova temporada começa na segunda quinzena de fevereiro. Então quando começa toda semana eles mandam para gente.

11) *O que considera diferenciado que este veículo apresenta em relação aos demais veículos (local ou nacional) que se propõem a cobrir a região amazônica?*

Diego Oliveira - Nosso diferencial é abordar a Amazônia porque o G1 e os outros sites são aqueles assuntos mais rápidos mais práticos. E a gente não temos a preocupação de fazermos pesquisa de procurar informações. Exemplos uma das matérias mais acessadas atualmente é a matéria do bodó fizemos com a ajuda do INPA e são curiosidades que as pessoas querem saber. Bodó é um peixe considerado feio, mas a gente conseguiu achar fatos bacanas. Então esse é o nosso diferencial. Nós pegamos um assunto mostra um outro olhar, uma outra visão daquele assunto que para algumas pessoas já pode ser batido. E a Amazônia ela vende muito. Então acho que esse é o diferencial do portal, pegar a Amazônia com um olhar diferente e trabalhado.

12) Por que houve mudança visual do Portal? Quais foram essas mudanças?

Izabel Santos - Essa mudança foi também foi contenção de gastos. Nós pagávamos por uma plataforma para usar o serviço de uma outra empresa e depois para reduzir gastos a gente resolveu desenvolver a nossa própria plataforma aqui. O setor de desenvolvimento foi idealizou. A gente pode dizer que essa mudança é definitiva, vai ser a última plataforma do Portal Amazônia que é o que a gente espera. Eu acho que ao longo de toda a história nós já mudamos quatro vezes. Foram quatro servidores, layout, plataforma. Depois que passamos por essa mudança de plataforma e que houve essa crise econômica e houve redução de quadro. Nós tivemos reajustes no portal, na verdade ainda estamos fazendo.

Depois que mudou no dia 15 de setembro de 2016 mudou de plataforma o nosso conteúdo perdeu indexação no Google tudo mais, a gente não perdeu tudo que a tinha mais você não encontra mais no Google, tem um período que você conhece acessar e ainda estamos passando nesse período.

13) Quais mídias sociais o Portal utiliza? Como é a administração das postagens, respostas ao público?

Izabel Santos – Temos o Setor de estratégias digitais responsável pelo monitoramento e postagens.

14) Mensuram audiência e acompanham a manifestação/retorno do público?

Respondido na questão anterior.

15) Há outros meios de contato do público?

Pelas redes sócias, Whats Apps redação, ligam para redação, principalmente do Amazona sat.

16) Como avalia a cobertura da mídia em relação as temáticas que envolve a Amazônia?

Izabel Santos - Nossa é melhor porque somos focados nisso é o que fazemos. Se você acessa a área de Amazônia de outros veículos [citou exemplo de veículos impressos do Amazonas] é parada não renova matérias que estão ali dois três dias, a nossa capa [fato principal] eu renovo três a quatro vezes por dia. E é tudo que está acontecendo na Amazônia. A gente contextualiza não ficamos limitado. Por exemplo, se vamos falar do bicho preguiça. O bicho preguiça é um animal conhecido porque ele explorado no turismo, mas isso é só aqui no Amazonas, lá em Rondônia as pessoas têm medo dele, lá em Roraima as pessoas comem o bicho preguiça, no

Pará ele já foi extinto, nós fazemos essa abordagem, essa contextualização. E, dificilmente a gente foca só num estado, sempre entrevistamos os pesquisadores pedimos para contextualizar em Amazônia.

Diego Oliveira - A visão deles só bomba quando acontece algo maior, por exemplo, os olhos do mundo para Manaus só aconteceu devido a crise no sistema carcerário em Manaus. Todo mundo falou de Manaus, mas eles não falam de Amazônia.

17) O que considera desafios na cobertura da Amazônia pela mídia?

Izabel Santos - Justamente a abrangência e a distância. Quando trabalhamos com jornalismo especializado, principalmente com a Amazônia, eu acho que com o tempo é inevitável que você perceba que ela a Amazônia está limitada a definições geopolíticas. A Amazônia não é só o Amazonas, não é só o Pará. O que acontece no Amazonas não é um fenômeno isolado, a mineração no Pará não atinge só o Pará está tudo interligado. Estabelecer um empreendimento como Belo Monte no rio Xingu não vai atingir só Altamira afeta toda região, tem impacto toda região. Uma insistência que eu tenho aqui nós temos que falar de indígenas porque a Amazônia é indígena ela é tudo, mas principalmente, indígena. Temos que dar oportunidade dessa visão abrangente que a Amazônia nos dá. Assim que temos fazer de maneira abrangente.

18) Como ou qual (is) Amazônia(s) este veículo se propõe mostrar?

Avaliado pelos entrevistados terem respondidos nas perguntas anteriores.

19) Quais recomendações daria sobre a cobertura da mídia sobre a Amazônia?

Izabel Santos – que eles ouçam os “amazônidas” as pessoas que estão aqui estudando da região. O que adianta eu falar com o pesquisador lá da Sorbornne [na França] e eu não vou ouvir que está enfurnado aqui há 20 anos no INPA. Falar a respeito de ervas medicinais vou falar com o cara lá na Universidade de Salamca [na Espanha] e não ouço pesquisador Juan Revilla [pesquisador do INPA] que já estudo há tempo o assunto dentro da Amazônia. Tem que ouvir as pessoas que estão aqui na região, que mora, vivem e pesquisam aqui que fazem a Amazônia.